

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**CONTATO, TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITO NO
POSTO INDÍGENA CARAMURU-PARAGUASSÚ: O SPI E
OS BAENÃ, GUEREN, KAMAKAN, MAXAKALI, PATAXÓ, E ÍNDIOS
DE ANTIGOS ALDEAMENTOS NO SUL DA BAHIA, 1910-1936**

Talita Almeida Ferreira

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CONTATO, TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITO NO
POSTO INDÍGENA CARAMURU-PARAGUASSÚ: O SPI E
OS BAENÃ, GUEREN, KAMAKAN, MAXAKALI, PATAXÓ, E ÍNDIOS
DE ANTIGOS ALDEAMENTOS NO SUL DA BAHIA, 1910-1936**

TALITA ALMEIDA FERREIRA

Sob a Orientação da Professora
Vânia Maria Losada Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383c Ferreira, Talita Almeida, 1986-
Contato, territorialização e conflito no Posto
Indígena Caramuru-Paraguassú: o SPI e os Baenã,
Gueren, Kamakan, Maxakali, Pataxó, e índios de antigos
aldeamentos no sul da Bahia, 1910-1936 / Talita
Almeida Ferreira. - 2017.
205 f.: il.

Orientador: Vânia Maria Losada Moreira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2017.

1. Indígenas. 2. Posto Indígena Caramuru-Paraguassú.
3. Serviço de Proteção ao Índio. 4. Sul da Bahia. I.
Moreira, Vânia Maria Losada, 1963-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

“Contato, territorialização e conflito no Posto Indígena Caramuru-Paraguassú: o SPI e os Baenã, Gueren, Kamakan, Maxakali, Pataxó e índios de antigos aldeamentos no sul da Bahia, 1910-1936”

TALITA ALMEIDA FERREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/02/2017

Banca Examinadora:



Professora Doutora VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA (UFRRJ)
Orientadora e presidente da banca



Professora Doutora IZABEL MISSAGIA DE MATTOS (UFRRJ)



Professora Doutora TERESINHA MARCIS (UESC)

Dedico essa pesquisa aos povos indígenas da Bahia.

AGRADECIMENTOS

É com o coração repleto de gratidão que agradeço a Deus por me conceder a vida, saúde e por ter me permitido viver esta experiência, repleta de momentos de felicidade e aprendizado e pela força que Ele me forneceu nos momentos de cansaço e desânimo.

A Deus toda honra e toda a glória.

Escrever os agradecimentos é o momento mais sublime desta dissertação, é voltar no tempo e lembrar as pessoas que tornaram esta caminhada mais agradável. Só cheguei até aqui porque tive o apoio de pessoas boas e iluminadas. Cada um de maneira especial foi importante durante esta trajetória. É com muito carinho que agradeço o apoio de familiares e amigos que tornaram possível o resultado deste trabalho.

Sou imensamente grata aos meus pais, Valda e José e ao meu anjo Gabriel, pelo apoio desde o primeiro momento que eu decidi fazer a seleção de mestrado em outro estado, mesmo sabendo que nos afastaríamos fisicamente e que a saudade seria grande, vocês sempre me encorajaram com palavras positivas. Agradeço à família Almeida, tios e tias, primos e primas, pelo apoio e hospitalidade no Rio de Janeiro. Agradeço a minha prima Carla Almeida por ter me acolhido na sua casa nos meus primeiros meses no Rio de Janeiro, pela sua companhia maravilhosa. Conviver com uma pessoa tão meiga tornou o Rio de Janeiro mais acolhedor para mim.

Agradeço à minha orientadora Vânia Moreira, por acreditar neste trabalho, pelas suas ricas contribuições, discussões, dicas e correções, sempre com muito profissionalismo e excelência. Agradeço pela palavra amiga, pela paciência, por ter compreendido as minhas ausências nos meus momentos difíceis e pelo acolhimento e incentivo quando retornei. Seu otimismo e confiança foram fundamentais para que eu continuasse a pesquisa. As palavras não são suficientes para expressar aqui o meu sentimento de gratidão por você.

Agradeço às professoras Izabel Missagia e Teresinha Marcis, que participaram da banca de qualificação e fizeram comentários pertinentes sobre este trabalho. Agradeço ao professor Edson Silva pelas sugestões de leituras. Agradeço a professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho que gentilmente me cedeu documentos sobre Curt Nimuendajú.

Agradeço aos professores da UESC que muito contribuíram para a minha formação, em especial Rogério Rosa, Katia Vinhático, Marcelo Henrique Dias, Janete Macedo, Teresinha Marcis, Robson Dantas. Sou imensamente grata ao professor Marcelo Lins por

compartilhar comigo uma documentação valiosíssima que resultou no primeiro trabalho sobre o Posto Caramuru-Paraguassú, a partir daí foi possível pensar o projeto para o mestrado. Agradeço ao professor Carlos José, Casé, primeiro orientador e grande amigo, além de um excelente profissional, é uma pessoa muito iluminada que eu admiro e respeito. Foi a primeira pessoa que acreditou nessa pesquisa, sempre me apoiou e me incentivou a ir além.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da UFRRJ, à coordenação, aos professores pelas contribuições na pesquisa. Ao secretário Paulo pela gentileza e prontidão, sempre disposto a ajudar. Agradeço aos meus colegas de mestrado e doutorado pelos debates em sala e corredores que me fizeram refletir sobre aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa.

Esses anos convivendo no alojamento da pós-graduação com pessoas de diversos lugares do país e da América Latina foram enriquecedores pela troca cultural e acadêmica. Por isso agradeço a todas as moradoras e moradores do alojamento, pelas risadas, confraternizações e aprendizado. Agradeço, aos amigos da APG-Rural Allysson Lemos, Natally Menini, Juliana, Thiago, Alberto, Fernanda pelo aprendizado e companheirismo.

Agradeço aos amigos que a vida me presenteou, pelo apoio, compreensão, e carinho, não poderia deixar de agradecer à Michele, Graci, Norma, Celino, Willan, Renato, Francisco, Yasmin, Lui, Antônio Paim, pela energia positiva que recebi de vocês diariamente, pois quando a saudade me invadia eu fechava os olhos e me sentia abraçada por vocês. Agradeço as amigas que me auxiliaram na busca de documentação, especialmente à Angélica pelas pesquisas realizadas no CEDOC e a Adriana pelas buscas aos arquivos de Salvador. Agradeço à Ayalla pelos anos de convivência no alojamento compartilhando nossa “baianidade” e a paixão pela história, sou grata pela sua amizade.

Agradeço a Caio pelo companheirismo, amor e paciência, falar de você é pensar em paz, pois você tem o dom de me acalmar e de me fazer bem. Você me faz sorrir nos momentos mais difíceis. Não poderia deixar de agradecer aos seus pais Mara e Augusto pelo carinho que sempre me receberam em sua casa, pelas comidas maravilhosas, pelas conversas e cuidado que sempre tiveram comigo.

Agradeço especialmente a Graciela, amiga linda que no auge das minhas crises de ansiedade teve muita sensibilidade para perceber a delicadeza do meu momento e com toda a sua sabedoria e leveza me ajudou a sair da escuridão. Obrigada amiga, por ter dedicado o seu tempo a mim e também à minha pesquisa, pelo seu amor, pelas madrugadas de estudo e

terapia, por ler e reler meus textos. Agradeço a Deus por você fazer parte da minha vida. Se não fosse você eu não teria chegado até aqui. Sou eternamente grata a todos que fizeram parte deste momento.

RESUMO

FERREIRA, Talita Almeida. **Contato, territorialização e conflito no Posto Indígena Caramuru-Paraguassú: o SPI e os Baenã, Gueren, Kamakan, Maxakali, Pataxó, e índios de antigos aldeamentos no sul da Bahia, 1910-1936.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2017.

Esta pesquisa objetivou estudar o processo de atração, pacificação e territorialização dos grupos indígenas Pataxó, Gueren, Baenã, Kamakan, Maxakali no sul da Bahia entre 1910-1936 e a criação da reserva indígena Caramuru-Paraguassú em 1926. Tratou-se de um processo complexo que envolveu diversos atores sociais: indígenas de distintos grupos étnicos que viviam de modo relativamente independente nos sertões e florestas, indígenas de antigos aldeamentos, funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fazendeiros, colonos, políticos, religiosos e intelectuais. Nesse processo histórico, destacaram-se a atuação de alguns funcionários do SPI, como Pedro Maria Trompowsky Taulois, Vicente de Paula Teixeira de Vasconcellos e Telesforo Fontes, além de outros agentes histórico-sociais, como o padre Camillo Torrend. Na dissertação analisamos o trabalho de atração e pacificação dos grupos indígenas na Bahia, as relações estabelecidas entre estes e os funcionários do SPI e o processo de territorialização dos índios na reserva Indígena Caramuru-Paraguassú. Também são analisados os conflitos por terras envolvendo indígenas, o SPI e setores das elites regionais, desencadeados a partir da criação da reserva em 1926, através da Lei n. 1.916. Tais conflitos intensificaram-se em 1936, quando indígenas e funcionários do SPI foram acusados de realizarem atividades comunistas dentro do Posto Indígena Caramuru-Paraguassú. A análise das fontes demonstrou o protagonismo indígena nos processos de atração e territorialização, bem como a utilização do discurso anticomunista para legitimar a intervenção das forças policiais estaduais na reserva indígena. Após o conflito de 1936, a reserva teve a área reduzida atendendo aos interesses de políticos e grandes fazendeiros da região.

Palavras-chave: Indígenas, Posto Indígena Caramuru-Paraguassú, Serviço de Proteção ao Índio, sul da Bahia.

ABSTRACT

FERREIRA, Talita Almeida. **Contact, territorialization and conflict in the Indigenous Reserve Caramuru-Paraguassú: The SPI and Baenã, Gueren, Kamakan, Maxakali, Pataxó, and indigenous from former settlements in south Bahia, 1910-1936.** Dissertation. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2017.

This research aimed at studying the process of attraction, pacification and territorialization of the indigenous groups Pataxó, Gueren, Baenã, Kamakan and Maxakali in the south of Bahia between 1910 – 1936, and also, the creation of the indigenous reserve Caramuru-Paraguassú in 1926. This was a complex process that involved several social actors: indigenous people from different ethnic groups that lived relatively independently in the “sertões” (Brazilian outback) and forests, indigenous from former settlements, employees from the Indigenous Protection Service (SPI), farmers, settlers, politicians, religious people and intellectuals. In this historical process, the actions of some of the SPI employees were highlighted, like Pedro Maria Trompowsky Taulois, Vicente de Paula Teixeira de Vasconcellos e Telesforo Fontes, as well as other historical-social, such as the priest Camillo Torrend. In this master’s thesis I analyse the work of attraction and pacification of the indigenous people in Bahia, on the relations established among these people and the SPI officers and the process of territorialization of indigenous people from the Caramuru-Paraguassú Indigenous reserve. I also analyze the conflicts for lands, that happened after the creation of the reserve in 1926, involving indigenous people, the SPI and the regional elites, through the law number 1.916. These conflicts were build up in 1936, when indigenous people and the SPI employees were charged of conducting communist activities inside the Indigenous Post Caramuru-Paraguassú. The analysis of sources showed that the indigenous people played the main role in the processes of attraction and territorialization, as well as the using the anticommunist speech to legitimize the state police force intervention in the indigenous reserve. After the 1936 conflict, the reserve had its area reduced due to the political interests and the great farmers of the region.

Key words: Indigenous, Indigenous Reserve Caramuru-Paraguassú, Indigenous Protection Service (SPI), South of Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia do Padre Camillo Torrend, durante uma de suas expedições.....	89
Figura 2: Mapa do rio Pardo e dos lugares visitados pelo padre Camillo Torrend em 1925.....	92
Figura 3: Mapa do sul da Bahia em 1892. Em destaque a região que compreende o rio Pardo e o rio Cachoeira	104
Figura 4: Segunda Turma de atração em marcha, de regresso às cabeceiras do rio Salgado e ribeirão do Junco, onde operam – 1929.....	136
Figura 5: Vila dos índios - Posto Paraguassú.....	136
Figura 6: Posto Paraguassú.....	137
Figura 7: Telesforo Fontes.....	181
Figura 8: Os índios da Posto Paraguassú- 1936.	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: “Comparativo de Frequência dos Tupinambás Selvagens no Posto Paraguassú”.....	p.131
---	-------

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACI	Associao Comercial de Itabuna
ANL	Ação Nacional Libertadora
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
PC	Partido Comunista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRD	Partido Republicano Democrata
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TSN	Tribunal de Segurança Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: GENEROSIDADE E DESPREZO: OS ÍNDIOS DO SUL DA BAHIA E A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO E ATRAÇÃO DO SPI	20
A política indigenista do SPI e sua atuação no Sul da Bahia	20
Violência e a criação dos postos de atração no sul da Bahia	37
Disputas sobre como governar os índios: a política de força e extermínio dos governos baiano <i>versus</i> a pacificação federal	50
CAPÍTULO II: A CRIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA	59
A expansão da lavoura cacaueteira no sul do estado da Bahia e as terras indígenas: aspectos legais da ocupação territorial	59
A Legislação fundiária do estado da Bahia e o avanço sobre as terras indígenas do sul do estado	68
O SPI e o Governo da Bahia em 1911: A primeira tentativa de órgão de negociar de terras para criação de postos indígenas no sul do estado.	73
Os índios Pataxó e Maxakali e a inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais na região do estado da Bahia entre os anos de 1920 e 1924.	83
Excursão ao rio Pardo em 1925: a iniciativa do padre Camillo Torrend e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia para criação da reserva indígena.	87
O SPI na Bahia e a criação da reserva em 1926	100
CAPÍTULO III - POSTO PARAGUASSÚ: TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITO	114
A Segunda Atração e Pacificação: Processo de territorialização dos índios Kamakan, Pataxó, Tupinanbá e Baenã entre 1928 e 1933.	115
Protestos contra a reserva indígena entre 1926 e 1933	137
Os índios de Olivença: Caboclo Marcellino e a presença comunista no sul da Bahia.	144
O Levante Comunista no Posto Indígena Paraguassú em 1936: Antecedentes do conflito.	154
3.4.1 Telesforo, um líder comunista?	163
O conflito de outubro de 1936: As forças policiais no Posto Paraguassú.	167
A defesa de Telesforo Fontes pelo SPI	176
A reserva indígena em 1937	182

CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
FONTES	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
ANEXOS	204

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do sul da Bahia nas primeiras décadas do século XIX vivenciavam o agravamento da violência no contexto de expansão da lavoura cacaueteira e do avanço de colonos sobre suas terras. Considerados como entraves ao crescimento econômico da região, estes grupos estavam sujeitos a todos os tipos de barbárie, diversos crimes como: “batidas”, a disseminação de vírus da varíola e sequestros de crianças que foram denunciados por padres, missionários e inspetores do SPI em relatórios e memorandos. São relatos que demonstram a situação de guerra entre índios e não índios na região.

Os indígenas, por sua vez, reagiam diante da violência: adentravam fazendas e colhiam as roças, flechavam animais e atacavam colonos. O clima de tensão aumentava e as notícias das hostilidades cometidas por índios se espalhavam, reforçando a aversão da população sertaneja aos nativos. Essa situação motivava novas perseguições com o intuito de exterminar os chamados “selvagens” pela força da arma. Os conflitos eram constantes e obrigavam os grupos indígenas independentes a se deslocarem para áreas interioranas, a fim de resguardar sua sobrevivência física e cultural. O cerne dos conflitos era a conquista das terras, cobiçadas por políticos, colonos e fazendeiros.

Este era o contexto de violência que estavam submetidos os índios no sul da Bahia no início do século XX. Essa situação era reflexo de uma política republicana que incentivava a expansão agrícola em regiões pouco povoadas, e que fora consequência de um governo omissivo em relação às populações indígenas. Em várias regiões do país haviam denúncias de violência e massacres de povos indígenas, como consequência do avanço das frentes de expansão mercantil: os Kaingang, em São Paulo; no Rio Grande do Sul os Xokleng; e ainda diversos grupos que habitavam a região da Amazônica¹.

Nas primeiras décadas do novo regime republicano, setores da sociedade civil pressionavam o Estado para pensar uma solução para a questão indígena. José Mauro Gagliardi destacou três tendências políticas distintas nessa época. A primeira representava por H. von Ihering que defendia o extermínio dos índios “bravos”, entendidos como um

¹ GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP/ Editora da Universidade de São Paulo/Secretaria do Estado da Cultura, 1989, p.235 e 236.

empecilho à expansão econômica do país. A segunda acreditava na incorporação dos índios através da catequese desenvolvida pela Igreja Católica. A terceira tendência propugnava a criação de um órgão leigo que assegurasse aos nativos, proteção e o direito às suas terras. As duas últimas tendências, a secular e a religiosa, divergiam no método de execução do trabalho, mas concordavam quanto à incorporação dos índios a sociedade brasileira².

Nessa situação de denúncias e com o objetivo de prestar assistência aos índios do território brasileiro e transformá-los em trabalhadores rurais que contribuíssem com o crescimento da nação, foi criado, no Ministério da Agricultura, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPILTN, em 1910. Este órgão, a partir de 1918, passou a se chamar apenas SPI. A política indigenista do SPI era influenciada pelas ideias positivistas e, segundo o ponto de vista positivista, os povos indígenas estariam no estágio “primitivo” da escala “evolutiva” da humanidade. Portanto, era preciso levá-los à “civilização” através de uma política tutelar³.

O militar positivista Candido Mariano da Silva Rondon foi escolhido para dirigir esse órgão federal, por sua experiência celebrizada com grupos indígenas nos trabalhos das Comissões de Linhas Telegráficas do Mato Grosso. Seu lema "morrer se preciso for, matar nunca" expressava a ideia de pacificação que marcou o indigenismo republicano. Como aponta João Pacheco de Oliveira esse indigenismo foi projetado para atuar na pacificação de povos isolados, ameaçados de extinção e que supostamente estariam pela primeira vez tendo contato com frente de expansão econômica. Caracterizou-se por seu caráter laico, tutelar e protecionista para com os indígenas⁴. O SPI foi instalado em várias regiões do Brasil e se estruturou a partir de um conjunto administrativo, regimentos, decretos e código civil.

Assim, o SPILTN iniciou as primeiras tentativas de contato com os grupos indígenas “arredios” no sul da Bahia em dezembro de 1910. O primeiro inspetor regional foi Pedro Maria Trompowsky Taulois, que se dirigiu para a região com o objetivo de instalar a inspetoria e iniciar os trabalhos de “pacificação e atração” dos diferentes grupos indígenas que viviam dispersos nas matas e transitavam pelos rios Gongogi, Colônia, Pardo e Jequitinhonha.

² Idem.

³ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; GURAN, Milton. **Primeiros Contatos: Atrações e Pacificações do SPI**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010, p.17.

⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios. **Mana**. Rio de Janeiro, v.20, nº1. 2014 p. 128.

Entretanto, a atuação do SPI somente se consolidou na Bahia a partir de 1926, sob direção do capitão do Exército Vicente de Paula Teixeira de Vasconcellos, um dos colaboradores de Cândido Rondon na fundação e consolidação do SPI. Para isso, foi fundamental a Lei nº 1.916, que destinou terras para a reserva indígena com o objetivo de “servir ao gozo” dos índios da região e preservar as florestas naturais⁵.

A primeira tentativa de demarcação da área ocorreu entre os anos de 1927 e 1930, sob orientação do capitão Vasconcellos, que trabalhou com o auxílio de Telesforo Martins Fontes, encarregado do posto Paraguassú às margens do rio Colônia. Vasconcellos relatou a ânsia de posseiros de obterem terras da reserva e as tentativas de setores da elite sul baiana de embargar os trabalhos demarcatórios. Assim, ao longo desta dissertação analiso a implementação e consolidação do SPI na Bahia a partir de 1910, e sua atuação como órgão indigenista republicano responsável pelas populações indígenas da região, sobretudo os índios considerados “arredios”. Também discuto os conflitos desencadeados pela presença do SPI na região e a disputa pelas terras reservadas aos índios.

A reserva indígena foi criada pela Lei 1916 de 09 de agosto de 1926. Todavia, cinco meses antes da lei, o governo já havia assinado o Decreto de 09 de março, que determinava a área que seria demarcada. Esta abrangeria 50 léguas de terras entre os rios Pardo e Cachoeira de Itabuna, Colônia e Gongogi. Nos dez primeiros anos da reserva, entre 1926 e 1936, foram instalados na área diversos postos e, como salientou Maria Elizabeth Brêa Monteiro, eles perduravam enquanto durassem os trabalhos de atração dos grupos dispersos⁶. Na documentação do período analisado encontramos registros dos seguintes postos: Posto Paraguassú, que funcionava como sede da reserva; Posto Guariba e Gongogi, localizados no rio Peixe; Posto Ajuricaba, no rio Pardo; e Posto Tombo de Areia.

O objetivo do SPI com a criação desses postos era atrair os grupos indígenas independentes para a área da reserva. São índios que aparecem na documentação como “arredios”, “selvagens”, “bravos” e, como frisa João Pacheco de Oliveira, tais grupos são aqueles culturalmente diferenciados dos brasileiros e que não reconheciam e nem se

⁵ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Ofício. Bahia, 09/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 159-160.

⁶ MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. Índios e terra no sul da Bahia. In: COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002, p. 370.

submetiam à autoridade política nacional⁷. Na documentação analisada aparecem os seguintes grupos: Pataxó, Kamakan, Gueren, Baenã e Maxakali. Também aparecem na documentação primária os grupos ressocializados em períodos históricos anteriores, que já tinham uma relação com a sociedade brasileira desde o período colonial e que já haviam vivenciado o processo de territorialização em outros momentos históricos. Dentre eles, destaca-se, por exemplo, os chamados índios de Olivença, de antiga vila indígena de mesmo nome.

No decorrer da sua história, a reserva indígena ficou conhecida como Posto Indígena Caramuru-Paraguassú, em referência aos dois postos sedes da reserva. Nos primeiros dez anos de existência da reserva, entre 1926 e 1936, a documentação aponta o posto Paraguassú como a única sede administrativa. Fundado desde 1926, este posto era destinado à criação de gado e à pacificação dos índios Baenã e Hãhãhãe. Mas ressaltamos que outros postos foram instalados temporariamente na reserva. Até o ano de 1936 não encontramos registros sobre o posto Caramuru e ainda não conseguimos determinar o ano exato de sua fundação. Segundo Maria Elizabeth Brêa Monteiro, o posto Paraguassú passou a ser denominado Caramuru⁸. Posteriormente, foi estabelecida outra sede na região de Mundo Novo, que recebeu o nome de Paraguassú. Esse posto era destinado à agricultura e no período da seca recebia o gado proveniente do posto Caramuru. A autora também não especifica em que período houve a mudança do nome da sede de Paraguassú para Caramuru e a data de fundação da segunda sede denominada de Paraguassú⁹.

Para compreender a atuação do SPI na Bahia utilizei como fonte principal os documentos administrativos do Posto Indígena Caramuru-Paraguassú e da Inspetoria Regional- IR 4, que se encontram no acervo do Museu do Índio no Rio de Janeiro. Parte desses arquivos está disponível no banco de dados online. Trata-se de um acervo documental variado, abrangendo relatórios anuais das atividades desenvolvidas por inspetores e funcionários, instruções de serviço, memoriais, ofícios, telegramas, correspondências trocadas entre os funcionários, auxiliares, inspetor regional e a Diretoria Geral do SPI. Esses documentos foram recuperados e sistematizados pelo Museu do Índio em parceria com a

⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: Práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. In: **O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 229.

⁸ MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. Op., Cit., p.370.

⁹ Idem.

Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI. Para mensurar a importância desses documentos salientamos que parte desse acervo foi utilizado em ações judiciais dos povos Pataxó Hãhãhãe para garantir aos índios a posse de suas terras. Essas fontes descrevem minuciosamente ações do SPI, dados geográficos da região e procedimentos dos funcionários do SPI. Também abundam nesses documentos, informações etnológicas sobre os grupos indígenas, demonstrando o esforço do Serviço em mapear e descrever os grupos étnicos existentes na região.

Além da vasta documentação do SPI, para enriquecer as análises e compreender o processo histórico regional, correlacionamos as informações dos documentos administrativos com outras fontes históricas. Desta forma, utilizamos fontes hemerográficas: o jornal A Época, de Itabuna; Diário da Tarde, de Ilhéus; O Intransigente, de Itabuna; O Estado da Bahia; e a Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Também analisamos relatos de memorialistas e processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional. Esta grande diversidade documental foi imprescindível para compreendermos os conflitos e as relações sociais existentes entre grupos indígenas, sociedade nacional e funcionários do SPI. Identificamos e analisamos os interesses divergentes, os discursos polifônicos e as práticas dos diversos atores sociais envolvidos na história bastante conflitiva dessa reserva.

A partir dessa documentação, investigamos a implementação da política indigenista do SPI na Bahia entre 1910 e 1936 e as relações de contato entre o Serviço e os grupos indígenas “arredios”, que nesse momento eram a prioridade do trabalho de pacificação e atração. Assim, procuro demonstrar ao longo desta dissertação as tentativas do encarregado do Posto Paraguassú, Telesforo Martins Fontes, de se aproximar amistosamente desses grupos com a finalidade de atraí-los para a reserva. Também procuro demonstrar que longe de terem um comportamento passivo diante da ação dos funcionários do SPI, os índios agiam em função dos seus próprios interesses e compreensão da realidade. Deste modo, enquanto alguns grupos preferiam se refugiar nas matas, evitando contato com os funcionários do SPI, outros optaram por habitar a área da reserva, vivenciando com antigos inimigos novas possibilidades de sobrevivência, como aconteceu com os grupos Hãhãhãe e Baenã.

Diversas pesquisas tem buscado analisar o protagonismo dos índios, reconduzindo-os ao lugar de sujeitos ativos ao longo do processo de colonização, mostrando que, apesar da violência da conquista e da posição política e social subalterna que ocupavam, esses grupos

atuaram no processo que estavam inseridos, demonstrando que estes e suas culturas se transfiguram na dinâmica das relações sociais. Diversos historiadores e antropólogos contribuíram significativamente para a história dos índios no Brasil, desconstruindo as concepções que predominavam nos estudos sobre os índios enquanto vítimas passivas de um processo assimilador¹⁰. Assim, o diálogo entre a história e a antropologia, é fundamental para compreender os povos indígenas em contato com as sociedades envolventes. Sem este dialogo seria praticamente impossível pensar os índios no contexto da sociedade colonial, enquanto sujeitos sociais.

Para isto, dividimos essa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo analisamos as primeiras ações administrativas do SPILTIN entre 1910 e 1911, desde a instalação da inspetoria até a as primeiras expedições em busca dos “índios arredios” que viviam dispersos no sul do Estado. Procuo demonstrar o quadro de violência a qual essas populações estavam submetidas e as primeiras tentativas do SPILTIN de pacificar a região, bem como o agenciamento das populações indígenas diante da atuação do SPILTIN em seus territórios tradicionais.

Desta forma, destacamos a importância da discussão teórica proposta por Souza Lima sobre o conceito de “poder tutelar”, pois se trata de um conceito fundamental para compreendermos a relação entre os índios e o Estado. Trata-se do controle exercido sobre as populações indígenas nos espaços geográficos, simbólicos e sociais e que opera por meio da “identificação, nomeação e delimitação” de segmentos sociais entendidos com incapazes de exercer à vida cívica. Por esta razão, os índios necessitavam de proteção especial e de um tipo

¹⁰ Dentre outros: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; CUNHA, Manuela Carneiro. Política Indigenista do Século XIX. In: . **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; BOCCARA, Guillaume. **Que es lo “etno” en etnohistoria? La vocacion crítica de los estudios etnohistóricos y los nuevos objetos de lucha**. *Memoria Americana*, 20 (1), enero-junio 2012: 37-52; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 68-85. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n8p68>; SILVA, Edson Hely. **Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Tese de Doutorado. Campinas SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta: os botocudos na Província de Minas**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004; MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implantação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

de “mediação pedagógica”, capaz de equilibrar a posição relativamente menos elevada na sociedade e prepará-los para a prática da cidadania plena¹¹. Para Lima, o Estado, em certos momentos históricos, buscou realizar a integração territorial e política do Brasil e, para isto, procurou representar a si mesmo como nacional. Esta operação política e ideológica pressupõe a superação das dicotomias entre brasileiros e povos indígenas, isto é, entre “eu/nós e um outro”, situação que envolveu recorrentemente violência simbólica e as vezes também violência física. Sendo assim, para Lima o poder tutelar é uma forma transfigurada de uma guerra de conquista¹², sendo que a conquista implica dominar os recursos nos territórios conquistados, principalmente a terra¹³.

João Pacheco de Oliveira contribui significativamente para pensar o indigenismo tutelar do SPI e as suas contradições. Denominou de “paradoxo da tutela” o processo de proteção dos povos indígenas exercido pelo Estado, que envolve tanto elementos de proteção quanto de repressão, operados intercaladamente ou de forma combinada, de acordo com os diferentes contextos e interlocutores¹⁴. Segundo Pacheco, o fenômeno da tutela pressupõe a existência de um código comum de condutas compartilhado pelos membros de um mesmo grupo de referência. Pessoas que contrariam a expectativa da maioria têm sua conduta vista como patológicas ou negativa¹⁵. Nesse aspecto, o objetivo da tutela é transformar as condutas desviantes em comportamentos determinados pelos códigos dominantes, através de ensinamentos direcionados¹⁶.

Assim, segundo Oliveira, a tutela se baseia no reconhecimento incontestável da superioridade de um grupo de referência sobre outro e na obrigação da sociedade dominante de prestar assistência ao tutelado, controlando a sua conduta até que seu comportamento seja

¹¹ LIMA, Antônio Carlos de Souza. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. **Revista de Antropologia**, V. 55, N. 2, P. 784, 2012.

¹² LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 43.

¹³ Idem, p. 43-48.

¹⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios**. *Mana*. Rio de Janeiro, v.20, nº1. 2014 p. 129.

¹⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: a ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970). In: **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio- FUNAI, 2011, p. 431.

¹⁶ Idem, p.432.

enquadrado às normas sociais vigentes¹⁷. O índio nessa perspectiva tutelar é compreendido como “portador de uma cultura primitiva, incapaz por si só de apreender ou adaptar-se às condições de uma cultura superior”¹⁸. Na perspectiva tutelar os índios deveriam ser instruídos e terem disciplinado seus modos de viver. Portanto, a dimensão pedagógica é o ponto mais salientado da tutela e, por isso, a relação entre tutor/tutelado é entendido como processos casados de aprendizado e proteção. A despeito disso, a tutela é um processo repleto de aspectos repressores e de dominação¹⁹. Oliveira salienta que a tutela é uma categoria primordial para entender o processo de incorporação dos indígenas à sociedade brasileira e não deve ser entendida como um fenômeno histórico exclusivo do indigenismo republicano. Ao contrário, foi um modo de dominação instituído desde a colônia e perpetuou-se na longa duração da história brasileira, adquirindo diversas formas e sendo gerido por agentes tutelares distintos²⁰.

No segundo capítulo busquei apresentar um panorama geral da situação das terras indígenas no período que antecedeu a chegada do SPI na região. Neste sentido, inseri nessa problemática tanto as populações indígenas independentes, como aquelas que já haviam sofrido processo de territorialização e povos que tiveram de diferentes formas suas terras ou territórios invadidos e expropriados com o avanço das frentes agrícolas. Foi necessário também avaliar as transformações políticas decorrentes da mudança do regime imperial para o republicano e, nesse contexto, compreender como o estado da Bahia legislou sobre as terras indígenas. Assim, analiso a Lei de Terras da Bahia nº198, mostrando que a partir de suas brechas, a lei foi utilizada por fazendeiros para se apossar dos territórios indígenas nas primeiras décadas da República.

Analisaremos a chegada do Padre Camillo Torrend, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em Canavieiras que depois de dois meses percorrendo a região do rio Pardo e inteirando-se da situação de violência em que os índios estavam submetidos, propôs a criação de uma reserva para a conservação ambiental que estava ameaçado pelo avanço da agricultura, e que seria utilizado para “gozo dos índios”. O projeto de lei foi estruturado por

¹⁷ Idem, Ibidem.

¹⁸ Idem, Ibidem.

¹⁹ Idem, Ibidem.

²⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. 2014, p. 151.

uma comissão do IGHB que buscou dialogar com o governo do estado da Bahia para que as terras fossem reservadas.

Com o projeto de lei em andamento na câmara de deputados estaduais, o Serviço de Proteção ao Índio foi convidado a se pronunciar sobre a proposta em curso e coordenar o processo de medição e demarcação da área da reserva e fundação de postos indígenas. É evidente na documentação que a criação da reserva incomodou setores da oligarquia regional que tinham interesse em expandir suas lavouras em direção à área que seria delimitada. Esses grupos organizaram protestos em jornais e tiveram os coronéis da região como seus porta-vozes perante o Estado. Apesar dos conflitos em torno da instituição da reserva, o SPI continuou com as atividades de delimitação da área e estruturou as bases para o início das atividades de “atração e pacificação” dos indígenas.

Portanto, analiso nesse capítulo o processo que culminou na criação da reserva indígena Caramuru-Paraguassú, atentando para os interesses dos diversos autores sociais envolvidos e os primeiros conflitos. Neste contexto, também analiso as negociações entre o SPI e o governo estadual, trazendo os sujeitos sociais envolvidos nesse movimento e a articulação entre fazendeiros, políticos e autoridades do sul da Bahia para impedir o processo demarcatório. Assim, foi necessário compreendermos a conjuntura social, política e econômica dessa região nas primeiras décadas da República, buscando observar os efeitos da expansão das frentes agrícolas para as populações nativas. Desta forma, neste capítulo, demonstro também como os anos de 1925 e 1926 foram decisivos para os indígenas que habitavam o sul da Bahia, pois esses povos tiveram suas vidas impactadas com estabelecimento da reserva.

No terceiro capítulo analisarei o processo de territorialização de diversos povos indígenas no Posto Caramuru-Paraguassú. Abordarei os contatos dos agentes do SPI com os diversos grupos étnicos, as estratégias utilizadas para atraí-los aos postos e a introdução da “ação civilizadora”. Nesse sentido, o conceito de territorialização é de fundamental importância. De acordo com João Pacheco de Oliveira, a territorialização implica: “1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o

passado”²¹. Para o autor, a territorialização é um ato político, através do qual grupos e indivíduos são estabelecidos em um território com limites geográficos determinados, distinto do seu referencial. A partir de então, vivenciam ali um processo de reorganização sociocultural em múltiplas proporções²². Assim os grupos territorializados reconfiguram o território, tornando-se, para além de um espaço do colonizador, também um espaço de formação de novas identidades²³.

No último capítulo, analisei os conflitos envolvendo a disputa pelas terras da reserva, a articulação entre fazendeiros, políticos e autoridades policiais da região para impedir o processo demarcatório, e o conflito denominado pela imprensa como “levante comunista do Posto”, que ocorreu em 1936. Esse episódio violento contra a população indígena do Posto legitimou a redução de sua extensão territorial, atendendo aos interesses de fazendeiros, políticos locais e regionais. Após o conflito de 1936, a reserva sofreu uma nova reestruturação política-administrativa e um processo de redução de suas terras. A nova demarcação ocorreu em abril de 1937 e diminuiu a área do Posto consideravelmente, de 50 léguas quadradas para 15 léguas quadradas equivalentes a 36.000 hectares. Portanto, analisarei, nesta dissertação, a ação indigenista do SPI na Bahia entre os anos de 1910 e 1936, as tentativas dos funcionários do Serviço de “atrair” e “pacificar” os grupos indígenas através de um processo de territorialização na reserva Indígena Caramuru-Paraguassú.

CAPÍTULO I: GENEROSIDADE E DESPREZO: OS ÍNDIOS DO SUL DA BAHIA E A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO E ATRAÇÃO DO SPI

²¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos „índios misturados“? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*. Rio de Janeiro, v.4, n°1, p.47-77, 1998, p.55.

²² Idem, p.54.

²³ Idem, p.56.

Neste capítulo analiso o processo da “pacificação e atração” dos índios do sul da Bahia no início do século XX a partir da implementação da política indigenista do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais no ano de 1910 e 1911. Procuo compreender a relação deste órgão com índios desde as primeiras tentativas de contato até o estabelecimento do Posto Indígena Paraguassú em 1926.

É possível perceber, na documentação pesquisada, o arcabouço ideológico que sustentava as ações do órgão; a posição dos funcionários do SPILTN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais) dispostos ao sacrifício em prol da causa indígena; o início das atividades de pacificação, as primeiras expedições, a instalação dos postos de “atração”, a tática de ofertas de brindes, todas as estratégias que compreendiam ações pacificadoras. Também é possível identificar a relação do órgão com a política local, os conflitos em torno da terra, os interesses de fazendeiros e políticos regionais no processo de pacificação e a violência no contexto de hostilidade em que esses índios estavam inseridos.

Além disso, este capítulo não está restrito em analisar as ações do SPILTN, mas também está interessado em compreender a perspectiva dos povos indígenas diante das táticas de pacificação e atração. Portanto, analiso aqui, a relação entre os índios e funcionários do órgão e sociedade nacional nas primeiras décadas do século XX na região sul do estado da Bahia, evidenciando as atuações dos grupos indígenas Kamakan e Pataxó frente a esse processo²⁴.

A política indigenista do SPI e sua atuação no Sul da Bahia

O Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado em junho de 1910, pelo Decreto de Lei nº 8.072²⁵, vinculado ao Ministério da

²⁴ Nesta dissertação segui a regra estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia na grafia dos etnônimos indígenas, nas citações dos documentos optamos por utilizar os etnônimos indígenas conforme constam nas fontes pesquisadas.

²⁵ O SPILTN passou a ser chamado de Serviço de Proteção ao Índio - SPI pelo Decreto Lei N. 3.454, em 06 janeiro de 1918. Para demonstrar como eram diversificadas as atribuições do SPI, bem como sua importância estratégica, vale destacar que em sua trajetória de 57 anos (1910 – 1967) o órgão passou por três ministérios. Na década de 1930 o SPI saiu do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passou a integrar para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930). Posteriormente, muda para o Ministério da Guerra (1934) e depois retorna para o Ministério da Agricultura (1939), onde continua até sua substituição pela FUNAI em 05 de dezembro de 1967 - Lei 5.371 sancionada durante o governo do presidente Costa e Silva (LEI Nº 5.371, 05

Agricultura, Indústria e Comércio- MAIC. Conforme salienta Antônio Carlos de Souza Lima, esse órgão foi fortemente influenciado pelas ideias positivistas²⁶, propondo em seu programa a civilização dos índios e a transformação destes em trabalhadores nacionais²⁷. Tratava-se de uma política tutelar que objetivava pacificar os povos indígenas sem o uso da violência, mesmo que isso significasse “morrer se preciso for; matar nunca”.

O SPILTN teve como primeiro diretor o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, membro do Apostolado Positivista do Brasil²⁸ e adepto das concepções de Augusto Comte. Acreditava que os povos indígenas tinham seu lugar na escala evolutiva da humanidade e da sociedade, pois se encontravam em estágios inferiores da civilização²⁹. Portanto, deveriam “evoluir” conforme a “marcha da sociedade” colaborando, assim, com o “progresso da nação”³⁰.

Concepções de “civilização”, “progresso”, “evolução” faziam parte do repertório das ideias positivistas e suscitaram debates na sociedade que fundamentaram a elaboração da política indigenista republicana estabelecida com inauguração do SPILTN, em 1910³¹. Com a finalidade de pacificar diversas regiões de fronteira através da política tutelar sobre os povos indígenas, o SPILTN foi organizado como aparato administrativo burocrático estatal e instalado em vários locais estratégicos do país.

Concordamos com Souza Lima na sua obra “Um Grande Cerco de Paz”, quando o autor, a partir de uma análise estrutural do SPILTN e de suas ações, denominou de “poder tutelar” o monopólio exercido pelo estado sobre as populações indígenas e seus territórios.

dezembro de 1967), ver: LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

²⁶ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; GURAN, Milton. **Primeiros Contatos: Atrações e Pacificações do SPI**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010, p.17.

²⁷ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op., cit., 1995, p. 126.

²⁸ Sobre Rondon ver: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.) **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011.

²⁹ Conforme SCHWARCZ, os evolucionistas sociais defendiam que a cultura se desenvolveu em estágios sucessivos, entendidos como obrigatórios a partir de organizações econômicas e sociais específicas, que toda a humanidade deveria passar, no campo hierárquico do mais simples ao mais complexo. Ou seja, toda humanidade deveria percorrer pelas mesmas etapas de progresso evolutivo. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p 57 e 58.

³⁰ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Op. cit., 2010, p.17.

³¹ Para aprofundar o contexto de criação do SPILTN, ver: Gagliardi, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

Trata-se de um poder com características peculiares, mas que apresentou continuidades lógicas e históricas de controle sobre as populações indígenas³².

De acordo com Souza Lima, esta forma de poder do Estado, denominada tutelar, pode ser compreendida como um modo de integração política e territorial executado por um aparelho estatizado. O poder tutelar atua a partir de um complexo de redes sociais e relações que o constituem e busca se representar como nacional em diversos tempos e entre múltiplos e diferentes segmentos sociais³³.

“O poder tutelar é uma forma reelaborada de uma guerra, ou de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamento possível entre um “eu” e um “outro” afastado por uma alteridade (econômica, política, simbólica, espacial) radical, isto é, a conquista, cujos princípios primeiros se repetem - como toda a repetição, de forma diferenciada - a cada pacificação”³⁴.

Dessa forma, Lima evidencia que o poder tutelar exercido sobre os índios é compreendido como uma forma transfigurada de “guerras de conquista”, considerando a “conquista” como um empreendimento que implica certas dinâmicas, dentre elas: a fixação dos conquistadores nos territórios obtidos através da guerra e o controle sobre seus recursos e finalidades econômicas. Também envolve a redefinição social, política e cultural das unidades sociais conquistadas e a construção de alianças no âmbito das populações submetidas³⁵.

Segundo Lima, o SPILTN foi o primeiro aparelho de poder do Estado organizado para gerenciar a relação entre os grupos indígenas, diversos grupos sociais e demais aparelhos de poder³⁶. Foi o lugar que o Estado buscou centralizar e exercer o monopólio sobre os povos nativos, a partir do exercício de diversos poderes. Seu objetivo era “implantar, gerir e reproduzir” o poder de Estado com suas práticas administrativas, normas e leis³⁷.

O SPILTN, em 1910, foi organizado hierarquicamente em diferentes níveis de atuação: diretoria geral; inspetorias regionais; e, dentro do âmbito regional, foram instituídas as unidades de proteção denominadas “postos, centros agrícolas, povoações indígenas”. Mas,

³² LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p.47 a 62.

³³ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p. 42.

³⁴ Ibidem, p 43.

³⁵ Ibidem, p 47-62.

³⁶ LIMA, Antônio Carlos. O Governo dos Índios Sob a Gestão do SPI. ____ In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.155.

³⁷ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op., cit., 1995, p. 39.

como esclarece Lima, “os postos” por se tratarem de espaços locais criados pelo SPILTN, não devem ser confundidos com “reservas indígenas, ou com territórios nativos específicos”³⁸.

As inspetorias regionais, sediadas geralmente nas capitais dos estados, eram repartições estaduais que mediavam as relações entre os índios e a diretoria geral, assim como supervisionavam as atividades do Serviço, tanto concernente à proteção, como também a de localização dos trabalhadores nacionais³⁹. Na diretriz regional, caberia ao inspetor intermediar a relação entre governo, diretoria geral, elites estaduais e municipais, tornavam-se o elo da ação “protecionista”. O inspetor poderia também decidir sobre as construções de estradas e edificações de prédios, realizar trabalhos de demarcação, levantamento topográfico e contratar funcionários para executar as atividades do Serviço⁴⁰.

Assim, conforme Lima, a primeira atividade da diretoria geral do SPILTN foi organizar o envio dos inspetores aos estados onde atuariam. Dentre as tarefas desses agentes constava iniciar as “expedições” que consistiam, em princípio, de técnicas de sondagem das “forças do adversário”, verificando especificidades do terreno e a ingerência policial. Além disso, serviam para propagar o nome do SPILTN e dos aparelhos de poder do Estado Nacional em todo o território brasileiro⁴¹.

As atividades de expedição marcaram os primeiros dois anos do SPILTN, principalmente nas regiões da Amazonas, Maranhão e em Goiás⁴². Mas, analisando a documentação sobre a atuação do SPILTN na Bahia, verifica-se que as expedições também caracterizaram o início das atividades do órgão no estado, entre o mês de dezembro de 1910 e setembro de 1911.

A Bahia foi um estado marcado pelo conflito entre índios e não índios, situação agravada principalmente nas regiões de expansão agrícola, como o sul da Bahia, onde a busca por terras para o cultivo do cacau ocorria em direção aos territórios indígenas. O SPILTN passou a atuar logo após a sua fundação em 1910. Alguns documentos administrativos revelam que, neste mesmo ano, Pedro Maria Trompowsky Taulois foi nomeado primeiro

³⁸ Ibidem, p 230.

³⁹ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op., cit., 1995, p. 234 e235.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ibidem, p. 165.

⁴² Ibidem, p. 160 e 161.

inspetor do órgão no estado, tendo a responsabilidade de inaugurar e organizar a inspetoria, construir alianças locais a favor do Serviço, estabelecer os primeiros contatos com os índios e fundar os Postos de atração ⁴³.

Conforme demonstra Lima, o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon organizou o SPILTIN “a partir de uma rede de colaboradores extraída dos membros do Apostolado Positivista do Brasil, parcialmente identificada aos integrantes da comissão telegráfica que então dirigia⁴⁴. Portanto os inspetores do Serviço inaugurado eram pessoas da confiança de Rondon que comungavam dos princípios positivos. Além disso, no início da República, com a institucionalização do Exército após a vitória na Guerra do Paraguai fortaleceu entre militares a ideia de que a salvação da pátria era a missão dos militares. Este pensamento encontrou legitimação ideológica no positivismo que a partir de 1870 passou a ser a base da formação militar⁴⁵.

A trajetória pessoal de Pedro Maria Trompowsky Taulois confirma a preferência e escala de valores de Cândido Rondon no processo de nomeação de colaboradores para ocupar posições centrais e de relevo dentro do SPI, como o cargo de inspetor da Bahia. Nasceu em Santa Catarina no dia 27 de julho de 1868. Em 1885, matriculou-se na Escola Militar, no 13º Batalhão de Infantaria em Porto Alegre. Foi promovido ao posto de primeiro Tenente em dezembro de 1893. Atuou como engenheiro em 1894, quando foi nomeado ajudante encarregado nas obras de fortificação e artilhamento das fortalezas do estado do Pará. Recebeu o grau de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais em 1896, concluindo o curso de engenharia na escola Superior de Guerra. Em 1906, recebeu a medalha militar de prata pela realização de mais de vinte anos de bons serviços ao Exército⁴⁶.

⁴³ Os dados referentes às jurisdições administrativas das Inspetorias e seus respectivos anos de funcionamento, foram demonstrados nos quadros do RMAIC, apresentado por Lima na obra “Um grande cerco de Paz”. Conforme aponta o quadro nº3, em 1910 foi instalada a inspetoria da Bahia. No ano de 1911, Minas Gerais e Bahia aparecem integradas a mesma inspetoria. A partir de 1913, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais ficaram sob a mesma jurisdição. No ano de 1930, a Bahia consta nas fontes, porém sem nenhuma referência quanto à inspetoria. Em 1931, a Bahia novamente aparece integrando a inspetoria da Bahia, Minas e Espírito Santo. Em 1936, sob gestão do Ministério da Guerra a Bahia compõe a inspetoria da Paraíba e Pernambuco. Entre os anos de 1942 e 1962, as inspetorias já são apresentadas com numeração, ficando a Bahia pertencente a IR-4: Serviço de proteção aos Índios: jurisdição administrativa das Inspetorias Regionais por ano (1910-1962). Quadro n.3.

⁴⁴ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1998, p.159

⁴⁵ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da “proteção fraternal” no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ, 1987. p. 166.

⁴⁶ Arquivo do Exército. Setor Pessoal. Pedro Maria Trompowsky Taulois, IV, 12, 9.

Positivista e maçom, Taulois se destacou em Santa Catarina por sua atuação em defesa dos “Botocudos”⁴⁷. O etnólogo Silvio Coelho dos Santos, ao analisar as chacinas indígenas promovidas pelos “bugreiros” em Santa Catarina, afirma que o major-engenheiro Pedro Maria Trompowsky Taulois fundara no ano de 1906, em Florianópolis, a “Liga Patriótica para a Catequese dos Selvícolas”, objetivando por fim a violência contra os índios. Participava da Liga um pequeno grupo de intelectuais, humanistas, políticos e tinha como presidente de honra o então governador Gustavo Richard⁴⁸. Em setembro de 1910 foi posto à disposição do Ministério da Agricultura, para servir o SPILTN no estado da Bahia e em 06 de dezembro de 1910 apresentou-se ao Departamento de Guerra, e no mesmo mês seguiu para o estado da Bahia⁴⁹. Assim, destacamos que antes de ir para a Bahia para dirigir as atividades do SPILTN, Taulois havia se destacado em defesa dos índios Botocudos no sul do país.

Pedro Taulois, comprometido com a missão que lhe fora confiado por Rondon, em dezembro de 1910, inaugurou em Salvador a inspetoria do SPILTN, localizada na rua Chile, nº7, segundo andar, e comunicou as autoridades federais, estaduais e municipais acerca da implantação do órgão no estado da Bahia⁵⁰. Com a finalidade de obter o sucesso na empreitada de pacificar as regiões de conflito no Estado, Pedro Taulois naquele mesmo ano empenhou-se em ampliar sua rede de contatos na Bahia. Assim, constava entre suas atividades iniciais se apresentar às autoridades locais e fazer a propaganda em defesa dos ideais do SPILTN:

“No intuito de orientar os bem intencionados, desfazendo injustos preconceitos contra taes populações, tenho procurado nas palestras individuaes e bem assim em reunião publica realizada no Conselho Municipal da Vila de Rio de Contas, a qual compareceram todos os bons elementos sem distinção de partidos políticos [...]”⁵¹.

As conversas e mediações políticas do inspetor Pedro Taulois, tinham a finalidade de construir alianças em prol do Serviço inaugurado na Bahia e esses acordos constituíam uma

⁴⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Ofício. Bahia, 09/09/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 159-160.

⁴⁸ Para aprofundamento sobre o processo de pacificação dos povos indígenas em Santa Catarina, ver: SANTOS, Silvio Coelho dos. “**Encontro de Estranhos além do Mar**”. Etnografia, vol. VII (2), 2003, p. 442.

⁴⁹ Arquivo do Exército. Setor Pessoal. Pedro Maria Trompowsky Taulois, IV, 12, 9.

⁵⁰ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 28/12/1910. Microfilme: 190. Fotografia: 82-89.

⁵¹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 30/03/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 127-137.

das estratégias do SPILTN para se instalar em determinada região. De acordo com Lima, as alianças estabelecidas nos estados compunham mecanismos capazes de manter a existência do SPILTN. Era de grande valia obter desde o apoio de políticos, fazendeiros, até de pequenos colonos, visto que as alianças locais eram um suporte logístico para manutenção e avanço do processo de pacificação⁵².

A necessidade do Serviço de obter aliados estava presente no documento de 1910 enviado à inspetoria da Bahia com o título “Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais nos rios Gongogy e de Contas”. Sonia Otero Coqueiro, no livro “Povos Indígenas do Sul da Bahia”, observa que este documento, composto por 28 artigos, regulamentava as ações do Serviço na região dos rios Gongogy e de Contas, e defendia “um pacto de paz recíproco” entre grupos indígenas e civilizados⁵³.

Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais nos rios Gongogy e de Contas enquanto não forem dadas novas determinações pelo Inspetor do Serviço no Estado.

Art. 1 Entretar com os índios bravios da zona, relações amistosas, dispô-los mediante bom tratamento em quaisquer circunstâncias, e brindes depositados nos sítios mais frequentados por eles, a se aproximarem definitivamente dos civilizados.

Art.2 Também é objetivo do Posto fiscalizar cuidadosamente as relações dos civilizados com os índios e evitar por todos os meios, suasórios sempre que for possível, que estes sejam molestados por civilizados e isso levados pelo medo, pela ignorância ou por maldade, a trazer a Inspetoria sempre informada de tudo o que dizer respeito aos mesmos índios, como sejam aparecimento, depredações por eles feitas aos civilizados etc.(...)

Art.4 Os brindes com que se procurará captar as simpatias dos índios deverão ser colocados em pequenos ranchos de construção aligeirada, levantado sempre nos mesmos sítios sempre que for possível dentro das roças em que se tenham acostumados a suprir-se (...)

Art. 15 (...) quando acontecer de encontrar com eles, significar-lhes por meios de gestos que é ele que faz aquelas ofertas por ordem do governo⁵⁴.

⁵² LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op., cit., 1995, p.169.

⁵³ COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)**. Rio de Janeiro, 2002, p. 369.

⁵⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Instruções para serem observados no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Rio Pardo**. [Inspetoria da Bahia, déc. 1910]

Assim, as primeiras direções da política indigenista do SPILTN para o sul da Bahia orientavam aos funcionários como deveriam agir com os índios desde o primeiro contato. Sempre evidenciando a aproximação amistosa, os agentes deveriam evitar, em qualquer circunstância, desentendimento com os índios e impedir que eles fossem “por medo, por ignorância, ou por maldade, molestados por civilizados”⁵⁵. Para isso, deveria haver um constante diálogo entre a inspetoria e o funcionário responsável pelos vindouros Postos, mantendo o SPILTN sempre informado de todos os acontecimentos envolvendo os índios, inclusive “depredações por eles feitas aos civilizados”⁵⁶. Neste sentido, percebemos que os primeiros documentos sinalizam a existência de conflitos entre índios e fazendeiros na região, e o SPILTN posicionava-se como o órgão intermediador das possíveis divergências e conflitos e o único capaz de levar povos em estado de guerra à paz, através da ação tutelar que envolvia pacificar, atrair e civilizar as populações indígenas.

Os termos pacificação e atração, embora muitas vezes sejam confundidos como sinônimos, para o SPILTN tinham significados diferenciados. Ambos consistiam em estratégias da primeira fase do Serviço. No entanto, o processo de pacificação era a primeira ação a ser empreendida e dirigia-se aos índios arredios e em conflito com os não-índios. Trata-se de um conjunto de técnicas de intervenção sobre o espaço que consistia em pelo menos quatro ações de caráter geral: realizar as “expedições” nas áreas onde atuariam; depois estabelecer as bases do Serviço no território indígena, sem chegar diretamente na aldeia; mapear todo o território nas proximidades das aldeias; e espalhar brindes em locais estratégicos, buscando atrair a atenção dos índios. Além disso, a pacificação significava para o SPILT, altíssimos lucros no campo simbólico, destacando as ações dos agentes enquanto atos heroicos de não usar a violência, mesmo que isso significasse morrer⁵⁷.

João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, resumiram as táticas e as técnicas utilizadas pelo SPI para contatar os grupos indígenas, esses procedimentos eram normas padronizadas, ignorando as especificidades das situações locais.

1 A turma de atração deveria ser constituída por trabalhadores esclarecidos.

⁵⁵ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 28/12/1910. Microfilme: 190. Fotograma: 82-89.

⁵⁶ Idem

⁵⁷ LIMA, Antônio Carlos. Op., cit., p.167.

2 O chefe da equipe deveria ser um indivíduo experimentado no trato com os índios.

3 Era necessária a participação de vários índios do mesmo tronco lingüístico dos índios arredios para trabalharem como guias e intérpretes.

4 A equipe deveria instalar-se dentro do território indígena.

5 Entre as primeiras providências, seria construída uma casa protegida, além da plantação de um roçado.

6 Era importante explorar as redondezas, conhecendo matas, rios e tapiris.

7 Diante do ataque de índios hostis, exibir as armas de fogo e até mesmo usá-las (em tiros para o alto), evidenciando o poder de que dispunha a equipe de atração, mas nunca usando-as contra os indígenas.

8 Armam-se tapiris com presentes e expõem-se os intérpretes pelas matas. As trocas de presentes estabelecem a fase inicial da conquista: é o “namoro”.

9 A partir do contato inicial, a conquista pode ser consolidada, havendo confraternização, ou se houver algum incidente grave, ocorrer o colapso da equipe de atração ⁵⁸.

Esses procedimentos estavam presentes no documento do SPILTN direcionado a atuação do órgão na Bahia em 1910, nas “Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais nos rios Gongogy e de Contas” ⁵⁹. Para contatar os índios pacificamente era necessário o chefe formar uma equipe que com índios para servir de interpretes, realizar um levantamento geográfico da área, espalhar brindes nas matas, construir lavouras e exibir armas demonstrando poder. Assim, depois de estabelecer o contato, o próximo passo era a atração dos índios. Nesta etapa, a ação fundamental compreendia um conjunto de estratégias de sedução dos indígenas para conduzi-los a um determinado local em que seria construído o Posto ⁶⁰.

Assim enquanto as equipes de atração buscava atrair os índios, o “Posto” era preparado inicialmente com mão de obra de trabalhadores não índios. Construíam-se benfeitorias e plantações, pois o Posto deveria se manter como uma unidade autônoma na produção agrícola, empenhando-se em se “auto suprirem”. No Posto conviveriam índios e funcionários do Serviço e essa seria a segunda fase da ação tutelar, o momento em que o SPILTN colocaria em prática a “ação civilizadora”.

⁵⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de ; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha.. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, Rio de Janeiro: MEC/ Secad/ Laced/Museu Nacional. 2006, p.117. (Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET13Vias02WEB.pdf>).

⁵⁹ SPI. **Instruções para serem observados no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes no Rio Pardo**. [Inspetoria da Bahia, déc. 1910]

⁶⁰ Ibidem, p.179.

A ação civilizadora também era definida como um conjunto de técnicas com a finalidade de transformar os povos indígenas atraídos em produtores rurais sedentarizados. O intuito era promover seu auto sustento e comercializar o excedente da produção⁶¹. Sendo assim, o ato de civilizar os índios implicava tanto inseri-los na economia de mercado, como também promover a reestruturação cultural, introduzindo novos hábitos culturais, como a imposição de uma língua, vestimentas, religião e “outros costumes do povo conquistador”⁶².

Através das instruções do órgão, o SPILTIN apontava como deveriam ocorrer as primeiras ações do agente do SPILTIN no interior do Estado. Porém, ao analisar os relatórios do primeiro inspetor no sul do Estado, Pedro Taulois, percebemos como na prática as orientações foram aplicadas diante das especificidades encontradas, possibilitando, assim, traçar uma comparação entre o direcionamento e programa oficial do órgão e a ação local do inspetor na região.

A primeira informação do SPILTIN sobre os grupos indígenas do sul da Bahia encontra-se no primeiro relatório da inspetoria da Bahia, enviado ao diretor do SPILTIN o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, em dezembro de 1910. Neste, documento o inspetor Pedro Taulois descreveu os primeiros trabalhos de pacificação e forneceu dados sobre os diversos grupos indígenas que habitavam a região interiorana da Bahia, afirmou que:

(...) os índios habitam a parte sul do Estado, vivendo os Mongoyos e Patachós, uns no afluente do rio de Contas de nome Grungugy e seus (...) tributários que nascem do lado Norte da serra deste nome e nas vertentes do rio Cachoeira, ao sul da serra Itararacá e nas suas (...) correrias vão até as cabeceiras do rio Salsas. (...) Parte dos índios Machacaris vivem nas cabeceiras dos rios Jucurucú e Itanhim. Alguns índios Boruns resto de um antiga tribus mais conhecida pelo nome de Naquinanuc são encontrados nas vertentes orientais dos Aymorés e tributários do rio Itanhim e outros rios.” A população indígena foi assim estimada: “Mongoyos e Patachós 200 a 300 famílias; Machacaris 60 a 80, o que (...) dá 1800 almas.” O inspetor obteve também o relato da existência de “uma povoação chamada Uruba, entre Gongogy e Bôa Nova, que tem sido várias vezes atacada pelos índios Patachós pretos e Camacans de olhos azuis”⁶³.

Neste documento são citados diversos grupos nativos: Mongoyo, Pataxó, Maxacali, Boruns descendentes de um antigo grupo de Naquinanuc, Aimores, Kamakan, formando

⁶¹ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p.167.

⁶² Ibidem, p.122.

⁶³ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 28/12/1910. Microfilme: 190. Fotografia: 82-89.

assim uma população de aproximadamente 1800 pessoas que viviam espalhadas no sul do Estado. Cabe destacar que neste levantamento não foram mencionados os índios de áreas de antigos aldeamentos, como os índios de Olivença e os índios de Ferradas. A informação refere-se aos grupos “dispersos”, apresentados na documentação de “nômades”, “errantes” e/ou “bravios”.

Conforme Sonia Otero Coqueiro, na documentação produzida pelo SPI, principalmente nos relatórios que abordam as expedições e os trabalhos de atração e pacificação, aparecem poucas referências aos nomes das etnias indígenas e quando citadas, nem sempre correspondem às autodenominações do grupo. Nestes documentos, as informações sobre índios são geralmente genéricas, demonstrando, por um lado, a pouca preocupação do Serviço com a diversidade étnica, cultural e linguística dos índios da região, e, por outro, a tendência do órgão em criar uma concepção genérica de índio ⁶⁴.

Analisando a concepção de índio para o SPILT, Lima ressalta que o órgão compreendia os índios como um estrato social transitório que seriam incorporados na categoria de “trabalhadores nacionais”. Salienta ainda, que para o SPILT, os povos indígenas não eram dotados de histórias próprias, de hábitos que os diferenciavam da comunidade nacional e os singularizavam entre si ⁶⁵.

Na documentação analisada dos anos de 1910 e 1911, constatei que poucas vezes são citados os grupos étnicos, geralmente o nome “índio” é empregado no sentido de homogeneização das diferenças étnicas. Entretanto, interessa neste trabalho ler a documentação a contrapelo e evidenciar os nomes dos grupos étnicos quando aparecem nas fontes. Mesmo considerando que os etnônimos nem sempre são precisos na documentação e tampouco correspondem necessariamente aos nomes pelos quais os índios se reconheciam, visto que foram atribuídos a partir de um olhar externo sobre os povos independentes que viviam no sul da Bahia. Portanto, é importante fazer o mapeamento dos etnônimos e avançar na compreensão acerca da complexidade das relações inter-étnicas que existiam naquela região.

Informado acerca dos grupos indígenas que encontraria na região sul do estado, no mês de dezembro de 1911, Taulois se preparou para iniciar a expedição para o interior. Foi

⁶⁴ COQUEIRO, Sonia Otero. Op. cit., 2002, p 34.

⁶⁵ LIMA, Antônio Carlos. Op. cit., 1995, p. 120.

orientado por Constâncio de Araújo, advogado do Conselho Municipal de Barra do Rio de Contas, a iniciar a viagem pelo Rio de Contas e seguir para o rio Gongogi informando que não teria dificuldade de encontrar intérpretes naquela região.

[Constancio de Araújo] se esforçou em me mostrar que o melhor caminho que tinha a seguir era entrar pelo Rio de Contas em demanda do Rio Gongogy; dizendo-me ainda que me seria fácil encontrar intérpretes que me auxiliariam, contando entre outros, com um indivíduo de nome Manoel Mestre, além de índios já pacificados, que encontraria em Ferradas e Olivença⁶⁶.

Como pondera o documento, o inspetor esperava encontrar “índios pacificados”, provenientes da antiga vila indígena de Olivença e antigo aldeamento de Ferradas para que estes contribuíssem nas expedições intermediando a comunicação entre “índios bravios” e agentes do Serviço, desempenhando, deste modo, um papel imprescindível no processo de pacificação e atração.

O aldeamento de Ferradas, segundo Ayalla Oliveira Silva, vigorou na região sul da Bahia durante quase todo o século XIX e tinha como principais funções disponibilizar mão de obra indígena para os serviços públicos e particulares na região, bem como utilizar os índios aldeados para atuarem como intermediadores entre índios não aldeados, colonos, autoridades religiosas e governamentais no processo de colonização oitocentista.

De acordo com a autora, no século XIX os índios não submetidos à ressocialização nos aldeamentos de catequese ofereciam resistência ao avanço da colonização da região. Sendo assim, os índios do aldeamento de Ferradas eram utilizados pelos agentes da colonização de forma estratégica, no sentido de contatar e aldear índios habitantes da região, a fim de liberar os espaços territoriais exploráveis e possibilitar o acesso e estabelecimento de colonos no sul da Bahia⁶⁷.

Conforme observado na documentação, no início do século XX, o SPILTIN no sul do estado baiano continuou no mesmo rastro e prática histórica, pois pretendia utilizar os índios de Ferradas e Olivença como intérpretes para auxiliar no processo de atração dos índios

⁶⁶SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

⁶⁷Idem.

“arredios”. Isso confirma que, no sul da Bahia, tanto no século XIX como nas primeiras décadas do século XX, os índios de antigos aldeamentos continuaram exercendo a função de intérpretes e mediadores políticos, pois eram vistos pelo Estado como possíveis agentes de intermediação nas relações de contato.

Enquanto Pedro Taulois organizava sua primeira expedição, foi procurado na inspetoria por Lindolpho Rocha, que lhe declarou que a sugestão de Constâncio não era a mais conveniente, por duas razões: primeiro devido às enchentes do rio Gongogi, pois naquele momento as margens estariam alagadas, e segundo, por ser aquela área a mais difícil de iniciar as atividades do Serviço, pois se tratava de uma região marcada por constantes conflitos entre “civilizados” e índios. Sendo assim, Lindolpho sugeriu que o inspetor iniciasse seus trabalhos por Jequié, onde encontraria terreno firme e “pessoal que vive em boa harmonia com os índios”⁶⁸.

Apesar da indicação de Lindolpho Rocha para começar a expedição por Jequié, o relatório de 28 de dezembro de 1910 aponta que o inspetor Pedro Taulois preferiu iniciar seu trabalho pela Vila do Rio de Contas, conforme havia aconselhado Constâncio, por isso afirmou: “Creio que pelo Rio de Contas terei mais facilidade, visto fazer a viagem direta até a Villa, transportando dali para o pontal do Gongogy em canoas”⁶⁹. A escolha não seria apenas pela facilidade do transporte direto da capital para a Vila, mas também devido à proximidade com os grupos indígenas “arredios”. Sendo assim, interessava ao agente do órgão iniciar seus trabalhos pela região do estado da Bahia com maiores incidências de conflitos entre índios e não índios.

De acordo com Lima, o principal interesse do SPILTN era pacificar os índios considerados “selvagens” e por razões diversas: alguns destes povos se encontravam em estado de guerra com a população não índia, sendo assim e geralmente eram considerados obstáculos à ocupação do interior. Mas, sobretudo, o interesse pelos índios “arredios ou bravos” partia da concepção de que estes eram povos primitivos, baseado num paradigma

⁶⁸ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 28/12/1910. Microfilme: 190. Fotograma: 82-89.

⁶⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 07/01/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 138-140.

evolucionista subjacente às ideias positivistas que norteavam o órgão, sendo assim, ofereciam ao SPILTN “melhores oportunidades para o trabalho de civilização”⁷⁰.

Interessado em pacificar os grupos indígenas “hostis” do estado da Bahia, Pedro Taulois dirigiu-se a Vila do Rio de Contas ainda no mês de dezembro de 1910. Entretanto, ao chegar no povoado foi obrigado a adiar a sua expedição e regressar à Salvador, pois devido a enchente do rio, os canoeiros recusavam-se percorrer o Gongogi⁷¹. Contudo, ao partir para a capital, confiou a Constâncio de Araújo a tarefa de providenciar intérpretes para lhe acompanhar nas matas.

No final do mês janeiro de 1911, Taulois retornou a Vila do Rio de Contas para iniciar o trabalho de campo. Visando estabelecer alianças locais, conforme já demonstrado, o inspetor organizou uma reunião pública no Conselho Municipal para palestrar aos “bons elementos” sobre as intenções do Serviço. Além disso, fundou na vila o “Centro de Proteção aos Índios”, no entanto a documentação do SPILTN referente ao ano de 1911 não fornece outras informações sobre a atuação desse centro, o que nos faz ponderar que apesar da iniciativa de Taulois, ele não foi operacionalizado na região⁷².

É importante ressaltar que o inspetor não encontrou intérpretes que pudessem auxiliá-lo na expedição. Contudo, mesmo lamentando a falta que faria esse funcionário na mediação dos primeiros contatos com os índios, Taulois organizou um grupo de trabalhadores e iniciou a expedição partindo do rio de Contas em direção ao rio Gongogi⁷³. Em fevereiro de 1911 o inspetor chegou ao rio Gongogi e estabeleceu acampamento no local considerado abandonado, onde verificou ter sido a sede da “antiga colônia iniciadora”. Mas, pelas dimensões das ruínas, constatou que ali havia sido um centro de grande atividade⁷⁴.

Os relatos do inspetor fornecem alguns indícios sobre a antiga colônia agrícola citada no documento. Segundo ele, a colônia foi abandonada devido ao conflito entre índios e civilizados. Seu antigo dono, Ricardo Menezes, para impedir o ataque dos índios “arredios” a

⁷⁰ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p.125.

⁷¹ Idem.

⁷² SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru -Paraguaçu. Relatório. Bahia, 30/03/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 127-137.

⁷³ Idem.

⁷⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru- Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 30/03/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 127-137.

colônia, foi até a região de Pancada a procura de índios “já pacificados” para servirem de intérprete. Encontrou um homem conhecido pelo nome “Viração”. Tratava-se de um “civilizado” que se refugiou nas matas para fugir de uma ação penal e, por habitar na floresta, aprendeu a língua dos índios. Viração foi convidado para trabalhar como intérprete e terminou sendo contratado por Ricardo Menezes para trabalhar também na colônia, onde passou a intermediar a relação entre índios e “civilizados”, reduzindo consideravelmente os conflitos. Entretanto, quando a colônia passou a ser administrada por um homem conhecido como Navarro a situação mudou. O novo administrador da colônia dispensou os serviços de “Viração”, reacendendo na região os conflitos entre índios e colonos. A situação tornou-se insustentável, visto que qualquer ato dos índios era respondido com muita violência. Ainda de acordo com a narrativa de Taulois, os trabalhadores da região afirmavam que os índios só flechavam o inimigo quando eram hostilizados e não entravam em confronto com os pequenos trabalhadores e caçadores:

Quando diretamente hostilizados ou insultados, flechavam o inimigo, deixando em paz os caçadores e os pequenos trabalhadores. Esta é a opinião geral entre os próprios trabalhadores, tanto que confiantes permanecem no local onde os índios costumam vir colher bananas, mandioca e o mais em suas roças⁷⁵.

Nos documentos, o inspetor Taulois, atribuiu o fracasso da colônia agrícola que existiu nas margens do rio Gongogi aos conflitos com a população indígena que habitava a região. Indiretamente, deixa claro que o problema não era os índios, mas a incapacidade de o antigo diretor Navarro lidar com eles, dispensando a ajuda de intérpretes e mediadores políticos. Entretanto, a situação das colônias agrícolas na região sul da Bahia no início do século XX, demanda estudos específicos que abarquem a complexidade de tal processo, sendo este um campo ainda a ser explorado⁷⁶.

No que se refere à relação dos índios com os pequenos trabalhadores, a documentação aponta que, apesar da atmosfera hostil, visto que os índios constantemente colhiam em suas plantações, havia tolerância e uma negociação entre ambas as partes no que se refere à

⁷⁵ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 30/03/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 127-137.

⁷⁶ Sobre a expansão das colônias agrícolas da Bahia em meados do século XIX ver: LYRA, Henrique Jorge Buckingham. A “crise” de mão de obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850-1889. In: **Um Lugar na História: A capitania e Comarca de Ilhéus antes do Cacau**. Ilheus Editus, 2007, p.233 a 298.

ocupação territorial: os índios consentiam a presença dos trabalhadores em seus territórios tradicionais, e não os atacavam; e os trabalhadores permitiam que os índios usufríssem de suas lavouras.

Naquele período os índios costumavam colher alimentos como banana e mandioca nas plantações dos pequenos lavradores. Para evitar que essa prática continuasse ocorrendo Taulois providenciou fazer duas roças: a primeira, nas proximidades da sede da antiga colônia, plantou duzentos pés de bananeira; na segunda, afastada da sede uma légua, plantou 3500 pés de aipim e 1100 touceiras de cana. Com o cultivo dessas lavouras o inspetor pretendia reduzir os prejuízos que os índios causavam aos trabalhadores ao recolher alimentos em seus plantios, bem como convencê-los de que o governo não lhes abandonaram para beneficiar os índios⁷⁷. Dessa forma, o Serviço pretendia controlar as interações entre indígenas e trabalhadores, garantir a proteção a essas populações e obter o apoio dos pequenos lavradores da região.

A documentação também fornece alguns indícios sobre a situação da população de não índios que habitavam as proximidades do Gongogi. Conforme Taulois, as terras da região eram férteis e o cacau era a principal fonte econômica, entretanto, a situação dos trabalhadores era “deplorável”. Para manutenção de suas roças, eram forçados a contrair dívidas com altos juros. Entretanto, muitos dos pequenos lavradores não conseguiam saldar os débitos, sendo assim, eram obrigados a entregar suas benfeitorias em troca do pagamento da dívida. Nessas circunstâncias Taulois afirmou que os trabalhadores estavam esperançosos com a possibilidade de criação dos centros agrícolas do SPILTN⁷⁸. Podemos ponderar que parte desses pequenos lavradores, que aparecem na documentação do Serviço, eram ex-moradores da antiga colônia agrícola, o que indica que mesmo após sua falência muitos colonos permaneceram na região com empreendimentos individuais.

Salientamos que para muitos dos pequenos lavradores participar dos projetos dos centros agrícolas do SPILTN era um subterfúgio para assegurar a posse de suas terras no contexto de expansão da lavoura cacauzeira, pois na condição de “trabalhadores nacionais” receberiam do Governo Federal lotes de terra e assistência, sendo assim, não precisariam

⁷⁷SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício**. Bahia, 04/05/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 141-145.

⁷⁸ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru -Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 30/03/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 127-137.

contrair dívidas e tampouco perderiam seus terrenos. Para o SPILTN o centro facilitaria o processo de pacificação da região aproximando os índios dos trabalhadores. O objetivo era estabelecer lavouras para atrair as populações indígenas, que deveriam ser bem recebidos quando comparecessem no centro. Dessa forma, o Serviço pretendia criar na região “uma corrente a favor dos índios”, mas para isso era necessário atender também os trabalhadores nacionais.

A inspetoria acompanhava atentamente a situação dos trabalhadores na conjuntura regional, pondera Taulois: “o problema dos trabalhadores nacionais tem sido estudado”⁷⁹. O inspetor analisava a produtividade de suas terras, os meios de transporte, bem como verificava a possibilidade de melhoramento das rotas visando favorecer a comercialização dos produtos. Seu interesse era averiguar as condições logísticas para fundar com apoio desses trabalhadores, um centro agrícola inserido no mercado produtivo⁸⁰.

No relatório enviado a segunda subdiretoria do Serviço em maio de 1911, Taulois solicitou autorização do órgão para estabelecer nas terras devolutas localizadas no ribeirão sul, pequenos núcleos de trabalhadores nacionais. Esses lavradores se estabeleceriam definitivamente naquelas terras e cultivariam um roçado, criando dessa forma, um centro de atração dos índios. A providência de um centro agrícola, segundo o inspetor, facilitaria o processo de pacificação na região. Salienta Taulois, que seu objetivo não era estabelecer um núcleo completo, de acordo com as exigências do regulamento do Serviço, mas para evitar maiores gastos, sua proposta era localizar no máximo dez famílias de trabalhadores⁸¹.

A antiga colônia agrícola foi o local escolhido para ser a sede dos trabalhos do Serviço⁸².

Estabelecido o acampamento, aproveitei-me de uma casa ainda existente, onde fiz recolher-se o pessoal. No dia seguinte iniciei as pesquisas no matto deixando os brindes nos pontos onde haviam passado os índios, com os quaes pretendia demonstra-lhes as intenções que me moviam⁸³.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem

⁸¹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício**. Bahia, 04/05/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 141-145.

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

Conforme aponta o relato do inspetor, sua primeira ação ao chegar às margens do Gongogi foi investigar a presença indígena e as relações entre eles e a sociedade envolvente, com o fito de mapear história de violência e de colaboração na região. Além disso, visava espalhar os “brindes” para demonstrar aos grupos nativos que suas intenções eram pacíficas. A distribuição dos brindes tinha um objetivo muito bem definido: “captar a simpatia dos índios”. Deveriam ser colocados em lugares estratégicos, preferencialmente em rotas de passagem de grupos indígenas⁸⁴.

Os brindes, conforme Lima, constituem parte da tática de atração do SPILTN e são elementos simbólicos “de uma tecnologia muito superior à nativa no concernente ao poder de destruição e de resistência militar”⁸⁵. A cada flechada atirada pelos nativos, diante de cada vestígio deixado pelos grupos indígenas, nas beiras dos rios, o “pacificador” deveria depositar brindes, numa encenação de virtudes. A demonstração de boa vontade e generosidade era acompanhada também pelo “desprezo por seu poder de morte” para, a partir daí, “reduzir a resistência” dos nativos à sua presença⁸⁶.

A expedição nas matas consistia em explorar o território e descobrir as rotas de passagens dos índios. Nesses locais escolhidos foram construídos pelos funcionários do SPILTN “os ranchos”, onde eram depositados para os índios, mensalmente, no máximo três peças de “oferta”. Esses “ranchos de brindes” deveriam ser visitados pelos trabalhadores do Posto no mínimo quatro vezes durante o mês, para averiguar se os índios haviam recolhido as prendas⁸⁷.

Seguindo instruções do SPILTN para a inspetoria da Bahia, enquanto buscava contatar e atrair os índios através dos brindes os funcionários deveriam fundar os postos de atração. Ou seja, o encarregado deveria escolher um local que oferecesse possibilidade para plantio de roças a fim de garantir a subsistência dos grupos indígenas. A atração, segundo Lima, era uma tática do SPILTN que envolvia: transferir os povos indígenas de seus territórios tradicionais, para postos criados pelo Serviço, liberando, assim, suas terras⁸⁸.

⁸⁴ Idem

⁸⁵ LIMA, Antônio Carlos. Op. cit., 1995, p.171.

⁸⁶ Ibidem, p. 171.

⁸⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício**. Bahia, 04/05/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 141-145.

⁸⁸ LIMA, Antônio Carlos. Op. cit., 1995, p. 178.

Os postos de atração deveriam ser administrados, na ausência do inspetor, por um encarregado com gratificação mensal de 150 mil réis, com o auxílio de um trabalhador com diárias de 3.000; e ambos deveriam compor o quadro de funcionários efetivos. Entretanto, sempre que fosse necessária mão de obra para auxiliar nos serviços de capinas e plantações, poderia o encarregado contratar diaristas ou serviço por empreitada. O encarregado deveria prestar conta com a inspetoria de todas as despesas do Posto, comprovando os gastos através de notas. Nas instruções do SPILTIN salientava-se, ainda, que qualquer funcionário que viesse a ser contratado não deveria hostilizar os índios ⁸⁹.

Diante dessa necessidade de estabelecer postos, os relatórios do Inspetor Pedro Maria Trompowsky Taulois expõe, também, o interesse em dialogar com o governo estadual, a fim de obter do estado terras para “assistir” aos índios. Pois, a atração dos índios era apenas o primeiro passo. Paralelo aos postos de atração existia a expectativa de serem instalados também os postos de pacificação. Portanto, havia a necessidade de garantir terra delimitada e reservada para os índios. As negociações entre SPILTIN e o estado da Bahia em torno da disposição de terras necessárias para a efetividade da ação protecionista serão analisadas com profundidade no capítulo II deste estudo. Por enquanto, cabe ressaltar que esta questão estava na pauta de prioridades do SPILTIN no Estado.

Em relatório de fevereiro e março do ano seguinte, 1911, o inspetor Pedro Maria Trompowsky Taulois, descrevendo as primeiras expedições ao interior e o início das atividades de pacificação na região de proximidade do rio Gongogi, informa sobre seus trabalhos de aproximação dos Pataxó, caracterizando-os como, “índios bravos” que não foram aldeados e viviam em constantes conflitos com a população não índia. Taulois esclarece: “Captada a amizade dos Patachós, voltarei meus esforços para os Camacans, índios temidos, entre os quaes se encontram de côr negra” ⁹⁰.

Violência e a criação dos postos de atração no sul da Bahia

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

A documentação do SPI relata alguns dos conflitos que ocorreram na região envolvendo principalmente índios e fazendeiros. O relatório do Inspetor da Bahia, Pedro Maria Trompowsky Taulois é expressivo neste sentido:

(...) Dias depois chegava ao meu conhecimento que os índios estavam colhendo em uma roça distante do acampamento meia légua, resolvi transferir-me para lá, onde com toda a prudência procuraria levar-lhes a convicção de que efetivamente, queríamos a sua amizade. Chegando ao local referido verifiquei não ser verdadeira a informação recebida, mas tive a satisfação, mais uma vez, ver confirmado o princípio que tenho sustentado, de que o índio só ataca em represália.

O morador em cuja roça dizia estarem os índios, me mostrou sua mulher, que tinha sido flechada o ano passado, ao entrar em casa.

Indagamos dos motivos que dera causa a inimizade dos índios, declararam-me que nunca tinha feito nada aos índios. A se confirmar o que dizia ficou um pouco abalada a minha teoria e por não me conformar insisti e então me informou que o pai de sua companheira tinha morto um ou dois índios.

Seria motivo de justa indignação o facto de terem ferido uma inocente, mas se considerarmos que em quatrocentos anos só temos atestado a nossa civilização com factos muito mais indignos, encontra-se uma justificação o que não quer dizer que sancionemos⁹¹.

Taulois descreve um clima de tensão na região envolvendo índios e não índios. Tentando justificar o ataque dos índios a uma mulher cuja família tinha um histórico de violência contra os índios, o inspetor confirmou que a ofensiva era, na verdade, uma medida de represália contra ataques sofridos anteriormente. Alvos de constantes ações violentas, os índios reagiam diante desse contexto. O relato a seguir, expressa este quadro histórico de violência contínua, lembrando que a narração descrita foi realizada cerca de 20 anos após a proclamação da República. Conforme relata Pedro Maria Trompowsky Taulois:

Devo abrir um outro parêntese. Um certo oficial da força estadual foi enviado em diligência ao mato, a fim de capturar alguns criminosos que constava se tinham refugiado entre os índios, rompendo contra eles fogo, de que resultou a morte de 13 índios, homens, mulheres e crianças. A fim de verificarem se os índios, bichos do mato como os chamam, têm órgãos semelhantes aos nossos, profanaram o cadáver de uma mulher índia. A diligência foi bem sucedida, visto como foram presos dois criminosos, um dos quais conseguiu fugir ainda na mata.

O fato dos criminosos se terem refugiado entre os índios, seria motivo para considerar bem punidos; tanto mais que não seriam os únicos que não sofressem castigos. Chegando ao conhecimento público os factos citados, o

⁹¹ Idem.

responsável foi processado, mas como sempre despronunciado por falta de provas.

Fechando este parêntese, prossigo ⁹².

O fato citado no documento demonstra o contexto de violência e crueldade em que os indígenas dessa região estavam inseridos. Além dos 13 índios assassinados na ação policial, um corpo de uma índia foi profanado. A violação do cadáver tinha a finalidade de verificar os seus órgãos, para compará-los com os corpos dos homens e mulheres considerados “civilizados”. Este fato remete a um debate antigo reacendido no século XIX, sobre a humanidade indígena, sendo os povos nativos recorrentemente comparados com “animais selvagens”.

Manuela Carneiro da Cunha, analisando a política indigenista do século XIX no Estado brasileiro, demonstra que entre o final do século XVIII, até meados do século XIX, transcorria na sociedade o debate acerca da “humanidade ou animalidade” dos índios. A discussão girava em torno do extermínio dos índios “bravos”, opção conveniente aos colonos; ou “civilizá-los” e inseri-los na sociedade política. A segunda alternativa era proposta geralmente por estadistas interessados na utilização da mão de obra indígena⁹³.

Conforme aponta Cunha, no século XVI a bula papal datando 1532 não deixava dúvidas quanto ao fato dos “índios terem alma”. Entretanto, no século XIX, marcado pelo avanço do cientificismo e a necessidades de classificações dos antropoides humanos, emerge novamente a discussão. Neste período, dois posicionamentos fomentavam o debate: a ideia da “perfectibilidade” que tinha um dos seus principais percursores José Bonifácio, ou a posição contrária defendida pelo naturalista Von Martius. Oficialmente e por uma questão de altivez nacional, era declarada a humanidade dos índios entre políticos e letrados do Império. Mas, paralelamente, a ideia de “bestialidade, de fereza, em suma de animalidade era comumente expressa” no século XIX⁹⁴. A chacina e a violação do corpo de uma índia para verificação dos seus órgãos, em pleno contexto republicano, nos leva à compreensão de que continuavam presente na sociedade do sul baiano concepções que aproximavam os índios de “feras”, questionando a humanidade deles.

⁹² Idem.

⁹³ CUNHA, Manuela Carneiro. Política Indigenista do Século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 134.

⁹⁴ Idem.

A violência contra os índios era um fato no sul da Bahia, sendo esta uma das justificativas pela qual o SPILTIN escolheu a Bahia entre as regiões que deveriam ser instaladas as inspetoria. Pretendia-se, com a atuação do órgão, inibir possíveis ações de hostilidade e extermínios através da “pacificação e atração” da população indígena.

Os atos de hostilidade, constantemente descritos nos relatórios do inspetor Pedro Taulois sinalizam que, no início da República, ainda ocorriam no sul da Bahia as expedições de repressão e/ou extermínio de índios, *i.e.* as “batidas”, contra os índios, a mando de fazendeiros ou até mesmo das forças policiais do estado, articuladas com as autoridades locais. Outro fato chama a atenção: o inspetor estava à procura de um intérprete e telegrafou ao Intendente de Una, David Fulchen, pedindo informações sobre um indivíduo que tinha por nome Kamakan. Segundo constava, ele falava a “língua dos índios”. A resposta de David Fulchen foi incisiva: informou que o indivíduo em questão já havia morrido e ainda julgou que o mesmo não seria digno da missão⁹⁵. Em outra viagem feita a Belmonte, o inspetor Pedro Taulois compreendeu a razão pela qual Kamakan não seria uma pessoa apropriada para auxiliá-lo na empreitada:

Infelizmente, na viagem que fiz a Belmonte, tive o desprazer de saber que o mesmo senhor [conhecido por Camacam] chefiava uma batida contra os índios; de que resultou serem trucidados 200 dos infelizes índios, e como se tivesse levantado clamor contra tão indigno proceder, foram processados os responsáveis, nada porém vindo a sofrer pelos motivos que facilmente se compreende⁹⁶.

Não podemos afirmar se realmente foram mortos duzentos índios na “batida” capitaneada por Kamakan, pois desconhecemos outras fontes que atestem os dados dessa chacina. No entanto, o inspetor não questionou a veracidade do número de índios mortos em tal delito, até porque esse quadro de violência, conforme já mencionado, legitimava sua presença do SPILTIN na região. A fonte pesquisada não nos permite avançar nas análises, pois poucos detalhes nos fornecem, mas salientamos que a recorrência de fatos dessa natureza ratifica a conjuntura social do sul da Bahia, historicamente marcada pelos conflitos entre grupos indígenas e entre índios e não índios, conservando essa característica nas primeiras décadas do período republicano. Neste contexto, o sul da Bahia era um lugar onde ações

⁹⁵SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 162-185.

⁹⁶Idem.

violentas eram constantemente praticadas contra os povos indígenas e a impunidade diante dos assassinatos era o habitual, conforme permite ponderar a documentação pesquisada.

Nessa conjuntura de violência e conflito, a proposta do SPILT de pacificar, tutelar os índios e transformá-los em trabalhadores agradavam algumas autoridades da região, visto que para muitos fazendeiros a população indígena espalhada pelas matas era um problema a ser combatido, pois eram um empecilho para a expansão de seus empreendimentos. Na análise dos documentos, percebermos que as autoridades da região demonstravam interesse no processo de pacificação. Cito como exemplo a situação relatada pelo inspetor Pedro Taulois. Ele denunciou nos relatórios as dificuldades financeiras da Inspetoria, julgando ser a verba insuficiente para o andamento dos trabalhos. Por motivos pessoais, teve a necessidade de fazer uma viagem, mas temia deixar o serviço iniciado no rio Gongogi, visto que os resultados poderiam se perder pela falta de acompanhamento. Ao tomar conhecimento que o inspetor se retiraria da região, o presidente do Conselho Municipal do B.R. Contas telegrafou ao ministro Rondon, solicitando a continuidade do trabalho, conforme pondera o documento abaixo:

Sabedor da minha retirada o Conselho Municipal do B.R. Contas, por intermédio do seu Presidente telegrafou ao Sr. Ministro solicitando o seu patriótico concurso, a fim de continuar o trabalho no Gongogy, a fim de ficarem garantidas as vidas e propriedades dos civilizados. Em resposta recebi ordem de scientificar ao citado conselho que nunca se cogitaria de suspensão do serviço, e por outro lado ficava inteirado que eram aceitas as minhas ponderações sobre a viagem ao estado, e, como ficasse sabendo das dificuldades em que estava a Sub-Diretoria em dar-me substituto na minha ausência, desistir da licença pedida⁹⁷.

Analisando o trecho citado, percebemos que havia o interesse das autoridades da região na continuidade dos serviços da Inspetoria. Mas tal fato não residia na preocupação dos mesmos em atender as populações indígenas. O interesse era se certificarem de que as “vidas e propriedades dos civilizados” estariam protegidas, a partir do controle estatal sobre as populações indígenas. Além disso, a ideia de estabelecer os postos indígenas significava liberar as terras indígenas para a ampliação de fazendas e negócios.

⁹⁷SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

Conforme explica João Pacheco de Oliveira, na política indigenista republicana a categoria “pacificação” referia-se a um processo “dito humanitário”, pois visava proteger populações vulneráveis, aproximando destas sem o uso da violência. Entretanto, a maneira como os agentes do SPI se auto representavam, camuflava em seus discursos que as pacificações foram imprescindíveis para isolar as populações indígenas em restritas faixas de terras, disponibilizando paralelamente vastos espaços para atender interesses privados⁹⁸.

Nos primeiros meses do ano de 1911, diversas ações de pacificação foram operacionalizadas com o intuito de reduzir as hostilidades entre índios e não índios. Como, por exemplo, a tentativa de impedir que os índios colhessem alimentos nas plantações de agricultores, pois este era um dos motivos de constantes conflitos na região. Conforme já demonstrado, uma das ações do inspetor Pedro Taulois foi cultivar lavouras em rotas de passagens dos índios para que estes não precisassem usufruir dos plantios de não índios. Com esta ação o SPILTN buscava tanto beneficiar a população da região, mostrando que o Serviço resguardava as propriedades dos “civilizados”, quanto se aproximar dos nativos de forma “amigável”. Além disso, a tática de espalhar brindes pela região objetivava demonstrar aos índios seus fins pacíficos, contatá-los, capturar a confiança e atrai-los aos postos. Esses foram os primeiros passos do inspetor Taulois tentando atrair os índios “arredios” utilizando as estratégias da pacificação e atração.

Verificar se os índios tinham se retirado com temor de alguma hostilidade nossa, fiz seguir para a matta uma turma de caçadores, a fim de ficar orientado, e como demandasse tempo resolvi fazer uma plantação de bananeiras, onde os índios tivessem o que comer, além da vantagem de dar confiança a nossa gente de por pouco tempo teriam de sofrer os prejuízos em suas roças, criando assim uma corrente sympatica a favor dos índios. A proteção dos índios estava feita, visto como todos estavam informados que agiria contra os que por qualquer motivo hostilizassem os índios, mas não me considerava satisfeito com esse resultado apenas, por isso insistia em fazer uma paz duradora entre eles e a nossa gente, tendo a convicção que não recusaria a tão nobre situação [...]⁹⁹.

⁹⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios. **Mana**. Rio de Janeiro, v.20, n°1. 2014, p. 137.

⁹⁹SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

Os relatos do inspetor Pedro Taulois são ricos em detalhes sobre as tentativas de estabelecer contato com os índios, fundar os postos de atração e manter os índios como frequentadores daqueles espaços. Segundo Lima, os relatórios do SPILTN apresentam extensas narrativas das expedições, bem como, se esmera no mapeamento, ainda que básico, das dificuldades que o órgão poderia confrontar em cada área de sua atuação. Apresentam dados geográficos e de localização e informações de caráter social e econômico para nortear atividades vindouras. Outra característica dos relatórios do SPI é a prestação de contas à diretoria geral, com a finalidade de solicitar recursos, sendo este, um de seus principais objetivos. Alguns relatórios preparam o início da instalação de um Posto. Dessa forma, os relatórios produzem um “mapeamento tanto cartográfico, como sociológico”¹⁰⁰.

Portanto, os documentos do SPILTN são fontes historiográficas valiosas que permitem pensar o processo de pacificação e atração, nos primeiros anos de atuação do órgão. Entretanto, por se tratarem de documentos oficiais, é indispensável à crítica historiográfica, analisá-los e inseri-los no contexto da política indigenista nacional. Assim, deve-se atentar que nos documentos, existe um reiterado processo de construção de uma imagem de índio, feita pelos agentes do SPILTN mais correspondente aos objetivos e diretrizes do órgão, do que propriamente com a realidade esboçada pelos povos indígenas. Existem também posicionamentos pessoais dos responsáveis pelos relatórios, que podem ou não coincidir com as diretrizes do Serviço. Nessa documentação também aparecem o contexto específico da região e classificações étnicas atribuídas aos grupos indígenas. Além disso, mesmo diante de todas as limitações da fonte, é também possível buscar indícios da atuação dos povos indígenas frente ao processo de “pacificação e atração” apoiando-se na crítica documental e no campo teórico que possibilita pensar os índios como sujeitos sociais no processo de conquista.

Neste sentido, na documentação do SPILTN é possível perceber atuações indígenas diante do processo de pacificação e atração no sul da Bahia: escolhi aqui algumas situações relatadas por Taulois que demonstram como os índios Kamakan e Pataxó agiram diante das estratégias da ação protecionista.

O inspetor Taulois descrevendo em maio de 1911, os primeiros contatos com os índios Kamakan no rio Gongogi, onde havia estabelecido o acampamento desde fevereiro,

¹⁰⁰ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit, 1995, p.162.

evidenciou que os índios tinham conhecimento que os agentes estavam lhes seguindo. Entretanto, não houve nenhuma reação agressiva, pois, segundo o inspetor, os índios consideravam os brindes como “prova de amizade”, porém passavam pelos objetos deixados no mato, e não os recolhiam¹⁰¹.

Podemos ponderar que os índios perceberam os objetivos pacíficos do grupo, e por isso não os atacaram. Entretanto, aceitar a oferta do SPILTIN significava estabelecer contato e naquele momento, os índios desconfiados agiam com cautela, demonstravam que também estavam sondando os agentes do Serviço e por isso não tocavam nos brindes.

Em outra passagem, Taulois relata que os índios perceberam a presença dos trabalhadores do SPILTIN, antes que os funcionários notassem que o grupo indígena estivesse observando-os de longe e muito discretamente. Da mesma forma, o grupo poderia ter partido sem que os trabalhadores do Serviço percebessem. Mas, ao contrário disso, os índios tornaram notória sua partida.

Quando resolveram retirar-se o fizeram dando-nos sciencia, porque assim como nos descobriram sem que os tivéssemos vistos, poderiam partir sem que ficássemos avisados. Esse fato que pouco vale isoladamente, penso ter grande valor, se estudássemos os antecedentes. Naturalmente ainda conservam a tradição das grandes lutas com os brancos, nas quaes sempre foram esmagados, além das continuas batidas de que ainda são vitimas¹⁰².

Conforme sinaliza o documento, os índios poderiam atacar de sobressalto os agentes do SPILTIN, e se assim fizessem estariam em vantagem, pois constataram a chegada dos funcionários, antes que estes os descobrissem. Contudo, o documento aponta que os índios agiram de forma pacífica, isso demonstra que não queriam conflito. Mas, ao se retirarem da área promovendo barulhos, estavam avisando aos agentes que apesar de não optarem pela guerra, também não desejavam estabelecer contato.

Taulois descreve outra aproximação dos índios que ocorreu em junho de 1911. Segundo o relato de um trabalhador, dois índios se distanciaram do seu grupo e foram ao local onde se encontravam os lavradores. Taulois afirma que poderiam se tratar de dois chefes

¹⁰¹SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício**. Bahia, 04/05/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 141-145.

¹⁰²Idem.

indígenas que queriam verificar “a sinceridade das nossas intenções”. Os índios se aproximaram dos funcionários do SPILTN com arcos e flechas na mesma mão, o que indica que não estavam com o instrumento posicionado para atacar, e os olhavam “desconfiados”.

Ainda no mesmo mez era informado que um lavrador estando nas roças com outro companheiros, viu passar no aceiro da mesma, os índios, os quaes caminhavam a passos vagarosos, conservando o arcos e as flechas na mesma mão, gesto positivo de amizade, olhando-os um tanto desconfiados sendo então saudados por um dos nossos, nada porém respondendo os índios. Ao retirar-se para casa, verificou que o grosso dos índios tinha seguido outro caminho, tendo se destacado do grupo talvez os chefes que fora verificar a sinceridade das nossas intenções¹⁰³.

Este fato novamente evidencia que os índios estavam observando os agentes do SPILTN, e demonstravam receio em estabelecer contato, como demonstra a documentação. Afinal, os índios se aproximaram, mas não responderam a saudação dos trabalhadores. Essa desconfiança dos grupos indígenas é explicada, conforme já demonstrado neste trabalho, pelo histórico de conflitos e violência que os povos indígenas vivenciavam no sul da Bahia.

Kelly Silva Prado Andrade ao analisar o processo de instalação da inspetoria do SPILTN na Bahia observou nas ações do órgão, a continuidade da prática histórica de ofertar brindes no processo de estabelecimento de contato. Na sua análise documental, a historiadora atentou para a imagem que os agentes do órgão possuíam dos povos indígenas. Segundo a autora os funcionários do Serviço, motivados pela lógica lucrativa de seu contexto social e político, nutriam uma visão „simplista e infantilizada“ dos índios, pois, acreditavam que ao receberem as gratificações materiais, como brindes e suprimentos, imediatamente os nativos colaborariam com a política do SPI¹⁰⁴. Entretanto, ao investigarmos as ações indígenas frente a esse processo de ofertas de brindes, constatamos que os índios não contribuíram automaticamente com as ações do SPI em troca dos brindes. Sendo assim, embora os agentes do SPILTN tivesse uma visão simplista da capacidade indígena, os índios atribuíram sentidos próprios a esse processo e atuavam de acordo com os suas disposições.

¹⁰³SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

¹⁰⁴ ANDRADE, Kelly Silva Prado. **Trocadilhos Étnicos: A política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia. 1926-1938**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2014, p.43.

Outro relato descreve uma ação indígena, no sentido de amedrontar os trabalhadores do SPILTIN que roçavam uma capoeira na margem oposta do acampamento, onde seria feita uma plantação com o objetivo de atraí-los para aquela área.

[..]os índios vieram onde estavam trabalhando balançaram uma bananeira e bateram algumas pancadas em um pau , o que amedrontou o pessoal que logo pediu a canoa para se transportar, o que não se realizou, porque me fiz transportar ao local onde tinham estado os índios, demonstrando-lhes assim a inutilidade da fuga¹⁰⁵.

Percebemos neste relato, a intenção de alguns índios de amedrontar os funcionários do Serviço. Podemos inquirir que o fato dos índios se deslocarem para o local onde estavam os trabalhadores do Serviço e baterem com um pau na bananeira, quisessem através dessa ação manifestar rejeição a presença e a ação dos agentes, ou talvez demonstrar que eram os donos daquele território. Entretanto, o documento evidencia que os funcionários que acompanhavam Taulois na expedição possuíam medo dos índios. Tão grande foi o pavor que os índios causaram nos trabalhadores, que estes queriam abandonar imediatamente a região. Entretanto, Taulois convicto de seus ideais manteve-se firme, demonstrando aos funcionários que não temia aos índios e era desnecessário retirar-se.

Os trechos destacados dos relatórios do inspetor Taulois, permitem perceber que enquanto os agentes do SPILTIN buscavam pacificar e atrair os índios Kamakan nas proximidades do rio Gongogi, estes reagiam de acordo com seus interesses. Toleravam a presença do Serviço, mas no primeiro momento não tocavam nos “brindes”. Alguns índios tentaram amedrontar e afugentar os funcionários, outros davam indícios de que estavam deixando a região. Portanto, a partir da documentação podemos perceber que a presença do SPILTIN despertou o interesse dos grupos indígenas que habitavam as proximidades do acampamento, em observar quem eram aqueles homens que se estabeleceram em seu território tradicional, ou seja, os índios estavam acompanhando cada passo dado pelo SPILTIN e agiam da sua maneira às tentativas de atração.

Dentre outros historiadores e antropólogos, Boccara (2012), Cunha (1998), Almeida (2010, 2003) e Monteiro (2001), destacam que os povos nativos podem perceber ações

¹⁰⁵ Idem.

administrativas dentro de sua própria lógica. Segundo Souza Lima, ações dos agentes do SPILTIN “frente a grupos indígenas específicos, escapavam ao direcionamento estrito ou às ideologias pretendidas pelo comando central do Serviço”¹⁰⁶. Percebemos que apesar de todo aparelhamento do SPI, seus regulamentos e instruções de como deveriam agir os funcionários, na prática, essas ações se defrontavam com as diversas possibilidades da ação indígena desde a sondagem, aproximação, rejeição, até ações que causaram amedrontamento nos trabalhadores do Serviço.

A atuação do SPILTIN nos seus primeiros anos no sul da Bahia foi considerada positiva pelo inspetor Pedro Taulois. Os relatórios são incisivos em demonstrar que, após um “longo trabalho e persistência diante dos obstáculos”, inclusive o inspetor destacava a dificuldade de encontrar um intérprete, finalmente em agosto os “índios arredios” se aproximavam dos postos de atração e até mesmo recolhiam os brindes:

Ainda neste mez tive a primeira prova de amizade dos índios e a grande convicção que não estaria longe o dia em que me fosse dado participar-vos que espontaneamente tinham vindo ao meu acampamento. O fato sem importância material tinha para mim grande valor moral. Os índios tendo ido colher mandioca nas roças de um trabalhador, deixaram plantadas as covas de onde tinham arrancado a mandioca, o que me deu a compreender que quiseram com esse fato demonstrar querer reparar os prejuízos que estavam dando. Por essa época vos scientificava que tinham retirado os objetos que mais utilidade encontra amtaes como canivetes e pequenas facas, desprezando e lançando fora roupas, espelhos¹⁰⁷.

O relato do inspetor traz indícios importantes acerca da atuação dos índios frente às estratégias de pacificação e atração. Aponta que os índios colheram mandioca na roça de um trabalhador, mas dessa vez deixaram as covas plantadas. Isso nos permite ponderar que os índios não desejavam entrar em conflito com os colonos e suas atitudes eram um demonstrativo disso. Também chama a atenção o fato dos índios saberem plantar, pois conforme indica na documentação, esses grupos viviam “dispersos na região” e seriam “nômades”. Entretanto, o fato dos índios dominarem a técnica de plantio da mandioca permite ponderar que esses poderiam ser remanescentes de antigos aldeamentos, ou até mesmo de

¹⁰⁶ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p. 157.

¹⁰⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

“centros agrícolas” citados por Taulois, visto que o acampamento do inspetor foi instalado nas ruínas abandonadas deste antigo centro.

O agenciamento indígena fica evidente diante dos dispositivos de brindes, visto que, após cinco meses que os funcionários do SPILT depositaram objetos, sem nenhum resultado, período que compreendeu de fevereiro a junho de 1911, finalmente os índios recolheram os brindes. Entretanto, não recolheram tudo, pois escolheram o que lhes interessavam da sociedade nacional. Por exemplo, apossaram-se de facas e canivetes que são objetos de grande utilidade na mata. Observe-se, além disso, que as roupas e espelhos foram desconsiderados pelos índios.

Analisando as situações dos índios Umutina frente à política indigenista do SPI no Estado do Mato Grosso, Lucybeth Camargo Arruda destaca o longo processo de pacificação desse grupo étnico que durou 32 anos, compreendendo de 1913 a 1945, no qual a autora enfatiza um jogo de movimento de ações e reações às disciplinas impostas pelo SPI. Neste sentido, Arruda salienta que todo o processo de atração dos Umutina para o Posto Fraternidade Indígena, criado pelo SPI, fundamentava-se na estratégia de brindes. Estes não tinham a finalidade apenas de garantir a aproximação, mas também tinha um propósito disciplinador. Sendo assim, objetos como roupas, cintos, chapéus, botas tinham o objetivo de disciplinar os cuidados com o corpo, tanto no sentido de higienização, como também introduzir os costumes cristãos de moralização do corpo. Objetos como espelhos, lenços, pentes destinavam-se a modificar o gosto estético. Instrumentos como foice, facão, anzol colocavam-se em meio às disciplinas do trabalho. A autora ressalta que os brindes por si só não tinham o poder disciplinador, mas a frequência da sua utilização tinha efeito de “docilizar o corpo indígena”¹⁰⁸.

Podemos perceber que enquanto o processo de pacificação e atração dos índios Umutina no Mato Grosso demorou cerca de 30 anos, no sul da Bahia em apenas cinco meses de trabalho do SPILTN na região do rio Gongogi, alguns grupos indígenas que ali habitavam, demonstraram querer se aproximar dos agentes do Serviço, por esta razão o inspetor Taulois acreditava que o processo de pacificação e atração dos índios da região logo daria resultados.

¹⁰⁸ ARRUDA, Lucybeth Camargo. **Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência 1913-1945**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá. 2003, p. 77.

A tática de pacificação do Serviço parecia estar dando seus primeiros resultados. Em setembro de 1911 o inspetor Pedro Taulois relatava os “sucessos” da Inspetoria, obtidos através das ações de pacificação. Descrevendo que já havia conseguido contato com os índios Kamakan e Pataxó no Gongogi e que os mesmos aparentavam mudança de comportamento com os “brancos”, conforme relata no telegrama enviado a Diretoria do Serviço:

“Apoz 6 mezes de serviço no Gongogy, consegui captar confiança índios Camacans, que já procuraram encontrar-se nossa gente, existindo confiança mutua. Índios colheram olhos canna, pensam justamente trabalhadores vão iniciar cultura
(...)”

Acabo saber apareceram no Gongogy índios escuros, talvez Patachós, mostram desejos manifestos entrarem relações. Minha situação agora embaraçosa devido falta de recursos atender convenientemente. Ministério vai solicitar verba ao Congresso, Appello vossos nobres sentimentos, afim amigo cooperem solução problema indígena e, garantir vidas, propriedades, civilizadas. Situação actual não comporta delongas. Sigo amanhã Belmonte
(...) ¹⁰⁹

Na perspectiva do inspetor Taulois, desejoso de alcançar os objetivos da “integração civilizatória” na Bahia, o fato dos índios colherem “olhos de cana” significava que os mesmos demonstravam interesse em plantar. Era um indício de que o processo de atração não demoraria a acontecer. O documento também nos permite pensar o agenciamento de índios Pataxó e Kamakan no processo de atração do sul da Bahia. Compreendendo a complexidade das relações que envolviam as tentativas de atração, percebemos na análise documental que os índios demonstravam interesse em se aproximarem dos agentes do SPILT. Ponderamos que diante do contexto de conflitos e violência que os índios Pataxó e Kamakan vivenciavam na região, estabelecer alianças com os funcionários do SPILT, poderia significar uma estratégia de sobrevivência do grupo.

Maria Regina Celestino analisando as aldeias coloniais do Rio de Janeiro, e os diferentes significados que elas possuíam para os agentes nelas envolvidos, ressalta que para os índios, a aliança estabelecida com a coroa lhes conferia direitos e deveres. Na condição de súditos, muitos índios ingressavam nos aldeamentos em busca de “um mal menor” diante das situações ameaçadoras e desfavoráveis, mas, ressalta a autora, que nem por isso abdicaram de

¹⁰⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

agir¹¹⁰. Analisando assim o contexto de violência dos índios do sul da Bahia, a opção dos índios Pataxó e Kamakan pela aproximação e procura pela aliança com os agentes do Serviço, poderia perpassar também como “busca de um mal menor”.

Pensar o agenciamento indígena diante dos processos de pacificação e atração é reavaliar o papel que os índios desempenharam na história do Brasil em oposição a uma historiografia que os colocava como coadjuvantes do processo histórico e os reduziam a vítimas do processo de conquista. Esta tarefa tornou-se possível a partir da aproximação entre a história e antropologia que possibilitou, através de novas abordagens teóricas e metodológicas, revisar o lugar dos índios na história da América, desconstruindo a imagem de povos inertes, para compreendê-los como sujeitos atuantes em todo o processo histórico. Como salienta John Monteiro¹¹¹, através de novas fontes e novos olhares sobre a documentação, as pesquisas históricas das últimas décadas têm buscado reescrever a história da América indígena, ressaltando adaptações, transformações e construções de identidade.

Fundamentado nesses novos pressupostos teórico-metodológicos, vários estudos recentes tem buscado evidenciar o agenciamento dos povos indígenas no processo de formação do Estado Nacional. Neste sentido, Maria Regina Celestino de Almeida, em *Os índios na História do Brasil*, aborda que em diferentes conjunturas os índios foram fundamentais no processo de construção da sociedade colonial e pós-colonial. E embora vivenciando o processo de colonização, os índios agiram de acordo com seus interesses que estes se transformavam a cada nova experiência. Segundo a autora, a violência da conquista não os impossibilitou de atuar para alcançar seus objetivos.

Maria Regina Celestino de Almeida reafirma que antropólogos e historiadores ao analisar situações de contato tem buscado revisar alguns conceitos básicos, dentre eles a noção de cultura. Inicialmente compreendida como “fixas e mutáveis”, o conceito de cultura passou a ser analisado a partir de uma perspectiva histórica, como dinâmica e flexível, consequência de um processo de contínua articulação entre tradições e novas experiências dos agentes envolvidos, possibilitando perceber a alteração cultural não apenas sob a perspectiva

¹¹⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 72.

¹¹¹ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de livre docência. Unicamp, 2001, p.1 a 5.

da perda de cultural, mas a partir do seu dinamismo, “mesmo em situações de contato extremamente violentas”¹¹².

Segundo Boccara, compreender as realidades indígenas em seu contexto histórico é produzir uma verdadeira mudança de perspectiva que favoreça a percepção da posição indígena nos processos de reconstrução das dinâmicas internas de suas comunidades e permita romper com um conjunto de dicotomias questionáveis como: “mito-história, natureza-cultura, pureza original-contaminação cultural”¹¹³. Desconstruir essas oposições é necessário para encontrar nos rituais e narrativas indígenas informações que possibilitem compreender a ótica indígena referente ao processo de “conquista e colonização da América”, assim como a ação adaptativa e a reformulações de suas tradições.

Sendo assim, ao retirar os brindes depositados pelos agentes do SPILTN, os índios começavam a entrar em um processo de mudança, a transformar suas culturas e tradições. Esse processo se aprofundaria ainda mais com a territorialização desses povos. Visto que, nos postos seriam implementadas um conjunto de ações com o intuito de “civilizá-los”, transformá-los em trabalhadores rurais, na perspectiva da perda cultural seriam incorporados à sociedade nacional. Entretanto, partimos do pressuposto de que esses índios são atores de sua trajetória histórica, sendo assim, evidenciar o agenciamento dos índios Kamakan e Pataxó no processo de pacificação e atração no sul da Bahia é compreender que diante do processo de imposições, os índios se adaptaram, reelaboraram suas tradições e identidade.

Disputas sobre como governar os índios: a política de força e extermínio dos governos baiano *versus* a pacificação federal

A comunicação das autoridades da região e de fazendeiros com a inspetoria do SPILTN era constante. Alguns conflitos envolvendo índios e fazendeiros passaram a ser comunicados ao órgão, esperando dele uma ação de apaziguamento. Algumas vezes havia discordâncias entre as autoridades locais sobre os fatos ocorridos, evidenciando que

¹¹² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., p. 22.

¹¹³ BOCCARA, Guillaume. Que es lo “etno” en etnohistoria? La vocacion crítica de los estudios etnohistóricos y los nuevos objetos de lucha. *Memoria Americana*, 20 (1), enero-junio 2012, p. 38.

prevalecia na região conflitos de interesses. É possível percebermos isso no telegrama do Senhor Intendente de Belmonte, Teixeira de Freitas, enviado ao inspetor Taulois em 13 de agosto de 1911, informando que os índios haviam assassinado dois fazendeiros deixando outros feridos.

Em 13 vos telegrafava urgente, passando na integra o telegrama do Sor. Teixeira de Freitas, Intendente de Belmonte, no qual me comunicava que os índios tinham morto dois fazendeiros, ferido diversos, e ao dar-vos sciencia de tão lamentáveis fatos, declarava estar prompto a calar a minha situação individual, a fim de atender o bem publico, declarando porem que o credito não comportava nova expedição frutuosa, porque calculava ter um saldo insignificante em meu poder, o que verifiquei ser 42\$000, ao balancear todas as despesas, o que porem não seria motivo para não seguir.

Ao sor. Intendente de Belmonte telegrafei lamentando mortes, louvando a nobre conducta das autoridades não consentindo represálias aos índios e pedindo todo o interesse em conseguir interprete ¹¹⁴.

Segundo a documentação, Teixeira de Freitas empenhado em conter a guerra que tinha sido suscitada com a morte dos dois fazendeiros, propôs financiar o Inspetor Pedro Taulois, para atender o “bem público”. Mas, ocorreu que o Delegado de Terra de Belmonte, enviou outra informação ao inspetor, contradizendo o comunicado que Teixeira de Freitas havia dado. Segundo o Delegado de Terras de Belmonte, não houve mortes e somente um trabalhador foi ferido, provavelmente sem seriedade.

A 18 vos telegrafei, em resposta ao vosso de 15, dizendo que o Intendente me fazia crer tivessem as provocações partidas dos civilizados, não tendo talvez as autoridades o proceder que me comunicaram.

A 18 ainda vos telegrafava, passando-vos na integra o telegrama que acabava de receber do Sor. Delegado de Terras, no qual verifiquei uma discordância, comparado com o do Sor. Intendente, porquanto neste não se tratava de mortes e apenas um trabalhador ferido, talvez sem gravidade ¹¹⁵.

A análise desse documento permite ponderar o jogo e conflitos de interesses das próprias autoridades municipais de Belmonte na pacificação indígena. Enquanto Teixeira de Freitas, o Intendente do município, informou que os índios haviam matado dois fazendeiros, o delegado que é a autoridade da força policial da cidade comunicou que apenas um trabalhador foi ferido sem gravidade. Diante dessa contradição entre a informação do Intendente e a

¹¹⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 162-185.

¹¹⁵ Idem.

mensagem do delegado, podemos indagar qual a finalidade do Intendente em relatar ao inspetor que os índios haviam matado dois fazendeiros. Porventura, seria sua intenção criar uma imagem de índios violentos para justificar uma futura ação policial contra os nativos?

É possível perceber que as autoridades da região reconheciam o Inspetor do SPILTN como representante do poder federal na região, por isso, mesmo que não concordassem com os seus métodos de pacificação e atração, também não poderiam ignorá-lo. Neste caso, para não contestar diretamente a autoridade federal, políticos e fazendeiros optavam por contornar as ações do inspetor. Sendo assim, enquanto Pedro Taulois recebia do intendente de Belmonte o comunicado do suposto crime cometido pelos índios, fazendeiros e políticos não esperaram a intervenção pacífica do SPILTN, não obstante, requeriam ao governo da Bahia o uso da força policial para auxiliá-los no combate aos índios.

Diante desse clima de hostilidade, o conflito em Belmonte se intensificou. O governo estadual enviou a Belmonte, um sargento e doze policiais, para apoiar os “lavradores” em uma ação contra os nativos. Tentando evitar mais um massacre contra a população indígena, o inspetor Pedro Taulois se dirigiu no dia 20 de agosto de 1911 a Belmonte informando a diretoria do SPILTN que só partiria da região, quando fosse suspensa a ordem do governo do estado contra os índios. O próprio Taulois presenciou a partida da força policial, pois ambos seguiram para Belmonte no mesmo “vapor”.

No dia 20 [agosto] vos telegrafei de Ilheos urgente, dizendo que o mesmo vapor seguia uma força policial, I sargento e 12 praças, com um cunhe-te de munição a fim de garantir lavradores contra ataques dos índios. Lamentei Governo do Estado com quem mantive as mais cordeas relações, creasse uma situação de conflito com a inspetoria, dizendo ainda, que me retiraria de Belmonte, caso por qualquer motivo não fosse possível ao Governo do Estado sustar ordens, e que aguardava resposta na mesma cidade até 10 horas da manhã de 22 ¹¹⁶.

As ações do Governo estadual eram ambíguas e contraditórias. Nesse primeiro momento de instalação da política de pacificação na região, ora o estado da Bahia era um colaborador do SPILTN, ora desconsiderava os métodos de pacificação do órgão e agia para atender os interesses de uma elite regional, ordenando ataques contra grupos indígenas. O

¹¹⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru- Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

caso de Belmonte demonstra claramente que as forças policiais do Estado estavam a serviço dos fazendeiros.

Conforme salientado, Taulois dirigiu-se a Belmonte com o objetivo de evitar que a ação policial contra os índios se concretizasse. Chegando ao município, o inspetor foi recebido pelo intendente Teixeira de Freitas que o “cumulou de atenções”. Além do intendente, outros indivíduos o procuraram para conversar sobre a situação dos indígenas na região. Taulois explicou aos “distintos patrícios” os objetivos do Governo Federal em pacificar os índios, afirmando que era inútil utilizar métodos que há “400 anos foram empregados sem resolver o problema”¹¹⁷. Alertou aos mesmos que as ações do SPILTIN nas proximidades do rio Gongogi estavam próximas de obter resultados positivos com os índios, mas que a ação policial contra os nativos, naquele momento, colocaria todo o trabalho da inspetoria em risco.

Entretanto, apesar das tentativas de convencer os “distintos patrícios” a não agirem com violência contra os índios, Taulois percebeu que seus esforços eram ineficazes, diante dos interesses locais, visto que “quase todos, julgavam que as providências que apontava não eram as que o momento exigia”¹¹⁸. Para os fazendeiros, a situação demandava uma ação violenta contra os índios, deste modo, as táticas pacíficas empregadas pelo inspetor foram desconsideradas. Sendo assim, o inspetor refletia sobre a incapacidade da inspetoria de naquele contexto, garantir a proteção aos índios.

Como conciliar os meus deveres de Inspetor deste serviço, assistindo de braços cruzados a partida da força, que se destinava a trucidar os índios? Como justificar futuramente o meu acto como delegado dessa Sub-Directoria [...] ¹¹⁹

A documentação aponta que mesmo Taulois apelando ao governo do Estado, argumentando o suposto resultado positivo do órgão, no sentido de atrair os índios no sul do Estado, a justificativa não foi suficiente para evitar a ação policial. O inspetor demonstrara completo desânimo com o órgão que, naquela circunstância, ainda não havia respondido sua

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185. Idem.

¹¹⁹ Idem.

mensagem. Ele havia pedido orientação de como proceder para evitar o avanço das Forças do Estado contra os índios, e questionava sua permanência no quadro de funcionários do SPILTN. O inspetor então esperou em Belmonte uma resposta da Diretoria do Serviço. Não a obtendo, preferiu se retirar do município como forma de “protesto”. Seu objetivo era conseguir que o estado voltasse atrás na decisão:

Permanecer esperando ordens que tanto poderiam ser favoráveis no Serviço como desfavoráveis/ Se o Governo do Estado, por qualquer motivo insistisse em fazer seguir a força a fim de cumprir a deliberação tomada? E se me fosse, por essa Sub-Diretoria determinando que cumprisse rigorosamente, como tenho por habito fazer, regulamentado serviço, onde a força para manter a minha autoridade? Retirando-me, fazia um protesto enérgico, mas calmo, donde o Governo do Estado sem quebra de sua dignidade, poderia retirar as ordens dadas¹²⁰.

É perceptível, na documentação, o choque de interesses entre o governo da Bahia e o Governo Federal no que se refere à política indigenista. Em algumas situações, como o exemplo de Belmonte, que o uso das forças policiais foram utilizadas para abater os índios do município, o órgão federal SPILTN, que deveria proteger os índios não tinha força diante dos interesses locais e estaduais. Insatisfeito com os trabalhos da inspetoria e alegando problemas pessoais, o Inspetor Pedro Taulois, solicitou ao diretor do SPI sua exoneração do cargo:

[...] compreendi que já não era mais me dado esperar dessa Sub-Diretoria actos de solidariedade entendendo que em serviço desta natureza, é indispensável a mais absoluta confiança, e se tendo agravado o meu estado de saúde, em consequência dos factos últimos, e não desejando por outro lado crear dificuldades ao serviço [...] vos soliciteis apresentar ao Sor. Ministro o meu pedido de exoneração, que reforcei com outro telegrama, em resposta ao do Sor. Director interino, no qual me considerava exonerado, do que igualmente vos scientifiquei¹²¹.

Os relatórios de Pedro Taulois não fornecem mais detalhes sobre a ação policial em Belmonte em agosto de 1911. Não informa quanto tempo durou o conflito e tampouco se ocorreram mortes. Mas é notório na documentação as dificuldades e os limites da ação

¹²⁰ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 162-185.

¹²¹ Idem.

protecionista do SPILT diante dos interesses regionais. Apresentando completo desânimo em relação ao órgão, Taulois comunicou sua demissão. Contudo, por determinação da Diretoria, permaneceria no cargo até a chegada do seu substituto¹²². Em 13 de outubro de 1911, Taulois apresentou-se ao quartel general da sétima região militar a fim de embarcar para a capital federal. Após ser dispensado do Ministério da Agricultura apresentou-se em 18 de novembro de 1911 no Departamento de Guerra e a respectiva divisão de engenharia. Em janeiro de 1912, por portaria do Ministério da Guerra, Taulois foi nomeado chefe do Serviço de Engenharia da Segunda Brigada em 20 de setembro do mesmo ano foi promovido ao posto de Major. Em 1923, foi nomeado General de Brigada e faleceu em 13 de março de 1930, aos 61 anos¹²³.

Os documentos referentes à instalação do SPILT no sul da Bahia datam dos anos de 1910 e 1911. Após a exoneração do inspetor Pedro Taulois, contudo, há ausência de registros sobre a atividade do SPI na região e tampouco há informações sobre o seu substituto. Ao que tudo indica, a atuação do órgão na região foi suspensa, pois inexitem documentos sobre o que ocorreu na inspetoria da Bahia num período que compreende de outubro de 1911 até 1920.

Segundo Sidnei Peres, em 1912, Bahia e Espírito Santo integravam a mesma inspetoria. A partir de 1913, Minas Gerais foi reunida a essa inspetoria formando uma única instância administrativa com sede em Vitória, chefiada pelo engenheiro-militar Antônio Martins Vianna Estigarribia¹²⁴. Assim, somente no relatório datado de 27 de janeiro de 1922, referente às atividades da Inspetoria dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia no ano de 1921, é possível encontrar novas informações sobre a situação dos índios Pataxó no sul do estado, enfatizando novamente o contexto de violência em que esses índios viviam. Além disso, as informações são bastante superficiais.

Nesse relatório, consta um telegrama do Tenente João Antônio Teixeira Lage comunicando ao inspetor Samuel Henrique Silveira Lobo sobre uma chacina contra um grupo

¹²² Idem.

¹²³ Arquivo do Exército. Setor Pessoal. Pedro Maria Trompowsky Taulois, IV, 12, 9.

¹²⁴ PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In A viagem da volta. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 1999, p.41-90.

Pataxó no sul do estado da Bahia. Segundo Teixeira, haviam sido assassinados índios Pataxó e as crianças haviam sido “divididas” entre “famílias de civilizados”¹²⁵.

O documento não fornece detalhes sobre a chacina contra o grupo de Pataxó visto que, o tenente Lage apenas informou o ocorrido às autoridades do SPI. Entretanto, o inspetor Antônio Martins Estigarríbia no relatório da Inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais em 1920 mencionou o fato. Informou que quando visitou “Cachoerinha” percebeu a necessidade de transportar os índios Pataxó para o Posto de Pancas, no Espírito Santo, a fim de prevenir ações de violência contra o grupo. Estigarríbia informava que no grupo dos Pataxó havia poucos homens e aproximadamente trinta crianças na faixa etária de 1 a 10 anos. Salientou que se não ocorresse a transferência do grupo, o Serviço estaria “facilitando o assassinato dos índios”. Como o deslocamento não se realizou, Estigarríbia declarou que sua “profecia” sobre um vindouro massacre havia se concretizado.

[...] conforme sou informado por notícias vagas, de lá, realizou-se minha profecia, sendo exterminados os homens e repartidas as crianças¹²⁶.

Beatriz Perrone-Moisés, analisando a legislação indigenista colonial demonstra que a Coroa Portuguesa elaborou uma legislação indigenista contraditória e oscilante que apesar de defender a liberdade indígena, deixava brechas para que a escravização dos índios ocorresse. Segundo a autora, no Brasil colonial os índios eram divididos em duas categorias pela Coroa portuguesa: índios aldeados e aliados, e os índios inimigos aqueles que recusavam contato eram chamados de “bravos” e viviam espalhados no interior. A liberdade dos índios aliados e aldeados era assegurada na legislação, mas para os índios considerados inimigos restavam as guerras e conseqüentemente o cativeiro. Sendo assim, para legitimar as “guerras justas” contra os índios, os colonizadores utilizavam como argumento a hostilidade indígena e destacavam a “fereza” e “barbárie” como demonstrativo de que eram intratáveis, sendo assim só lhes restavam a guerra. Outra forma de escravidão acontecia por meio dos “resgates”, essa prática consistia em “salvar” os índios capturados durante as guerras intertribais, eram chamados de “presos de cordas” que supostamente seriam mortos pelo grupo rival. Portanto, o

¹²⁵ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Vitória, 27/01/1922. Microfilme: 190. Fotograma: 373-418.

¹²⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 1920. Microfilme: 190. Fotograma: 329.

indivíduo resgatado desta condição, tornava-se escravo. Portanto, a autora evidencia que o cativo legal ocorreu ao longo de toda a colonização, seja através dos resgates ou por meio das guerras justas ¹²⁷.

Conforme demonstrado por Perrone-Moises a escravização dos índios remonta a uma prática recorrente no período colonial. Mas, a documentação nos aponta que no sul da Bahia em pleno período republicano as guerras contra os índios e o cativo indígena continuavam ocorrendo. No caso dos Pataxó, após chacina que ocasionou a morte dos adultos do grupo, todas as crianças foram distribuídas entre aqueles que organizaram a “batida”.

A documentação não fornece detalhes sobre quem organizou essa batida, se houve apoio das forças do governo estadual, tampouco informa se alguém foi punido pelos assassinados. Mas, essa chacina evidencia que em 1920, ou seja, dez anos após o início da instalação do SPI na Bahia, e após as tentativas de pacificação e atração, os crimes contra os povos indígenas no sul do estado continuavam ocorrendo. Devido à falta de agentes do Serviço atuando diretamente na região e porque se tratava de uma prática historicamente enraizada. Por isso, Estigarribia não hesitou em “profetizar” o extermínio dos índios e afirmar a necessidade de transferi-los para o Posto de Pancas, onde estariam sob “proteção tutelar” do Governo Federal. Conforme apontou Lima, a região Nordeste nas primeiras décadas do século XX foi marcada pela “baixa incidência da ação do aparelho do governo quanto ao trabalho com os índios” ¹²⁸.

O telegrama do Tenente Lages traz ainda um dado de grande importância para compreender como estava os serviços do SPI na região sul da Bahia em 1920. Ele foi nomeado “delegado dos índios” do sul estado baiano e lembrou que não havia recebido instruções do Inspetor Estigarribia e requisitava o pagamento pelos trabalhos prestados ao SPI¹²⁹. Os delegados geralmente eram pessoas da confiança de Rondon ou dos inspetores regionais que cumpriam a função de informar às inspetorias, sobre a situação dos indígenas nas regiões que habitavam, sobre os conflitos entre grupos indígenas, e entre índios e “civilizados”. Neste sentido, as delegacias constituíam uma forma específica de obter

¹²⁷ PERRONE-MOISÈS, B. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 116-129.

¹²⁸ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p.243.

¹²⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Vitória, 27/01/1922. Microfilme: 190. Fotograma: 373-418

informações, de formar alianças, e divulgar o SPI em regiões onde as unidades locais não puderam se estabelecer e que não possuíam a presença direta do aparelho devido a “distribuição tática de recursos”¹³⁰.

Portanto, devido à falta da atuação direta de funcionários do SPI no sul do estado baiano, no ano de 1920, o Serviço nomeou um “delegado de índios” a fim de obter informações sobre grupos indígenas da região. Apesar da lacuna documental acerca do órgão na Bahia desde que Taulois demitiu-se do cargo, o inspetor Estigarriba deixara algumas pistas sobre a situação dos índios no sul da Bahia, no seu relatório de 1921:

Respondendo vosso telegrama cumpre-me informar existir no começo neste município, centro catechese, fundado pela diocese lugar Pontal do Sul, o objetivo é aldear índios Camacan e Patachós errantes entre o Sul e Norte de Minas, mantendo para tal fim colônia agrícola, há no centro interprete Camacan, Saudações, Eustaquio Bastos Int Municipal¹³¹.

O documento informa que no Pontal do Sul em Ilhéus havia sido criado um “centro de catechese” administrado pela diocese da cidade. A instalação de uma colônia agrícola para aldear grupos Kamakan e Pataxó permite ponderar que um dos objetivos do “centro”, além de certa proteção as populações indígenas, objetivava também, obter mão de obra indígena. O documento do SPI informa que a Inspetoria obtinha poucas informações sobre o referido “centro” e as escassas notícias que receberam foram prestadas pelo Intendente Municipal de Ilhéus, Eustáquio Bastos. Em outro relatório da Inspetoria, de 1923, enfatiza-se que o “Centro Catechese Pontal do Sul” pertencia ao Bispado de Ilhéus, sendo que este recebia do SPI um auxílio anual de “20 contos de reis”. A partir das informações citadas acima, fica em evidência a parceria entre SPI e a Igreja no sul da Bahia.

Podemos perceber a contradição entre o projeto do órgão que defendia uma política indigenista estatal e laica e a forma como a “assistência” aos grupos Kamakan e Pataxó estava ocorrendo no município de Ilhéus no sul da Bahia no início da segunda década do século XX. Afinal, o SPILTN financiava um “Centro de Catechese” estabelecendo assim colaboração com o Bispado de Ilhéus.

¹³⁰ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., 1995, p. 239.

¹³¹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Vitória, 27/01/1922. Microfilme: 190. Fotograma: 373-418

Conforme esclarece Antônio Carlos de Souza Lima, o SPILTN, fundamentado em ideias positivistas, propunha o distanciamento da ideia de “catequese” para trabalhar com os povos indígenas, optando a utilização do termo “proteção”. Para o autor o uso instrumental do termo “proteção” era fato consciente e partia da luta pela laicização dos serviços estatizados¹³². Mas diante de um quadro regional de enorme violência contra os povos indígenas; e diante do apoio que as forças policiais do estado da Bahia davam ao extermínio de índios e a distribuição dos sobreviventes aos moradores locais, o que podemos ponderar é que a Igreja passou a administrar as atividades de catequese dos índios com o apoio do Serviço.

A documentação testemunha que, apesar dos esforços iniciais da política indigenista do SPILTN em 1910 e 1911, durante a sua primeira década de existência, a política de “pacificação e atração” destinadas aos índios do sul da Bahia, caminhou a passos lentos. As razões apontadas na documentação foram: a falta de recurso, como alegaram os inspetores Pedro Taulois (1911) e Samuel Henrique da Silveira Lobo (1922); falta de intérpretes; dificuldade na manutenção de funcionários; e as constantes ações de violências de fazendeiros e da força policial estadual.

Apesar das dificuldades, após 16 anos da instalação do Serviço na região, finalmente em 09 de agosto de 1926, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia aprovou a Lei 1.916, na qual o Governo “reservava 50 léguas de terras [...] destinadas à conservação das essências florestais e gozo dos índios Tupinambás e Patachó, ou outros que ali habitarem”¹³³. Seriam instituídos na região os postos de pacificação.

¹³² LIMA, Antônio Carlos de Souza . Op. cit., 1995, p.115.

¹³³ DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 11 de agosto de 1926.

CAPÍTULO II: A CRIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA

O Posto Indígena Caramuru-Paraguassú foi criado pela lei nº 1916 de 09 de agosto de 1926, com objetivo de pacificar os diversos grupos indígenas que habitavam o sul da Bahia, através do processo de territorialização¹³⁴. Neste contexto, este capítulo busca analisar o processo que culminou na criação da reserva indígena. Para isso, é necessário compreender o contexto político e econômico da região sul da Bahia, sobretudo o processo de expansão da lavoura cacaueteira, problematizando o seu avanço em direção aos territórios tradicionalmente ocupados por grupos indígenas.

Para uma melhor compreensão sobre o contexto em que estavam inseridas as populações indígenas nas primeiras décadas do século XX, quando o SPI se instalou na região sul da Bahia e perceber como foram estabelecidas as relações entre grupos indígenas e sociedade colonial ao longo do processo histórico de ocupação dessa região, recuamos o olhar para o século XIX. Ciente das complexidades que envolvem este século, principalmente no que se refere à questão indígena, a intenção do primeiro tópico é demonstrar como a expansão da lavoura cacaueteira, aliada com a política indigenista desse período atingiu os territórios tradicionalmente ocupados por grupos indígenas no sul da Bahia.

Foi também necessário fazer uma breve análise da política indigenista do período imperial e das primeiras décadas da República, onde leis e decretos impactaram de forma significativa os direitos de acesso à terra das populações indígenas do Brasil. Neste sentido, insiro nesta problemática tanto as populações indígenas aldeadas ou de antigos aldeamentos, como os grupos ainda não conquistados e territorializados. De diferentes formas, esses povos tiveram suas terras invadidas e expropriadas com o avanço das frentes agrícolas. O recém-fundado estado da Bahia legislou sobre as terras indígenas e, por isso, analiso a Lei de Terras da Bahia nº198, mostrando de que forma esta foi utilizada por fazendeiros para se apossar dos territórios indígenas nas primeiras décadas da República.

¹³⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana. Rio de Janeiro, v.4, nº1, p.47-77, 1998.

A expansão da lavoura cacaeira no sul do estado da Bahia e as terras indígenas: aspectos legais da ocupação territorial

O processo de implementação e consolidação da lavoura cacaeira ocorreu gradativamente no sul da Bahia, desde meados do século XVIII. A planta adaptou-se tão facilmente ao solo e ao clima sul baiano que no século XIX despontou como o principal produto da economia nesta parte do estado. O cultivo do cacau acarretou diversas transformações econômicas, políticas e sociais na região, uma vez que a riqueza produzida a partir dele possibilitou a formação de uma elite cacaeira que passou a disputar a política dos municípios no sul da Bahia¹³⁵.

Neste contexto, ocorreu a derrubada das matas com o objetivo de ampliar as áreas de cultivo. Paralelamente, houve um grande fluxo imigratório de estrangeiros e ainda de pessoas de diversas partes do Brasil para a região, que se estabeleceram na esperança de obter melhores condições de vida nas fazendas de cacau. Entretanto, este processo de interiorização e avanço da cacauicultura ocorreu em direção aos territórios indígenas, agravando conflitos pela posse de terras.

De acordo com a historiadora Mary Ann Mahony, a implantação da lavoura cacaeira foi feita de forma lenta, sendo os jesuítas responsáveis por introduzir a cultura, no século XVIII, nas propriedades de Camamu e Ilhéus. Pouco depois, já havia colonos europeus iniciando plantações em outros locais, tais como Canavieiras e municípios vizinhos¹³⁶.

A autora ressalta que, em 1780, autoridades coloniais passaram a incentivar o plantio do cacau no sul da Bahia, por ser uma cultura de fácil retorno financeiro, além de exigir pouca demanda de capital e mão de obra. Entretanto, até meados do século XIX, o cacau convivia com outras culturas, como a da mandioca, cana de açúcar, e outras fontes de renda como a extração de madeira. O desenvolvimento da lavoura cacaeira foi lento, pois a prioridade dos investidores era a exploração de madeira e de outros produtos já cultivados na região, como a

¹³⁵ MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários” **Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. Universidade Federal da Bahia, Brasil. Afro-Ásia, 2001, n° 25-26, p.105

¹³⁶Idem, 106.

mandioca e a cana de açúcar. Com a abertura dos portos, e a chegada dos imigrantes alemães e suíços, a lavoura cacauera ganhou maior visibilidade no cenário econômico¹³⁷.

Segundo Mahony, por volta de 1830 o cacau alcançou um considerável desenvolvimento e despontou como uma ótima oportunidade de crescimento econômico para a região sul baiana, apresentando uma média de exportação de 26 toneladas por ano. Ela ressalta ainda, que houve um crescimento constante da lavoura cacauera nas décadas seguintes a 1830, período no qual o cacau já apresentava uma alta rentabilidade ao chegar ao ano de 1900. O sul da Bahia havia se tornado um dos principais produtores mundiais de cacau, exportando aproximadamente 13.000 toneladas anuais¹³⁸.

Conforme demonstra Maria Hilda Paraíso, o aumento populacional da região cacauera intensificou-se a partir de 1860, quando o cacau se consolidou como produto voltado à exportação, estabelecendo significativas alterações no sistema produtivo regional. Para atrair trabalhadores para a região, o governo provincial e as elites econômicas passaram a vincular ideias de enriquecimento fácil, divulgando a possibilidade de todos terem acesso a terra¹³⁹.

A abundância de terras e as possibilidades de terem a produção comercializada internacionalmente eram dois grandes incentivos para que colonos se deslocassem para o sul da Bahia. Os colonos traziam consigo o desejo de se libertarem da condição de subordinados de grandes fazendeiros e de se tornarem proprietários de terras. Muitos poderiam estabelecer um empreendimento individual, enquanto outros poderiam participar dos projetos das colônias nacionais¹⁴⁰.

Freitas ressalta que os primeiros imigrantes se apossaram de terras devolutas com a expectativa de terem essas terras regulamentadas. Os recém-chegados eram “desbravadores” das matas e cultivavam concomitantemente, cacau e roça de subsistência. Entretanto, as dificuldades de aquisição de crédito e de acesso às redes de comercialização do cacau, resultaram na incorporação das pequenas propriedades às grandes fazendas¹⁴¹.

¹³⁷ Idem, Ibidem.

¹³⁸ Idem, p.107.

¹³⁹ FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul-Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001, p. 107.

¹⁴⁰ Idem, p. 86.

¹⁴¹ Idem, p. 89 e 90.

De acordo com Mahony, além dos colonos europeus, também foram responsáveis pela expansão da lavoura cacauera migrantes de outras áreas do nordeste brasileiro, fazendeiros descendentes dos antigos colonizadores de Ilhéus, „índios pacificados“, escravos e libertos e ainda aristocráticos plantadores de açúcar do recôncavo baiano¹⁴².

Com a consolidação da lavoura cacauera, ressalta Freitas, a produção se tornou comercial, monocultora, voltada para a exportação e baseada em mão de obra assalariada. Nessa conjuntura, o trabalho indígena foi gradativamente substituído pelos trabalhadores recém-chegados que vinham de Sergipe e do norte da província para o sul do Bahia¹⁴³. Entretanto, estudos historiográficos recentes sobre a região cacauera tem revisado o papel de índios e também de africanos escravizados no processo de desenvolvimento dessa lavoura.

Mary Ann Mahony inova a interpretação sobre a formação da região cacauera, ao destacar a participação da mão de obra escrava nas plantações de cacau, no século XIX, em Ilhéus. Ela demonstra que entre 1822 a 1899, a escravidão foi essencial para o desenvolvimento do cacau no sul da Bahia e para a sociedade formada no entorno dela. Ela também desmistifica a história de que, na região cacauera, a escravidão foi reduzida e insignificante para o processo produtivo. Para a autora, trata-se de um mito histórico, visto que nos documentos, a importância dos escravos no início da cultura cacauera é evidente¹⁴⁴.

As pesquisas de Ayalla Oliveira Silva também inova a interpretação do tema, ao explorar novos aspectos sobre o papel dos índios no sul da Bahia no contexto oitocentista, ela demonstra que o trabalho dos indígenas aldeados em São Pedro de Alcântara, conhecido como Ferradas, foi extensamente utilizado em atividades públicas e particulares, com destaque para a construção da estrada Ilhéus-Conquista e o desenvolvimento da cacauicultura na região¹⁴⁵.

O aldeamento São Pedro de Alcântara era um “aldeamento tardio”, por ter sido estabelecido no final do período colonial. Visava pacificar e aldear os índios para liberar seus territórios para a política de colonização e servir como reserva de mão de obra para atender

¹⁴² MAHONY, Mary Ann. Op., Cit., p. 107.

¹⁴³ Idem, p.89.

¹⁴⁴ MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários” **Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. Universidade Federal da Bahia, Brasil. Afro-Ásia, 2001, n° 25-26, p.95-139.

¹⁴⁵: SILVA, Ayalla Oliveira. **Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2015.

interesses públicos e particulares¹⁴⁶. Silva evidencia em sua análise documental, o interesse das autoridades pela mão de obra indígena, demonstrando que as questões envolvendo o trabalho dos índios foram norteadoras das práticas administrativas do referido aldeamento¹⁴⁷. Sendo assim, ele inova na discussão acerca dos indígenas em Ilhéus, ao demonstrar que os mesmos foram trabalhadores ativos nas lavouras cacauceiras do aldeamento São Pedro de Alcântara.

No século XIX, a política de terras não foi independente de uma política de criação de força de trabalho¹⁴⁸. Por meio da Lei de Terras de 1850, o governo imperial restringiu o acesso à propriedade fundiária dos setores sociais pobres e livres, transformando índios, negros, libertos e brancos pobres em mão de obra dependente dos grandes proprietários de terra. Nessa conjuntura, Cunha já destaca que a mão de obra indígena ocupou uma posição singular, pois sofreram um processo de espoliação e foram despossuídos das terras que por direito sempre lhes pertenceram¹⁴⁹.

Índios aldeados tornaram-se mão de obra nas lavouras cacauceiras. É importante salientarmos que a região sul da Bahia possui uma história de ocupação territorial baseada no conflito entre índios e colonizadores. A política indigenista formulada pelo governo colonial implementou no sul da Bahia, desde o final do século XVI, diversos aldeamentos indígenas com a finalidade de atender os interesses da coroa portuguesa e garantir a ocupação territorial, além de obter mão de obra para o desenvolvimento econômico¹⁵⁰.

Inicialmente administrados pelos padres jesuítas, os aldeamentos foram depois reorganizados segundo as diretrizes do Diretório Pombalino. Os aldeamentos estão inseridos no conjunto de ações formuladas pelo estado, em diferentes períodos históricos e circunstâncias, e impactaram sobre as populações indígenas aldeadas e não aldeadas, provocando mudanças em suas organizações sociais, culturais, bem como abrindo caminho para a progressiva expropriação dos territórios tradicionais dos povos indígenas.

¹⁴⁶ Idem, p.104.

¹⁴⁷ Idem, p.111

¹⁴⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992,

¹⁴⁹ CUNHA, Op., Cit, p.141.

¹⁵⁰ Para aprofundamento sobre o contexto histórico dos grupos indígenas na região sul do Bahia, ver PARAÍSO. Maria H. B, 1998, MARCIS, Teresinha, 2013, SILVA, Ayalla Oliveira, 2015, LEITE, 1965, COQUEIRO, Sonia Otero, 2010, CAMPOS, 2003, DIAS, 2007.

O processo histórico de colonização do sul da Bahia gerou um panorama em que os indígenas viviam situações sociais e de contato muito diversas entre si. No período imperial, havia grupos aldeados e remanescentes de antigos aldeamentos. Alguns dentre eles estavam incorporados à sociedade local, inseridos no mercado de trabalho como mão de obra nas lavouras da região.

O mapa dos aldeamentos do sul da Bahia de 1861¹⁵¹ aponta a existência de quinze aldeamentos nas Comarcas do sul da Bahia, sendo nove deles instalados nas proximidades do rio de Contas, do rio Cachoeira e o rio Pardo. Eram eles: São Miguel do Rio de Contas, Olivença, São Pedro de Alcântara, Barra do Salgado, Catolé, Santo Antônio da Cruz, Cachimbo, Salto do rio Pardo. Havia também, na região, grupos independentes que resistiam ao processo de colonização, como os Pataxó e Kamakan. Eles viviam, segundo os relatos da época, “dispersos” no interior das matas. Eram considerados “selvagens” e estavam sujeitos a todo tipo de violência¹⁵².

Em relação às terras dos aldeamentos da região, várias medidas foram tomadas pelo império brasileiro, favorecendo o processo de expropriação das terras indígenas no estado da Bahia. A primeira delas ocorreu em 1832, quando o governo imperial autorizou a venda das terras dos aldeamentos indígenas em leilões públicos. Em consequência dessa política, houve uma corrida às terras das aldeias, principalmente na Região Nordeste. Além disso, o poder local adquiriu, por meio do Ato Adicional de 1834, o direito de legislar sobre a catequese e a civilização dos indígenas¹⁵³.

Como demonstra Cunha, tradicionalmente cada aldeia indígena recebia terra do governo colonial. O alvará de 23 de setembro de 1700 normatizou esse assunto, mandando demarcar uma légua em quadra para cada aldeia. No século XIX, as dimensões de terras destinadas a cada aldeia variaram. Por exemplo, os índios Coroados da aldeia de Valença receberam da Coroa em 1819, “um quarto de légua de frente e meia légua”. Em 1819, os

¹⁵¹ O mapa citado encontra-se na dissertação de: SILVA, Ayalla Oliveira. **Camacãs, guereens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2015, p.117.

¹⁵² A situação dos grupos indígenas considerados “selvagens” no sul da Bahia, foi melhor abordada no I Capítulo desta dissertação.

¹⁵³ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, 1992, p. 144.

índios Kayapó, da capitania de São Paulo, receberam uma légua em quadra. Com relação à província da Bahia, em 1836 foi estabelecido um sistema “sui generis”, o qual “mandava dar em patrimônio para as aldeias do rio Jequitinhonha e do rio Pardo, áreas de uma légua em quadra para as que tivessem mais de 120 famílias e de meia légua em quadra às que tivessem entre trinta e sessenta famílias”¹⁵⁴. A autora demonstra que na primeira metade do século XIX as Câmaras Municipais, interessadas nas terras indígenas, pressionavam o governo para concentrar os índios em poucas aldeias. Estava, portanto em curso, o processo de expropriação de terras das aldeias¹⁵⁵.

Até 1845 a legislação indigenista imperial foi imprecisa e, de acordo com Cunha, em parte subordinada à política de terras¹⁵⁶. Neste ano, todavia, foi criado o decreto 426 de 24 de julho, denominado de Regimento das Missões. O regulamento ressaltava o sistema de aldeamentos como um mecanismo necessário para a assimilação dos índios. Os aldeamentos deveriam ser geridos por administração leiga; e, embora a legislação dispusesse o religioso apenas como auxiliar do administrador leigo, muitas vezes os missionários acumulavam o cargo de diretores de índios¹⁵⁷. Na região da província de Ilhéus, Silva demonstra, ao analisar o aldeamento São Pedro de Alcântara, que a atuação dos frades foi fundamental para a configuração econômica e social da região.

Cinco anos após o Regulamento das Missões, o governo imperial aprovou a Lei de Terras nº 601 de 19 de novembro de 1850, com a finalidade de regulamentar a propriedade rural. Pondo fim ao sistema de sesmaria, em vigor desde o início da ocupação colonial, estabeleceu que todo os terrenos deveriam ser demarcados. As terras que não possuíssem donos seriam consideradas devolutas e pertenceriam ao patrimônio nacional. A compra seria o único meio legal de particulares obterem terras devolutas¹⁵⁸. Entretanto, José Murilo de Carvalho ressalta que a Lei de Terras não foi aplicada em seus diversos aspectos e nem mesmo o processo de demarcação das terras foi viabilizado de forma minimamente

¹⁵⁴ Idem, p.145.

¹⁵⁵ Idem, Ibidem.

¹⁵⁶ Idem, p. 138.

¹⁵⁷ Idem, p.140.

¹⁵⁸ SILVA, Lígia Osorio. Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Editora da Unicamp, Campinas, 1996, p.141- 143.

significativa. Para Carvalho, a consequência mais forte da Lei de Terras foi incentivar a proliferação de invasões ilegais em terrenos que deveriam ser demarcados como devolutos¹⁵⁹.

No que tange as terras indígenas, conforme Cunha, a Lei de Terras reitera a importância de acomodar os indígenas em aldeamentos, sendo para isso reservadas terras devolutas. Tais áreas seriam inalienáveis e destinadas ao usufruto dos índios aldeados¹⁶⁰. Para a autora, a Lei de Terras instaura uma política ofensiva em relação às terras das aldeias, pois logo após sua promulgação o governo autorizou incorporar aos “Próprios Nacional”, isto é, ao patrimônio do Estado Imperial, as terras de aldeias de índios que estivessem assimilados ou misturados com a população civilizada. Assim, a autora analisa que após incentivar por um século o estabelecimento de não índios nas aldeias, o governo utiliza o critério da mistura e da assimilação para descaracterizar os indígenas e despojá-los de suas terras¹⁶¹.

Vania Moreira, ao analisar o impacto da Lei de Terras de 1850 sobre os direitos territoriais indígenas, evidencia que o período que compreende entre 1822, (data da extinção do regime de sesmarias, até 1850), foi marcado pelo vazio na legislação sobre a regulamentação da apropriação territorial. Consequentemente, também neste período, a posse foi o meio frequentemente utilizado para se apropriar terras no Brasil. Essa prática favoreceu grupos locais que se aproveitaram dessa situação para adquirirem terras¹⁶².

Moreira enfatiza que a legislação de 1850 não fazia referência explícita sobre os direitos originários dos povos indígenas sob seus territórios e também sobre as terras indígenas que possuíam títulos reconhecidos, conseguidas durante o processo de colonização. A lei apenas estabelecia a reserva de terras para a colonização dos indígenas. Apesar de não haver clareza no conceito de indígenas expresso na lei, entendia-se por índios “indivíduos pertencentes às hordas selvagens”, conforme foi definido no Decreto n. 1368, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a execução da Lei de Terras. Nesse aspecto, a Lei de 1850 com seus regimentos serviam de subsídios para o Regulamento das Missões de 1845 no que se referia à “catequese e civilização dos índios”¹⁶³.

¹⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – Teatro de Sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. p 329-354

¹⁶⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op., Cit.*, p. 145.

¹⁶¹ *Idem.*, *Ibidem.*

¹⁶² MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850”, *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 43, São Paulo, 2002, p.161.

¹⁶³ *Idem.*

A Lei 1850, conforme demonstra Moreira, era omissa quando o assunto era o direito a terra do “índio civilizado”, fossem indivíduos ou comunidades absorvidas a “ordem social dominante”. Na ótica jurídica esses índios deveriam ter seus territórios legitimados pela disposição proposta pela referida lei no que se refere às terras adquiridas por títulos legítimos. Neste contexto, terras de sesmarias indígenas e de aldeias anteriores a Lei de 1850, necessitariam ser comprovadas e legitimadas. A historiadora ressalta ainda que em muitas situações as terras indígenas representavam um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade nacional¹⁶⁴.

A Lei de Terras e seu regulamento de 1854 direcionava a colonização para as chamadas terras devolutas. Assim, projetos de colonização em áreas de posses indígenas não deveriam ser arquitetados, sem que primeiramente fosse realizado o processo de legitimação e demarcação dessas terras. Moreira observa que embora os administradores reconhecessem a posse de títulos legítimos de terras por parte de muitos índios, eles não reconheciam a legitimidade das terras ocupadas pelos grupos chamados independentes, classificados então como “selvagens”. Sendo estas terras definidas como vagas, portanto devolutas, havia possibilidade de serem destinadas à colonização. Foi o caso da província do Espírito Santo, em relação às terras ocupadas por tribos independentes dos índios Botocudos que foram destinadas à colonização¹⁶⁵.

A prática de apossamento de terras devolutas foi recorrente no sul da Bahia ao longo do século XIX. Silva nos apresenta um breve demonstrativo das escrituras de compra e venda de fazendas de cacau entre 1814 e 1876 na região de Cachoeira de Itabuna. Ao correlacionar a construção da lavoura cacauzeira com os desdobramentos da Lei de Terras em 1850, ele constatou que o baixo número de escrituras encontradas não condizia com a realidade da ocupação daquela região. Ele apontou que a prática do apossamento ilegal pode ter sido recorrente no sul da Bahia, por se tratar de uma região de grandes latifúndios. Ele observa, ainda, que embora houvesse a exigência legal instituída pela Lei de Terras de 1850 de regulamentar as aquisições de terras, os grandes posseiros de terras da região cacauzeira não se

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem, p.163.

mostravam interessados em regulamentar suas posses e continuaram adquirindo novas terras de forma ilegal¹⁶⁶.

Ligia Osorio Silva aponta a dificuldade enfrentada pelo governo imperial para efetivar a demarcação das terras devolutas e particulares, pois, apesar da Lei de Terras no seu artigo 1º, condenar a posse como ilegal, essa prática foi contínua no período monárquico. A autora destaca as duas principais razões possíveis para explicar o motivo pelo qual sesmeiros e posseiros relutavam em legalizar suas posses: o primeiro seria o protótipo de ocupação, cujo principal aspecto era a incorporação de novas posses para cultivo; e o segundo motivo foi o entendimento concebido no meio jurídico de que a alegação de “moradia habitual e “cultura efetiva” garantiam a posse de terras aos seus ocupantes¹⁶⁷.

Marcelo da Silva Lins, ao pesquisar sobre o processo de ocupação da região cacauceira também frisa que o apossamento de terras devolutas era prática comum entre os imigrantes que chegavam ao sul da província. A maioria dos imigrantes era originária do norte da Bahia e dos Estados de Sergipe e Alagoas. Parte deles se instalou em terras devolutas situadas na fronteira oeste da região, em geral por meio de uma situação fundiária irregular¹⁶⁸.

Manuela Carneiro da Cunha enfatiza que gradualmente o poder local foi ampliado. Com o Decreto 2672 de 20/10/1875 o governo imperial autorizava “alienar as terras das aldeias extintas que estiverem aforadas”. Nesse contexto, as Câmaras Municipais adquiriram o direito de comercializar as terras de aldeamentos extintos e utilizá-las para fundação de vilas, povoações e logradouros públicos. Após doze anos, o Decreto 3348 de 1887 reverteu às terras das aldeias extintas ao domínio das províncias permitindo às Câmaras Municipais a realização dos aforamentos¹⁶⁹.

Conforme aponta o memorialista João da Silva Campos, o decreto de outubro de 1975 extinguiu na província da Bahia os aldeamentos de Catolé, Barra do Salgado, São Pedro de Alcântara, Santo Antônio da Cruz e Olivença¹⁷⁰. Entretanto, a supressão dos aldeamentos indígenas na Bahia no decorrer do século XIX, o destino dado às populações de ex-aldeados e

¹⁶⁶ SILVA, Ayalla Oliveira. Op., Cit., p. 104- 110.

¹⁶⁷ SILVA, Lígia de Osorio. Op., Cit., p. 216.

¹⁶⁸ LINS, Marcelo da Silva. **“Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)”**. Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada junto a UFBA, 2007, p. 37.

¹⁶⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. 1992, p. 146.

¹⁷⁰ CAMPOS, João da Silva. Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro: MEC-CFC, 2006, p. 400.

a interação delas com essa sociedade cacauzeira, são ainda um campo a ser explorado pela historiografia.

A Legislação fundiária do estado da Bahia e o avanço sobre as terras indígenas do sul do estado

No sul da Bahia, a exemplo de outras regiões do Império, a política nacional de terras terminou referendando as ações das oligarquias regionais, pois o avanço das frentes agroexportadoras, principalmente no sul da Bahia, atingiu os grupos indígenas que habitavam a região. Leis e decretos que deliberavam sobre a política indigenista no período imperial disponibilizaram as terras indígenas para a expansão agrícola e influenciaram, posteriormente, a legislação de terras do estado da Bahia, permitindo o processo de apropriação de territórios indígenas por parte de proprietários de terras e progressivamente expulsando-os de lá.

As consequências da Lei nº 601 e seu regulamento de 1854 para as terras indígenas no estado da Bahia foram analisados por Antonietta de Aguiar Nunes e Ruydemberg Trindade Jr, no texto “Impacto da Lei de Terras de 1850 sobre as terras indígenas na Bahia”. Analisando as correspondências enviadas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao presidente da província da Bahia entre o ano de 1875 até a Proclamação da República em 1889, os autores demonstram as disputas por terras envolvendo terras das aldeias indígenas¹⁷¹.

A legislação fundiária em vigor determinava que as terras devolutas deviam ser identificadas e redistribuídas e, quando necessário, deviam ser reservadas parte delas para a colonização indígena. Mas, na prática, o que ocorreu nas últimas décadas do século XIX na Bahia foi uma política de retomada dos territórios indígenas¹⁷². As aldeias eram constantemente avaliadas com o intuito de verificar se o seu funcionamento estava de acordo com as leis. Caso houvesse alguma irregularidade, suas terras eram consideradas devolutas, ou seja, a terra retornava ao poder público. Dentre os motivos que autorizavam as terras das aldeias voltarem aos “Próprios Nacional”, estavam: a incorporação dos indígenas, a sociedade

¹⁷¹ NUNES Antonietta de Aguiar; TRINDADE Ruydemberg Jr. Impacto da Lei de Terras de 1850 Sobre As Terras Indígenas na Bahia. In: ENCONTRO DE NOVOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA, 2., 2010, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. p. 25-40.

¹⁷² Idem, p. 27.

nacional, o baixo índice de produção, o abandono da terra e arrendamento a terceiros não produtivos¹⁷³.

Segundo Nunes e Trindade, é recorrente nas correspondências enviadas pelo Ministério da Agricultura ao Presidente da Província da Bahia entre os anos 1875 e 1889 (série documental chamada de “Avisos Recebidos do Ministério da Agricultura) as disputas de terras envolvendo índios. Referindo-se aos indígenas, direta ou indiretamente, foram encontrados 26 documentos nesta série, apenas um relacionava-se a abertura de um novo aldeamento no sul da Província. Tratava-se de uma correspondência do agrimensor Thomaz de Figueiredo que pedia autorização para fundar uma aldeia no sul da Província com a finalidade de “civilizar” uma “tribo antropofágica”. Os demais documentos solicitavam medições das aldeias com a finalidade de retornar as terras ao controle do estado¹⁷⁴.

A política de retomada de terras em curso no Segundo Reinado é recorrente nesta série documental. Os autores destacam a correspondência de 08 de julho de 1875 para o Presidente da Província da Bahia, enviada pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O anexo deste documento continha as instruções que deveriam orientar a comissão chefiada pelo engenheiro Galdino Alves Monteiro. Segundo este anexo o objetivo da comissão era legitimar a posse de alguns aldeamentos, mas os autores constataram que a real intenção da comissão era verificar possíveis irregularidades que justificassem a retomada das terras para o Governo¹⁷⁵.

A primeira instrução para a referida comissão determinava que o engenheiro se apresentasse ao Presidente da Província da Bahia para obter as orientações referentes “aos aldeamentos cuja extinção se acha determinada”¹⁷⁶. Na terceira instrução instrui-se a comissão a constatar a área do aldeamento e as terras que de fato estavam ocupadas por índios e descendentes. O levantamento deveria incluir o número de índios e descendentes, a ocupação deles, e as terras “que estejam aforadas e arrendadas ou que se acharem indevidamente ocupadas ou em abandono”¹⁷⁷.

¹⁷³ Idem, p.31.

¹⁷⁴ Idem, p. 32 e 33.

¹⁷⁵ Idem, p.33.

¹⁷⁶ Idem, Ibidem.

¹⁷⁷ Idem, Ibidem.

Nunes e Trindade demonstraram que, apesar da legislação imperial garantir a posse da terra de antigos aldeamentos aos indígenas, suas terras eram constantemente ameaçadas e eles sofriam pressões de particulares, violência física e perda de território por vias ilegais, como, por exemplo, falsificação de documentos. Neste sentido, ressaltam que a documentação analisada não garante a compreensão total do efeito da Lei sobre os territórios indígenas da Bahia. Mas, sua projeção no âmbito mais global permite dar alguns indicativos de como ocorreu o processo gradual de tomada das terras dos grupos nativos.

O conjunto de leis e decretos que definiram a política indigenista ao longo do período imperial foi disponibilizando os territórios tradicionalmente ocupados por índios para a expansão agrícola. Inserido neste contexto oitocentista, Freitas enfatiza que com a extinção dos aldeamentos no sul da Bahia abriram-se “as últimas áreas reservadas, o que resultou em novos espaços para a expansão cacaueteira”¹⁷⁸.

Com o advento da República, a União transferiu para os estados a responsabilidade sobre as terras devolutas situadas em seus territórios. Caberia a cada estado de federação regulamentar e fiscalizar a ocupação de suas terras devolutas. Lígia Osório ressalta que a Constituição de 1891 permitiu que cada estado elaborasse a sua Constituição e legislação específica sobre a questão territorial, desde que respeitasse os princípios constitucionais da União. Assim os estados federativos outorgaram às suas Assembleias Legislativas a tarefa de legislar sobre suas terras devolutas¹⁷⁹.

A conjuntura política conturbada operante nos primeiros anos da República e a morosidade em regulamentar regionalmente sobre a questão das terras devolutas, que envolvia interesses privados, contribuiu para que muitos estados só regulamentassem a questão das terras quando foram publicadas suas Constituições, o que ocorreu entre 1891 e 1892¹⁸⁰. Este foi o caso da Bahia. Sua primeira Constituição foi publicada em 1891, mas a primeira lei a mencionar superficialmente a questão de terras data do ano de 1892. Posteriormente, foram também promulgadas a Lei nº 86 de 1895 e a Lei 198 de 21 de agosto de 1897, que analisaremos no decorrer deste capítulo.

¹⁷⁸ FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op., cit., p. 97.

¹⁷⁹ SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios. Efeitos da Lei de Terras de 1850**. São Paulo. Editora da UNICAMP. 1996. p. 255.

¹⁸⁰ Idem, p.250.

Os estados federativos regulamentaram a questão de terras empregando os princípios definidos pela lei de 1850. Lígia de Osório salienta que essa Lei de Terras imperial dava margem para uma interpretação ambígua do conceito “terras devolutas” e isso facilitou as manobras para o apossamento ilegal. Por estas razões, muitos estados optaram por manter algumas características da lei de 1850¹⁸¹.

Outro fator presente nessa Lei de Terras imperial que interessava aos governos estaduais manter era o seu viés administrativo. Os processos de legitimação de terras, após percorrerem todos os trâmites burocráticos, dependiam da assinatura do governador para sua validação. Neste contexto, os chefes políticos estaduais desempenhavam um papel central na legalização das propriedades rurais. E conforme enfatiza Lígia Osório Silva, os poderes estaduais e municipais eram “mais sensíveis às pressões dos fazendeiros da região”¹⁸². Portanto, a Lei 1850 foi adaptada aos interesses dos grandes posseiros e a prática de apossamento de terras, verificada no período imperial, continuou ocorrendo nas terras públicas estaduais. Os prazos para legitimação foram constantemente postergados para atender os interesses dos grandes posseiros¹⁸³.

Portanto, Lígia Osório Silva ressalta uma regularidade em relação à questão de terras nos estados federativos, manifestadas em três fenômenos correlacionados que marcaram a história da apropriação territorial: primeiro, a adaptação da lei de 1850 aos interesses dos posseiros; segundo, a continuação do processo de privatização das terras públicas através das ocupações e invasões praticadas por particulares; e em terceiro lugar, a transferência das terras públicas para o domínio privado, vinculando-os ao surgimento do fenômeno sociopolítico denominado coronelismo¹⁸⁴. No período republicano, o coronelismo se consolidou com a introdução do sufrágio universal, pois permitiu que os coronéis passassem a exercer grande influência no poder regional. Eles se estabeleceram como intermediários entre os candidatos políticos e as massas rurais votantes, exercendo sobre elas o mandonismo, “mistura de paternalismo e coerção”¹⁸⁵.

¹⁸¹ Idem, p.252.

¹⁸² Idem, Ibidem.

¹⁸³ Idem, p.253.

¹⁸⁴ SILVA, Lígia Osorio. Op., Cit., p.252 e 253.

¹⁸⁵ Idem, p.253.

Neste contexto, André Rosa Ribeiro ressalta que as mudanças políticas, econômicas e sociais trazidas pelo progresso da lavoura do cacau e seu respectivo retorno financeiro, entre o final do século XIX e início do XX, possibilitaram a criação de uma elite na cidade de Ilhéus e destaca a importância de entendermos a construção da identidade da elite regional do Sul da Bahia e a busca por sua legitimação, tanto nos aspectos econômicos quanto nos campos sociais e políticos ao longo do século XX¹⁸⁶. Para isto, buscamos compreender a região cacauera enquanto um espaço de luta pelo controle e poder político entre os grupos dominantes. A influência desses coronéis sobre a política regional e sobre as questões das terras serão mais bem abordadas no terceiro tópico deste capítulo.

O período de eclosão da lavoura cacauera como atividade de monocultura voltada para a exportação coincidiu com o advento da República e com a passagem das terras devolutas para o domínio estadual. Angelina Garcez lembra que isto estimulou a ocupação de novas áreas que até mesmo os projetos de colonização não haviam alcançado¹⁸⁷. Entretanto, apesar do avanço da ocupação territorial, principalmente no sul do estado, a primeira Constituição da Bahia praticamente não tratava da questão das terras. Outorgada em 02 de julho de 1892, é apenas no Título I - Capítulo Único, que se manifestava a preocupação em assegurar a extensão territorial do estado, mantendo a área da antiga província. Além disto, atribuía à Assembleia Legislativa a função de “legislar sobre terras públicas e indústrias extrativas”¹⁸⁸.

Angelina Garcez na obra *Leis de Terra do Estado da Bahia* organizou uma coleção de grande utilidade para aqueles que desejam compreender a questão fundiária do estado, pois reuniu o conjunto de leis e decretos, desde que as terras devolutas foram incorporadas ao patrimônio do estado até a lei em vigor, em 1895, ano de publicação da obra. Nesta coletânea, ela sublinha que em 1895 o governo da Bahia sancionou a lei nº 86, que de maneira superficial tratava das terras devolutas, da legalização da posse, medição e demarcação de terras particulares, revalidação das sesmarias e extinguiu “as aldeias de índios”. Dois anos

¹⁸⁶ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

¹⁸⁷ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismo de formação da propriedade cacauera no eixo Itabuna-Ilhéus 1890-1930**. Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. 1977, p. 74.

¹⁸⁸ *Leis de Terra do Estado da Bahia*. Salvador, 1985.

após a Lei n.º 86 entrar em vigor, o estado aprovou a Lei 198 de 21 de agosto de 1897. Esta foi a primeira medida oficial efetiva para regulamentar a distribuição das terras estaduais¹⁸⁹.

Ao analisar a Lei 198, Garcez afirma que esta foi mais abrangente que a sua anterior. Nela, além do estado dispor sobre terras devolutas e reservadas, também regulamentou a fiscalização. Estabeleceu penalidades aos invasores e instituiu a compra como o único meio de obter terras devolutas, após a medição e demarcação realizada por funcionários da inspetoria geral, submetida à Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e obras Públicas. Outra novidade desta lei foi à extinção dos cargos de juízes comissários, que desde o período imperial eram encarregados de medição e demarcação das terras. Em seu lugar, institui as comissões de engenheiros e agrimensores das terras particulares¹⁹⁰.

A Lei 198 de 1897 regulamentava as terras devolutas da Bahia, caberia ao estado organizar o registro de terras, mediante declaração dos seus ocupantes. Conforme determinava o artigo 50º, os ocupantes das terras teriam o prazo de 12 meses, a partir da data do regulamento da lei 21 de agosto de 1897, para registrarem suas posses. Este prazo poderia ser prorrogado por mais doze meses. Mediante os registros feitos pelos posseiros, o estado faria a legitimação ou revalidação das terras.

Ligia Maria Osório Silva ressalta que a principal característica da legislação aprovada pelos recentes Estados republicanos foi a “liberalidade em relação à posse”. A “liberalidade” agrária da República Velha teve um “campo de aplicação exemplar”. No caso da Bahia, a Lei 198 de 1897 permitia a legitimação das posses adquiridas até 02 de julho de 1891 e prazos para a entrada dos pedidos de validação foram diversas vezes ampliados entre 1899 até 1921. Comparando a situação da Bahia com a dos demais estados da União, com exceção do Ceará, todos prorrogaram indefinidamente a data limite para confirmação das posses¹⁹¹.

No que se refere às terras indígenas, é evidente o interesse de setores oligárquicos sobre elas. Afinal, a Lei 198 ratificou a extinção das aldeias, já determinada na lei n.º 86. Definiu as

¹⁸⁹ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e MACHADO, Hermano Augusto. **Leis de Terra do Estado da Bahia. Salvador:** Instituto de Terras da Bahia, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Cia de Desenvolvimento e Ação regional, Mestrado em Direito Econômico da UFBA, 1985, p. 33.

¹⁹⁰ Idem, p. 33.

¹⁹¹ SILVA, Ligia Maria Osorio. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, S. Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás, Org(s), 2 ed. **História Econômica da Primeira República: Coletânea de Textos apresentada no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP 1993)**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica /Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial. 2002, p. 162-163.

terras das aldeias como devolutas e impôs aos indígenas a necessidade de registrar as terras que ocupavam para garantir a posse dos mesmos no prazo de quatro anos, como demonstraremos mais adiante¹⁹². De modo geral, a legislação de terras da Bahia não conteve o avanço da colonização sobre as terras indígenas, ao contrário, estas continuaram sendo alvo de invasões e expropriações, agora sob o aparato legal do Estado.

O SPI e o Governo da Bahia em 1911: A primeira tentativa de órgão de negociar de terras para criação de postos indígenas no sul do estado.

Em 1910 foi inaugurado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), que orientaria as relações entre índios e “civilizados”. Segundo José Mauro Gagliardi, na obra “*O indígena e a República*”, o pequeno órgão ligado ao Ministério da Agricultura desenvolveria um grande papel no contexto de ocupação do interior, marcado pelo crescimento de vilas, fazendas, implantação de rede telegráfica e ferrovias. Esses investimentos necessitavam de segurança para que não colocasse em risco o capital empregado. Entretanto, as áreas habitadas pelos considerados “índios hostis” representavam um grande obstáculo à expansão capitalista. Portanto, tornava-se necessário a formulação de uma política indigenista que fosse compatível com o desenvolvimento econômico republicano em vigor¹⁹³.

Havia um debate nas primeiras décadas da República sobre a questão indígena entre conservadores e progressistas. No primeiro grupo, encontravam-se as oligarquias republicanas e a Igreja Católica, que propunham a repressão aos grupos indígenas. Fez parte desse grupo o diretor do Museu Paulista Hermann Von Ihering¹⁹⁴, que publicamente defendeu o extermínio dos povos indígenas. A segunda alternativa era proposta pelos progressistas, (grupo de pessoas associadas ao Museu Nacional, setores do governo e por militares positivistas). Estes

¹⁹² Estado de Terras do Estado da Bahia: Lei n.198 de 21 de agosto de 1897. Lei nº 86 de 18 de julho de 1895. Consultadas em: GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; MACHADO, Hermano Augusto. Op. Cit.

¹⁹³ GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec: EDUSP/ Editora da Universidade de São Paulo/Secretaria do Estado da Cultura, 1989, p.235 e 236.

¹⁹⁴ O texto de Hermann Von Ihering foi publicado no *Correio Paulistano*, na edição de 29 de outubro de 1908. “não se podendo esperar trabalho sério e assíduo dos índios civilizados e, como os índios selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio”. (*A Antropologia do Estado de São Paulo, Revista do Museu Paulista, Tomo VII, 1907, p. 202-257*).

defendiam ações indigenistas pacíficas que assegurassem a sobrevivência física dos índios e sua integração à sociedade nacional, transformando-os em trabalhadores nacionais¹⁹⁵.

Nessa perspectiva, destacou-se a Comissão Rondon, intitulada de Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Seu objetivo era ocupar o território brasileiro e proteger as fronteiras nacionais, criar uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, às margens do rio Madeira. Apregoando métodos brandos de contato e civilização dos índios, a Comissão encarnou a “missão civilizadora” da República, atendendo aos interesses políticos do estado republicano. Em síntese, a atuação da Comissão contribuiu para que o avanço econômico ocorresse com segurança, e concomitantemente a ação paternalista e tutelar do Estado, impediria que grupos indígenas continuassem sendo exterminados¹⁹⁶. Nesse contexto, se instalou a política indigenista republicana em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, tinha entre suas funções “colocar as populações indígenas sob a égide do estado, a fim de assegurar-lhes assistência e proteção e tornar efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflitos entre índios e fazendeiros”.

Souza Lima esboçou uma análise mais crítica em relação aos projetos indigenistas nas primeiras décadas da República Brasileira, que gestaram a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Três objetivos comuns se destacavam nas diversas propostas indigenistas: eliminar os conflitos entre índios e não índios para liberar as terras à colonização; agir para exterminar a “selvageria”, e atribuir aos nativos uma função em relação à nação. Com relação à ocupação do interior, havia uma unanimidade nesses projetos sobre a regularização das terras indígenas. Termos como “garantir a posse”, “demarcar”, “doar”, “conceder”, mesmo que referindo às propostas variadas, marcava a necessidade do estado de proteger as terras indígenas diante da invasão de “colonos”, “sertanejos”, “civilizados” e “particulares”¹⁹⁷. Neste sentido, o autor expõe que os diversos projetos no início do século XX sobre os grupos indígenas que partilhavam a ideia de que o estado

¹⁹⁵ GAGLIARDI, Jose Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Secretaria de Est. 1989, p. 238-240

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da “proteção fraternal” no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ, 1987. p. 174 e 175.

deveria desempenhar a função protecionista, assegurando a vida, a liberdade dos nativos e dos indivíduos que trabalhassem com eles e deveria se esforçar para punir os abusos, as violências e as terras dos índios.

Conforme aponta João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, os índios eram entendidos nessa política indigenista do SPILTIN como um ser transitório. Sendo assim, um conjunto de ações pedagógicas deveria ser desenvolvido nos postos indígenas com o fito de educar e transformar os índios em trabalhadores nacionais. Isto incluía o aprendizado escolar formal nas escolas e o ensino prático nas oficinas mecânicas introduzidas nos postos indígenas, como, por exemplo, a casa de farinha e o engenho de cana¹⁹⁸. Para alcançar tais objetivos, os índios viveriam um processo de territorialização nas reservas criadas pelo SPI.

O antropólogo etnólogo João Pacheco de Oliveira aponta que “... a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isto afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais”¹⁹⁹. Sendo assim, a questão da terra estava no centro da política indigenista inaugurada a partir do SPILTIN. Como a própria sigla já indicava, o órgão objetivava transformar os indígenas em trabalhadores nacionais e isso pressupunha obter terras para agrupar essas populações em postos. A terra era essencial para processo de pacificação.

Mas, conforme abordado, a recém-fundada República Brasileira assegurou um alto grau de autonomia aos estados federativos para legislarem em seus territórios e administrar suas terras devolutas. Diante disso, o decreto n. 8072 de 20 de junho de 1910, que regulamentava o SPILTIN, no capítulo segundo, estabelecia que o Governo Federal deveria entrar em acordo com os governos estaduais ou municipais para obter as terras necessárias para o desenvolvimento da política indigenista:

Capítulo II

Das terras ocupadas por índios

Art.3. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio, e sempre que for necessário, entrará em acordo com os governos dos estados ou dos municípios.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília, SECAD/MEC e UNESCO, 2006, p.121.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco. **A Viagem da Volta**. Contracapa, Rio de Janeiro, 1999 p.20.

Para que se legalizem convenientemente as posses das terras atualmente ocupadas pelos índios.

Para que sejam confirmadas as concessões de terras, feitas de acordo com a lei de 27 de setembro de 1860.

Para que sejam cedidas ao Ministério da Agricultura as terras devolutas que forem julgadas necessárias às povoações indígenas ou à instalação de centros agrícolas.

Art 4. Realizado o acordo, o Governo Federal mandará proceder medição e demarcação dos terrenos, levantar a respectiva planta com todas as indicações necessárias, assinalando as divisas com marcos ou padrões de terras²⁰⁰.

Assim, as terras cedidas pelos estados, seriam medidas e demarcadas pelo Governo Federal. Souza Lima ressalta que o meio encontrado pelo SPI de efetivar a posse da terra para os indígenas foi através de solicitação aos estados de áreas para serem reservadas. Mas isto demandava negociações, alianças e inclusive conchavos regionais²⁰¹. Foi o que ocorreu com a inspetoria da Bahia entre os anos de 1910 e 1911. O inspetor do SPILT, Pedro Taulois, ao chegar à região sul do estado em dezembro 1910 tentou dialogar com o governo estadual, para que este doasse as terras necessárias à criação de uma reserva indígena.

Taulois iniciou o processo de negociação com as autoridades estaduais após realizar quatro meses de atividades nas margens do rio Gongogi, no interior do sul da Bahia. Em 04 de maio de 1911, o inspetor enviou um relatório à segunda subdiretoria do Serviço, onde ressaltava a importância de obter terras devolutas junto ao estado para a fundação dos postos de atração e avançar os trabalhos de pacificação dos grupos “dispersos”²⁰².

O agente do Serviço estava autorizado, pela segunda subdiretoria do SPILT, a estabelecer entrepostos próximos aos aldeamentos indígenas que seriam administrados por três ou cinco diaristas e que teriam a função de intermediar o contato dos índios com a inspetoria. Os entrepostos funcionariam enquanto as povoações indígenas não fossem estabelecidas. Mas para que esse projeto acontecesse era necessário que o estado da Bahia garantisse as terras.

²⁰⁰ DECRETO LEI N. 8.072. **Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILT e aprova o respectivo Regulamento.** Rio de Janeiro: República Federativa do Brasil, 20 de junho de 1910.

²⁰¹ LIMA, A Carlos de Souza. “O Governo do Índios Sob a Gestão do SPI” IN: CUNHA, Manuela C. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras/SMC/Fapesp. 1992 p.160.

²⁰² SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício.** Bahia, 04/05/1911. Microfilme: 190. Fotografia: 141-145.

A sugestão de Taulois era fundar pequenos núcleos de trabalhadores nacionais no “Ribeirão Pontal Sul”. Os trabalhadores desses núcleos receberiam diárias por alguns meses para fazer plantações. Os núcleos seriam os centros de atrações dos índios, facilitando, assim, o processo de pacificação. O local proposto, segundo Taulois, era desabitado. Mas aguardava que o estado da Bahia fizesse a doação desta ou de outras terras devolutas para o governo federal.

No ano de 1911, o inspetor Pedro Taulois insistiu com o governo da Bahia para que fossem deliberadas leis reservando terras devolutas para os indígenas. Sua primeira solicitação nesse sentido foi encaminhar, no dia 12 de janeiro, um ofício ao governador. Entretanto, não obteve nenhuma resposta. Passaram-se alguns meses, Taulois enviou novo ofício para o governador do estado, no dia 31 de abril, rogando retorno do pedido realizado no ofício enviado no mês de janeiro. Cinco meses se passaram sem que o estado enviasse qualquer resposta referente ao ofício de janeiro²⁰³.

No dia dois de maio de 1911, Taulois novamente solicitou uma resposta ao governador sobre a questão das terras indígenas: encaminhou um ofício ao secretário geral do estado pedindo providências. Sem obter retorno, enviou ao governador, no dia 05 do mesmo mês, um exemplar da legislação de terras do estado da Bahia, e sublinhou o documento na parte que tratava dos direitos territoriais dos indígenas. Mas, apesar da insistência, o inspetor continuou sem obter nenhum resultado. Diante da omissão do estado, Taulois resolveu aguardar em silêncio um posicionamento do governo estadual²⁰⁴.

A resposta do estado nunca chegou. Em seu último relatório, de 05 de setembro de 1911, Taulois afirmou em tom pessimista que tendo em vista a Lei de Terras em vigência, o estado da Bahia “não estava preparado para fazer alguma coisa neste ramo do serviço público”²⁰⁵. Ele se referia a Lei n. 198 de 21 de Agosto de 1897, através da qual o estado baiano dispõe sobre as terras devolutas e reservadas, regulamenta sua fiscalização e estabelece punições aos invasores. Sobre as terras devolutas, o primeiro capítulo da Lei 198 estabelecia que:

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185

²⁰⁵ Idem.

CAPÍTULO I

Art 1º- São consideradas terras devolutas, pertencente ao Estado, ex-vi do art. 64 da Constituição Federal:

1º- As terras que não acharem-se aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal;

2º-As que se acharem-se applicadas a algum uso publico federal, estadual ou municipal;

3º Aquellas cujas posses não fundarem em títulos capazes de legitimação ou revalidação;

Aquellas cujos títulos não forem legalizados em tempo hábil nos termos desta Lei;

5º- Os terrenos das aldeias de índios, extinctos pelo abandono dos seus habitantes ou por Lei.

Observa-se que no paragrafo 5º do artigo 1º aparece pela primeira vez, na lei 198, a questão das terras indígenas, enquadrando como terras devolutas os terrenos de aldeias suprimidas por duas razões: determinação da lei, ou abandono dos seus moradores. Entretanto, durante o século XIX e início de século XX, no contexto de expansão das fronteiras agrícolas no estado da Bahia, principalmente na região onde se estabeleceu a lavoura cacaueira, os índios de antigas aldeias foram sendo expulsos de suas terras progressivamente. Na documentação do SPI são recorrentes os relatos de violência contra os índios “arredios”, com o propósito de se apossarem dos seus territórios, como já demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho. A bibliografia já citada neste texto aponta que os apossamentos de terras para cultivos da lavoura cacaueira ocorreram em direção às terras das aldeias e aos territórios dos indígenas que ainda se mantinham independentes.

O memorialista João da Silva Campos, em suas crônicas sobre a Capitania de São Jorge de Ilhéus, mencionou “o extermínio de relíquias camacã”, um grupo indígena que habitava a região do rio do Ouro, entre Itabuna e Ilhéus. Ele aponta que: “os desgraçados índolas viviam corridos a rifles pelos “civilizados” que intentavam afastá-los de suas terras multisseculares, para delas tomar conta”²⁰⁶. Segundo Campos, o extermínio deles foi barrado pelo delegado regional²⁰⁷. “O autor não informa a data desse acontecimento, refere-se ao episódio como fato passado, entretanto a crônica que traz essa informação descreve fatos que ocorreram em Ilhéus, no ano 1922”. Esta passagem narrada pelo cronista demonstra como

²⁰⁶ CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: MEC-CFC, 2006, p. 594.

²⁰⁷ Idem.

estava presente e bem marcado na memória regional o extermínio dos índios “arredios”, devido ao avanço de colonos em seus territórios.

Na legislação de terras da Bahia, a questão das terras indígenas recebeu maior destaque no artigo 61, em que o estado da Bahia decretou a extinção das aldeias indígenas:

CAPÍTULO VI Disposições Geraes

Art 61 – Ficam extinctas as chamadas aldeias de índios existentes no Estado, que ainda não o tenham sido por Leis anteriores.

1º- Aos seus actuaes ocupantes que o requererem e provarem descender de índios da aldeia respectiva serão distribuídos gratuitamente, sem prejuízo de direitos de terceiros, por família ou individuo de maior idade, lotes nunca maiores de cem hectares se as terras forem de lavoura e até quinhentos hectares se em campo de criação.

2º Estes processos serão feitos sem despeza alguma para os requerentes;

Art 62- os posseiros foreiros ou rendeiros de terras sitas nas aldeias que não houverem sido remidas, na forma do Art 1º do Decreto n. 2661 de 20 de outubro de 1875, ficam sujeitas a legitimação de suas poses, de acordo com a presente Lei.²⁰⁸

A legislação de terras do estado da Bahia, além de extinguir as aldeias indígenas supostamente abandonadas por seus moradores, impôs aos índios a necessidade de declarar suas terras e de comprovar descendência indígena para garantir a posse das mesmas. Entretanto, a legislação era imprecisa sobre a forma como deveria ser feito o reconhecimento do indivíduo como descendente de índio. Nesse contexto, cabe lembrar que as populações indígenas da Bahia viviam processo de contato com os colonizadores desde meados do século XVI. Vivenciaram nas aldeias, sobretudo a partir do século XVIII, políticas que incentivaram os casamentos mistos e a presença de colonos não indígenas em suas terras. Assim, vivenciaram intenso processo de mestiçagem e de relações inter étnicas entre índios e não índios. No século XIX, essa população indígena, sobretudo de aldeamentos, encontrava-se mestiçada, sendo frequentemente denominados de caboclos. A mistura foi utilizada para descaracterizar essas populações enquanto indígenas e legitimar a perda de suas terras. Como salienta Manuela Carneiro da Cunha, no século XIX as câmaras municipais, apoiadas pela

²⁰⁸Lei de Terras do Estado da Bahia. LEI N. 198, 21 de agosto de 1897. Governador Luiz Vianna José Antonio Costa. Palácio do Governo do Estado da Bahia. (p.55 a 65)

legislação imperial, ao solicitar a extinção de aldeamentos argumentavam que os índios viviam dispersos e estavam “confundidos na massa da população civilizada”²⁰⁹.

Pela legislação de terras da Bahia, os indivíduos que comprovassem sua descendência indígena receberiam uma porção de terra, mas não seria na forma de terra coletiva. Cada família ou indivíduo obteria uma área delimitada e sua extensão dependia da utilização do terreno, se para lavoura ou para pecuária, podendo chegar-se a uma extensão máxima de quinhentos hectares de terras. A partir dos critérios impostos pela legislação de terras do estado da Bahia, percebemos que o estado ignorava os grupos indígenas como povos sócio culturalmente diferenciados, ao substituir a posse coletiva da terra, por lotes individuais. Isso implicava um processo de desestruturação social dos grupos indígenas que possuíam suas bases culturais estruturada na coletividade e em terras coletivas.

Alguns meses após implementação da Lei 198, o governador Luiz Vianna sancionou, no dia 20 de novembro de 1897, o Decreto n. 18, que regulamentava a lei 198. O regulamento esclarece sobre as terras de aldeias indígenas, como a lei deveria ser executada.

CAPITULO VI

Das Concessões Gratuitas

Art.182- Aos actuaes occupantes de terras em aldeias de índios, que requererem e provarem descender de índios da aldeia respectiva, serão distribuídos gratuitamente sem prejuízo de direito de terceiros a título definitivo de propriedade, por família ou individuo maior de idade, lotes nunca maiores de cem (100) hectares, se as terras forem próprias para a lavoura ou até quinhentos (500) hectares se forem campos apropriados à criação.

Art 183- os lotes serão distribuídos depois de medidos e demarcados e aprovado o competente processo, não se concedendo à mesma pessoa mais de um lote.

Art 184- Todas as despesas com a medição e demarcação de lotes em aldeias de índios devem correr por conta do estado.

Art 185- As concessões serão feitas por despacho do governo procedendo requerimento da parte interessada instruído com documentos que provem a exigência do art.182 deste Regulamento, com atestados de autoridades locais e outros que forem precisos.

Art. 186- Quando funcionarem comissões em serviço de terras na zona, os requerimentos virão por intermédio daquelas e informados.

Art.187- Os interessados em concessões no caso do art. 182 deste Regulamento deverão apresentar seus requerimentos ao governo dentro de quatro anos da aprovação deste Regulamento.

²⁰⁹ CUNHA, 1992, p. 145.

Art.188- Os actuaes ocupantes de terras em aldeias de índios que não fizerem valer seus direitos ao favor da concessão, dentro de quatro anos, perderão os mesmos direitos.
(...)

A lei que regulamentou as terras indígenas extinguiu a legitimidade das terras possuídas coletivamente pelos índios e seus descendentes. Reconhecia o direito dos descentes indígenas possuírem lotes de terra individual ou familiar, mas, para isso, determinava que os índios deveriam registrar suas posses dentro do prazo de quatro anos. Cabe pensar se a informação da existência dessa lei e de seus prazos chegou a todas as aldeias indígenas, sobretudo no sul da Bahia. As terras indígenas não regularizadas a partir dessa lei seriam consideradas devolutas, abrindo uma brecha para que qualquer cidadão requeresse as terras alegando-as como devolutas.

Documentos retratam que muitos índios, tanto de aldeias, como os grupos independentes, perderam respectivamente suas terras e territórios nesse processo de expansão da lavoura cacauera. O relatório do padre Camillo Torrend, que visitou a região do Rio Pardo em janeiro de 1925, aponta que muitos índios “arredios” eram expulsos “à bala”, por colonos que se apossavam de seus territórios e posteriormente, compravam essas terras como devolutas. Trataremos das expedições do Padre Camillo Torrend com maior aprofundamento no próximo tópico, por hora, destacamos essa informação do seu relatório:

O motivo das caçadas aos índios é inspirado pela compra das terras do Governo naquela zona das matas pelos plantadores de cacau. Com os Tupinambás não tem ninguém para advogar os seus direitos **multisseculares** sobre as terras invadidas pelos brancos, são eles considerados como invasores e exterminados a tiros²¹⁰.

Ao cruzarmos essa informação com a Lei de Terras do estado da Bahia, publicada neste período, perceberemos que o processo de legitimação das terras no estado, principalmente no sul da Bahia, intensificou a violência contra as populações indígenas, tanto em relação aos grupos aldeados quanto em relação àqueles grupos que viviam ainda independentes. Conforme já demonstrado, a lei 198 julgava as terras coletivas dos indígenas aldeados como devolutas, caso fosse comprovado o “abandono” das mesmas pelos índios

²¹⁰ SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925, p.101.

aldeados. Com base nessa prerrogativa, muitos colonos utilizavam a violência para expulsar os índios de suas terras. Em relação aos grupos indígenas independentes, a lei 198 era omissa com relação aos seus direitos sobre os territórios que ocupavam. Parte das terras consideradas devolutas era, na verdade, habitada por grupos indígenas independentes. Pela lei 198, as terras devolutas poderiam ser demarcadas pelas Delegacias de Terras e vendidas a quem interessasse. Pedro Taulois destacou em seu relatório enviado a Subdiretoria do SPI, em setembro de 1911, que a lei 198 não foi colocada em prática para assegurar os direitos dos indígenas, pois estes não possuíam condições de realizar as exigências legais. De acordo com Taulois: “os naturais atuais ocupantes de terras em aldeias de índios perderiam o direito no favor que lhe era feito se não requeressem dentro do prazo de quatro anos, e, como não tivessem quem os guiasse, perderam o direito as suas terras²¹¹.”

Para ele, a lei 198 e seu regulamento desconsiderava que muitos grupos nativos não dominavam, ou sequer conheciam o aparato burocrático estatal do recém-criado Estado Federativo da Bahia. O posicionamento de Taulois reflete a concepção de índio da política indigenista do SPI e do estado brasileiro do período, pois o indígena era legalmente definido como incapaz. Sendo assim, não se podia exigir do índio que ele assumisse integralmente as responsabilidades exigidas pela lei e tampouco era justo que eles perdessem seus direitos por não cumprir as exigências legais. Por isso mesmo, os índios eram juridicamente tutelados pelo estado. Essa compreensão sobre o índio brasileiro estava expressa de forma bastante clara na Lei 3.071/16, que instituíu o Código Civil. No Artigo 6º determinava: “São incapazes, relativamente a certos atos, ou a maneira de exercê-los. I os maiores de dezesseis e os menores de vinte e um anos, II as mulheres casadas, III os pródigos e IV os silvícolas²¹².” Assim, o Código Civil de 1916, colocava os indígenas como pessoas incapazes, neste contexto deveriam ficar tutelados até serem “civilizados e integrados” à sociedade brasileira.

Para Pedro Maria Trompowsky Taulois, os índios da região foram incapazes de recorrer à burocracia do estado para garantir seus direitos e legitimar a posse das suas terras e, por isso, as perderam. Deste modo, apesar do inspetor defender que as terras visitadas por ele na região eram por direito dos indígenas, o inspetor reconheceu que os índios estavam em

²¹¹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

²¹² BRASIL. **Código Civil**- LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.

condição desfavorável nesse processo de legitimação promovido pelo estado da Bahia. Como uma possível solução para a questão das terras indígenas, Taulois sugerira ao estado que reservasse para o SPI as “terras que sobrassem da concessão que havia sido dada a uma empresa americana” na região²¹³.

Oliveira e Freire ressaltam que os estados federativos sempre colocaram empecilhos à concessão de terras devolutas para a União. Além disso, constantemente trataram as terras indígenas como devolutas. Essa situação se estendeu por todo período de existência do SPI, mesmo após a Constituição de 1934, que reconheceu o direito dos índios às suas terras, determinando: “será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”²¹⁴. O conflito de competência entre os governos estaduais, que possuíam soberania sobre as terras devolutas dos estados, e União que deveria reservar terras para os índios e protegê-los, só foi parcialmente resolvido com o Estatuto do Índio, em 1973. De acordo com os autores, durante décadas a União não regulamentou o artigo constitucional sobre as terras indígenas²¹⁵. Diante disso, “os estados aproveitavam a situação para considerar as terras de posse indígena como devolutas e prejudicar sua regularização”²¹⁶.

Assim, embora a constituição do estado da Bahia outorgasse aos indígenas aldeados alguns direitos sobre terras de suas antigas aldeias, a mesma lei criava algumas brechas para que fazendeiros ampliassem seus domínios, apropriando-se de terras que pertenciam aos índios. Em muitos casos, as terras indígenas foram consideradas devolutas, favorecendo a prática do apossamento, da grilagem e o uso de violência. As áreas mais interioranas e ainda não colonizadas, que eram habitadas por grupos indígenas independentes, eram consideradas devolutas, e esses grupos estavam expostos a todo o tipo de violência agravado com o avanço de posseiros em seus territórios.

Pedro Taulois deixou as atividades do SPILTN na Bahia em 1911. Durante todo esse ano, tentou dialogar com o governo estadual sobre a doação de terras devolutas para o desenvolvimento das atividades de atração e pacificação do Serviço. Nesse período, enviou

²¹³ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

²¹⁴ PACHECO DE OLIVEIRA, João; ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da, 2006, p. 120.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

cartas, ofícios e até uma cópia da legislação de terras ao governador, mas apesar da insistência, não obteve resposta alguma. Assim, a questão das terras indígenas permaneceu sem solução até o ano de 1926, quando foi outorgada a lei de 11 de agosto de 1926, que possibilitou a criação da reserva indígena, assunto que será analisado nos próximos tópicos.

Os índios Pataxó e Maxakali e a inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais na região do estado da Bahia entre os anos de 1920 e 1924.

Desde 1910, com as primeiras expedições do inspetor Pedro Taulois, o SPI era conhecedor da existência de grupos Pataxó e Maxakali nas regiões do rio Pardo e do rio Gongogi. Entretanto, conforme foi demonstrado no primeiro capítulo, apesar das primeiras tentativas de aproximação e atração dos grupos indígenas entre 1910 e 1911, a atuação do SPI na Bahia não prosperou após a saída do inspetor Taulois no final de 1911.

Em 1912 a inspetoria da Bahia passou a compor a inspetoria do Espírito Santo e Minas Gerais. Nestes dois últimos estados a inspetoria possuía dois postos em funcionamento: o Posto Pancas no Espírito Santo e o Posto Guido Malière em Minas Gerais. No estado da Bahia, até o ano 1925 nenhum Posto havia sido fundado e a atuação do SPI permanecia sem expressividade. Os inspetores Estigarribia, no relatório de 1920, e seu sucessor Samuel Lobo, no relatório de 1924, citam nestes documentos os índios Pataxó e Maxakali localizados na Bahia, demonstrando que estes grupos também integravam o campo de ação da inspetoria do Espírito Santo, Minas e Bahia. Todavia, na prática não havia ações efetivas do órgão para atender essas populações que viviam de modo independente do estado brasileiro.

Em relatório das atividades executadas pela inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, datando 12 de fevereiro de 1924, o inspetor Samuel Hora da Silveira Lobo atesta a existência de diversos grupos que estavam sob a responsabilidade da inspetoria. Eram eles: “Tupiniquins, Goytacazes, os Puris e Aymorés” e suas subdivisões. Em Água do Rio Doce, e São Matheus: “Nac-nanucs, Nac-heréhe, Manhageruns, Gutraes ou Crenacs”, e aqueles denominados do “Etuet”, Cuieté e São Sebastião do Occidente e alguns membros dos índios Pojichás”. Nas águas do rio Mucury, os índios assistidos eram: “Pontão Ponte,

Purumptuns, Crissiúmas, Crenhês, Jiporaques e Pojichás”. Nas águas do rio Pardo estavam os Maxakali e os Pataxó²¹⁷.

O inspetor Samuel Hora da Silveira Lobo afirmava que a inspetoria possuía um imenso território de ação, que compreendia um grande contingente de índios. Entretanto, nas regiões onde atuava a Inspetoria não existiam mais “índios completamente selvagens, mas índios semisselvagens e índios já civilizados”, que viviam em completo abandono. Para ele, era tarefa da inspetoria assistir e proteger essas populações²¹⁸.

O Inspetor também informa que além dos índios assistidos nos postos, havia muitos grupos indígenas distantes dos postos citados. Em um tópico do relatório de 1924, denominado “Índios Fora do Posto” o inspetor dividiu esse grupo em quatro categorias: Primeiro, os “índios estabelecidos em terras concedidas pela monarquia”. O segundo grupo era dos “índios habitantes de terras doadas pelo Estado para evangelização católica”. O terceiro era composto por índios “dispersos vivendo isolados entre os civilizados”. Por fim, a quarta categoria era a dos índios denominados “semicivilizados” que viviam em grupos no interior das matas, isto é, aqueles que ainda não haviam sido conquistados e viviam de modo relativamente independente com seus grupos étnicos.²¹⁹

Na categoria de índios semicivilizados, o inspetor informou que existiam vários grupos, dentre eles um grupo de 400 índios que ele acreditava pertencer aos grupos Pataxó e Maxakali, vivendo no rio Pardo a aproximadamente doze léguas da cidade de Canavieira. Refere-se também a outros grupos que habitavam ao longo da estrada de ferro na Bahia e em Minas e no rio Mucury e seus afluentes, seriam: “Crenhês, Pontão Ponte, Jiporaques, Pojichas dentre outros”²²⁰.

Conforme apontamos no primeiro capítulo, o projeto indigenista do SPI compreendia os índios como uma categoria transitória (LIMA, 2005), eles saíam do estado de “selvageria” e alcançariam a “civilização”, se tornariam trabalhadores nacionais, incorporados a nação brasileira. Portanto, na perspectiva do SPI, deixariam de serem índios a partir de um processo evolucionista que previa assimilação dessas populações.

²¹⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Vitória, 12/02/1924. Microfilme: 190. Fotograma: 545-585.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.

Os agentes do SPI, por meio de legislações indigenistas existentes desde 1910, preocuparam-se em categorizar os grupos indígenas. Segundo Souza Lima, “qualquer definição extra nativa do ser indígena é parte dos dispositivos de poder. Por ela se desloca o direito à identidade para uma forma externa de atribuição”²²¹. Conforme ressalta o autor, no decreto 8.072 de 20, de junho de 1910, o termo índio adquiriu status jurídico. No primeiro código civil republicano, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, os índios foram categorizados como “selvícolas”, definidos como relativamente incapazes, assim como os menores de dezesseis anos, as mulheres casadas, os loucos e os pródigos. Portanto, deveriam ser tutelados até serem integrados à “civilização do país”²²².

Após dezesseis anos de tramitação no Congresso, foi aprovada, em 27 de junho de 1928, o decreto nº 5.484, que regulava a situação do indígenas. Os índios foram classificados como: índios nômades; índios arranchados ou aldeados; índios pertencentes a povoações indígenas; índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados. Salientava-se, ainda, que os índios de qualquer categoria que não estivessem completamente “civilizados” ficariam sob a tutela do estado²²³.

Nos relatórios do SPI sobre os índios da Bahia, de 1923, na categoria dos semicivilizados foram enquadrados os Maxakali e Pataxó, que habitavam nas proximidades do rio Pardo. Ressaltamos que essa região vinha sofrendo um longo processo de colonização e expansão agrícola em direção aos territórios de ambos os grupos étnicos. As populações Maxakali e Pataxó foram empurrados cada vez mais para o interior do estado. Porém, observa-se que a inspetoria não mencionou em seu relatório a situação dos índios de antigas vilas indígenas como, por exemplo, os índios de Olivença. Estes índios, todavia, estavam vivendo fortes pressões sobre suas terras, realizadas por grandes fazendeiros interessados em suas terras. Apesar disto, o SPI voltava sua atenção basicamente para os grupos independentes, isto é, para aqueles grupos ainda não conquistados e que viviam “dispersos nas matas” interioranas do estado. Estes grupos representavam a prioridade da política indigenista do SPI.

²²¹ LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p.119.

²²² Idem.

²²³ Idem.

Em relatório da Inspetoria, de 17 de dezembro de 1923, de Samuel da Hora Silveira Lobo, enviado à diretoria do SPI, o inspetor esclarece ter sido informado por George Washington White (sic), proprietário da Fazenda São José no rio Araçaeiro, afluente da margem esquerda do rio Pardo, que existia um grupo de aproximadamente 400 índios “nômades” e “semicivilizados” na região que sofriam constantes perseguições por parte de fazendeiros. Ele informou que no mês de abril de 1923, ao regressar de Conquista, soube que um grupo de índios “Not-nok” apareceu em uma das fazendas do afluente da margem esquerda do rio Pardo. Porém, o grupo não foi bem recebido pelos fazendeiros dessa região. Como resultado, um índio por nome Faustino foi baleado por ter sido flagrado “roubando frutas”²²⁴.

O inspetor Samuel da Hora esclareceu no mesmo relatório que não conseguiu averiguar o fato, mas confirmou que continuou recebendo denúncias de conflitos entre índios e fazendeiros na Bahia. Uma delas informava que os índios teriam flechados dois cavalos e estavam causando prejuízos aos fazendeiros, nas proximidades do rio Pardo. Mais uma vez o inspetor ressalta que acreditava que esses índios pertenciam aos grupos Pataxó e Maxakali²²⁵. Entretanto, as incertezas do inspetor sobre quais eram os grupos que habitam a região do rio Pardo e seus afluentes confirma que a inspetoria desconhecia os índios da região. Tinha uma estimativa da população indígena na Bahia, mas não desenvolvia uma ação no Estado. Os conflitos entre indígenas e não índios eram recorrentes na documentação da inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Excursão ao rio Pardo em 1925: a iniciativa do padre Camillo Torrend e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia para criação da reserva indígena.

O padre dominicano-francês Camillo Torrend era da ordem da Companhia de Jesus, e cientista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Em janeiro e fevereiro de 1925, recebeu do Bispo de Ilhéus, Manoel Paiva, a responsabilidade sobre a freguesia de Canavieiras, cidade localizada no sul da Bahia, durante o período das férias. Segundo Camillo Torrend, as leituras da obra *Geologia do Brasil* de T. Hart, produziram nele o desejo de

²²⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Vitória, 17/12/1923. Microfilme: 190. Fotograma: 538-543.

²²⁵ Idem.

conhecer a região do rio Pardo. Mas, por concentrar suas atividades na capital do estado da Bahia, as viagens de excursões só poderiam ser realizadas no decorrer das férias. A proposta de ser vigário em Canavieiras por dois meses foi, para ele, a oportunidade que esperava para realizar seus estudos sobre o rio Pardo.

A condição de padre de Canavieiras possibilitou que Torrend transitasse por toda a região que correspondia à freguesia. Neste sentido, durante os dois meses de janeiro e fevereiro de 1925, que esteve em Canavieiras, o padre realizou três excursões à zona do rio Pardo²²⁶. Dessas viagens, resultou um relatório entregue ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fornecendo um levantamento geológico da região, descrevendo as características do solo, das rochas e dos minérios. Também forneceu informações valiosas sobre a expansão cacaueteira e as populações indígenas nesse contexto²²⁷. Radicado no Brasil desde 1914, Camillo Torrend foi botânico e pesquisador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Realizou várias excursões no país e coletou diversas espécies de plantas, até mesmo algumas desconhecidas que inclusive foram batizadas com seu nome, como, por exemplo, o fungo *Torrendia pulchella*. Através de suas pesquisas, o referido padre deixou várias contribuições para essa ciência em seus artigos sobre botânica e micologia para a revista portuguesa Brotéria, a primeira revista produzida no país sobre História Natural²²⁸.

²²⁶ O rio Pardo nasce no município de Rio Pardo de Minas e percorre uma extensão de 565 km, sendo 220 km no território mineiro, da nascente, a cerca de 750 m de altitude, até a foz em Canavieiras, no estado da Bahia, quando deságua no Oceano Atlântico, a 18 km acima da foz do Rio Jequitinhonha. Atualmente a bacia hidrográfica do Rio Pardo tem 32.334 km², abrangendo quase 30 municípios. Retirado de: http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/default.aspx.

²²⁷ SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925.

²²⁸ CONCEIÇÃO, Emile. **UFBA preserva coleção de plantas coletadas no início do século XIX**. Agência de Notícias Ciência e Cultura da UFBA . 14 de outubro de 2014 . Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/ufba-preserva-colecao-de-plantas-coletadas-no-inicio-do-seculo-xix/>

Fig. 1 Fotografia do Padre Camillo Torrend durante uma de suas expedições.



Fonte: Foto/ Emile Conceição, acessado em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/ufba-preserva-colecao-de-plantas-coletadas-no-inicio-do-seculo-xix/>

Suas viagens de exploração pelo interior do estado ocasionaram descobertas interessantes no campo científico da geologia. Seus estudos revelaram o valor medicinal da água mineral de Dias d'Ávila. Também realizou pesquisas em Morro do Chapéu, onde suas explorações apontaram os primeiros dados paleontológicos na Gruta dos Brejões, em 1938²²⁹. Em sua homenagem, um dos salões da gruta recebeu o seu nome. O padre envolveu-se em questões políticas nessa região quando o Cel. Teotônio Dourado Filho que foi à capital, em 1932 dialogar com o Intendente da província da Bahia o Ten. Juracy Magalhães, sobre a criação da estrada ligando Irecê à capital baiana e ao São Francisco. O padre aproveitou o ensejo e enviou uma carta ao Coronel, pedindo que este solicitasse também a construção de uma estrada ligando a Gruta dos Brejões à capital²³⁰. Tal fato aponta a influência que esse padre cientista jesuíta exercia junto às lideranças oligárquicas dessa região.

Ao chegar ao sul da Bahia, no município de Canavieiras na condição de padre substituto, Camillo Torrend tratou logo de organizar a viagem de expedição ao rio Pardo. A

²²⁹ Lessa, G.; Cartelle, C.; Faria, H.D. & Gonçalves, P.R. 1999. **Novos achados de mamíferos carnívoros do Pleistoceno final-Holoceno em grutas calcárias do Estado da Bahia**. Acta Geologica Leopoldensia, 21(46/47):157-169. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.gpme.org.br/bd/wp-content/uploads/eco/pdf/bd-gpme-0153.pdf>

²³⁰ Carta do padre Camillo Torrend escrita em 1932 pedindo uma estrada à Gruta dos Brejões. 10 de Setembro de 1932. Disponível em: <http://morroonline.blogspot.com.br/2011/06/carta-do-padre-camillo-torrend-escrita.html>

primeira excursão lhe custou seis horas navegando o referido rio em direção a um lugar chamado de Jacarandá, por meio de uma lancha movida a gasolina²³¹. Nesta viagem visitou a zona diamantífera do rio Salobro, onde constatou que já não havia rochas diamantíferas, apenas cascalhos em camadas sobrepostas²³².

Segundo André Rosa Ribeiro, em 1882, foram descobertas jazidas diamantíferas no rio Salobro, nas encostas da Serra da Onça, região da Vila de Canavieiras. Devido à importância dessa descoberta, o Governo Imperial instituiu um distrito diamantino que abrangia os municípios de Canavieiras, Belmonte e Ilhéus. Rosa demonstra que em Ilhéus pessoas influentes obtiveram a concessão do governo provincial para explorar as jazidas minerais situadas no distrito de Almada. Também disputavam a política local com famílias tradicionais na política municipal²³³.

A segunda viagem foi concretizada graças à oportunidade do padre celebrar uma missa no alto do rio Pardo. Saindo de Canavieiras, seguiu de lancha até Jacarandá e de lá prosseguiu a viagem a cavalo até o distrito de Panella. Apesar de constatar grandes campos de piaçava, o cultivo do cacau era predominante na região por onde passava. Chamou a atenção do padre os trabalhadores do cacau indo construir plantações em lugares cada vez mais distantes e intransitáveis, adentrando as matas densas²³⁴.

Essa não era a primeira viagem de Camillo Torrend com a finalidade de elaborar um relato para o IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia). Em 1918, publicou na revista *Brotéria* vários artigos sobre a cultura do cacau. Sugeriu, inclusive, que os produtores deveriam lavar as amêndoas para remover os resíduos, antes de ensacar o cacau fermentado. Essa medida, segundo o frade, foi testada pelo intendente de Una, Dr. Almeida. Ao enviar amostras para diversos mercados, Dr. Almeida obteve a resposta de que aquele cacau poderia ser comercializado pelo mesmo valor do cacau venezuelano²³⁵.

²³¹ Segundo dados do IBGE o distrito de Jacarandá, pertencente a Canavieiras, forneceu sua área para a formação da sede do município de Santa Luzia, este foi elevado a categoria de município pela lei estadual nº 4443, de 09-05-1985. Retirado de: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/santaluzia.pdf>. Santa Luzia: Histórico

²³² SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925

²³³ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.p.62

²³⁴ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 96.

²³⁵ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 97 e 98

Apesar de reconhecer não ter formação em engenharia, sugeriu a possibilidade de tornar parte do rio Pardo navegável por lanchas de gasolina. Segundo ele, tal empreendimento poderia ser realizado com custo baixo. Esta ideia favoreceria o transporte de mercadorias pelo rio e também o turismo para esta região, pois os turistas com dois dias de viagem a vapor e um de lancha de gasolina poderiam conhecer esta região da Bahia²³⁶.

Na terceira viagem, ele seguiu de Canavieiras até o alto do rio Pardo, no Angelim, e pelas matas do Lapão e Panella Central. A viagem teve duração de dez dias e passou por lugares pouco habitados, conforme descreveu Camillo Torrend: “por caminhos de lama até a barriga do animal”. Nesta região pretendia visitar famílias que, devido à dificuldade de se deslocarem até uma igreja ou capela, o esperavam para realizar os batismos²³⁷.

A viagem foi acompanhada pelo delegado de terras do município de Canavieiras Boaventura Ribeiro e pelo estudante de medicina José Mangieri. O engenheiro civil Boaventura Ribeiro era membro de uma das famílias colonizadoras da região e de grande influência no município de Canavieiras. Era filho de João Elias Ribeiro, considerado o desbravador da região do Vargito²³⁸. Boaventura era irmão de João Ribeiro Vargens, advogado e político influente na cidade, que ocupou o cargo de Intendente de Canavieiras, entre 1920 e 1923. Segundo Renato Zumaeta Costa dos Santos, João Ribeiro Vargens foi responsável pela expansão da lavoura cacaueteira para além dos domínios herdados do seu pai²³⁹.

Analisando a formação da elite agrário-política do município de Camacan, cidade localizada na região sul da Bahia, Santos destaca em seus estudos o poder de decisão que a família Ribeiro possuía sobre a distribuição de terras da região. Boaventura Ribeiro ocupou o cargo de Delegado de Terras por quase três décadas, sendo responsável pela doação dos títulos de terras desta região²⁴⁰. Ou seja, o autor demonstra que o controle sobre as terras da

²³⁶ Idem, p. 97.

²³⁷ Idem, p.98.

²³⁸ Oliveira, Clarice Gonçalves S. de. Trajetória; TRINDADE, Gilmar Alves; GRAMACHO, Maria Helena. **Permanência e transformações têmporo-espaciais na cidade de Camacan/BA : interfaces com a crise da cacauicultura**. Ilhéus: Editus, 2009, p.193.

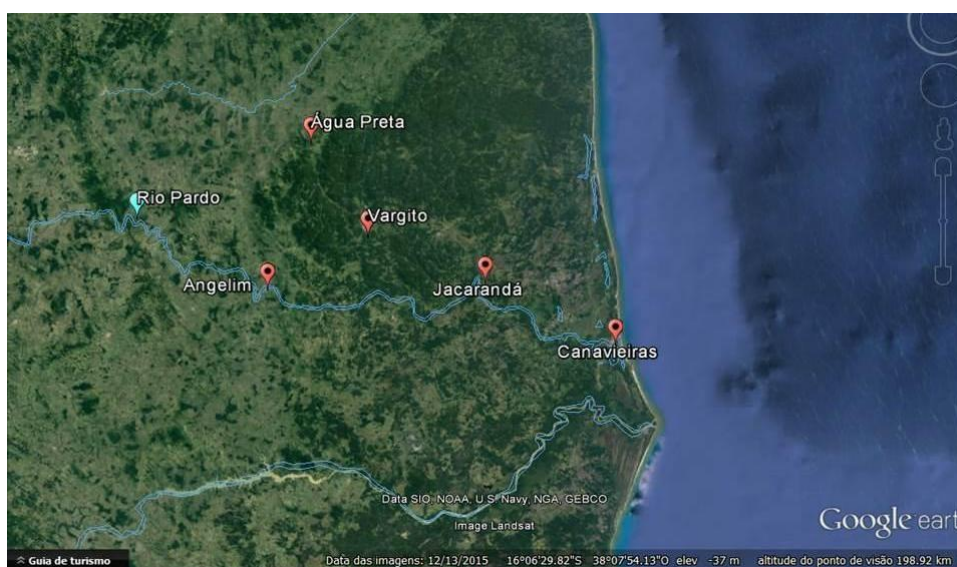
²³⁹ SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. Formação da elite agrária/política de Camacan: poder, imaginário e identidade. In: SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA, 2010, Ilhéus. Anais... Ilhéus: UESC, 09 a 11 de junho de 2010. Anais disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/renatozumaeta.pdf>

²⁴⁰ Idem.

região ficou “demasiadamente reduzido às mãos de um grupo, liderado política e economicamente por dois membros da família Ribeiro, herdeiros das plantações de cacau do novo distrito” ²⁴¹. Ele evidencia a articulação dessa elite agrária cacaucultora em torno da estrutura fundiária.

Camillo Torrend se deslocou para a região de Vargito onde ficaria hospedado na fazenda da família Ribeiro. O mapa abaixo sinaliza a região por onde o Padre Camillo Torrend percorreu entre janeiro e fevereiro de 1925. Nessa zona passou por diversas fazendas, onde pôde verificar as derrubadas das matas para plantações das lavouras cacaeiras.

Figura 2: Mapa do rio Pardo e dos lugares visitados pelo padre Camillo Torrend em 1925



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao chegar à região de Vargito, foi informado que aquele ponto era o local mais próximo dos índios que habitavam as matas de Água Preta. Camillo Torrend lamentou não ter obtido esta informação com antecedência, pois se soubesse da localização desses índios antes

²⁴¹Idem, p. 4.

de organizar a viagem, teria feito um esforço para incluir no itinerário a visita ao grupo.²⁴² O inaciano demonstrou seu interesse em contatar os índios da região.

O relatório de Torrend trouxe informações relevantes sobre a tentativa de padres beneditinos, no passado, de evangelizar os índios “selvagens” que habitavam o rio Pardo. Neste sentido, esses missionários teriam fundado uma igreja, com o objetivo de instalar uma colônia indígena. Todavia, não obtiveram o apoio que necessitavam do governo do estado para dar prosseguimento ao empreendimento.

“Era o momento em que o Dr. Arlindo Fragoso pensava em alinhar a Avenida passando pela Igreja de S.Bento , e que o abbade daquele Mosteiro, Dom Mayeul de Cluny, tinha na imprensa da Bahia celebres discursões para defender a sua igreja ameaçada. Embora os Benedictinos do Angelim não tivessem nada que ver diretamente com as questões da abbadia na Bahia, não conseguiriam interessar o governo e obter o terreno preciso para a colonização dos índios.”^{243,}

Apesar de não conseguirem apoio do governo para obter um terreno para a colonização dos índios, eles se instalaram na gruta do Angelim. Na parte interior, fizeram a moradia e na parte externa construíram uma capela. Eddy Stols, no texto “Dom Gerardo van Caloen e sua reconquista do Brasil beneditino”, cita superficialmente que Dom Mayeul de Caigny fundou, em 1909, um posto entre os índios em Angelim, no rio Pardo²⁴⁴.

Segundo as pesquisas de Oslan Costa Ribeiro, a nova diocese de Ilhéus, conforme bula “Majus Animarum Bonum”, de 20 de outubro de 1913, possuía 26 paróquias, incluindo a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes do Angelim que, segundo o autor, foi fundada em 1910. Uma das primeiras ações do primeiro Bispo diocesano de Ilhéus Dom Manoel Antônio de Paiva, ao assumir a diocese em 1915, foi suspender cinco dessas paróquias, devido à dificuldade dos padres atuarem nessas regiões. Nesse contexto, a paróquia do Angelim foi suprimida em 1915. Entretanto, o autor sugere que a paróquia tenha sido anexada a alguma outra do extremo sul da Bahia²⁴⁵. Pela localização, proximidade da data de fundação e sua

²⁴² SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 100.

²⁴³ Idem. Ibidem.

²⁴⁴ Bueno, Clodoaldo; Stols, Eddy; Mascaro, Luciana Pelaes. **Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações**. São Paulo: Narrativa Um. 2014, p. 160.

²⁴⁵ RIBEIRO, Oslan Costa. Diocese de São Jorge Dos Ilhéus: criação, instalação e organização de um bispado no sul da Bahia (1913-1939). In: XXVII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIALOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370916297_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2013Oslan.pdf, acessado: 10 de junho de 2016.

extinção em poucos anos, existe uma possibilidade de que a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes do Angelim tenha sido fundada pelos padres beneditinos com o objetivo de criar uma colônia indígena nessa região do rio Pardo.

O padre Camillo Torrend exaltou as ações dos missionários beneditinos como atos heroicos, pois viveram em uma gruta, sem luz, com teto baixo e se alimentando semelhante aos índios, com peixes e caça. O objetivo daqueles missionários era organizar um terreno com plantações e moradias, antes de fixar os índios naquele território. Mas como não conseguiram a terra junto ao estado, os planos não foram adiante e, em poucos anos, as atividades foram suprimidas²⁴⁶.

Este fato reforça o que apontamos no primeiro capítulo: a Igreja Católica continuou desenvolvendo a colonização de grupos indígenas na região sul da Bahia, na segunda década do século XX. A documentação do SPI indica que a diocese de Ilhéus instalou uma colônia indígena em 1915, na região do Pontal Sul, e tinham o financiamento do empreendimento garantido pelo governo estadual. O relato do Padre Camillo Torrend, de 1925, indica que os missionários beneditinos fundaram uma colônia indígena na região do Angelim, no rio Pardo. Entretanto, esta tentativa não foi bem sucedida, tendo um curto tempo de duração. Foi iniciada em 1910 e suprimida em 1915, como aponta Oslan Costa Ribeiro²⁴⁷. Interessante neste fato é que a investida dos beneditinos no rio Pardo ocorreu no mesmo ano em que o SPILTIN fez a primeira tentativa de instalar postos indígenas na região sul e, do mesmo modo, não obteve sucesso. Nos dois casos, a falta de apoio por parte do governo estadual em destinar terras para os empreendimentos foi apontada como o grande empecilho. A correlação desses fatos demonstra que entre os anos de 1910 e 1911, o governo estadual não estava interessado em destinar terras para colonização indígena, fosse para um empreendimento religioso ou para o órgão indigenista federal.

Na sua terceira viagem, Camillo Torrend ficou sabendo da existência de homem chamado de João Antônio da Silva, também conhecido como João Caboclo, ou João Flechado, que afirmava ser intérprete da língua dos índios e antigo empregado da missão Rondon. João Caboclo demonstrou que gostaria de conversar com o missionário. Ao saber da

²⁴⁶ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 101.

²⁴⁷ RIBEIRO, Oslan Costa. Op. Cit.

existência deste homem, o padre mandou chamá-lo e tiveram “conversas demoradas”, quando obteve deste, informações valiosas sobre os índios que habitavam a região²⁴⁸.

Segundo o relatório do padre, João Caboclo informou que as matas de Água Preta eram habitadas por centenas de índios Tupinambás e nas margens do rio Jequitinhonha vivia um grupo de Pataxó. Esses índios transitavam pelas matas que se estendiam entre Itabuna, Conquista e o rio Pardo e, segundo cálculos do delegado de terras Boaventura Ribeiro, ocupavam uma extensão de aproximadamente 300 léguas quadradas. Isto demonstra a existência de fluxo de grupos indígenas vivendo por toda a região. Pataxó e Tupinambás “combatiam entre si”, segundo João Caboclo, confirmando que havia conflitos étnicos entre esses grupos inimigos²⁴⁹.

Os Tupinambás habitam em Água Preta, região chamada por eles de cacique, a cinco léguas de Vargite e a 10 léguas das margens do rio Pardo. Viviam em palhoças de folha de patioba. Alimentavam-se de caça, da pesca e de raiz de plantas tuberosas, e andavam completamente nus. Eram “índios mansos” que só agiam com violência em represália aos ataques dos brancos. Apesar disso, “se tornam um sério embaraço para ligar o município de Conquista e o de Canavieiras.”²⁵⁰.

João Caboclo denunciou a situação de violência em que esses indígenas estavam submetidos. O extermínio dos Tupinambás ocorria intensamente naquela região. O motivo era a disputa por terras devido ao avanço da lavoura cacaeira. Os métodos empregados por alguns colonizadores para exterminar os grupos indígenas eram de fato repugnantes, desde as “caçadas à bala” até as denúncias de que pessoas, utilizando-se de uma epidemia de varíola na região de Salobro, doaram aos índios roupas infectadas para dizimar essa população:

As caçadas à bala têm sido relativamente frequentes e uma pessoa fidedigna nos assegura que poucos anos atrás, talvez por ocasião da varíola no Salôbro, um desalmado mandou entregar aos pobres índios vestidos de variolosos para eles ficarem contaminados pela peste, o que se conseguiu de facto, morrendo então muitos milhares de Tupinambás²⁵¹.

Os atos criminosos promovidos por parte de alguns colonizadores demonstram o clima de tensão na região. Neste sentido, João Flechado solicitava urgente o auxílio em defesa dos

²⁴⁸ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 101.

²⁴⁹ Idem, p. 102.

²⁵⁰ Idem, p.101 e 102.

²⁵¹ Idem, p. 101.

nativos, pois previa o extermínio completo destas populações em poucos anos devido ao rápido avanço dos colonos naquela região.

João Antônio da Silva, segundo o relato do padre Camillo, se apresentou como um porta-voz dos grupos indígenas. Como tal, descreveu a dimensão dos seus territórios, denunciou as práticas de violência ocorridas contra os nativos e evidenciou o agravamento dos conflitos decorrentes da expansão da lavoura cacaueira. Para ele, a compra de terras devolutas incentivou uma “caça aos índios” que foram expulsos dos seus territórios, por meio da bala, para que suas terras fossem vendidas como desabitadas²⁵².

Até o momento, não encontrei outros documentos que apresentem novas informações sobre João Antônio da Silva e sua passagem no SPI, ou ainda à respeito de sua relação com índios da região. Mas ressalto que esta informação atesta o que já apontamos no primeiro capítulo deste trabalho: a violência contra os nativos foi um meio de fazendeiros e posseiros se apoderarem dos territórios que estavam nas mãos dos grupos indígenas que viviam relativamente independentes do Estado.

De acordo com Camillo Torrend, João Caboclo dizia que os índios Tupinambás desejavam “a intervenção junto ao governo do estado para obter proteção contra os invasores de suas mattas”²⁵³. Neste sentido, os índios solicitavam a doação de 20 a 30 léguas quadradas de terras para estabelecer uma área onde os “brancos” fossem impedidos de adentrar. O documento demonstra que os Tupinambás, embora vivessem afastados da sociedade regional envolvente, queriam negociar com o governo estadual suas terras. Ressaltamos que o contexto regional era de violência e os nativos foram frequentemente forçados a abandonar suas terras e adentrar as matas para garantir a sobrevivência. Assim, é possível pressupor que alguns grupos indígenas tivessem interesse em negociar terras com o estado, tacitamente aceitado o processo de territorialização.

Ainda de acordo com o padre Camillo Torrend, o Delegado de Terras de Canavieiras, Boaventura Ribeiro, que o acompanhou durante a viagem, poderia ficar responsável pela escolha da área que deveria ser destinada aos Tupinambás, preferencialmente entre os rios Pardo e Cachoeira, onde os índios deveriam ficar afastados dos não índios.

²⁵² SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 101 e 102.

²⁵³ Idem, p. 102.

Para isso julgamos nós necessário que o Governo do Estado dê ordem ao digníssimo Delegado de Terras do município de Canavieiras, o Dr. Boa Ventura Ribeiro que me acompanhou em toda aquela excursão, para escolher os referidos terrenos, de preferencia entre dois rios que servissem de limites naturaes, e talvez com uma zona neutra de uma legoa, onde os brancos não tenham direito de fazer compra de terreno, evitando assim qualquer ocasião de contato com eles²⁵⁴.

É importante retornarmos algumas questões já sinalizadas neste tópico e situarmos Boaventura Ribeiro no contexto social e político que este pertencia. O Delegado de Terras Boaventura Ribeiro pertencia a uma família oligárquica, produtora de cacau e influente na política do município de Canavieiras. As terras de sua família estavam localizadas na região de Vargito. Seus antepassados foram os primeiros plantadores de cacau na região do rio Pardo e apontados na memória regional como os “desbravadores” dessa região que, na década de 1960, deu origem ao atual município de Camacan. O município recebeu este nome porque a sede do distrito foi construída em terras da fazenda Camacan, que pertencente à família Ribeiro²⁵⁵.

Como delegado de terras, todas as medições de áreas devolutas estavam sob sua supervisão. Ele exercia, assim, controle sobre as terras da região. É possível perceber o interesse de Boaventura Ribeiro em ser o encarregado de escolher a área da futura reserva indígena. Primeiro, a documentação demonstra que a região do Vargito, onde sua família era a maior detentora de terras, era o ponto mais próximo dos índios Tupinambás que viviam nas matas do rio Ribeirão de Água Preta.

Sendo assim, nomear Boaventura para decidir o local para uma reserva indígena, era uma ação estratégica para beneficiar os setores oligárquicos. A reserva resolveria o problema dos índios no município de Canavieiras, que viviam em conflito com os colonizadores. Os índios dispersos seriam agrupados em uma área delimitada e restrita. Ficariam, de preferência, “isolados dos brancos”. A região seria então “pacificada” e as áreas antes povoadas por indígenas seriam disponibilizadas para a expansão da monocultura cacauífera. Assim, para implementação da área da reserva, o missionário recomendou que o IGHB nomeasse um delegado para esta tarefa e indicou para ocupar este cargo Boaventura Ribeiro, o delegado de Terras de Canavieiras, que lhe acompanhou durante as viagens ao rio Pardo.

²⁵⁴SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, 102.

²⁵⁵SANTOS, Renato Zumaeta, Op., Cit., p. 4.

O padre Camillo Torrend concluiu sua descrição afirmando que o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia deveria tomar a iniciativa no sentido de promover a proteção aos povos indígenas. Para isto, deveria enviar ao governador do estado, Góes Calmon, uma comissão para dialogar acerca da criação de uma reserva para estes grupos. Segundo ele, a terra reservada poderia ser doada ao IGHB que exerceria o papel de “protetor legal dos Tupinambás”. Para reforçar seu argumento, ele afirmou que o Instituto era entidade capaz de resguardar os direitos dos índios, pois gozava de influência e prestígio na sociedade baiana²⁵⁶.

Ao reforçar a necessidade da criação da reserva indígena pelo estado da Bahia, Camillo Torrend afirmou que cerca de 300 léguas por ele visitadas na região, não estavam ocupadas por produtores de cacau. Sendo assim, propôs que o estado concedesse 50 léguas quadradas de terras para os povos indígenas. No entanto, a área deveria abranger não apenas as matas, mas também as terras de caatinga adequada para a plantação de cereais. Na sua quarta proposta, o padre ressaltou:

“As mattas que lhes forem entregues servirão para o Estado constituir uma espécie de Horto Florestal natural, onde se conservarão as essências de madeira importante em véspera de desaparecer diante das derrubadas incessantes que se fazem naquela zona. Também se conservarão assim reservas de plantas medicinaes, como a Poaya verdadeira, ou o cipó suma (Anchieta salutare), (específico da lepra), e outras muitas, hoje raríssima pelo facto de serem colhidas com pouco critério.”²⁵⁷

Na qualidade de botânico e pesquisador do IGHB, Torrend, preocupava-se com a preservação de espécies de plantas da Floresta Atlântica, que também estavam ameaçadas com o avanço das frentes agrícolas na região. Como ele apontou, a região passava por um intenso processo de desmatamento. Portanto, tornavam-se necessárias medidas de proteção e conservação dos atributos bióticos regionais.

Todas as medidas demandavam despesas. Atento para esses gastos o padre propôs também que o estado destinasse uma verba anualmente para auxiliar esta empreitada²⁵⁸. Além do mais, foi informado por João Caboclo que com oito contos, ele junto com os índios poderiam construir 20 ou 30 “palhoças e uma capelinha” e mais dois contos para comprar roupas, pois, conforme o João Caboclo os índios “gostam de andar vestido, só não fazem é

²⁵⁶ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, 102.

²⁵⁷ Idem, 102.

²⁵⁸ Idem, 103.

por que não tem com que”. Precisavam de mais dinheiro para a compra de ferramentas, necessário para o cultivo²⁵⁹. Neste ponto, o missionário descreve os índios como simpatizantes dos hábitos de uma “sociedade civilizada”, pois queriam vestir roupas e mostravam-se adeptos ao trabalho. A construção de uma capela denota que esses índios já eram cristãos, ou pelo menos desejavam ser catequizados. Colocar os índios como povos passíveis de uma “ação civilizadora” naquele momento específico era um argumento considerável para justificar uma intervenção estatal para com aqueles povos.

O padre Camillo Torrend vislumbrou como seria a administração daquela reserva indígena e os seus gastos. A despesa seria com o Delegado de Terras para medir os terrenos e com um missionário encarregado de catequizar os índios. Em seus cálculos, ele previa um gasto no primeiro ano, de 20 contos. Nos anos posteriores seria necessário, além do missionário, um intérprete e fornecer um salário mensal a um inspetor ou fiscal que poderia ser o próprio Delegado de Terras de Canavieiras²⁶⁰. Para o padre Camillo Torrend, depois que o delegado de Terras Boaventura Ribeiro concluísse as medições da área, este ocuparia a função de fiscal ou inspetor. Ou seja, apesar das terras serem reservadas para os índios, Boaventura continuaria exercendo o controle sobre as terras daquela reserva.

Sobre a evangelização dos indígenas da região do rio Pardo, o padre afirmou que não poderia ficar sob sua responsabilidade, pois não seria liberado pelos seus superiores para desenvolver essa missão, nem tampouco o IGHB consentiria e ressaltou: “Se não fosse a escassez de vocações que temos nos tempos atuais não permitiríamos a ninguém que nos arrancassem este ministério tão glorioso”. Provavelmente Torrend se referia ao SPI, que em todo Brasil buscava “pacificar e civilizar” os índios sem a interferência da Igreja, conforme demonstra Souza Lima²⁶¹ já citado neste trabalho. Percebe-se também que em nenhum momento o padre mencionou a possibilidade de dialogar com o Serviço de Proteção ao Índio. Ele defendia a ação missionária outorgada por uma ordem religiosa e não uma ação indigenista leiga.

Constamos que Camillo Torrend simplificou a ação que burocraticamente levaria anos para se concretizar. A criação de uma reserva naquela região não era algo tão simples como o

²⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁶⁰ SAMPAIO, Theodoro. *Op., Cit.*, 1925, 105.

²⁶¹ SOUZA Lima, 1995.

religioso acreditava. Como ele mesmo apontou em suas análises geológicas, o solo da região era propício ao cultivo do cacau e era intenso o avanço dos fazendeiros em regiões cada vez mais interioranas. Ele concluiu seu relatório colocando o Instituto Histórico da Bahia como o possível protetor dos Tupinambás²⁶².

O relatório do padre Torrend foi apresentado em sessão do IGHB que logo tomou a providência de eleger uma comissão para dialogar com o governador do estado sobre as medidas para reserva florestal e para a catequese dos índios do rio Pardo. A comissão apresentou no dia 30 de maio de 1925 um relatório informando o desempenho da missão. O documento foi assinado por Theodoro Sampaio, na época o diretor do IGHB, mas não esclarece quantas pessoas compunham a comissão e não há nenhuma menção sobre seus integrantes²⁶³.

Segundo o relatório, a comissão foi bem recebida pelo governador Góes Calmon, que expressou que já se vislumbrava o objetivo de procurar uma ordem religiosa para promover a catequese dos índios daquela região. O governador encarregou o secretário de agricultura do estado, Austricliano Honório de Carvalho, que também estava presente na reunião, de avaliar as medidas sugeridas pela comissão. Alguns dias após o encontro com o governador, a comissão do IGHB solicitou um encontro na casa do secretário Austricliano Carvalho, para expor suas demandas para o vindouro projeto de lei:

“Não se demorou S. Exa. no desempenho desse dever e hoje posso adiantar que já ouvi A S. Exa. a leitura desse projecto em seis artigos em que se regula, à satisfação do requerido, o que indispensável se torna para o serviço da catechese e para a reserva florestal”²⁶⁴.

Chama atenção o fato que a lei aprovada em 1926, que estabelecia a reserva florestal, continha exatamente seis artigos. O projeto de lei manteve em sua estrutura a proposta escrita por Austricliano Carvalho junto com a comissão do IGHB. A primeira proposta apresentada sugeria a criação de duas reservas em locais que abarcassem áreas habitadas pelos índios Tupinambá e Pataxó.

Há no projeto, com efeito, a criação dessa reserva em mais de um ponto desta zona do Sul; há, por exemplo, uma primeira é maior de cinquenta léguas quadradas de terras a partir da margem do rio Pardo e do seu afluente “Água Preta” até as suas cabeceiras, destinada à conservação das essências

²⁶² SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p. 106

²⁶³ Idem, Ibidem.

²⁶⁴ Idem, Ibidem.

florestaes naturaes e ao gozo dos índios tupinambás daquela região; há uma segunda, igual ou menor à primeira, nas Altas cabeceiras do rio Almada e no valle do Gongogy e seus afluentes onde estar tem por ventura os índios Pataxós. Nesses trechos de terras mandará o Governo demarcar a parte que fica servindo de horto florestal natural, e a que se destinará ao aldeamento dos índios e às suas respectivas roças²⁶⁵

A fiscalização da demarcação das reservas ficaria a cargo da Diretoria de Terras, Minas e Colonização e Imigração, com a supervisão do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, através do delegado de terras do município de Canavieiras. Deveriam ter também agentes ou guardas florestais, que fossem intérpretes da língua indígena. O Instituto deveria ter um fiscal itinerante. Sobre a evangelização dos índios, poderia ser feita por um missionário ou por um leigo, desde que se propusesse a executar esta tarefa. A verba para as despesas advindas deste projeto ficariam a cargo do governo do estado da Bahia, que deveria destinar recursos para construção de casas, compra de roupas, pagamento dos funcionários e instrumentos agrícolas para a criação dos núcleos coloniais²⁶⁶.

Ao analisarmos a primeira proposta de lei para a criação da reserva percebemos que as sugestões do padre Camillo Torrend foram mantidas, por exemplo, a reserva de 50 léguas de terras sugerida pelo padre foi mantida no texto da lei que, posteriormente, será aprovada em 1926. A reserva seria para os índios “Tupinambá e Pataxó”, os grupos indígenas que foram apresentados no relatório do padre como os habitantes da região. Entretanto, os documentos do SPI, principalmente os relatórios de 1926 a 1936, citam a presença de outros índios denominados na documentação como os Kamakan, Gueren, Baenã, Mongoio, Maxakali, Noknok, e Hãhãhãe, evidenciando uma grande diversidade de povos no sul da Bahia.

É importante ressaltar que até aquele momento, maio de 1925, estavam envolvidos na criação da reserva: os intelectuais baianos, membros do IGHB, a Igreja, o governo do estado e várias autoridades regionais. Contudo, o SPI, que era o órgão indigenista oficial do governo republicano, não foi incluído no processo de criação da reserva. Ao que tudo indica, o estado da Bahia preferia negociar a reserva indígena com os grupos e elites regionais, talvez porque não desejasse a interferência do SPI, pois, desta forma, asseguraria total controle sobre as terras demarcadas para os índios, podendo, inclusive, beneficiar as oligarquias cacaujeiras, em caso de conflito com os índios. Apesar de o SPI ter sido excluído deste processo, a

²⁶⁵ Idem, p.117.

²⁶⁶ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, 107.

proposta apresentada pelo Instituto em parceria com a Secretaria de Agricultura da Bahia evidenciava algumas aproximações com os princípios e as práticas do SPI. Por exemplo, a criação dos núcleos coloniais e o fornecimento de instrumentos de trabalho aos índios, com o objetivo de transformar os índios em mão de obra, em uma região onde a agricultura cacaueteira estava em expansão e demandava trabalhadores. Além do mais, a criação da reserva era apontada como uma medida para amenizar os conflitos entre os grupos indígenas e fazendeiros, aproximando-se da proposta do SPI de “pacificar” os indígenas.

A comissão responsável pela interlocução com o governo do Estado para criação da reserva florestal foi elogiada em assembleia do IGHB pelo seu desempenho no cumprimento da missão que lhe foi atribuída. O projeto de criação da reserva foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e, a partir daí, não temos informações sobre como o processo tramitou na câmara dos deputados, os debates que ocorreram e os deputados envolvidos que apoiaram, ou discordaram do projeto. Segundo informações que obtive na biblioteca da câmara de deputados do estado da Bahia, a documentação deste período foi perdida em um incêndio. Mas, apesar das lacunas documentais, as fontes analisadas, o relatório do padre Torrend e os relatórios do SPI, nos fornecem alguns indícios deste processo e nos permite verificar os agentes sociais envolvidos na constituição do projeto, suas reformulações, e o jogo de interesses que culminaram na criação da reserva indígena, em 1926.

O SPI na Bahia e a criação da reserva em 1926

Quando, em fins de 1925, realizamos a percorrida nos logares habitados pelos derradeiros índios selvagens deste Estado, com o duplo proposito de policiarmos essas regiões em defesa dos mesmos e de colhermos os elementos que habilitassem o Serviço a concertar o plano que mais conviesse a assistência deles, uma providencia se nos afigurou, dede logo, como de urgência necessidade. Seria imprescindível, antes de tudo, que se solicitasse, do Governo do Estado, um acto suspendendo as medições de terras então em franca atividade, nos logares visitados ²⁶⁷.

²⁶⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

O Governo do estado convidou o SPI para participar da construção do projeto de lei que estava em andamento na Câmara dos Deputados, projeto que visava criar um horto florestal para conservação dos bens naturais e proteção dos índios, sendo assim, o governo esperava que o Serviço se pronunciasse sobre o referido projeto. Com essa finalidade chegou à Bahia o representante do SPI, o Capitão Vicente de Paula Vasconcellos em “fins de 1925”²⁶⁸, como aponta a documentação. Assim, depois de mais de uma década sem registros documentais de funcionamento efetivo do SPI na Bahia, finalmente naquele ano as ações do órgão foram retomadas no Estado.

Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos, nascido em 15 de outubro de 1882 em Minas Gerais, se tornou Praça do Exército em 31 de março de 1900, com 17 anos. Alcançou o cargo de Sargento da Companhia de Infantaria em 04 de março de 1902 e, no ano seguinte, entrou no Curso Geral da Escola Militar do Brasil, tendo sua formatura em 1905. Em 20 de abril de 1905 entrou para a Escola de Guerra de Porto Alegre, sendo declarado após sua formatura no Curso de Infantaria e Cavalaria como Aspirante a oficial. Em 28 de março de 1909, com 26 anos, foi promovido ao posto de Segundo Tenente para a Arma de Infantaria. Em 01 de julho de 1911 foi colocado à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para seguir nas expedições do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais²⁶⁹.

Atuando pelo SPILTN, o então Tenente Vasconcellos, em 06 de janeiro de 1912, foi para Corumbá, em Mato Grosso, onde esteve à disposição do Ministério da Viação, em serviço pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Assumiu, em janeiro deste ano, o comando do contingente em serviço da comissão Telegráfica. Neste serviço, Vasconcellos recebeu diversos elogios do Coronel Chefe da Comissão, pelo seu profissionalismo, inteligência, capacidade de comando e coragem, sobretudo na conduta do episódio em que sua comissão foi atacada por Índios. Nessa ocasião, coordenou a situação, evitando com que os índios fossem hostilizados, mesmo tendo flechado dois dos seus trabalhadores. Com 34 anos, em 08 de abril de 1917, foi promovido ao posto de Primeiro Tenente, sendo posteriormente desligado a pedido da Comissão Telegráfica, após ser

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Arquivo do Exército. Setor Pessoal. Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos, VI, 12, 9.

diplomado no cargo de Auxiliar de Primeira Classe. Ao tornar-se efetivo o seu desligamento, o Coronel chefe mandou elogiá-lo nos seguintes termos:

“Este esforçado e distinto camarada tornou-se digno de elogios pelo importante serviço de exploração geográfica em que tornou parte uma turma. Pela competência e dedicação cívica de que sempre deu nesses trabalhos no sertão. E pela retidão militar no cumprimento de seu dever incorrendo assim, com inestimável auxílio à chefia da Comissão, que manifesta ao mesmo tempo gratidão e pesar ao ver-se privado de tão importante colaboração. Auxiliar Armando Botelho de Magalhães²⁷⁰.”

Seu trabalho no Mato Grosso foi reconhecido e elogiado pela competência no comando na missão com os índios. Sua biografia no arquivo do Exército não especifica as atividades realizadas entre 1917 a 1923. A documentação aponta que, em 1924, Vasconcellos trabalhou na Comissão de Estradas de Rodagem em Ponta Porã, Mato Grosso. Em 1925, com 42 anos, o então Capitão Vasconcellos foi posto à disposição do SPI e seguiu para a Bahia. Sua missão era organizar a “pacificação” dos índios Pataxó e Kamakan e realizar a demarcação das terras indígenas no sul do estado. Permaneceu à frente das atividades do SPI na Bahia até o ano de 1930, tendo sido promovido a Major em 1929. Vasconcellos foi nomeado Diretor do SPI em 1937 e permaneceu no cargo até 1944²⁷¹.

O Capitão Vicente de Paula Vasconcellos, ao chegar à Salvador, resolveu os trâmites burocráticos para obter do governo baiano o adiantamento da verba necessária para as futuras atividades. O encarregado pretendia fazer o reconhecimento da região que constava no projeto de lei sobre criação da reserva indígena, que tramitava na Câmara de Deputados. Segundo o relatório de Vasconcellos de 1927, o referido projeto de lei “reservava em termos vagos as terras entre os rios Pardo e Cachoeira de Itabuna, bem como na bacia do rio Gongogy”²⁷². Por isso o inspetor pretendia realizar um levantamento detalhado dessa região. Nessa área vagavam os índios Pataxó e tinha como limites indicados “Angelin e Aboboras, logarejos à margem do rio Pardo, Fazenda Colônia e Barra do Ribeirão de Água Preta, pontos do rio Cachoeira de Itabuna”²⁷³.

Considerando a distância entre esses lugares, a dificuldade de acesso e os empecilhos que o Serviço enfrentaria para assistir esses grupos indígenas distantes entre si, o Capitão

²⁷⁰ Idem.

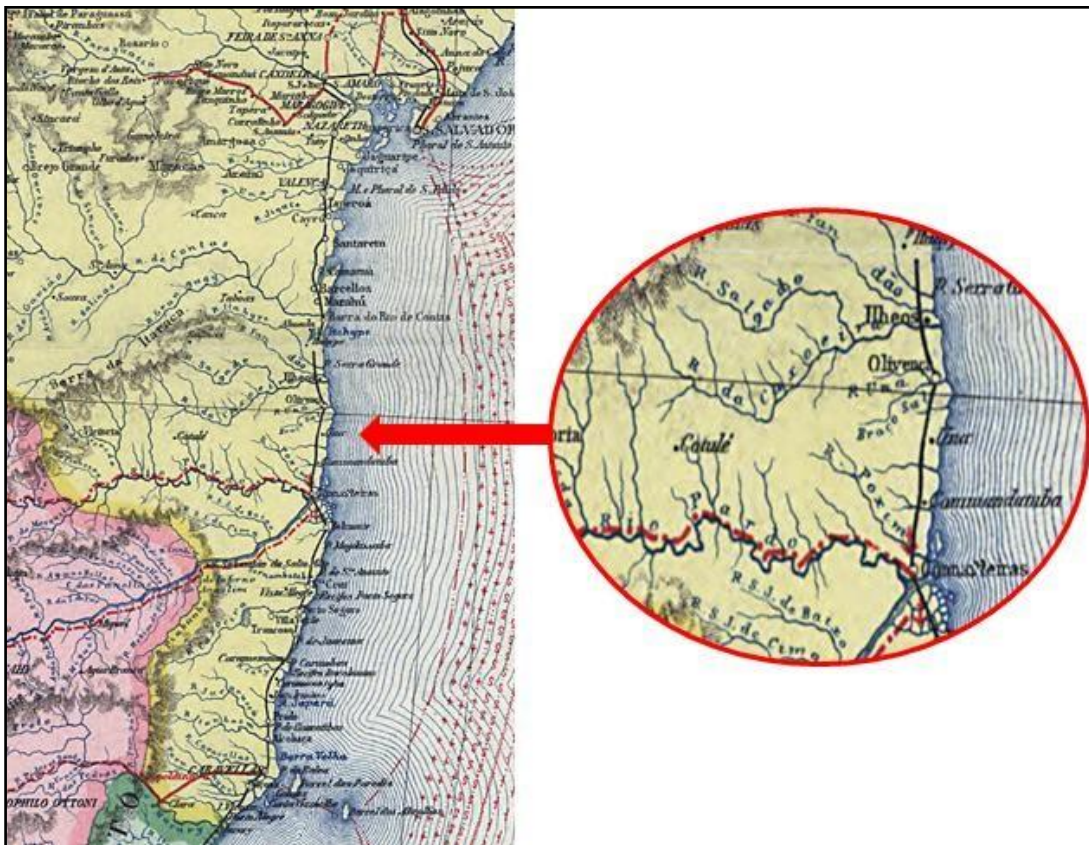
²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

Vasconcellos sugeriu que o estado baiano reservasse uma área onde fosse possível instalar dois postos, com a finalidade de reunir em uma área os diversos grupos indígenas espalhados pela região. Para dar início aos trabalhos, Vicente Vasconcellos permaneceu em Salvador de 22 de outubro até 27 de dezembro de 1925, resolvendo os trâmites burocráticos com o estado baiano e somente no dia 06 de janeiro de 1926 partiu da capital em direção à Colônia. Ao chegar à Colônia com sua expedição, pretendia abrir um caminho ligando diretamente esta localidade ao rio Pardo, de onde almejava seguir pela estrada a sua margem direita até Angelim. Seu objetivo era fixar a linha oeste da área, que seria reservada para os índios, pois facilitaria a comunicação entre o rio Pardo e o rio Cachoeira de Itabuna, o que seria de considerável vantagem para os futuros trabalhos da inspetoria.

Figura 3 - Mapa do sul da Bahia em 1892. Em destaque a região que compreende o rio Pardo e o rio Cachoeira



Fonte: Adaptado de <http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/mapas.htm>

O mapa acima, apesar de não oferecer muitos detalhes sobre a região escolhida para ser reservada, evidencia a localização da área que compreende o rio Cachoeira e o rio Pardo abrangendo os municípios de Ilhéus a Canavieiras.

No dia 12 de janeiro de 1926 o inspetor chegou à Colônia, trazendo consigo uma tropa de dez animais e um estoque de ferramentas, brindes e roupas. Nos primeiros três dias em Colônia sua tarefa foi concentrada no recrutamento de pessoas para auxiliar no levantamento da região. No dia 16 de janeiro deu início a abertura de pique em direção ao rio Pardo. Conforme relatou o Capitão Vasconcellos: “Iniciamos o levantamento no passo da estrada do Sertão sobre o rio de C. de Itabuna, manancial este que, a partir daquele ponto para cima, recebe o nome de rio Colônia”²⁷⁴. O ponto citado compreende hoje o município de Itapé, na

²⁷⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

época, chamado de Itaúna, logo acima deste município o rio Cachoeira encontra-se com o rio Salgado e a partir deste ponto recebe o nome de rio Colônia.

A abertura de estradas era trabalho que exigia uma equipe organizada com funções definidas. Na frente do grupo seguia um homem munido com um facão, que direcionava o caminho, que era indicado pelo Capitão Vasconcellos através do uso de uma bússola prismática. Em seguida, quatro homens com foices abriam a picada, enquanto na retaguarda dois machadeiros retiravam as árvores que impossibilitavam a passagem da tropa, quando ocorriam as mudanças do acampamento²⁷⁵.

Foram diversas as dificuldades enfrentadas pela expedição, iniciando pela vegetação, o terreno acidentado, falta de água, e carência de trabalhadores. Além disto, sempre era necessário reverter os trabalhadores da picada, pois devido o trabalho pesado que estes exerciam, constantemente ficavam com as mãos e as pernas feridas. Entretanto, muitas vezes não encontravam pessoas dispostas a desempenhar esta atividade tão penosa e perigosa. Segundo relatos do Capitão Vasconcellos, estas dificuldades tornaram mais dispendiosa a abertura da estrada, demandando mais tempo do que o esperado para conclusão dos trabalhos²⁷⁶.

A tarefa de abertura da estrada até o rio Pardo teve que ser interrompida no final de fevereiro de 1926, pois o Capitão Vasconcellos precisava retornar à capital para prestar contas ao estado da verba recebida ao Serviço. O representante do SPI lamentava esse curto prazo concedido pelo governo estadual para prestação de contas, alegava que apesar da expedição ter trabalhado diariamente nesta empreitada, a picada do rio Colônia para o rio Pardo ainda não estava concluída. Mesmo assim, no dia 26 de fevereiro suspendeu todas as atividades em andamento e regressou para Salvador. Naquele momento, encontravam-se aproximadamente a nove quilômetros do rio Pardo²⁷⁷.

Durante os quarenta e dois dias que permaneceu com sua expedição nas matas, entre 16 de janeiro a 26 de fevereiro de 1926, o Capitão Vasconcellos ressaltou que não houve encontro com os índios, apenas constatou vestígios de suas passagens nas beiras de alguns

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem.

córregos e árvores derrubadas²⁷⁸. Devido à cheia do rio Cachoeira de Itabuna, só partiram de Colônia em direção à capital da Bahia no dia 28 de fevereiro. Ao regressar a Salvador, para resolver a prestação de contas na Delegacia Fiscal, Vasconcellos tratou de solicitar ao estado o adiantamento da verba para os dois primeiros trimestres do ano. Teve seu pedido atendido um mês depois, no dia 08 de maio²⁷⁹.

Vasconcellos percebeu na sua primeira expedição de reconhecimento da zona que seria demarcada para os indígenas, entre janeiro e fevereiro de 1926, que em vários lugares da região entre os rios Cachoeira e Pardo, estavam sendo realizadas medições das áreas devolutas, pelas Delegacias de Terras regionais²⁸⁰. Conforme já abordado, a Lei de Terra da Bahia nº 198, com o objetivo de regularizar a posse de terras do estado, determinava que todos os posseiros declarassem suas posses ficando a cargo do estado a responsabilidade de realizar as medições.

Ao perceber isso, Vasconcellos solicitou ao governo do estado “a suspensão das medições de terra, então em franca atividade nos lugares visitados”²⁸¹, pois pretendia evitar futuras complicações jurídicas quando fosse demarcar os trechos para a reserva indígena. Também intencionava reduzir “as cenas de barbaria que vinham praticando contra os selvagens”²⁸² que segundo Vasconcellos eram realizadas por fazendeiros, para se apossarem dos territórios habitados por grupos indígenas independentes.

O SPI obteve um resultado favorável na negociação das terras com o governo estadual, pois, diante das informações prestadas pelo Capitão Vasconcellos, o governador do estado da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon publicou um decreto suspendendo as medições de terras devolutas que estavam sendo realizada pelas Delegacias de Terras regionais, na área que futuramente seria uma reserva indígena. O Decreto foi publicado no Diário Oficial de 30 de março de 1926:

“..tendo em vista as informações prestadas pela Diretoria de Terras e Minas, Colonização e Imigração relativamente à conveniência lembrada pelo representante neste Estado do Serviço de Proteção aos Índios de serem reservadas desde já, para ulterior entendimento entre o Governo do Estado e

²⁷⁸ Idem

²⁷⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem.

o Federal, as terras onde se encontram em maior número índios em estado selvícola a serem destinados a postos e povoações indígenas, resolve suspender as medições de terras devolutas situadas nas zonas abaixo mencionadas, respeitando as posses já estabelecidas.

1º) – A situada entre os rios Pardo e Cachoeira de Itabuna limitada a oeste pelo varadouro ultimamente aberto pelo referido representante, a partir do Colonia, no rio Cachoeira de Itabuna, até o lugar denominado Abóboras, no rio Pardo, e, a leste pelo ribeirão Água Preta afluente do rio Cachoeira de Itabuna até suas cabeceiras e d’ahi a Angelim, povoado do rio Pardo;

2º) – A situada nas cabeceiras do Ribeirão do Ouro, afluente da margem direita do rio Gongogy.

3º) – A situada nas cabeceiras e contra vertentes do rio Peixe, afluente do rio de Contas”.²⁸³

Este processo de medição de terras estava ocorrendo no sul da Bahia, na área citada no decreto que compreendia as áreas do rio Pardo e rio Cachoeira, região em que estava em curso o processo de expansão da lavoura cacaueteira. A determinação do governador suspendia as medições que estavam sendo realizadas pelas delegacias de terras. Mas resguardava o direito dos posseiros instalados na área antes da data de publicação do Decreto de 30 de março de 1926. Esta medida demonstrava o apoio do governo estadual ao Serviço de Proteção ao Índio, comprometendo-se em reservar uma área que seria destinada à futura reserva.

Entretanto, apesar do decreto garantir os direitos dos “atuais posseiros”, a medida não foi bem aceita pelos detentores de terras da região, que tinham interesse em continuar expandindo suas posses para os locais mencionados no decreto. Neste contexto, no mês de maio, quando o Capitão Vasconcellos deixou a capital do estado e regressou ao sul da Bahia para prosseguir o levantamento da área do rio Cachoeira de Itabuna, foi procurado por uma comissão de posseiros:²⁸⁴

(...) fomos nessa ocasião, procurados por uma comissão dos referidos posseiros, que se mostrou apesar da exhaustiva e leal exposição que lhe fizemos dos bons intuitos do Governador baixando o mencionado decreto, cujos termos não denunciam a menor intenção de prejudicar a quem quer que seja, e, ao contrario disso garantem até mesmo aquelles que violam as leis estaduais sobre terras, os posseiros. Apesar de todos os argumentos empregados em abono daquele ato do governo, mostrou-se a dita comissão irreductível no seu proposito de contra ele protestar.

²⁸³ Diário oficial, 30 de março de 1926. Decreto de 10 de março de 1926,

²⁸⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

Apesar de Vasconcellos dialogar com os posseiros sobre a importância da reserva indígena e ressaltar que eles não seriam prejudicados, os posseiros estavam insatisfeitos com o cancelamento das medições de terras anunciadas no decreto do governador e se mobilizaram contra a criação da reserva indígena. Com apoio da Associação Comercial de Itabuna, publicaram no dia 23 de maio, no Diário Oficial do Estado, um telegrama destinado ao governador da Bahia.

Itabuna, 21- A Associação Comercial, órgão das classes trabalhadoras, pede permissão a V.Exn, para encaminhar os protestos dos agricultores ocupantes das terras compreendidas na zona entre Agua Preta e Colonia, neste município, ante a ameaça das ruínas que lhe resultará da medição pretendida pelo Capitão Vicente de Paula Vasconcellos, comissionado pela directoria de catechese uma área superior a 20 legoas sem respeitar os direitos adquiridos dos mesmos ocupantes, que primeiro desbravaram, arriscando a vida, as mattas virgens, transformando as fontes de produção econômica virtude da cultura do cacau, de café e das pastagens, abrindo promissor futuro ao desenvolvimento da pecuária, neste município, tendo grande parte dos mesmos ocupantes suas áreas já medidas e demarcadas, com cultura efetiva, morada habitual e pois direito assegurado de preferencia na compra da área respectiva e mattas adjacentes, nos termos da legislação estadual em vigor. Em numero superior a trezentos são as famílias localizadas nas referidas zonas ameaçadas de desalojamento impiedoso se V. EXa. no seu elevado critério de justiça, zelando pelo desenvolvimento econômico do Estado e provando a defesa dos interesses legítimos dos ocupantes de boa fé, não determinar providencias afim de circunscrever as pretensões do referido preposto do directorio de catechese. Cordiaes Saudações- Associação Commercial²⁸⁵.

O telegrama publicado acima evidencia o interesse de posseiros e fazendeiros de obter as terras devolutas na região em questão. Por isto mesmo, não aceitavam a demarcação de terras para a reserva dos índios. A fonte demonstra que os posseiros não estavam sozinhos neste protesto, pois obtinham o apoio da Associação Comercial de Itabuna para tornar pública a manifestação contra a futura reserva.

Conforme aponta Danilo Dantas Ornelas, em 1907 foi criada a União Comercial de Itabuna, que passou a ser intitulada, a partir de 1917, de Associação Comercial de Itabuna. Para o autor, as instituições como ACI (Associação Comercial de Itabuna), Câmara Municipal de Vereadores, Rotary Clube, Igreja Católica e a Imprensa integravam os espaços de sociabilidade das elites locais, articulando-as e propiciando a constituição de uma “unidade de interação e conflito”, com suas divergências, regras e condutas. Apesar da relação conflituosa,

²⁸⁵ Jornal de Itabuna. **Núcleo Colonial**. Ano VI, 308, Itabuna 29 de maio de 1926.

a credibilidade gerada a partir da identificação desses espaços como de representação da sociedade, legitimada para falar em nome da comunidade, é o que proporcionava estabilidade ao grupo heterogêneo²⁸⁶. Freitas e Paraíso ressaltam que, na segunda década do século XX, os membros das Associações Comerciais, tanto de Ilhéus como de Itabuna, representavam a organização da burguesia agroexportadora do cacau, que procurava resultados políticos para suas reivindicações²⁸⁷.

Após a manifestação dos posseiros contra a reserva, o coronel Henrique Alves, na condição de Intendente de Itabuna e líder político local, procurou resolver os anseios dos posseiros. Dirigiu-se à Salvador para intervir junto ao governador Góes Calmon contra a demarcação das terras para a reserva. No dia 22 de maio de 1926 publicou um boletim, no Jornal de Itabuna, no qual fazia o seguinte pronunciamento:

A respeito do núcleo colonial para os índios pretendido pelo Capitão Vicente de Paula Vasconcellos, na zona de Agua Preta do Rio Colonia, sobre o qual surgiram vários protestos dos agricultores ali estabelecidos, o Snr Coronel Henrique Alves dos Reis, operoso Intendente do município passou o seguinte despacho telegráfico ao Conselho Municipal: Bahia. 20- Presidente do Conselho- Recebi telegrama dessa honrada Corporação; Sciente acabo de estar com o Dr. Governador, dizendo este que a população da zona ameaçada poderá ficar tranquila, não havendo medição- Saudações. Henrique Alves- 22-5-1926.²⁸⁸

O coronel Henrique Alves, após encontro com o governador da Bahia, informou aos agricultores que não haveria demarcação para as terras da reserva indígena, evidenciando como estava articulada a política na Primeira República em nível estadual e municipal e como essa articulação beneficiava os chefes políticos locais e seus aliados. O trecho citado é apenas um exemplo de como os coronéis influenciavam as decisões políticas tomadas pelos governos do estado da Bahia. Através da sua conexão com governador, Henrique Alves garantiu que não haveria medições da reserva para os índios, demonstrando seu poder de articulação com governo estadual e a grande influência que este exercia na sua região.

²⁸⁶ RIBEIRO, Danilo Ornelas. **A idade cinquentenária: entre os manuseios de memórias e os sonhos de futuro (Itabuna-BA, décadas de 1950 e 1960)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014, p.57.

²⁸⁷ FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul- Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001, p.128.

²⁸⁸ Jornal de Itabuna. **Núcleo Colonial**. Ano VI, 308, Itabuna 29 de maio de 1926.

É importante destacar que o coronelismo ocorreu na região sul da Bahia ligado à formação das grandes propriedades rurais. André Rosa Ribeiro, ao analisar o coronelismo no município de Ilhéus, cidade da qual Itabuna pertenceu como distrito até 1910, ressalta que a prosperidade do município vinculava-se ao cacau. O município se tornou o maior produtor de cacau do Brasil, intensificando a luta por seu domínio político e econômico entre os grupos dominantes. Ao longo do século XIX, as famílias oligárquicas buscavam perpetuar sua influência social através de uma rede de alianças matrimoniais e de compadrio. Os grupos políticos de cunho familiar se aglomeraram nos partidos políticos existentes que, na República Velha, se dividiam entre os federalistas e constitucionistas. No município, eram respectivamente denominados de “adamistas” e “pessoístas”, remetendo aos seus principais líderes, os coronéis Domingos Adami de Sá e Antonio Pessoa da Costa e Silva²⁸⁹.

O processo e a trama para manutenção de políticos no poder, na direção do governo do estado da Bahia, à frente das cidades de Ilhéus e Itabuna e no controle do poder executivo estadual aconteciam por meio de alianças estratégicas. Na década de 1920, José Joaquim Seabra assumiu o controle do executivo estadual. Essa posição se deu graças ao apoio das elites de Itabuna, sob a liderança de Gileno Amado, do Partido Republicano Democrata (PRD) e de Ilhéus, com o coronel Antônio Pessoa. Essa articulação conferiu ao grupo político do sul da Bahia lugar privilegiado na política estadual e no seabrismo, isto é, nas correntes que apoiavam José Joaquim Seabra.

O historiador Phelipe Murilo de Carvalho demonstra que houve uma reviravolta na política estadual e em particular no município de Itabuna, quando Góes Calmon (PRB - Partido Republicano Brasileiro) assumiu o governo da Bahia, em 1925, após derrotar nas eleições o até então governador José Joaquim Seabra. Os aliados do coronel Gileno Amado (PRD) que apoiavam Seabra perderam seus cargos públicos. O novo governo demitiu os delegados e juízes de paz e designou para essas funções os seus aliados políticos, como Salomão Dantas e Ruffo Galvão. Neste contexto de renovação do quadro político municipal, o coronel Henrique Alves dos Reis, ferrenho opositor dos seabristas, foi nomeado intendente de Itabuna²⁹⁰.

²⁸⁹ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880- 1912)**. Ilhéus: Editus, 200, p.90- 108.

²⁹⁰ CARVALHO, Phelipe Murillo Santana de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015, p. 146.

O intendente Henrique Alves dos Reis era um dos coronéis mais influentes no cenário político de Itabuna e líder do PRB local, partido do novo governador em Itabuna. Sua nomeação a Intendência do município marcava a aliança entre o governador e parte da oligarquia local, garantindo que haveria durante o mandato de Góes Calmon uma reciprocidade de proveitos entre o governo e o município de Itabuna.

Na obra “Coronelismo, enxada e voto”, Victor Nunes Leal analisa o coronelismo enquanto um sistema político complexo, característico da Primeira República, que envolvia uma rede de relações entre municípios, estados e a União. É uma forma de manifestação do poder privado, em que a classe agrária inserida na economia de exportação tem o coronel como “operador dessa economia”²⁹¹. Este interage com o estado no sistema de compromisso, que se caracteriza como uma reciprocidade de proveitos entre a poder público e esses chefes locais, que são os senhores de terra²⁹².

A base do compromisso coronelista é estruturada da seguinte maneira: os chefes locais apoiam os candidatos oficiais nas eleições estaduais e federais, em contrapartida, os governos estaduais davam “carta branca” ao líder local para tratar dos assuntos referentes ao município, isto incluía nomear os funcionários estaduais em seus domínios locais. Desta forma, a troca de proveitos, essência do compromisso coronelista, construía a complexa relação entre as oligarquias locais e o governo do estado²⁹³.

A resposta do coronel Henrique Alves, favorável aos posseiros, ganhou notoriedade ao ser publicada no Jornal de Itabuna, que tinha uma ampla circulação no município e seus distritos. Phelipe Murilo destaca que os veículos de comunicação eram utilizados para a difusão dos interesses dos grupos políticos na região cacauzeira. O autor ressalta que entre 1917 e 1930 foram inaugurados quatro jornais em Itabuna. Foram eles: A Época, Jornal de Itabuna, O Dia e O Intransigente. O Jornal de Itabuna foi fundado em 1920 pelo advogado, promotor e delegado, Lafayete Barbosa e circulou no município até 1930. Neste período, o referido periódico publicava os atos, as portarias e os editais da administração pública municipal, pois, Itabuna não dispunha de um órgão oficial de imprensa. Apesar de este jornal negar opção partidária, seu fundador era membro do grupo político do coronel Paulino Vieira,

²⁹¹ LEAL, Victor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.7.

²⁹² Idem, p.23.

²⁹³ Idem, p, 36.

opositor de J.J. Seabra e vinculado ao coronel Henrique Alves. Este, por sua vez, era aliado do grupo político dos adamistas²⁹⁴.

Neste contexto de influência coronelista e de disputas locais, os jornais serviram como um veículo de discussão e embates partidários entre os grupos dominantes de Itabuna. O coronel Henrique Alves, por exemplo, em sua gestão na Intendência a referida cidade utilizou o Jornal de Itabuna entre janeiro e junho de 1926 para publicar os atos oficiais do município. Ainda no mesmo ano o jornal O Intransigente, ligado ao grupo político desde coronel, passou a realizar esta função²⁹⁵.

Na disputa do poder local, o coronel necessitava dar uma resposta pública ao seu eleitorado e deixar em evidência seu controle sobre as ações estaduais na sua área de influência. A criação da reserva indígena esteve em pauta nos jornais de Itabuna durante a década de 1920. Possesores e fazendeiros articulados com os políticos regionais, recorreram constantemente aos jornais para protestar contra a reserva²⁹⁶.

Mesmo com mobilização de fazendeiros e possesores contra a ordem do governador, que suspendia as medições na área onde se pretendia criar a reserva, o decreto do governador não foi revogado e o projeto de lei continuou em trâmite na câmara de deputados. Isto aconteceu apesar de fazendeiros e possesores estarem apoiados pelas associações e pela imprensa da época, ambos ligados aos setores oligárquicos de Itabuna. Aconteceu também a despeito da influência política dos coronéis que possuíam um grande poder de barganha com o governador, através de um sistema político baseado na dependência entre o poder estadual e o municipal. Em outras palavras, mesmo contra fortes opositores, o Capitão Vasconcellos continuou desenvolvendo as atividades de campo, fazendo o levantamento da região e estabelecendo as bases para a criação da reserva indígena²⁹⁷.

No final do mês de maio de 1926, Vasconcellos foi ao sul da Bahia, com o objetivo de fazer um levantamento do rio Cachoeira de Itabuna. Com sua equipe dividida em duas canoas,

²⁹⁴ CARVALHO, Philipe Murillo S. de. Imprensa e política em Itabuna na década de 1920: periodismo e luta política. In: SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA, 2010, Ilhéus. Anais... Ilhéus: UESC, 2010. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/philipemurillo.pdf>. Acesso em: 05/07/2016.

²⁹⁵ Idem, p.8.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

iniciou as atividades no dia 03 de junho de 1926 que durou 13 dias. Parte do tempo da viagem foi consumida com as explicações e indagações feitas pelos “diminutos moradores da margem esquerda e os mais raros à direita”²⁹⁸, pois, por onde ele passava era necessário desfazer os boatos e esclarecer as populações dos lugarejos quais eram os verdadeiros objetivos da demarcação²⁹⁹. Afinal, posseiros e fazendeiros contrários à reserva espalharam boatos e especulações na região. Afirmavam que a intenção de Vasconcellos era expulsar todos os posseiros da área, estabelecer uma fazenda para seu usufruto e até mesmo explorar jazidas de ouro para comercializar com os estrangeiros. Segundo Vasconcellos essas “invenções” tinham o intuito de amedrontar a equipe do SPI e incitar a população moradora da região, para que impedissem que sua equipe transitasse na área. Fato que não ocorreu³⁰⁰.

Nessa viagem que fez ao rio Pardo no mês de junho de 1926, o Capitão Vasconcellos selecionou um local para a construção da sede do futuro posto. Tratava-se de um pequeno sítio com uma área já aberta de 600 metros quadrados, cultivada em parte com mandiocas. Localizava-se “abaixo da Barra do Ribeirão do Ouro”³⁰¹. O lugar atendia aos interesses do SPI: o sítio já continha plantações e isso favoreceria a atração dos índios para a área. Sendo assim, logo o agente do SPI tratou de negociá-la com seu posseiro a fim de adquiri-la³⁰².

A partir dos levantamentos realizados pelo Capitão Vasconcellos na área que seria demarcada e das informações prestadas ao governo, a Assembleia Legislativa da Bahia modificou o projeto de lei que estava em andamento no Congresso. Ao ser aprovado, o projeto foi transformado na Lei de 09 de Agosto de 1926³⁰³. Apesar de não termos acesso ao primeiro projeto, o relatório do IGHB fornece algumas informações sobre ele. Inicialmente previa-se a criação de duas áreas: a primeira destinada aos Tupinambás, que ocuparia cinquenta léguas de terras quadradas e abrangeria a área entre as margens do rio Pardo e as cabeceiras do seu afluente. Água Preta. A segunda área seria destinada aos Pataxó e compreenderia as altas cabeceiras do rio Almada, no vale do Gongogi e seus afluentes. Sua área era igual ou um pouco menor que a área a ser reservada aos Tupinambás. Isto sugere que

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem.

³⁰³ DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA. **Lei 1.916 de 09 de agosto de 1926. Cria o Posto Indígena Paraguassú.** Salvador: D.O.-Bahia - Ano XI – 38º da República – nº 22, 11 de Agosto de 1926- páginas 9.935 – 9.936.

o projeto inicial previa a reserva de duas áreas, cada uma com aproximadamente 50 léguas³⁰⁴. A lei aprovada em 09 de agosto de 1926 estabeleceu, no entanto, apenas uma área de cinquenta léguas quadradas, onde deveria ser reunido e agremiado tanto os Pataxó quanto os Tupinambás:

Lei nº 1916 de 09 de agosto de 1926
O Governo do Estado da Bahia
Faço saber que a Assembleia Geral Legislativa decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º - Fica o governo autorizado a reservar 50 léguas quadradas de terras em florestas e caatingas, compreendidas nos limites fixados pelo Decreto do Poder Executivo, de 09 de março do correspondente ano, destinadas a conservação das essências florestas naturais e ao gozo dos índios Tupynambás e Pataxós, ou outros ali habitantes.

Art. 2º - O governo mandará demarcá-la, discriminando a parte que ficará servindo de Horto Florestal natural e a que for destinada a formar o aldeamento dos índios e de suas respectivas roças- em lotes com superfície indispensável a taes misteres .

Art. 3º - A fiscalização desses serviços, da competência um, da Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração, outro do Serviço Federal de Proteção aos Índios, terá a colaboração do Instituto Geográfico e Histórico.

Art. 4º - Fica desde já autorizado o Governo a abrir o crédito até cem contos de réis, (100,000\$000), para esses serviços e da construção de palhoças ou casas, de todos os cômodos complementares dos aldeamentos, compra de roupas e instrumentos agrícolas, a fim de que a população aborígene constitua núcleos coloniais.

Art. 5º- Anualmente será consignada no orçamento da despeza, a verba de cinquenta contos de réis (50,000\$000), destinado a cathechese e conservação das essências florestais e primitivas, adjuntos da mesma formação

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrario³⁰⁵.

A aprovação da lei nº 1916 de 09 de agosto de 1926 congregava os interesses do SPI, do Estado, através da Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração, e do IGHB, que foram as instituições que participaram do processo de criação da reserva. O Estado resolveria o problema das terras indígenas, destinando uma área para agrupar essas populações e liberar os demais territórios indígenas para a colonização. Para o IGHB, preocupado com o avanço depredatório na Mata Atlântica e comprometido com as questões ambientais, a lei atendia

³⁰⁴ SAMPAIO, Theodoro. Op., Cit., 1925, p.106.

³⁰⁵ DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA. **Lei 1.916 de 09 de agosto de 1926. Cria o Posto Indígena Paraguassú.** Salvador: D.O.-Bahia - Ano XI – 38º da República – nº 22, 11 de Agosto de 1926- páginas 9.935 – 9.936.

seus interesses, ao especificar a criação do horto florestal e a colaboração desta instituição na fiscalização da reserva. Para o SPI, a posse da terra possibilitaria a implementação dos trabalhos de pacificação e atração no sul do estado.

Assim, apesar da reação contrária ao estabelecimento da reserva por parte de fazendeiros e posseiros do sul da Bahia, a lei foi sancionada e as atividades de demarcação continuaram sendo executadas pelo Capitão Vasconcellos, no decorrer do ano de 1926. Em novembro do referido ano, Vasconcellos regressou à Bahia e se dirigiu, em dezembro, ao sul do estado, para verificar a área escolhida para ser a sede do vindouro Posto. Lá se reuniu com um oficial de carpinteiro que ficou responsável pela construção das primeiras casas; com o fazendeiro encarregado de fazer a derrubada da mata no espaço que seria construído o núcleo; e com um jovem sergipano, chamado Telesforo Fontes, que devido às “suas habilitações e manifestas sympathias pela causa indígena” foi convidado por Vasconcellos para ocupar o cargo de encarregado do Posto em construção ³⁰⁶.

Portanto, o ano de 1926 foi decisivo para os povos indígenas que habitavam o sul da Bahia. Mesmo não participando diretamente do processo inicial de criação da reserva, a vida dessas populações foi impactada com estabelecimento da reserva indígena, que foi denominada de Posto Indígena Caramuru-Paraguassú. Como apontou Vasconcellos: “agora que já temos onde colocá-los, poderemos, no corrente ano, nos dedicar essencialmente, a este trabalho”. O agente do SPI se referia e as atividades de atração e pacificação, que seriam efetivamente intensificadas nos anos seguintes.

CAPÍTULO III: POSTO PARAGUASSÚ: TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITO

Após a criação da reserva indígena no sul da Bahia, a partir da Lei de 09 de Agosto de 1926, o inspetor do SPI Capitão Vicente de Paula Vasconcellos organizou as bases do Serviço, para iniciar o processo de “atração e sedentarização” dos indígenas à terra cedida pelo estado da Bahia. Era necessário, estabelecer os postos de atração, construir casas, contratar trabalhadores, plantar lavouras e abrir estradas nas matas pouco povoadas,

³⁰⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

interligando as áreas da reserva. Tudo estava arquitetado para favorecer o contato com os grupos indígenas “arredios”. Foram organizadas equipes de atração e instalado alguns postos indígenas, visando agrupar diversos grupos indígenas na área cedida pelo Estado. Mas analisando as diferentes situações de contato, percebemos a complexidade do processo, especialmente a atração dos índios realizada pelos funcionários do Serviço e, posteriormente, as primeiras relações sociais estabelecidas entre eles. Para avaliar esse problema, deslocamos o foco da análise, geralmente centrado na perspectiva do SPI, para como os índios reagiam à tentativa de aproximação e atração realizada pelos agentes do SPI. Nesse sentido, demonstraremos, ao longo deste capítulo, como os diferentes grupos indígenas que habitavam o sul da Bahia se relacionaram com os agentes do SPI e como atribuíram sentido ao espaço da reserva, nos primeiros dez anos de atuação indigenista na região.

Enquanto o SPI tentava seduzir os grupos indígenas para a reserva, fazendeiros, comerciantes, políticos e autoridades policiais interessados nas terras organizavam manifestos, solicitando ao governo do Estado a redução e até mesmo a extinção da reserva, sempre alegando ser reduzido o número de indígenas para a extensão da área. Nesse contexto, continuou o avanço de fazendeiros sobre as terras reservada aos indígenas, agravando os conflitos entre índios e não índios. Essa situação não se restringiu à reserva, pois no distrito de

Oliveira, antiga vila indígena, Marcellino Alves, também conhecido como Caboclo Marcellino liderou um movimento de resistência indígena contra as invasões em suas terras por setores da elite cacauera de Ilhéus. Ele foi taxado pela imprensa regional de “assassino”, “bandido”, “comunista” e apelidado de forma pejorativa como o “lampião mirim”, e “bugre”.

No contexto de perseguição, o Caboclo Marcellino refugiou-se na área do Posto Indígena Paraguassú em 1936, em busca de auxílio, proteção e apoio do SPI. Como demonstramos a seguir, a história dos diferentes grupos indígenas que habitavam o sul da Bahia, definidos pela política indigenista tutelar como sedentários e nômades, se interligaram no contexto de expansão da lavoura de cacau e de ameaça e conflito derivados da luta pela terra. Por isso mesmo, a história de índios “nômades” e “sedentários” não pode ser compreendida de forma isolada, sendo muito mais enriquecedor perceber como se relacionavam e interagiam nessa situação de pressão, violência e avanço sobre seus territórios. A disputa pelas terras da reserva indígena Caramuru-Paraguassú ocasionou diversas manifestações contrárias à sua existência ao longo dos seus primeiros dez anos. Por isso, no

último tópico deste capítulo analiso a articulação entre fazendeiros, políticos e autoridades policiais da região contra existência da reserva que culminou no conflito denominado pela imprensa na época como “o levante comunista do posto”, ocorrido em 1936. Apoiados no discurso anticomunista varguista e acusando existir uma célula comunista dentro da reserva, o Estado empreendeu e justificou uma intervenção militar na área, gerando, posteriormente, uma nova demarcação de seus limites que reduziu consideravelmente sua extensão territorial.

3.1 A Segunda Atração e Pacificação: Processo de territorialização dos índios Kamakan, Pataxó, Tupinanbá e Baenã entre 1928 e 1933.

Após ser fundado em 1926 por Vasconcellos, o Posto Paraguassú ficou sob responsabilidade do encarregado Telesforo Fontes. Até o ano de 1932 haviam sido constituídos na área da reserva vários postos de atração e pacificação: Paraguassú, Rio Pardo, Guariba e Posto do Gongogi no rio do Peixe, Ajuricaba, Tombo de Areia. Segundo Maria Elizabeth Brêa Monteiro, esses postos serviam para atrair os índios que transitavam na região e perduravam enquanto durassem os trabalhos de atração dos grupos dispersos³⁰⁷.

Os relatos do SPI registram que, em momentos distintos, diversos grupos indígenas foram atraídos, pacificados e territorializados na reserva. Em 1930, o SPI definiu os “Patachós e Camacans de Jequitinhonha, Rio Pardo, Cachoeira de Itabna e Gongogi” como grupos indígenas pacificados no período de 1910 a 1930. Além desses grupos, a partir de 1937 foram transferidos para a reserva índios de antigos aldeamentos como, por exemplo, os índios de Olivença, os Tupinambá do aldeamento de São Fidélis; os índios Kamakã e Gueren do antigo aldeamento de São Pedro de Alcântara; os Kariri-Sapuyá do povoado de Santa Rosa; e os Guaranys de Catolé³⁰⁸.

Como destaca Lucybeth Arruda, o discurso de integração dos povos indígenas a “civilização” previa a transformação deles em trabalhadores. Esse processo era descrito como uma transição de uma condição inferior na escala evolutiva da sociedade humana para outra condição mais adiantada, desde que estes aceitassem a proteção tutelar abrindo espaço para

³⁰⁷ MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Índios e terra no sul da Bahia. In: COQUEIRO, Sonia Otero (Org). Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967).** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002, p. 369.

³⁰⁸ Idem.

que fossem operadas as mudanças no seu modo de viver. Assim, esses povos estariam preparados para estabelecer relações sociais com não índios. Nesse contexto, o SPI promoveu um amplo processo de “sedentarização” das populações indígenas, principalmente com os “grupos nômades”³⁰⁹.

Nessa perspectiva, é importante analisar o processo de atração, pacificação e territorialização não apenas sob o viés ideológico do SPI, mas também sob a perspectiva dos índios, percebendo na documentação administrativa indícios da participação dos grupos indígenas nesse processo, através do estabelecimento de novas alianças com os agentes externos, movidos por interesses próprios. Trata-se de entender esses povos como agentes sociais, que fizeram suas escolhas e agiram de acordo com as circunstâncias históricas, diante das tentativas do SPI de atraí-los para os postos. Dessa forma, analiso como a atuação indigenista dos agentes do SPI foram interpretadas e manejadas pelos indígenas.

Segundo João Pacheco de Oliveira, a territorialização é uma ingerência política que integra em limites geográficos bem definidos diversos indivíduos ou grupos. Assim, é um “ato político constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado)”³¹⁰. Portanto, o processo de territorialização deve ser analisado como um processo de mão dupla. Por um lado, os índios vivenciaram o espaço territorial demarcado pelo Estado, mas, por outro, construíram possibilidades de reconfigurar o espaço e o processo de territorialização, em espaço próprio de reorganização sociocultural.

Assim, a política indigenista implementada através do SPI, com a finalidade de integrar os indígenas à “civilização”, nos moldes definidos por Oliveira, foi um projeto estatal de colonização, que dentro de um processo de territorialização, foram organizados num território distinto do seu referencial. Assim, é importante analisar como ocorreu a territorialização das populações indígenas na reserva administrada pelo SPI no sul da Bahia e como essas populações estabeleceram uma nova relação com o território, possibilitando múltiplas transformações socioculturais.

³⁰⁹ ARRUDA, Lucybeth Camargo. **Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência 1913-1945**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá. 2003, p.55.

³¹⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana. 1998, p.56.

A instalação dos postos indígenas de atração na área que seria demarcada para a reserva demandava estrutura para efetuação da prática tutelar do SPI, que permitissem o Serviço obter um certo controle sobre as populações indígenas. Como salienta Sidnei Peres, os relatórios fornecidos pelos inspetores descreviam os lugares, seus habitantes e suas ações, fornecendo um panorama sobre a configuração das relações locais entre os sertanejos e índios. O sertão, compreendido como um lugar de desordem e conflito deveria ser pacificado por intermédio das expedições. Na perspectiva do SPI a pacificação dos índios fazia parte do processo de nacionalização. Assim, nacionalizar era também estabelecer uma vasta rede de domínios estatais sobre populações e espaços até então impenetráveis³¹¹.

A instalação da reserva indígena Caramuru-Paraguassú no sul da Bahia, na década de 1920, contribuiu significativamente com processo de ocupação da região. A área destinada à demarcação compreendida no decreto de 09 de março de 1926, citados no capítulo anterior, era, conforme os relatos do SPI naquele período, pouco habitada por não índios. Mas a região despertava o interesse de fazendeiros e posseiros que cobiçavam expandir suas terras para aquelas zonas.

Desde 1926, o Capitão Vasconcellos iniciou a abertura de uma picada no sul da Bahia. As estradas abertas pelo SPI para interligar os postos de atração e pacificação instalados em regiões distantes dentro da área da reserva favoreceu não apenas o contato dos funcionários do Serviço com as populações indígenas, encurtando as distancias, mas também contribuiu para o povoamento da região, a partir dos novos caminhos que também serviam para que a população se instalasse no interior das matas do sul da Bahia.

Finalmente nos tem preocupado, como objeto de esforço do ultimo ano, a abertura de uma nova estrada que comunique mais facilmente o Posto Paraguassú com a zona do Gongogy, já escolhida para a futura sede do novo Posto. A valorização que disso resultará pra trechos dos terrenos que vamos atravessar será mais uma vantagem traída pelo Serviço de Protecção aos índios para os poucos moradores actuaes e para os muitos futuros moradores que serão attrahidos pela facilidade das comunicações nessa região outrora deserta³¹²

³¹¹ PERES, Sidnei Clemente. Terras indígenas e a ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa. 1999, p.48 a 51.

³¹² SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguassú. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

Assim, o documento ressalta que a área que seria reservada, ainda pouco povoada por não índios e de difícil acesso, e o trabalho do SPI contribuiu para o “desenvolvimento” da região. Nesse contexto, com o objetivo de dar prosseguimento à abertura de picadas na mata e acompanhar as obras que estavam sendo feitas no Posto Paraguassú, o Capitão Vasconcellos chegou à reserva no dia 24 de agosto de 1928. Por questões financeiras e burocráticas, o inspetor ficou por nove meses impossibilitado de acompanhar os trabalhos que estavam sendo realizados na reserva indígena. Vasconcellos verificou que sua ausência, ocasionou diversos prejuízos não apenas materiais no processo de construção das instalações do Posto, mas principalmente nas atividades tutelares do SPI com índios, como demonstraremos no decorrer deste trabalho.

Vasconcellos realizou uma inspeção nas construções que haviam sido realizadas no Posto Paraguassú em 1928, sem a assistência direta sua e da inspetoria. Foram inspecionados a casa do encarregado, a olaria e o galpão casa de farinha. Esta última obra era fundamental para a atração dos índios, pois, algumas cargas de farinha eram enviadas aos índios do Junco na tentativa de novos contatos. Entretanto, pela falta de fiscalização, Vasconcellos apontou os prejuízos em tais empreendimentos. Por exemplo, o empreiteiro encarregado da montagem da bolandeira fez um péssimo trabalho, sendo, por isso, necessária a remodelação do aparelho, pois grande parte da madeira empregada era verde e teve que ser substituída. Também foi preciso ampliar a casa do encarregado do Posto. Todos esses consertos demandavam gastos, sendo que o Serviço possuía uma verba limitada.

A falta de verbas, e as exigências burocráticas para comprovação dos gastos eram reclamações recorrentes nos relatórios da inspetoria da Bahia. Apesar dos poucos recursos Vasconcellos deu prosseguimento às atividades de instalação do Serviço nas zonas interioranas do sul da Bahia. Assim, ainda no dia 28 de agosto de 1928 retomou os trabalhos da picada dentro da grande mata que separava a bacia do rio Cachoeira de Itabuna do rio Pardo. O trabalho foi exaustivo como ele atestou em seu relatório, foram trinta dias preparando a via de atração desses índios³¹³.

Os primeiros trabalhos de atração realizados em 1928 estavam sendo implementados por turmas de trabalhadores mantidas pelo Posto Paraguassú, através dos contatos por eles

³¹³ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru- Paraguaçu. **Relatório.** Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotografia: 1770-1783.

provocados, ou pela procura dos próprios indígenas, que se dirigiam aos agentes do Posto. Foi o que aconteceu em março daquele ano com a visita espontânea ao Posto de uma índia acompanhada de duas crianças.

Em março recebemos a visita feita espontaneamente ao nosso Posto Paraguaçu por uma índia e duas crianças do grupo que até pouco errava pelas mattas do Junco e que perambulava agora pouco mais ao norte, devido ao movimento maior que se vai notando nesse local, com a valorização e transferência dessas terras a novos donos mais providos de recursos para exploração³¹⁴.

Conforme o relatório de Vasconcellos indica, esta índia pertencia ao grupo que habitava a região do Junco, que os funcionários do Serviço estavam tentando atrair para o Posto. A chegada de novos colonos naquela área representava uma ameaça constante àquela população nativa, que se via obrigada a procurar refúgios cada vez mais nas zonas interioranas. Nesse contexto, chama a atenção que, deste grupo dos índios do Junco, apenas a índia acompanhada de seus filhos tenha buscado o auxílio do SPI, passando a frequentar o Posto. Podemos ponderar que no contexto de violência e miséria, a índia avaliava a proteção oferecida pelo SPI naquele momento, como uma possibilidade de garantir a sobrevivência física de si e das crianças.

Interessado na manutenção do contato com a índia para conseguir atrair os demais membros do grupo para o Posto, o SPI contratou mais dois funcionários para intensificar os trabalhos nas matas: Joaquim Britto e Ilcon Cavalcanti, admitidos respectivamente em junho e julho de 1928. Eles receberam da inspetoria as primeiras instruções de como proceder com os indígenas em vias de contato e foram despachados da cidade de Ilhéus para o Posto Paraguaçu³¹⁵. Depois de um mês em que Joaquim Britto estava em missão nas matas, o Capitão Vasconcellos teve a sua primeira decepção com o recém-contratado.

Vasconcellos estava em Ilhéus no dia 21 de julho de 1928 para tratar com o auxiliar Ilcon Cavalcanti sobre seu trabalho de atração e encaminhá-lo ao Posto Paraguaçu. Nessa data, recebeu na cidade o auxiliar Britto, com um índio idoso que trouxera da mata, após uma

³¹⁴ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

³¹⁵ Idem.

longa viagem³¹⁶. A notícia se espalhou na cidade de que “o índio foi “pegado à unha” pelos funcionários do Posto. Diante dos boatos, Vasconcellos, com o objetivo de esclarecer sobre a atividade desenvolvida pelo SPI na região, concedeu ao Jornal Diário da Tarde uma entrevista publicada no dia 23 julho de 1928, intitulada: “Nossos irmãos das selvas: o Serviço de Proteção aos selvícolas nessa região”. A primeira declaração do Capitão foi no sentido de esclarecer a vinda do índio para Ilhéus. Explicou que quem o trouxe foi o auxiliar Joaquim Britto, que cuidava de uma das equipes de atrações nas matas, e ressaltou:

“A missão dos funcionários do Serviço é levar a civilização aos selvagens, mas não os trazendo a força aos centros civilizados o que seria contraproducente. O velho patachó simplesmente não aceitava acompanhar o Tenente Britto ao Posto e dali aquele funcionário do Serviço trouxe-o a esta cidade de onde regressará, reconduzindo-o às suas matas queridas o velho filho das selvas”³¹⁷.

Assim, Vasconcellos publicamente se pronunciava contra a ação do auxiliar. Sua entrevista ao jornal não deixava claro quais eram os reais objetivos de Britto ao trazer o “velho índio Patachó” para Ilhéus, e negava o fato deste ter sido capturado à força. É importante ressaltar que o Serviço adquiriu a inimizade de fazendeiros, políticos e comerciantes, desde que iniciou a atividade de demarcação da área da reserva no sul da Bahia. Assim, a ação irresponsável de um funcionário dava margem para que esses grupos, apoiados pela imprensa local, apontassem a ineficácia do órgão. Portanto, percebemos na reportagem um cuidado de Vasconcellos em esclarecer os fatos e de explicar e descrever o trabalho que vinha sendo realizado com os índios “selvagens” no Posto Paraguaçu, a partir da aproximação amistosa e da oferta de brindes³¹⁸.

Diante das circunstâncias, o Capitão Vasconcellos regressou à sede da inspetoria em Salvador no final de julho e determinou que Britto e Cavalcante, que também estavam em Ilhéus, regressassem para o Posto Paraguaçu, levando com eles o índio. Antes de Vasconcellos partir para a capital, recebeu de Joaquim Brito o pedido para ir ao Rio de Janeiro. O inspetor recusou formalmente a solicitação, e pediu que voltasse com o índio para o Posto e devolvesse-o ao seu habitat, para então continuar os serviços de atração dos Pataxó.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Diário da Tarde. “Nossos irmãos das selvas: o Serviço de Proteção aos selvícolas nessa região, uma palestra interessante com o Capitão Vicente Vasconcellos”. Ilhéus. N 128, 23 de julho de 1928.

³¹⁸ Idem.

Estranhamente, alguns dias depois da ordem de Vasconcellos, o documento não esclarece a data, o auxiliar Britto apareceu na inspetoria da Capital do Estado. Declarou ter deixado o índio em boas condições no Posto, com o auxiliar Ilcon e os outros funcionários, e insistiu em sua ida ao Rio de Janeiro, prometendo breve e definitivo regresso ao Posto em companhia da sua família³¹⁹.

Depois de sua viagem repentina ao Rio de Janeiro, o Capitão Vasconcellos finalmente soube o que ocorreu na reserva do sul da Bahia. O auxiliar Joaquim Britto, junto com sua equipe tentava se aproximar do grupo de índios que estavam na região do Junco, mas o contato foi um fracasso. Movido pelo medo, ao se aproximar dos índios, Britto disparou um tiro e sua ação provocou a fuga dos índios pela mata adentro. Nesse episódio o diarista João Baptista teve a mão ligeiramente ferida por uma flecha disparada por um índio, mas foi elogiado por Vasconcellos por seu comportamento condizente com o esperado pelo SPI, “(...) portando-se, porém com calma digna de ser imitada pelo Snr. Britto, causador do disparo”³²⁰.

O grupo indígena Pataxó se dispersou pela mata, mas ficou para trás o índio velho Enon, que não correu. Por isso foi “aprisionado” e, segundo Vasconcellos, era esse o termo mais correto para designar a ação do auxiliar, que levou o índio idoso à força para a cidade de Ilhéus, montado em um animal. Uma ação negligente, pois além da idade avançada para realizar uma viagem longa, Enon não tinha o hábito de viajar nessas condições.

(...) A volta de Ilhéus ao Posto em boas condições foi outra inverdade, pois o índio não suportou a viagem e faleceu de um resfriado, cinco léguas antes de chegar ao Posto, apesar dos cuidados do nosso pessoal, com exclusão do Snr. Britto³²¹.

A consequência da atitude imprudente do auxiliar Britto foi a morte do índio Enon. Após esse episódio o referido funcionário voltou às pressas para o Posto Paraguaçu, reuniu seus pertences e deixou o Serviço o quanto antes, sob a desculpa de que iria ao Rio de Janeiro reunir-se à sua família. Após esse fato lamentável, o grupo indígena de Pataxó que habitava a região do Junco refugiou-se nas cabeceiras do rio Canhoto, afugentados pelas ações violentas

³¹⁹ Idem.

³²⁰ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

³²¹ Idem.

do funcionário do Serviço e pela derrubada das matas na margem do Ribeirão do Junco, onde lotes de terras estavam sendo vendidos para fazendeiros³²².

Em outubro de 1928, o SPI tentou estabelecer um novo contato com o referido grupo de Pataxó. Dessa vez o encarregado do Posto Paraguaçu, Telesforo Fontes, organizou uma expedição de atração para a região do Canhoto. Entretanto, os funcionários do SPI constataram que os índios rejeitavam o contato com os agentes do SPI, como resultado da expedição de Britto e do desaparecimento do velho Enon.

Ainda no ano de 1928, no mês de novembro, mais uma ação desastrosa ocorreu nos trabalhos de atração do SPI no sul da Bahia. Um índio adulto do mesmo grupo Pataxó do índio Enon fazia visitas demoradas no Posto Paraguaçu. Certo dia, sem avisar os funcionários e sem nenhum auxílio, tentou regressar ao seu grupo, que se encontrava na mata de Junco e do Canhoto. Entretanto, era temporada de chuva e a mata daquela região encontrava-se alagada por quilômetros. Segundo o relatório de Vasconcellos, o índio desconhecia a região entre o posto e a bacia do Junco e por isso se perdeu. Depois de alguns dias, voltou ao Posto Paraguassú abatido pela fome e pelo cansaço e permanecendo ali alguns dias no Posto Paraguassú, sem ainda ter recuperado suas forças, o índio tentou novamente regressar a mata e morreu tentando fazer a travessia do rio.

“ mas sem forças para atravessar novamente o rio, foi encontrado certa manhã, moribundo, bem próximo à beira da correnteza, morrendo pouco depois no posto, apesar de mil cuidados”³²³.

O índio pertencia ao mesmo grupo Pataxó da índia que visitou o Posto com as crianças no mês de março e do índio Enon, que foi violentamente capturado pelo auxiliar Britto. Apesar de estar frequentando o Posto Paraguassú, o índio não mediu esforços para regressar ao seu território habitual na região do Junco e do Canhoto, enfrentando, para isso, as adversidades climáticas da região e tendo como consequência a própria morte.

Nesse sentido, é importante pensarmos na concepção distinta de território para o SPI e para os grupos indígenas “nômades”.

A concepção territorial do SPI perpassava por uma ação estatal que demarcaria uma área, restringindo e controlando os índios em um espaço delimitado. Para os índios que

³²² Idem.

³²³ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

habitavam a região sul da Bahia, antes da presença do SPI, seus espaços eram definidos por suas próprias percepções geográficas, culturais e étnicas. Como aponta João Pacheco de Oliveira: “Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”³²⁴. Assim aponta a documentação que para os indígenas que “erravam as matas do sul da Bahia” o território não está associado a um lugar fixo e limitado, a própria documentação do SPI indicava a transitoriedade dessas populações na região.

Nos relatórios de 1928, o Capitão Vasconcellos atribuiu o “prejuízo causado no processo de atração”³²⁵ à sua ausência à frente das atividades de campo na área do Posto Paraguassú, devido às questões burocráticas que teve que resolver na capital do estado. Ele retornou ao Posto no final de dezembro, mas não encontrou o encarregado Telesforo Fontes, que se encontrava na mata, numa nova tentativa de contato com os indígenas na região do Canhoto. Vasconcellos enviou um mensageiro às matas para que avisasse à Telesforo que ele o aguardava na sede do Posto, para resolver questões burocráticas referente ao Serviço. Para surpresa de todos, Telesforo regressou acompanhado pelo índio Catcéco do grupo de Pataxó tão procurado.

Com dificuldade conseguimos saber que seu nome era Catcéco e intabelimos com ele uma palestra para desfazer a sua atitude de receio. Catcéco é um índio de mais ou menos 25 anos, de estatura mediana, semblante vivo, bastante reforçado. Tem falta do pé esquerdo o que não impede de se mover constantemente e com rapidez sempre aos saltos³²⁶.

Depois de algumas horas no Posto, Catcéco demonstrava querer regressar para a mata. Mas os funcionários do Posto, que já haviam perdido um índio na tentativa de retorno, convenceram-no a dormir no Posto, deixando para o dia seguinte a realização da viagem do Junco até o Canhoto, acompanhado pelos auxiliares. Na manhã do dia 07 de janeiro de 1929, Catcéco regressou montado à cavalo acompanhado por dois diaristas e levava brindes para o grupo Pataxó.

³²⁴ OLIVEIRA FILHO, J.P. **Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas**. Revista Travessia, São Paulo: CEM, v.9, n.24, p. 5-9, jan./abr. 1996, p. 9.

³²⁵ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

³²⁶ Idem.

Os primeiros contatos estabelecidos no ano de 1928 entre os índios do Junco e o SPI trouxeram prejuízos irreparáveis, como a morte de dois membros do grupo. Apesar da desconfiança e receio em relação aos agentes do SPI, alguns índios pareciam dispostos a estabelecer relações com os funcionários do Posto, e movidos por seus interesses visitavam a sede da reserva, sem pretensões iniciais de demorar. Assim, diante dos contatos estabelecidos, o SPI nutria a esperança de “sedentarizar” aquele grupo no Posto.

Em relatório de maio de 1930, Alberto Jacobina, ao descrever os trabalhos realizados no sul da Bahia em 1929, informou que os índios continuavam evitando o contato, apesar da relação mantida entre Catcéco e os funcionários do Posto. Por isso, na tentativa de estabelecer contato com aquele grupo de índios Pataxó, Telesforo Fontes e sua equipe de atração adentraram a mata em direção à cabeceira do rio Salgado e do Ribeirão do Junco. Pouco depois, retornaram ao Posto Paraguassú com algumas índias e crianças do mesmo sexo, que apenas visitaram o Posto e retornaram para seu grupo³²⁷.

Ao inicia-se o ano de 1931, o serviço na Bahia estava plenamente organizado, não havendo nenhuma reclamação de civilizados contra os índios, nem contra o Serviço de Proteção, e os índios sentindo-se garantidos nas terras reservadas pelo Governo do Estado, agrupavam-se no Posto onde recebiam confiantes a devida assistência³²⁸.

Em 1931, o inspetor Alberto Jacobina, em seu relatório para a diretoria geral do SPI, informou que, apesar da imensa dificuldade de atrair os indígenas devido à desconfiança consequente do histórico de perseguições e violências que sofreram, os funcionários do SPI conseguiram “conquistar vinte Patachós”, que os auxiliariam posteriormente no processo de atração dos demais índios que “erram pela mata”. Entretanto, seis desses índios faleceram no referido ano, vítimas da doença de leishmaniose³²⁹.

O inspetor atribuiu a morte desses índios às dificuldades do Serviço na Bahia de obter recursos financeiros, estando os encarregados dos postos abandonados durante todo o ano e sem receber salários. O remédio utilizado para combater o mal de leishmaniose era o sulfato de quinino. Os índios, contrariando a perspectiva dos funcionários, depositaram confiança e

³²⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru- Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 05/1930. Microfilme: 182. Fotograma: 1313-1355.

³²⁸ Idem.

³²⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363.

não resistiram em ingerir o medicamento. Entretanto, ao esgotar o remédio, os índios enfermos suplicavam pela “pílula branca que lhes tirasse a febre”³³⁰. Mas, sem recursos, os funcionários não conseguiam comprar os remédios necessários ao tratamento de doenças como a malária e a leishmaniose, que passaram a fazer muitas vítimas entre os índios.

Além da leishmaniose, no início do ano de 1931, um índio faleceu após contrair uma úlcera no aparelho nasal. Os mesmos sintomas foram diagnosticados no índio Macaés, que, segundo Jacobina, era a pessoa que mais auxiliava o SPI pela sua “inteligência” e “atividade”. Por isso, os encarregados preocupados com o agravamento da doença e com o medo de perder o índio ajudante, o levaram para a cidade de Itabuna para realizar um tratamento médico. Esses fatos demonstram as limitações das técnicas adotadas pelo SPI, pois dentro do Posto morreram diversos índios devido às doenças, fome e falta de assistência.

O ano de 1931 foi difícil para o SPI. Com a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1930, o SPI saiu do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passou a integrar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio³³¹. O Capitão Vasconcellos, que havia estruturado o Serviço na Bahia desde 1926, era um militar cedido ao SPI. Ele foi convocado pelo Ministério da Guerra e, em 1931, deixou suas funções no Serviço de proteção ao índio no estado da Bahia. No período em que Vasconcellos esteve à frente da inspetoria do SPI no estado, organizou a pacificação dos Índios Pataxó e Kamakan, fundou quatro postos de pacificação e atração: Paraguassú, Rio Pardo, Guariba e Gongogi, e iniciou o processo de demarcação das terras indígenas. No sul da Bahia, trabalhou em áreas de mata virgem com verbas limitadas e uma infraestrutura ruim, enfrentou as hostilidades de fazendeiros e pequenos agricultores na tentativa de realizar a demarcação da área da reserva indígena.

Após a partida de Vasconcellos, ao que tudo indica, o Serviço na Bahia ficou sem inspetor, tal como registra os relatórios do inspetor regional Alberto Jacobina, sendo esta uma das razões do desaparecimento do SPI no estado. Em seu relatório de 1931 lamentava “não ter podido comparecer funcionário algum com auctoridade legal suficiente para dirigir o

³³⁰ Idem.

³³¹ ver: LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

serviço da Bahia”³³². A situação da reserva indígena estava complicada naquele ano. Além da retirada do Capitão Vasconcellos, o Serviço teve sua verba drasticamente reduzida, o que afetou diretamente os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos nos postos, e até os próprios trabalhadores contratados para as frentes de atração estavam há três trimestres sem receber o pagamento³³³.

Sem inspetor do SPI na Bahia, a reserva ficou sob os cuidados dos contratados encarregados dos postos, que davam continuidade ao processo de atração dos índios da região. No relatório de 1931, o inspetor Jacobina informava acerca de quatro grupos indígenas que estavam na área da reserva. Seriam estes, “remanescentes” dos Pataxó e Kamakan, que habitavam no rio Pardo, Cachoeira de Itabuna e Colônia, o rio Gongogi e rio Jequitinhonha:

- 1º - O grupo do Rio Cachoeira ou Colônia, conhecido entre os índios por grupo – Han-Han-Hãe;
- 2º - O grupo da margem esquerda do médio Rio Pardo, conhecido entre eles por Bae-Nan;
- 3º - O grupo das cabeceiras do Gongogy, quase visinho dos Bae-Naes a que é, visivelmente, uma ramificação deles – Bae-Nan-Min-Tae;
- 4º - Finalmente, o pequeno grupo do Rio Jequitinhonha, que ainda não podemos socorrer diretamente, cujo nome original ainda não podemos conhecer e que, reduzindo a doze pessoas, vae vivendo ainda, graças á proteção que lhe tem dispensado o baiano eminente Hermelino de Assis, que nas suas propriedades os recebe há muitos anos, que da Capital do Estado, onde dirige tem, pelo lado materno, o sangue daquelles índios³³⁴.

Assim, o SPI apesar de ter conhecimento da existência de vários grupos, não conseguia contatar aqueles que estavam em regiões mais distantes da sede, como os que habitavam o rio Jequitinhonha. A assistência àquele grupo era prestada por um particular, chamado Hermelino de Assis, pois, segundo a documentação, ele era aparentado com o grupo, já sugerindo aí a existência de um processo de mistura e miscigenação na região. Antes da redução da verba, as turmas de atração e pacificação realizavam constantes visitas a esses grupos indígenas já contatados. Segundo informações dos encarregados dos postos, os Hãhãhãe formavam um grupo de aproximadamente quarenta pessoas. Vinte desses indígenas optaram por habitar no Posto Paraguassú, em 1931, enquanto os demais membros do grupo

³³² SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

permaneceram “vagando” pela região. Nesta época, os índios Baenã do rio Pardo formavam um grupo de aproximadamente cinquenta indígenas. Desses, apenas quatro haviam visitado o Posto em 1930. Os índios do Gongogi *Bae-Nan-Min-Tae* formavam um grupo de 20 índios e eram considerados pelos funcionários como os mais arredios ao contato. Desses índios, somente um visitou o Posto.

Observamos a partir das fontes que os índios estavam cientes da presença do SPI e de suas tentativas de estabelecer contato eles. Alguns desses indígenas escolheram a “proteção” oferecida pelo SPI e optaram por se estabelecerem nos postos de atração e pacificação, enquanto outros continuavam rejeitando qualquer contato e aproximação com os funcionários do SPI. Convém ressaltar que apesar das circunstâncias de violências e pressões por parte de fazendeiros sobre suas terras tradicionais, alguns índios aceitaram neste período participar do processo de territorialização e viver sob a proteção do SPI passou a fazer parte do leque de escolhas e decisões dos indígenas.

Em relatório enviado de 1932 para o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Alberto Jacobina fez uma ressalva interessante quanto aos nomes dos grupos indígenas citados no seu relatório de 1931.

(...) dos vários grupos Tupinambás que se vão extinguindo na zona cacauera do sul bahiano foi finalmente esclarecida. Em lugar de nome esquizito Hanhan-hãe que, pela pronúncia, pareciam adotar os índios do rio Cachoeira, foi feita pouco a pouco a identificação dos antigos Guê-ê-rens que dominavam desde o Almada. O nome Baenam, pelo qual chamávamos até 1931 os Nóc-noács do rio Pardo é simplesmente o apelido talvez pejorativo que lhes dão os Guê-rens acima citados, do mesmo modo que chamam Bae-nam-mintãe os poucos restantes do Gongogy que são os conhecidos Camacans, sendo, finalmente, Patachós os do grupo pequeninino do Jequitinhonha³³⁵.

Assim, segundo Jacobina havia quatro grupos étnicos na região da reserva indígena no sul da Bahia. O primeiro deles era os Hãhãhãe, também conhecidos como Gueren, estes habitavam a região do rio Cachoeira até o rio Almada. O segundo grupo era Baenã, que seriam *Nóc-Noács* e habitavam o Rio Pardo, o nome Baenã era um apelido pejorativo dado pelos Gueren. O terceiro grupo étnico viviam na região do rio Gongogi, era o Kamakan, também chamado pelos Gueren de *Bae-nam-mintãe*, E o quarto grupo era o Pataxó que habitava no Jequitinhonha.

³³⁵ JACOBINA, Alberto. “Em torno dos grupos indígenas da Bahia em 1932”. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico**, Goiás, n. 60, p.253-266, 1934.

As fontes apontam os conflitos inter étnicos entre os grupos indígenas que habitavam as florestas do sul da Bahia. Neste caso, os Gueren do rio Cachoeira com os Baenã do rio Pardo e com os Kamakan que habitavam o rio Gongogi. Neste caso, os Gueren, teriam denominado os Hãhãhãe e os Kamakan, respectivamente de Baenã e *Bae-nam-mitãe*, e os funcionários do SPI suspeitavam que esses nomes tivessem um sentido depreciativo. Esses grupos habitavam a região do sul da Bahia, mas possuíam suas fronteiras étnicas definidas. Nessa perspectiva, o conceito de “fronteira étnica” proposto por Fredrik Barth nos auxilia a compreender as relações estabelecidas entre esses diversos grupos indígenas. Segundo o autor, a constituição da fronteira acontece na interação dos distintos grupos étnicos cuja identidade é forjada pelo processo de dicotomização entre membros e não membros do grupo³³⁶.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, ressalta que quanto ao critério de pertencimento a um grupo, ele depende tão somente de uma auto identificação e do reconhecimento do grupo de que determinado indivíduo lhe pertence. O grupo determina suas regras específicas, cabendo a ele acolher ou rejeitar mestiços ou outros indivíduos. Sendo assim, grupos étnicos seriam aqueles que seus membros partilham valores, formas e manifestações culturais³³⁷.

Os relatórios do SPI evidenciam que os grupos indígenas Baenã, Gueren, Pataxó, Kamakan tinham suas fronteiras étnicas definidas, distinguindo entre si. Todavia, o Serviço, através do processo de atração, pacificação e territorialização, tentava agrupá-lo na mesma área da reserva:

A presença desse numeroso grupo de Guêrens no Posto do Rio Cachoeira (Posto Paraguaçu) e as relações que já se entabulavam com os Nócnóacs no Posto do Rio Pardo (Posto Ajuricaba) representavam o esforço de trez annos de trabalho durissimo e, o que é mais, a despeza de trez annos de regular dotação orçamentária, destinada à conquista amistosa e ao levantamento expedito da floresta que separa esses dois rios e que também separa, pela linha de divisão das águas, esses dois grupos Tupinambás de oitentas pessoas cada um, que fallam a mesma língua mas que, desavindos a longo

³³⁶ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENARD, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

³³⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Três peças de circunstância sobre o direito dos índios**. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naif, 2009, p 251.

tempo por interessantes motivos de política interna, só podem ser cuidados separadamente³³⁸.

Nesta passagem o inspetor do SPI classificou os índios Gueren e *Nócnóac*, como grupos indígenas Tupinambá e falantes da mesma língua. Entretanto, ressaltamos que os Tupinambá pertencem ao tronco linguístico Tupi, enquanto os índios Gueren pertencem ao tronco linguístico Macro-Jé. Segundo a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, os Gueren, também denominados de Botocudo, habitavam a região compreendida pelos estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, especificamente as bacias dos rios Jequitinhonha, Contas, Pardo, Mucuri, São Mateus e Doce e se estendiam ao vale do Salitre, na bacia do rio São Francisco³³⁹. O nome Botocudo foi utilizado genericamente para denominar vários grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê. A autora verificou que no século XVII os grupos autodenominavam Gueren, Gren ou Kren, mas, no século XIX foram denominados pelos colonizadores de Botocudo.

Mas, para o inspetor do SPI Alberto Jacobina todos os grupos eram de origem tupi, evidenciando que o funcionário do SPI não compreendia a distinções étnicas indígenas, apesar do seu aparente esforço de identificá-las. Destacamos também, que nesse momento era importante para o SPI demonstrar para a sociedade baiana os grupos indígenas “arredios” que tinham na região sul da Bahia para legitimar seu trabalho no interior do estado e a existência da reserva.

Neste caso, as distinções étnicas levaram os funcionários do Serviço a adequarem suas táticas de territorialização. Como não era possível reunir os Gueren e os *Nócnóac* do rio Pardo no mesmo espaço, os funcionários do SPI optaram por deixá-los em postos separados. A documentação evidencia também que nesse processo os grupos indígenas inimigos começavam a estabelecer relação entre si. O estudo até esse momento realizado não permite afirmar até quando as fronteiras étnicas entre os dois grupos indígenas permaneceram. Mas, de acordo com Sonia O. Coqueiro (2002) e Maria Hilda Baqueiro (1976), em longo prazo os

³³⁸ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363

³³⁹ PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a política indigenista para os botocudos no século XIX. In **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 35, p. 77, 1992.

grupos indígenas reunidos na reserva se misturaram, reconfigurando suas identidades naquele espaço.

As dificuldades financeiras persistiram em 1932. Naquele ano a reserva dispunha de um grupo de vinte homens que foi dividido em duas turmas de dez trabalhadores. Os mais aptos para estabelecer relação com indígenas foram selecionados para atuar nas frentes de atração dos “grupos errantes de selvagens”. O inspetor regional Alberto Jacobina, em seu relatório, informava que devido à falta de alimentos, remédios e as constantes invasões de colonos na floresta entre rio Pardo e o rio Cachoeira, um grupo indígena Gueren de aproximadamente cinquenta pessoas deixou o Posto de atração Paraguassú e retornou para as matas³⁴⁰.

Quando lá cheguei em abril, porém, com os primeiros recursos obtidos do interesse que por elles mostrava o Delegado Fiscal da Bahia, já tinham abandonado o matadouro, como dizem na sua meia língua, conseguindo apenas o nosso pessoal a detenção de algumas crianças, hoje adolescentes, que nos servem de chamariz e de guias na campanha empreendida para o fim de reconduzi-los³⁴¹.

A fonte traz uma informação relevante para pensar a ação dos trabalhadores do SPI com os grupos indígenas. Quando ocorreu o retorno do grupo à mata, algumas crianças indígenas foram “detidas” pelos funcionários do SPI. Elas serviriam para atrair os índios que habitavam as matas. As crianças eram vistas como mais fáceis de introduzir novos hábitos e o SPI passou a utilizá-las no processo de atração dos demais indígenas.

Infelizmente, o documento não fornece detalhes de como ocorreu a retirada dos índios Gueren do Posto Paraguassú, mas Jacobina ressalta que estes partiram “de modo brusco”, sem dar explicações aos funcionários do SPI. Nesse sentido, o auxiliar Telesforo Fontes, “a quem os índios muito querem”³⁴², ficou responsável pela equipe de atração que cautelosamente tentaria novamente se aproximar do grupo que fugiu para as matas.

A procura de Telesforo Fontes e de sua equipe de atração pelos índios Gueren que deixaram o Posto Paraguassú durou três meses. Aproximaram-se dos índios nas divisas do

³⁴⁰ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363.

³⁴¹ Idem.

³⁴² CARNEIRO, Edison. “As terras dos índios”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 06 de novembro de 1936.

estado da Bahia com Minas, na Serra das Três Pontas, em julho de 1932. O chefe atual do grupo indígena era Tapitêi e ao perceber que a equipe de atração estava se aproximando e que seriam em breve alcançados, pois os funcionários do SPI não desistiram de procurá-los, concordou em conversar com Telesforo.

Tapitêi, segundo relato de Jacobina, nunca fora favorável a ida dos Gueren para o Posto Paraguassú. Ficava pouco tempo no Posto e se comportava mais como um fiscal. Provavelmente, foi dele que partiu a ordem para que o grupo deixasse o Posto, pois as promessas feitas pelo encarregado de que encontrariam proteção e alimento naquele espaço, não foram cumpridas. Na conversa com Tontim, como eles chamavam Telesforo, Tapitêi descreveu a situação dos Gueren e porque decidiram deixar o Posto.

Segundo Tapitêi, a floresta do lado do Posto estava cheia de “gente estranha” e os Gueren procuravam um lugar que pudessem habitar com liberdade e que tivesse caça abundante. Já haviam atravessado o rio Pardo, território dos seus inimigos históricos, os Kamakan, e pretendiam se estabelecer entre o rio Pardo e o rio Jequitinhonha. Deixou claro a Telesforo que não retornariam ao Posto e “ordenou” que ele e sua equipe voltassem, “pois considerava os homens que trazia, como amigos, se assim fizessem”³⁴³. A partir daquele ponto, o líder avisou que espalhariam armadilhas na região. No retorno para o Posto Paraguassú a equipe verificou as armadilhas que, de tão bem disfarçadas, confundiram os homens da equipe de atração³⁴⁴.

Este e outros fatos demonstram que cada situação de contato e cada tentativa de atrair e “sedentarizar” as populações indígenas envolvia um conjunto de situações complexas entre agentes do SPI e grupos indígenas. Os Gueren mostraram serem sujeitos ativos naquele processo e ponderavam as vantagens e as desvantagens de habitar o Posto do SPI. Cientes de que o ingresso no Posto significava mudanças e perdas, no que diz respeito às suas práticas culturais e modo de viver, os Gueren ressaltaram que desejavam continuar com sua “liberdade” e praticando a caça, demonstrando que escolhiam manter seus modos tradicionais de vida.

³⁴³ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotografia: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363.

³⁴⁴ Idem.

Em 1932, o relatório do inspetor regional Alberto Jacobina apresentou a seguinte tabela sobre as populações indígenas no Posto Paraguassú.

Tabela 1: Comparativo de Frequência dos Tupinambás Selvagens no Posto Paraguassú

	Guêrens		Nocmáes		Patachós		Camacâns	
	1931-1932		1931-1932		1931-1932		1931-1932	
Homens	19	1	5	0	2	0	1	0
Mulheres	11	1	2	0	0	0	0	0
Adolescentes	5	1	0	0	0	0	0	0
Crianças	7	1	2	2	0	0	0	0
Total	42	4	9	2	2	0	1	0

Fonte: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363.

Observa-se que no ano de 1931 registrou-se a entrada no Posto Paraguassú de 54 indígenas, mas a tabela não especifica quantos deles fixaram-se no Posto. Chama a atenção à diminuição das entradas ou visitas indígenas no ano de 1932. Pelo indicativo da tabela, em 1932 apenas seis índios frequentaram o Posto, sendo quatro *Guêren* e duas crianças *Nocmaes*. No relatório de 1933, Samuel Silveira Lobo informou à Diretoria do SPI que só restaram nos postos três adolescentes e duas crianças órfãs, dentre os indígenas que já haviam habitado o Posto. No canto da tabela Alberto Jacobina escreveu que a fome que assolou o Posto, consequência da falta de recursos, levou os índios a preferirem retornar as matas. Em seus relatórios descrevia as precárias condições do SPI na Bahia e a paralização das atividades de pacificação, além da falta de pagamento dos funcionários.

No final de 1932, Alberto Jacobina deixou a Inspetoria Regional 4³⁴⁵, ao que tudo indica na documentação, o cargo foi ocupado por Samuel Silveira Lobo, em 1933. O novo inspetor regional da IR 4 enviou um relatório em 1933 para a Diretoria do SPI, descrevendo dificuldades do Serviço na Bahia. Também frisou a falta de verbas para a compra de alimentos e medicamentos, o que ocasionou o abandono do Posto Paraguassú pelos índios e seu regresso para a floresta. Ainda em fevereiro de 1933, enviou um telegrama para a diretoria

³⁴⁵ Neste período a inspetoria da Bahia pertencia a Inspetoria Regional- IR4, composta por Bahia, Espírito Santos e Minas Gerais, LIMA, 1995.

do SPI informando um clima de tensão entre “civilizados” e indígenas. Segundo ele, aproximadamente duzentos índios que deixaram o Posto Paraguassú estavam em conflito com os moradores da região, destruíram roças e mataram uma criança de oito anos e feriram uma moça³⁴⁶.

Diante desse quadro de conflito, Samuel Silveira Lobo solicitou ao Diretor do SPI a nomeação de um funcionário de sua confiança para gerir a Inspetoria da Bahia, uma pessoa que fosse capaz de mediar os conflitos para evitar que os “civilizados” organizassem batidas contra os indígenas. Neste sentido, sugeriu que fosse nomeado Manoel Silvinho Bandeira de Mello para ocupar o cargo de auxiliar da inspetoria da Bahia. Ele declarou que se tratava de uma pessoa experiente no Serviço, pois já havia pacificado os índios *Caigangn* e era conhecedor da legislação do órgão³⁴⁷. Ao que tudo indica na documentação analisada do SPI, o cargo de auxiliar da inspetoria da Bahia estava vago desde que o Capitão Vasconcellos deixou o Serviço no estado, em 1930, a pedido do Ministério da Guerra.

José Bezerra Cavalcanti, chefe do SPI, informou à direção Geral do Departamento Nacional de Povoamento, órgão a que o SPI estava subordinado neste período, que era tendencioso e exagerado o relatório do inspetor regional da Bahia Samuel Silveira Lobo. De acordo com ele, o antigo inspetor Alberto Jacobina informou que no ano de 1932 havia no Posto aproximadamente quarenta índios, e que, portanto, nunca existiram duzentos índios como alarmava Samuel Silveira Lobo.

Além disso, Cavalcanti averiguou a vida de Manoel Silvinho Bandeira de Mello e constatou várias incoerências em suas informações. Por exemplo, ele nunca havia trabalhado nas pacificações dos índios *Caigangn*, pois nesse período o referido homem não fazia parte do quadro de funcionários do SPI. Era de idade avançada e sargento exilado do exército, e pela mentira das informações prestadas por ele, aquele concluiu que ele não tinha o caráter idôneo necessário para exercer o cargo que era de grande importância para o SPI. Além disso, propôs outros nomes para integrar a equipe do SPI na região:

“Havia na Bahia dois auxiliares moços e idôneos, conhecedores das matas frequentadas pelos índios e gozando de confiança desses por um

³⁴⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru -Paraguaçu. **Telegrama**. Bahia, 21/02/1933. Microfilme: 153. Fotograma: 2-3.

³⁴⁷ Idem.

contato amistoso e prolongado, os Snrs. Cildo Meireles e Telesforo Fontes”³⁴⁸.

Sendo assim, não haveria necessidade do SPI contratar Manoel Silvino Bandeira, e trazê-lo de São Paulo para a Bahia, sendo que nesse estado haviam funcionários qualificados para o Serviço de atração e pacificação. Neste contexto, em julho de 1933, Telesforo assumiu o cargo de auxiliar da inspetoria da Bahia e para o cargo de encarregado do Posto Paraguassú foi nomeado Noberto Von de Kamp, que havia sido indicado para essa função por Samuel Silveira Lobo, em telegrama enviado a Diretoria do SPI em junho de 1933.

A situação de conflito era, aparentemente, eminente, exigindo medidas rápidas, entre elas a nomeação de alguém que fosse capaz de “pacificar” os índigenas. Por causa dessa exigência, Telesforo Martins Fontes que ficou encarregado de continuar o processo de “atração e pacificação”, pois era conhecido por ter ótimas relações com a população indígena. A influência de Telesforo Martins Fontes junto aos índios era anterior à chegada do Major Vasconcellos. Esta informação aparece na carta ao Diretor Geral do Serviço de Proteção ao Índio, escrita em 22 de setembro de 1933, pelo inspetor regional do SPI Samuel Henrique da Silveira Lobo. Ao que tudo indica, Telesforo Martins Fontes era visto como o único capaz de acalmar a situação que estava explosiva em 1933.

Seja como for, o auxiliar Telesforo, ganhou notoriedade no SPI por seu trabalho de atração dos índios “arredios” no sul da Bahia. Podemos acompanhar isto não só através dos documentos oficiais do governo, mas também via depoimentos de funcionários da reserva. Segundo relato de Juca, um antigo empregado do Posto, ao repórter Edison Carneiro, em 1936, Telesforo era um “grande amigo dos índios e muito querido entre eles”³⁴⁹. O chefe do Posto Indígena foi apelidado pelos índigenas como Tontim. Ainda conforme o depoimento de Juca, Telesforo também era um exímio conhecedor da mata, onde costumava passar meses com os índios e tratava-os com zelo e respeito³⁵⁰.

Em 1933, Telesforo Martins Fontes era considerado pelos Inspectores e Diretores do Serviço de Proteção aos Índios como o único capaz de aproximar, pacificar e controlar os índios do Posto Paraguassú. Os elogios à forma como atuava em relação aos índigenas

³⁴⁸ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru - Paraguaçu. **Telegrama**. Bahia, 08/03/1933. Microfilme: 153. Fotograma: 11-12.

³⁴⁹ CARNEIRO, Edison. “Os índios do Posto”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 17 de novembro de 1936.

³⁵⁰ Idem.

fizeram parte da correspondência trocada entre os responsáveis locais, estaduais e nacionais do SPI.

O serviço de proteção aos índios nesta região precisa de um pessoal habituado aos trabalhos no interior das nossas matas, disposto a se internar a fim de ali proceder a verdadeira atração dos índios selvagens ainda existentes. Em Telesforo Martins Fontes, encontrei verdadeiro amigo dos selvagens (...) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 22 de setembro de 1933).

Na obra “Os índios e a civilização”, Darcy Ribeiro também enalteceu a atuação Telesforo Fontes na pacificação dos Baenã, em 1934. Os Baenã (Hãhãhãe) como já demonstrado neste tópico, era um grupo que foi descrito nos relatórios do SPI de 1931 e 1932, como os índios mais “arredios” ao contato e que desde a fundação do Posto Paraguassú Telesforo Fontes tentava atraí-los. Segundo Ribeiro, Fontes procurava os Baenã de um extremo a outro da reserva cada vez que alguém informava algum sinal dos índios. Era difícil seguir os passos do grupo, pois disfarçavam muito bem as pegadas. Certo dia, Fontes se deparou na mata com um pequeno grupo assando uma caça. Sua ação foi descrita por Ribeiro da seguinte forma³⁵¹:

(Telesforo) Esconde-se atrás de um tronco, espreitando-os certo de que, se o descobrissem, fugiriam imediatamente. Decide, então, demonstrar-lhe, da única forma possível, suas intenções pacíficas. Despe-se cuidadosamente e, nu, corre para o meio dos índios. Assustados com a intromissão abrupta daquele homenzinho nu, magro, de metro e meio de altura, fogem para espreitar de longe o que sucedia. Vendo-o porem, tão indefeso, cuidar calmamente do assado, voltam, ainda desconfiados, um depois outro, afinal todos³⁵².

Foi despindo-se e mostrando-se inofensivo que Telesforo conseguiu se aproximar dos Baenã, evitando que esses fugissem. Ribeiro compara o gesto de Telesforo como um símbolo das qualidades morais ensinadas por Rondon³⁵³. Em 1936 uma reportagem do Jornal Estado da Bahia sobre os índios do Posto Paraguassú traz algumas informações relevantes sobre ações dos índios Baenã que habitavam o Posto. Ainda segundo o depoimento do antigo

³⁵¹ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970, p 163 e 164.

³⁵² Idem.

³⁵³ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970, p 163 e 164.

funcionário Juca, ao chegarem no Posto, os índios Baenã se recusavam a comer, não falavam, não se moviam e apenas gemiam “e quando a gente vae ver, eles estão mortos”³⁵⁴.

De acordo com o funcionário Juca, os Baenã não se acostumavam ao Posto porque eram obrigados a conviver com o grupo inimigo que era os Hãhãhãe e existiam muitas rivalidades entre eles. No caso específico do Posto Indígena, percebemos que seus administradores precisaram constantemente alterar a forma de organização em decorrência da rejeição de alguns indígenas. Conforme permite ponderar o documento abaixo:

Muitos desses índios trazidos para o Posto morreram com dois e três dias de vida nova. Nem remédios tomavam, senão à força. Tanto que Telesforo Fontes resolveu não mais os trazer para o Posto, a menos que se reservasse a casinha do rio Pardo, que também pertence ao Serviço de Proteção, aos índios, para os remanescentes da tribo baynans Dahi, o pequeno número de baynans que há no Posto, três na sede e um na casinha do rio Pardo, aliás, a zona desses índios que segundo o cálculo de Telesforo Fontes, deve atingir uma cifra de mais de cem almas. Há mais um, este ainda Kubiku, isto é, menino de baynan, com um alfaiate de Itabuna³⁵⁵.

Este documento revela uma situação recorrente no Posto Indígena Caramuru-Paraguassú: muitos índios que procuravam habitar na reserva não se adaptavam a viver ali e alguns inclusive entravam em um estado de tristeza profunda, chegando ao ponto de rejeitar a alimentação e morrer em decorrência disso. Desse ponto de vista, percebe-se que morar na reserva para muitos era uma opção forçada pelo contexto de violência da região.

Diante dessa situação o encarregado do P.I. Caramuru-Paraguassú, Telesforo Fontes decidiu que só levaria os Baenã para a reserva se eles pudessem habitar nas proximidades do rio Pardo, pois tratava-se da zona na qual eles identificavam com sua. Nesse sentido, percebemos que os indígenas do sul da Bahia, inseridos no contexto tutelar da política indigenista do SPI e agrupados no Posto indígena Caramuru-Paraguassú, atribuíram significados próprios a este espaço.

Figura 4: Segunda Turma de atração em marcha, de regresso às cabeceiras do rio Salgado e ribeirão do Junco, onde operam - 1929

³⁵⁴ CARNEIRO, Edison. “Os índios do Posto” .In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 17 de novembro de 1936.

³⁵⁵ CARNEIRO, Edison. “Os índios do Posto”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 17 de novembro de 1936.



Fonte: COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu** (1910-1967). Rio de Janeiro, 2002, p.306.

Figura 5: Vila dos índios - Posto Paraguassú



Villa dos indios - Vista dos fundos, angulo esquerdo

Foto: SPI - Museu do Índio

Fonte: COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu** (1910-1967). Rio de Janeiro, 2002, p.433.

Figura 6: Posto Paraguassú



Fonte: COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu** (1910-1967). Rio de Janeiro, 2002, p.326.

Protestos contra a reserva indígena entre 1926 e 1933

Em 1927, ocorreram as primeiras tentativas de demarcação da área do Posto, iniciada pelo então encarregado: Major Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos, com o auxílio do funcionário Telesforo Martins Fontes. O anúncio da demarcação da reserva não foi bem aceito pelos fazendeiros e autoridades locais, que se articularam a fim de interromper o processo demarcatório. A área destinada ao Posto era bastante cobiçada, pois compreendia uma grande extensão de terras férteis no contexto de expansão das fronteiras agrícolas. Por

isso, despertava o interesse de fazendeiros, posseiros e políticos, que viam nessas terras a possibilidade de expandir suas posses, ou adquirir títulos de propriedades junto ao Estado³⁵⁶.

Conforme demonstrado neste trabalho, no mesmo ano de criação do Posto, em 1926, os fazendeiros locais já haviam apresentado sua contrariedade com a existência da reserva, quando o governo do estado mandou suspender as demarcações de terras devolutas que estavam sendo realizadas pelas delegacias de terras locais, com o objetivo de destinar a área para a reserva indígena e horto florestal. Apesar disso, contrariando o decreto do governo, as Delegacias de Terras regionais continuavam medindo áreas para fazendeiros dentro do espaço destinado à reserva. Nesse contexto, em 1929, Vasconcellos pedia providências à diretoria do SPI para proteger a terras da reserva, pois engenheiros da Delegacia de Terras de Canavieiras estavam realizando medições na região da cabeceira do rio Água Preta, área que pela Lei Estadual nº 1916 pertenceria à reserva. Portanto, Vasconcellos ressaltava que era urgente que o SPI fizesse o levantamento do ribeirão de Água Preta até as suas cabeceiras, para evitar a chegada de novos “intrusos” naquela área.

Bastava-nos, para tanto, a execução do levantamento do ribeirão Água Preta até às suas cabeceiras, e era de toda a conveniência que o realizássemos logmormente pelas providências que poderíamos tomar para obstar, quanto possível a corrente de invasores da parte defesa do rio Agua Preta, cobiçada de má fé, por gananciosos moradores daquelas redondezas ou por forasteiros provindos não só do baixo curso desse manancial, como da estrada que margeia o ribeirão Água Preta³⁵⁷.

Preocupado com os invasores na área da reserva, em agosto de 1929, Vasconcellos³⁵⁸ se dirigiu ao Posto Paraguassú com o objetivo de iniciar o levantamento da área no ribeirão de Água Preta, acompanhado do auxiliar Hugo Antunes e de Telesforo Fontes. Nesse período o auxiliar Cildo Meireles estava à frente de uma turma de atração nas cabeceiras do rio Água Preta, ao mesmo tempo em que fiscalizava a equipe que fazia a abertura da estrada da Água Preta até o Rio Pardo.

³⁵⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

³⁵⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/05/1930. Microfilme: 182. Fotograma: 1313-1355.

³⁵⁸ Idem.

Em setembro de 1929, Vasconcellos se deslocou para a região de Lagoa Bonita, onde pretendia encontrar o juiz de paz do distrito de Ferradas, Graciliano Ricardo Lyrio, que o auxiliaria no levantamento da área da reserva, pois era conhecedor da região e proprietário de uma fazenda no Ribeirão de Água Preta. Ao chegar ao local, Vasconcellos não encontrou Graciliano, mas recebeu uma carta do mesmo, na qual informava que não o acompanharia mais na empreitada. Alegou que soube que o coronel Tertuliano Pinho deixou de comprar as terras de Romualda Lacerda, porque o Vasconcellos anunciou que as terras do ribeirão de Água Preta pertenciam ao polígono do Posto Paraguassú. Sendo assim Graciliano concluiu que não deveria acompanhar Vasconcellos nessa empreitada pois era:

“desumana as suas pretensões, V.S bem sabe que muitos anos tem aquelas propriedades, e o decreto do governo é de 1926, mesmo assim é para área incluta na floresta entre os rios colônias e o rio Pardo, cuja existe sem V. S ofender a nenhuma propriedade existente³⁵⁹.”

Graciliano, como proprietário na área do rio Água Preta, manifestava naquela carta a preocupação dos moradores daquela região com a possibilidade de perderem suas posses com a demarcação da reserva indígena. Avisou a Vasconcellos que os moradores da região, unidos com o prefeito de Itabuna, com vereadores e com a Associação Comercial de Itabuna, organizariam um manifesto para apresentar ao governador contra a reserva indígena na área de Água Preta. Nesse sentido, foi lançado no Jornal de Itabuna, no dia 9 de setembro, um boletim com o seguinte título: “Água Preta do Colônia não pode ser aldeia”.

Os habitantes e proprietários d’aquella zona acham-se afflictos com o levantamento do RIO ÁGUA PRETA COLONIA pelo capitão Vicente de Paula Vasconcellos, depois d’esse levantamento, uma linha divisória da fóz do mesmo a sua nascente e d’ahi prolongando-se a mesma linha ao Rio Pardo deixando encravada diversas propriedades ao polígono, isto é ao lado do Posto Paraguaçu³⁶⁰.

Assim, os habitantes daquela região protestavam publicamente contra o levantamento da área da reserva que estava sendo efetuado por Vasconcellos. Relembrou a ação do coronel Henrique Alves em 1926, que naquele ano este era Intendente do município de Itabuna e que esteve pessoalmente com o governador Góes Calmon para dialogar sobre a demarcação da área proposta pelo SPI. Depois do encontro com o governador o coronel

³⁵⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/05/1930. Microfilme: 182. Fotograma: 1313-1355.

³⁶⁰ JORNAL DE ITABUNA. Água Preta do Colônia não pode ser aldeia. Notícia. Itabuna-Bahia, 27 de setembro de 1929.

publicou no Jornal de Itabuna uma mensagem aos proprietários de Itabuna tranquilizando-os, pois não haveria demarcação da reserva indígena. Entretanto, não houve nenhum comunicado oficial do governador, o que circulou na região foi apenas a mensagem do coronel publicada no Jornal de Itabuna. Cabe lembrar que, naquele período, este periódico estava a serviço do coronel Henrique Alves e do seu grupo político e esse fato foi analisado no segundo capítulo desta dissertação. Mas, em 1929, os proprietários da região continuavam acreditando que a solução do coronel com o governador foi definitiva e perguntavam no boletim: “como agora a 12 deste mês o mesmo Capitão procede o mesmo levantamento, sem ouvir os dignos vereadores e o Dr. Prefeito deste município?”³⁶¹.

Alegavam que era justo que os índios tivessem sua área, desde que essa fosse reservada nas áreas “incultas e nas adjacências do ribeirão do Ouro e a nascente do rio Panela”, área que ainda estaria inabitada e que comportariam todos os índios “bravos e mansos” que ainda sobeja terreno”. Portanto, os fazendeiros deixam claro que não eram contrários a reserva desde que ela não atingisse seus interesses, incluindo regiões onde haviam posseiros e fazendeiros instalados. Dessa forma acusavam Vasconcellos de não querer circular na região do Ribeirão do Ouro pela dificuldade do acesso e este só queria:

“magear os rios e fazer trabalho de mathematica a cavalo ou por canoa... e assim vai levando o município de Itabuna para o seu POSTO INDÌGENA PARAGUASSÛ, como caboclos mansos. Penso que dessa vez terá providencias serias³⁶².”

Observa-se no documento uma clara ameaça à Vasconcellos e uma tentativa de denegrir sua imagem, expondo-o como preguiçoso, pois, preferia medir a região do Rio Água Preta à cavalo ou canoa do que se deslocar aos lugares de difícil acesso. Entretanto, nos relatórios de 1929, Vasconcellos já relatava suas viagens à região do Ribeirão do Ouro que também estava incluída na área destinada à reserva indígena. O intuito daquele boletim e daquela ameaça era provocar em Vasconcellos certo temor, para que este não continuasse o levantamento na região de Água Preta.

O boletim publicado no Jornal de Itabuna traz a relação dos proprietários de terra naquela região e os seus investimentos, sendo estes: o Coronel Tertuliano Pinho que possuía 400 tarefas de capim, Francisco Alves de Oliveira que possuía 350 tarefas de capim e “200 e

³⁶¹ JORNAL DE ITABUNA. Água Preta do Colônia não pode ser aldeia. **Notícia**. Itabuna-Bahia, 27 de setembro de 1929.

³⁶² Idem.

tanto cabeça de gado”, Glaphira Bittencourt, com sua plantação de café colhia 150 caixas de café e possuía “200 e tantos bois”, Romualda Lacerda com 400 tarefas que “engorda 200 bois” e “muitos pequenos proprietários, que um deles já havia se apresentado contra a reserva”. Entretanto, o documento não trouxe a lista dos pequenos proprietários, nem o nome deste único pequeno proprietário que se manifestou, o que nos faz questionar a participação dos pequenos proprietários naquele manifesto³⁶³.

De acordo com Vasconcellos esse protesto contra a reserva tinha a intenção de colocar os pequenos posseiros em oposição ao SPI. Relatórios da inspetoria da Bahia de 1929 e 1930 demonstram que Vasconcellos, desde que iniciou o levantamento da área em 1926, teve que desfazer os boatos e mentiras que os grandes fazendeiros espalhavam sobre as intenções do Serviço, principalmente para os pequenos posseiros da região de Água Preta. Principalmente a notícia de que eles perderiam suas poses para o Posto Paraguassú. Mas, conforme já analisamos no tópico seis do segundo capítulo deste trabalho, o Decreto publicado pelo Estado da Bahia em 30 de março de 1926 que suspendia as medições de terras devolutas feita pelas Delegacias de Terras regionais, na área que seria destinada a criação da reserva indígena, também garantia a propriedade da terra de todos os posseiros que chegaram à região anteriormente ao Decreto. Portanto, a intenção desses fazendeiros em espalhar inverdades, era causar pânico e insuflar os pequenos posseiros contra o SPI e a reserva, criando um clima de hostilidade entre os posseiros de Água Preta e os funcionários do SPI, à ponto dos funcionários do SPI desistirem da região, deixando a área livre para que fazendeiros alargassem suas posses.

Neste sentido, desde a fundação do Posto Paraguassú, em 1926, os fazendeiros e políticos da região sul da Bahia questionavam a existência da reserva. Em 1933, fazendeiros e políticos favoráveis à redução da área indígena alegavam que o governo destinou “muita terra” para um número reduzido de índios, que eram “incapazes de produzir em toda sua extensão territorial”. Afirmavam ainda que os limites impostos prejudicavam a expansão agrícola³⁶⁴.

³⁶³ JORNAL DE ITABUNA. Água Preta do Colônia não pode ser aldeia. Notícia. Itabuna-Bahia, 27 de setembro.

³⁶⁴ MEMORIAL DOS NEGOCIANTES E LAVRADORES DO MUNICÍPIO DE ITABUNA. In: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena **Caramuru**-Paraguaçu. **Memorial**. Itabuna, 13/01/1933. Microfilme: 190. Fotografia: 928-991.

Nesse sentido, em 1933, foi elaborado um abaixo-assinado que visava mais uma vez unir forças, a fim de pressionar o governo pela extinção da reserva indígena. Faziam parte da nova mobilização, além do deputado Cordeiro Miranda, lideranças políticas como o Sr. José Kruschewisky e os deputados estaduais, entre eles o Manoel Novaes³⁶⁵.

Com assinaturas de cinquenta e quatro comerciantes e fazendeiros do município de Itabuna e encabeçado pelo deputado estadual Cordeiro de Miranda, o abaixo-assinado foi apresentado à Juracy Magalhães, - Interventor Federal no estado da Bahia, em 13 de janeiro de 1933. O documento com o título *Memorial dos Negociantes e Lavradores do Município de Itabuna* e apresentava doze razões da ineficiência do Posto Indígena naquela região. De acordo com o Memorial dos Negociantes e Lavradores do Município de Itabuna:

1. O Posto Indígena Catarina Paraguaçu tem em média cerca de 20.58 quilômetros quadrados, ocupando toda a 50 hec. deste município.
2. Esta zona ocupada fica situada na margem direita do Rio Colônia, rio que é o único nas terras destinadas a criatório.
3. O Posto fica situado a 10 léguas desta Cidade e termina daqui a 17 léguas ficando a sua sede daqui a 15 léguas;
4. A área destinada ao Posto é a melhor para a pecuária, não só pelo clima, como pela natureza dos terrenos, pela altitude e mais ainda pela água corrente e permanente. (Rio Colônia e Rio Água Preta).
5. Existiam antes da Lei, que determinou a área destinada ao Posto, cujo foi datado de 09 de março de 1926, mais de 300 posseiros, com plantação de capim, cereais, outras benfeitorias e criação de gado³⁶⁶.

De acordo com o “Memorial”, o total de terras destinadas ao Posto compreendia uma grande extensão, prejudicando em muito a expansão econômica da região e do estado. Buscando assinalar a ineficiência do Posto Paraguassú, o documento destacava as qualidades das terras nele localizadas, como boas para a pecuária. Além disso, conforme o documento, quando da criação do Posto, existia na área demarcada “mais de 300 posseiros, com plantações de capim”. Entre os pretextos para a contrariedade em relação ao Posto Indígena, sobressaía a inexistência de índios, pois só permaneceram “crianças e remanescentes”³⁶⁷.

³⁶⁵ CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

³⁶⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Memorial**. Itabuna, 13/01/1933. Microfilme: 190. Fotograma: 928-991.

³⁶⁷ Idem.

- g) A área destinada ao Posto, por estar próxima da cidade e das diversas zonas habitadas, não tem mais índios a catequisar e a prova do que se afirma é de 1926 até a presente data, terem sido pegados apenas 29 índios, entre crianças mulheres e homens, conforme a escrituração do próprio Posto;
- h) Existem, atualmente, no Posto, apenas 3 crianças índias; Em tempos remotos existiram índios a catequisar naquela zona, porém com a grande entrada de habitantes nossos em procura de expansão da lavoura e da pecuária, os índios – os poucos existentes – foram se retirando e desaparecendo dali, não havendo, portanto, necessidade de despesas com um Posto indígena;³⁶⁸.

Os negociantes e lavradores citavam a documentação do SPI para legitimar o número de indígenas que já habitaram o Posto Paraguassú. Podemos inquirir pelos dados equivocados que eles esses negociantes e lavradores não acessaram aos relatórios oficiais do Serviço. Além disso, os relatórios da inspetoria da Bahia atestavam a presença de vários grupos indígenas que vagavam pela região e os conflitos entre essas populações e fazendeiros. Mas interessava àqueles “negociantes e lavradores” omitir os conflitos e negar a presença indígena na região. Entretanto, o memorial reconhece que aquela área era tradicionalmente ocupada por índios, ao destacar que os índios deixaram a área quando esses fazendeiros chegaram à região no processo de expansão agrícola. Novamente o memorial omitia o conflito e a forma violenta com que os grupos indígenas foram expulsos da região, fato que ainda ocorria.

Alegando não querer prejudicar os índios, a comissão do memorial sugeria que o Posto Indígena e os indígenas fossem transferidos para a região inabitada do sul do estado na cabeceira do rio do Ouro, afluente do rio Gongogi ou para a zona das Cabeceiras na outra vertente do rio do Peixe, afluente do rio de Contas. Além disso, no final do memorial, a comissão rogou ao governo a extinção do posto.

Nesse sentido, ele solicitava no final do memorial a abertura de uma sindicância para que fosse verificado todo o trabalho realizado pelo SPI na região incluindo: o Posto, os índios, a lavoura, as benfeitorias, as despesas e o ensino. Pretendia, com isso, provar as irregularidades administrativas e que não havia necessidade do governo manter um Posto Indígena no sul da Bahia. Portanto, este deveria ser extinto e suas terras entregues “ao povo trabalhador deste Município, como prêmio ao seu esforço”. O documento evidenciava em

³⁶⁸ Idem.

todo seu discurso o interesse desses fazendeiros e comerciantes sobre as terras que estavam sendo reservadas aos indígenas.

O memorial foi encaminhado pelo interventor do Estado da Bahia Juracy Magalhães ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio e foi enviado para José Bezerra, diretor da seção do SPI no Departamento Nacional de Povoamento ligado a este Ministério. Os argumentos do memorial estavam associados à denúncias graves de irregularidades administrativas do SPI na Bahia e foi contestado por José Bezerra, em resposta ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Povoamento. Os doze pontos alegados no memorial foram exaustivamente debatidos por Bezerra, que ainda anexou vários documentos que comprovavam a necessidade do SPI na região diante da violência e abandono que estavam expostos os índios na Bahia, alegando que: “a destruição sistemática de que estavam sendo vítimas os índios do Sul do Estado, pelos chamados civilizados, esses mesmos que se apresentavam agora como vítimas do SPI”³⁶⁹.

Quanto à área da reserva, Bezerra alegou que não sabia como os autores do memorial concluíram que a reserva possuía 2058 quilômetros quadrados, visto que a reserva ainda estava em processo de medição. Além disso, a área da reserva destinava-se não só para os índios, mas também para a preservação da floresta que estava sendo destruída com o avanço das frentes agropastoris. Quanto a localização do Posto foi escolhida em uma área considerada refúgio de alguns grupos indígenas, como apontava a carta do missionário franciscano Frei Bento de Souza em 1924. Além disso, se existiam 300 posseiros na área com fazendas e plantações, a área da reserva seria, ao fim e ao cabo, muito pequena, pois o decreto de sua criação garantia todas as posses anteriores à lei. Portanto, não havia razão para que comerciantes quisessem reduzir ainda mais a reserva. Dessa forma, Bezerra foi desconstruindo todos os pontos levantados no memorial³⁷⁰.

O governo não atendeu, naquele momento, às reclamações dos “negociantes e lavradores”. Mas os que reclamavam não cessaram seus clamores contra a existência do Posto. No ano de 1936, surgiu uma nova campanha contra a demarcação da reserva indígena, alegando que se tratava de muita terra para poucos índios. Esta nova campanha

³⁶⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Não identificada**. Rio de Janeiro, 25/02/1933. Microfilme: 153. Fotografia: 4-7.

³⁷⁰ Idem.

relacionou-se com os acontecimentos relativos à chamada “revolta comunista no Posto Indígena”, em que o encarregado do Posto Telesforo Fontes foi acusado de ser líder comunista e “manipular” os índios para o “exército vermelho”.

Os índios de Olivença: Caboclo Marcellino e a presença comunista no sul da Bahia.

O primeiro inspetor do SPI Pedro Maria Trompowsky Taulois esteve na Bahia entre 1910 e 1911 e visitou os índios de Olivença. Neste período, escreveu ao subdiretor do SPI Manoel Tavares da Costa Miranda um memorial sobre os descendentes dos índios de Olivença. Infelizmente o referido documento não foi encontrado nos arquivos do Museu do Índio, embora tenha sido citado em um memorial da 4^o Inspeção Regional de 1948 ³⁷¹. A menção a este documento sugere que o primeiro inspetor do SPI da região que incluía a Bahia visitou os índios de Olivença e realizou um levantamento sobre sua população.

Em 1928, o Capitão Vasconcellos estava envolvido no processo de reestabelecer e solidificar a presença do SPI no sul da Bahia e relatou que o litoral sul do Estado estava repleto de “remanescentes indígenas de antigos aldeamentos que viviam entre os civilizados” ³⁷², que se encontravam com grande dificuldade para manter suas terras, diante da pressão de fazendeiros e posseiros. Nesse contexto, no relatório de 02 de março de 1929, Vasconcellos mencionou que os índios de Olivença haviam pedido o seu auxílio:

Vivem miseravelmente esses meio civilizados sem se misturar quase com os brancos nos povoados e nas roças circunvizinhas, perseguidos e expoliados, sobretudo aqueles que possuem algum bem das antigas doações. Todos carecem de urgente proteção ³⁷³.

Ao relatar a situação dos índios de Olivença, Vasconcellos solicitou a imediata proteção do SPI para aquele grupo que sofria com o avanço da colonização sobre suas terras, oriundas de antigas sesmarias. A vila de Olivença tem sua origem no antigo aldeamento indígena denominado Aldeia de Nossa Senhora da Escada, fundado pelos padres jesuítas na

³⁷¹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. **Relação dos relatórios e demais documentos encontrados nesta S.E proveniente da 4^a Inspeção Regional- Vol. I.** Rio de Janeiro, 24/07/1948. Microfilme: 189. Fotograma: 00038.

³⁷² SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

³⁷³ Idem.

parte sul da Capitania de Ilhéus a uma distancia de três léguas de Ilhéus³⁷⁴. As fontes não são precisas quanto à data de fundação da vila, as pesquisas do inaciano Serafim Leite³⁷⁵ e da antropóloga Suzana Viegas³⁷⁶ sugerem que sua fundação ocorreu aproximadamente entre 1640 e 1680. De acordo com Teresinha Marcis, o aldeamento de Nossa Senhora da Escada reuniu, ao longo de sua história, diversos grupos indígenas que habitavam o território da capitania de Ilhéus. Sua população era composta pelos grupos Tupinikin, kamakã-Mogoió, Tupinambá, Botocudo e Gueren³⁷⁷.

Marcelo Henrique Dias destacou a importância dos aldeamentos jesuítcos da capitania de Ilhéus, inserindo-os no sistema produtivo da região. O autor demonstra que os índios aldeados foram mão de obra importante na região. Os missionários jesuítcos, amparados na missão de converter os nativos em súditos cristãos, detinham tanto o poder espiritual quanto o poder temporal sobre esses povos. Isso lhes garantiu bastante prestígio na Capitania de Ilhéus, pela eficiência com que conseguiam pacificar os índios da região, através da política de aldeamento. Além disso, o autor demonstra que os padres jesuítcos controlavam a mão de obra dos índios aldeados, ocasionando diversos conflitos entre os Jesuítcos, colonos e indígenas³⁷⁸.

Em pesquisas anteriores, analisei a atuação dos índios de Nossa Senhora da Escada e a complexidade das relações socioculturais entre índios e sociedade colonial, através de cartas, relatórios dos padres e petições. Longe de serem passivos a ordem colonial, a documentação revela que os índios aldeados participavam dessa sociedade: incorporaram,

³⁷⁴ MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implantação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p.198.

³⁷⁵ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil: do Rio de Janeiro ao prata e ao guaporé - século XVII-XVIII**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p.223.

³⁷⁶ VIEGAS, Susana Matos. **Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Coimbra/Rio de Janeiro: Almedina/7 Letras, 2007, p. 45.

³⁷⁷ MARCIS, Teresinha. **A “Hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2004, 37 e 38. O quadro citado foi retirado por Marcis do texto de Paraíso, Maria Hilda B. “Índios, aldeias e aldeamentos em Ilhéus (1532-1880). Comunicação apresentada no Simpósio regional da ANPUH.BA. Ilhéus; UESC/UFBA/FFS/ANPUH,2002. Marcis, baseando-se em informações do quadro e do mapa etno-histórico do Brasil, demonstra que entre os séculos XVI e XX existiu na capitania de Ilhéus por volta de 24 aldeamentos, sendo que a maioria foi desativada em curto tempo e somente alguns aldeamentos sobreviveram por um extenso período (MARCIS, 2004:35

³⁷⁸ DIAS, Marcelo Henrique. “A inserção econômica dos aldeamentos jesuítcos na capitania de Ilhéus”. In: **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. CARRARA, Ângelo Alves; DIAS, Marcelo Henrique (orgs.). Ilhéus: Editus, 2007, 199).

reelaboraram o espaço social do aldeamento como um lugar de suas vivências, interferindo, assim, no seu processo de construção e desenvolvimento. Portanto, o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada não deve ser tomado como um lugar de perdas e extinções de culturas originárias e tradicionais, pois tornou-se para os grupos étnicos ali aldeados um lugar de reelaboração de suas identidades nas novas condições impostas pelos processos de territorialização³⁷⁹.

Como demonstra Teresinha Marcis, após expulsão dos padres jesuítas pelo Marquês de Pombal, o aldeamento de Nossa Senhora da Escada foi elevado à categoria de vila, em 1758, passando a chamar-se Vila Nova de Olivença. Desde então, os índios foram administrados pela Câmara de Vereadores e pelo Diretório dos Índios. Essa nova estrutura administrativa garantiu aos índios certa autonomia política, pois puderam ocupar os cargos de juízes ordinários e de vereadores na vila³⁸⁰. Neste período, a maior parte a vila era formada por terras indígenas oriundas da antiga sesmaria, às quais foi acrescida mais meia légua. A autora enfatiza o interesse de autoridades provinciais em manter Olivença como uma vila indígena, pois a existência dessa população era útil ao projeto colonial. Os índios de Olivença serviam de mão de obra nas lavouras e para o corte de madeira. Além disso, contribuía “para se contraporem aos índios considerados “selvagens”, habitantes das matas”.

Marcis demonstra que o governo imperial deu andamento a um conjunto de reformas destinadas aos povos indígenas, ocasionando um processo de desestruturação da autonomia administrativa das vilas indígenas. Alegando que os índios já estavam integrados a sociedade, o governo promoveu a distribuição de lotes de terras nas terras de aldeias e vilas que pertenciam aos índios. No sul da Bahia, isso ocorreu nas antigas vilas indígenas de Olivença, e Santarém. Teresinha Marcis ressalta que houve um processo de dispersão e miscigenação dos povos indígenas habitantes dessas três vilas/intendências. Apesar disso, conseguiram

³⁷⁹ FERREIRA, Talita Almeida. **Conflitos e Negociações: Construção das Identidades e Ação Política dos Índios na Aldeia dos Padres**. Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista Na Bahia. Anais. Ilhéus, UESC, 09 a 11 de Junho de 2010. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/talitaalmeida.pdf>

³⁸⁰ MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implantação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

manter suas identificações étnicas, desafiando os prognósticos das políticas integracionistas implementadas desde o período colonial³⁸¹.

Segundo Maria Hilda, em 1912 a vila de Olivença tornou-se distrito do município de Ilhéus, fato que trouxe novos desafios para a população local. O distrito passou a ser espaço de disputas políticas, além de outros conflitos, que antes tinha como palco a cidade de Ilhéus. Como consequência, instalou-se na região um quadro de insegurança política e instabilidade social e houve uma acelerada expansão da ocupação das terras indígenas pelos fazendeiros de Ilhéus na região de Olivença. Assim, em 1922 a invasão das terras indígenas já havia se ampliado de forma significativa³⁸².

Marcelo da Silva Lins também enfatiza o processo de expropriação das terras indígena na região de Olivença, devido à expansão da lavoura cacaueteira ocorrida no sul da Bahia. Por não possuírem documentos que comprovassem a posse da terra, os índios tiveram seus espaços invadidos de forma violenta, sob argumentação dos fazendeiros de que eles eram os donos das terras³⁸³. Lins ressalta outro interesse dos fazendeiros ricos da região: transformar o litoral de Olivença em local para veraneio. Visando alcançar esse objetivo, começaram a pressionar os poderes públicos locais.

Com a finalidade de convencer a opinião pública sobre o potencial natural de Olivença e da possibilidade da exploração turística do local, jornais da região publicavam notícias exaltando suas belezas naturais. Isso está registrado nos relatos do memorialista regional Silva Campos, que reuniu um conjunto de fragmentos de matérias de jornais da época nos quais apareciam diversas opiniões e elogios sobre Olivença. Exaltava-se a fertilidade das terras e suas belezas naturais. De acordo com Campos:

Fertilíssimos e aprazíveis são ainda os arredores, quase totalmente devolutos, da tradicional povoação; uns, dos do litoral, apropriados à cultura do coqueiro, outros, os do interior, às chácaras, pomares, e roças de legumes e cereais, e todos eles à criação de qualquer espécie de gado. (...) Desfruta-se

³⁸¹ MARCIS, Teresinha. Op.Cit., 2013, p. 24.

³⁸² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. In: **Simpósio Nacional de História**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009, p.4 e 5.

³⁸³ LINS, Marcelo da Silva. “Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)”. Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada junto a UFBA, 2007,p168.

ali de um ameníssimo clima, extreme dos miasmas paludosos, que não logram alcançar aquele promontório elevado, e circundado de terrenos compactos, onde outra humildade se não observa além da de afamados ribeiros, dentre as águas dos quais existem mesmo algumas a que o povo atribuem milagrosas virtudes terapêuticas³⁸⁴.”

A intenção do memorialista é valorizar a região de Olivença, quando destaca a existência de terras férteis e as propriedades terapêuticas nas águas dos ribeirões dessa região. Essa opinião de Campos era compartilhada por grande parte das pessoas ricas de Ilhéus. Campos, aliás, fazia parte da elite local e deixou em sua obra e em suas memórias não apenas suas impressões pessoais, mas também muitos fragmentos de matérias jornalísticas que expressavam os interesses dos grupos detentores dos poderes político e econômico regional³⁸⁵.

Nesse sentido, o memorialista Silva Campos ressaltou que Olivença, por suas belezas naturais e suas possibilidades agrícolas, despertavam os interesses da elite ilheense nas primeiras décadas do século XX. Também assinalou que toda aquela riqueza natural não era desfrutada pelos habitantes de Ilhéus, devido à dificuldade de acesso à localidade. Campos sublinha que em 1922, visando resolver a questão do acesso à Olivença, os “homens de boa vontade” realizaram um abaixo-assinado dirigido aos habitantes dos municípios e das cidades circunvizinhas, com a finalidade de arrecadar uma quantia necessária para a construção de uma ponte sobre o rio Cururupe, que permitiria ligar Olivença a Ilhéus³⁸⁶. Segundo o autor:

“Realizando este melhoramento, cessará, tudo quanto há de menos conveniente em Olivença; construir-se-ão boas residências para o verão, e circularão automóveis do Pontal para aquela localidade, que deixará de ser considerada aldeamento de índio mansos para receber o título de estação balneária, a mais apropriada de todo o Estado”³⁸⁷.

Marcelo Lins resalta que neste contexto de cobiça em relação às terras de Olivença surge a figura de Marcellino José Alves, uma liderança indígena que se opõe à construção da ponte e as intenções de acesso à Olivença. Conhecido na região como Caboclo Marcellino,

³⁸⁴ CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: MEC-CFC, 2006, p. 585.

³⁸⁵ Idem, p. 426.

³⁸⁶ Idem, p.584

³⁸⁷ Idem, p. 585.

afirmava que ele e seus companheiros eram descendentes da tribo Tupã³⁸⁸. Lins enfatiza que, em 1929, Marcellino comandou um movimento indígena contra a construção da ponte, já que esse empreendimento contrariava os interesses dos índios de Olivença, que sabiam que a finalidade de sua construção era facilitar ainda mais o acesso de fazendeiros às suas terras. No entanto, a ação foi duramente reprimida pelas autoridades policiais locais, a ponte foi edificada e os conflitos entre indígenas e fazendeiros se intensificavam.

Segundo Patrícia Navarro de Almeida Couto, o Caboclo Marcellino exerceu na época uma forte liderança entre os indígenas e fez frente aos interesses dos indígenas de Olivença, representando um empecilho à concretização do desejo dos fazendeiros do cacau de continuarem se apropriando do território de Olivença. Esse avanço sobre as terras indígenas já vinha ocorrendo de modo progressivo e violento, causando a expropriação das terras dos índios e morte entre eles. Por conta dos interesses em jogo, a imprensa local, sob o comando dos fazendeiros do cacau, tentaram desmoralizar o Caboclo Marcellino, criando uma imagem negativa do mesmo³⁸⁹.

Em 1929, a imprensa de Ilhéus começou a publicar matérias sensacionalistas sobre o Caboclo Marcellino. Relataram-se vários atos de vandalismo e seus autores seriam Marcellino e um grupo de índios de Olivença. Os relatos eram de fazendeiros da região, que acusavam Marcellino e seu grupo de perturbarem a ordem pública, ao incendiar fazendas, destruir plantações e promover o terror na região³⁹⁰.

A destruição da reputação de Marcellino pela imprensa está bem exemplificada nas matérias publicadas nos anos de 1935 e 1936, as quais compõem a obra do memorialista Silva Campos. Em uma delas, de 1935, a manchete dizia: “(...) o famanaz caboclo Marcellino, elemento pernicioso que inquietava a população de Olivença, aliciara bandidos para assaltar a velha ex-aldeia de tupinambás, sinistro plano que a polícia conseguiu fazer abortar”³⁹¹. Silva Campos em suas crônicas cita trecho da imprensa local em que o caboclo Marcellino é

³⁸⁸ LINS, Marcelo da Silva. Op.Cit., p.169.

³⁸⁹ COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. **Morada dos encantados, identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do padeiro** – Buerarema, BA. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

³⁹⁰ Idem, p.47-48.

³⁹¹ CAMPOS, João da Silva. Op.Cit., 2006, p. 749.

comparado com o cangaceiro Lampião e mais uma vez foi reforçada a mensagem de ser ele um bandoleiro fora da lei. De demonstrou o autor:

O Caboclo Marcellino, implantando o cangaço na região, tentava reproduzir ali as façanhas de Lampião. Invadira a zona do Macuco, no município de Itabuna, à frente de grosso magote de bandoleiros. Perseguido por numerosa força volante, foi cercado na serra do Padeiro, onde houve tiroteio. Seguiram depois reforços de Uma e Ilhéus, ferindo-se novas escaramuças nas serras de Itaraca e das Trempes, naquele município, onde, no dia 20, os cabras foram de novo cercados. Quatro dias depois, espalhava-se em Olivença que o bandido, pela segunda vez escapou do assedio da força pública, ameaçava investir contra a assombrada ex-vila, imediatamente guarnecida pela tropa destacada em Ilhéus³⁹².

Na obra de Silva Campos existe a clara intenção de mostrar o caboclo Marcellino como bandido perigoso. Como demonstra Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Marcellino foi chamado pela imprensa local de “famigerado criminoso”, “Lampião Mirim” ou, ainda, “o homem que se fez bugre”³⁹³. É importante questionar por que Marcellino ocupa lugar de destaque também na imprensa local. A quem interessava que a sociedade de Ilhéus e de Olivença tivesse uma imagem de Marcellino como bandido e que se voltasse contra ele? Com esse gênero de indagações, ficam em evidencia que os maiores interessados eram os grandes proprietários de terras, que desejavam continuar expandindo seus domínios de cacauicultura. Além disso, os indígenas representavam o maior empecilho para lograrem esse propósito. Portanto, a construção da imagem do Caboclo Marcellino como bandido facínora legitimava qualquer ação violenta contra ele e a resistência indígena na região, pois Marcellino era a liderança mais importante e evidente entre os índios de Olivença.

Segundo o historiador Marcelo Lins, Marcellino se tornou regionalmente conhecido por conta de sua liderança no enfrentamento aos coronéis do cacau. Nesse contexto, foi procurado por integrantes do Partido Comunista que, na época, buscavam aliados com o objetivo de fazer a revolução comunista na região do sul da Bahia.

No contexto mundial da época, o comunismo tinha notoriedade e as ideias propagadas por essa ideologia se tornam uma ameaça aos países capitalistas. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o interesse do governo brasileiro e de suas elites não estavam isolados das influências

³⁹² CAMPOS, João da Silva. Op.Cit., 2006, p. 764.

³⁹³ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

internacionais. O processo da Revolução Russa de 1917 trouxe desdobramentos para a sociedade brasileira. A partir de então, teve início o anticomunismo, entendido como movimento mundial contrário ao bolchevismo e às crises revolucionárias do pós-Primeira Grande Guerra. Esse processo de combate ao comunismo ampliou-se de forma considerável nos anos seguintes à Revolução Russa. Diante desse quadro internacional, o Brasil participou ativamente da propaganda anticomunista, com ações de governo e com a adesão de vários setores da sociedade, à exemplo da Igreja Católica, intelectuais e empresários, ganhando espaço em todos os estratos sociais³⁹⁴.

Motta lembra que, o início da década de 1930, o Brasil vivenciava a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, que chegou ao poder através de um golpe de estado. É neste contexto que o governo vai aderir ao anticomunismo, criando estratégias “legais” de combate ao comunismo. Motta ressalta que as campanhas de combate ao comunismo se intensificaram no Brasil a partir do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorrido justamente nos períodos posterior à Revolução de 1930, fato que esteve ligado à adesão de Luis Carlos Prestes à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL),³⁹⁵. Entre as propostas do PCB estavam: a tomada do poder através da organização de grupos proletários urbanos e das massas camponesas.

Segundo Marcelo Lins, O PCB realizou uma campanha no ano de 1935 contra chegada de uma Missão japonesa na Bahia, pois possuía agentes e representantes comerciais e industriais burgueses e capitalistas, considerados pelo PCB exploradores do povo japonês. Essa Missão pretendia negociar investimentos e incentivos governamentais com Getúlio Vargas e em sua agenda constava uma visita ao sul da Bahia. O que o Partido Comunista considerou como uma pretensão de explorar também o povo brasileiro, em especial os baianos e a rica região cacaueteira. O PCB comparou o Brasil com a Manchúria na China e conclamou a população a lutar contra o imperialismo japonês. Além disso, propôs a luta pela regulamentação da jornada de trabalho, pela criação de escolas nas cidades e fazendas, pela

³⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002, p 16.

³⁹⁵ Idem, p. 6 e 7.

tomada de terras dos grandes proprietários, propondo ainda greves, insurreições nas cidades e guerrilhas no campo³⁹⁶.

Nesta época, o Partido Comunista Brasileiro avaliou e concluiu que o país já possuía as condições revolucionárias para resolver a questão camponesa, por ser tratar de uma nação de maioria agrícola. O marco histórico desse projeto foi a Primeira Conferência Nacional, realizada em junho de 1934. Após sua realização, tomou-se como estratégia realizar contatos com várias partes do país, onde houvesse concentração de trabalhadores agrícolas. O sul da Bahia enquadrava-se no perfil de área em que deveria atuar os agentes do partido, com o fito de estimular a organização camponesa³⁹⁷.

Lins ressalta que, por um lado, o partido estimulava a guerrilha e, por outro, procurava estabelecer alianças com pequenos e médios proprietários para ter maior número de aliados em torno da causa. A ação priorizava os assalariados agrícolas, tropeiros, meeiros, rendeiros, contratistas, pequenos e médios lavradores. A luta armada foi assumida publicamente em 1935, por meio de um panfleto. Todas as categorias de explorados eram convocadas para participar da luta por “pão, terra e liberdade”. A organização da luta teve muitas baixas devido a descoberta da intenção da Guerrilha no Sul da Bahia, com a intervenção do Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia nota.

Segundo Lins, entre os anos de 1934 a 1935, o Partido Comunista nutria esperanças na eclosão de movimentos revolucionários e no surgimento de guerrilhas de campos no nordeste. A partir dessa proposta membros do partido foram enviados para a região sul da Bahia e é nesse contexto que entraram em contato com Caboclo Marcellino, líder indígena que já estava famoso por enfrentar os fazendeiros da região em defesa das terras indígenas. Os membros do PCB ofereceram a Marcellino, advogados e outros benefícios sem nenhum custo e alegaram a ineficiência da justiça de Ilhéus em resolver o conflito entre os índios e fazendeiros da região. Marcellino, após consultar seu grupo sobre a proposta recebida, aceitou entrar para o PCB³⁹⁸.

Após a inserção de alguns índios de Olivença no PCB, foram realizadas três grandes reuniões em Olivença. Uma delas foi na casa do senhor Manoel Castro Gaspar, de 62 anos, no dia 18 de setembro. Este senhor tinha forte influência sobre os índios e dominava a leitura e a

³⁹⁶ LINS, Marcelo da Silva. Op.Cit., p.164.

³⁹⁷ Idem, p.173.

³⁹⁸ Idem, p. 173-174.

escrita. Fizeram-se presente vinte pessoas e a pauta da reunião foi sobre o comunismo e a insurreição armada entre os caboclos que, segundo o PCB, seria a única forma dos índios retomarem suas terras. Foram realizadas outras reuniões com Marcellino e seu grupo nas quais foram acertadas como seria realizada a insurreição em Olivença, a expulsão dos “grandes” que ocupavam as terras indígenas e a divisão dessas terras após esse movimento. Na última reunião, ocorrida em sete de novembro de 1935, ficou combinada a tomada de Olivença para o dia seguinte³⁹⁹.

O plano foi delatado por um participante da última reunião e a notícia chegou até ao subdelegado da cidade de Ilhéus, que logo tomou providências e enviou a Olivença um forte contingente policial e populares armados para debelar o movimento. Com a chegada da polícia, vários índios foram presos, mas, Caboclo Marcellino fugiu. No dia 11 de novembro de 1935, foi aberto inquérito policial para investigar as atividades subversivas do Caboclo Marcellino. Este processo foi aberto antes da chamada Intentona Comunista, em Natal, no Rio de Janeiro e em Recife⁴⁰⁰.

Lins ressalta que Marcellino voltou para sua casa, em Barro Branco, depois de um tempo escondido. O lugar era próximo ao Cururupe onde ele já habitava de forma pacífica há uns trinta anos. Neste local Marcellino fez várias plantações de piaçava, por considerar que essas terras pertenciam ao Estado. Mas em março de 1936 José de Lemos Neto, vizinho de Marcellino, o expulsa dessas terras, juntamente com as dez famílias de caboclos que ali viviam. Marcellino procurou a justiça de Ilhéus, mas não obteve sucesso, conseguindo só uma indenização, a qual não aceitou. Assim, moveu-se a ação de despejo de Marcellino e seus familiares que, antes de saírem da terra, atearam fogo a casa José Lemos Neto⁴⁰¹.

Após este episódio, o Caboclo Marcellino foi para o Posto Indígena Paraguassú, em 1936, e solicitou ajuda a Telesforo Martins Fontes. A esperança do caboclo Marcellino era a de que Telesforo, sendo funcionário do SPI, pudesse solicitar ajuda para proteção indígena⁴⁰². Além de Marcellino e seus companheiros, outros homens fugidos das perseguições anticomunistas foram buscar abrigo no Posto.

³⁹⁹ Idem, p 175-176.

⁴⁰⁰ Idem, p176

⁴⁰¹ Idem, Op. Cit., p 177-179.

⁴⁰² Ibidem.

Conforme demonstrado nesse trabalho, a reserva indígena já era espaço de conflito antes dos comunistas chegarem ali. Por causa das invasões que o Posto Indígena vinha sofrendo por parte de fazendeiros, Telesforo Fontes solicitou, em 1936, auxílio ao delegado de Itabuna. O delegado lhe forneceu armas, vinte rifles e munição para fazer a segurança do Posto. Posteriormente, Telesforo será acusado de armar o grupo de Marcellino com as armas cedidas pelos delegados de Itabuna Salomão Rhem, como abordaremos mais adiante. Segundo depoimento de Marcellino ao Tribunal de Segurança Nacional, Telesforo pediu que ele e seu grupo ficassem trabalhando na roça da reserva. Mas Marcellino não pretendia ficar na reserva por muito tempo. Afirmou que não estava na reserva para o trabalho da roça, mas para buscar seus direitos e de sua comunidade, uma vez que o chefe do Posto era a ponte entre os índios e as autoridades⁴⁰³.

Segundo Lins, Marcellino e seu grupo ficaram escondidos em Ribeirão da Fartura, lugar situado a quase uma légua do Posto Indígena, até setembro de 1936. Mas, ao perceberem que Telesforo não resolveria o seu problema, visto que estava envolvido em vários problemas das invasões de fazendeiros na área do Posto, o grupo optou por voltar para Olivença e levar as armas para vender e comprar alimentos⁴⁰⁴.

No caminho de volta a Olivença, ao passar pela Serra do Padeiro, divisa entre Macuco e Olivença, foram perseguidos pela polícia e houve troca de tiros. Nesta operação foi baleado o Tenente Francisco Moitinho Dourado. Na fuga o grupo se dividiu, Marcionílio Brás e Fulgêncio Almeida seguiram por outro caminho. Em meados de outubro, ambos se entregaram a polícia e deram depoimentos sobre a presença de armas e bombas no Posto Paraguassú. Afirmaram ainda que tinha poucos índios na reserva e cerca de 300 posseiros. Afirmaram que as armas que portavam o grupo de Caboclo Marcellino foram doadas por Telesforo Fontes. Segundo o depoimento de Marcionílio Brás, o comunismo era a ideia predominante no Posto Indígena e Telesforo propagava entre os posseiros, ideias subversivas⁴⁰⁵.

Em outubro de 1936, novos acontecimentos agitaram o Posto Paraguassú. Telesforo era então o encarregado do Posto e foi acusado de esconder comunistas perigosos no Posto,

⁴⁰³ **Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves.** Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁰⁴ LINS, Marcelo da Silva. Op.Cit., p 209.

⁴⁰⁵ Idem., Ibidem.

isto é, o grupo de Caboclo Marcellino, e de ser líder comunista que “manipulava” os índios e os cooptavam para o “exército vermelho”, Assim, diante da acusação de que na reserva indígena estaria sendo organizado um forte núcleo comunista, políticos e fazendeiros encontraram um pretexto para justificar uma investida nas terras indígenas.

O Levante Comunista no Posto Indígena Paraguassú em 1936: Antecedentes do conflito.

Conforme demonstrado ao longo dessa dissertação, a reserva indígena estava localizada em uma das mais importantes zonas de expansão da economia do estado da Bahia e, por isso, suas terras despertavam o interesse e a cobiça de fazendeiros, posseiros, políticos regionais e comerciantes. Desde o anúncio feito pelo governo estadual em 1926, sobre a reserva de uma área que seria demarcada para os índios, esses grupos fizeram forte oposição à reserva, organizando abaixo-assinados, protestos em jornais e petição ao governador do estado. Entretanto, até o ano de 1936, os opositores da reserva não haviam alcançado seus objetivos referentes à redução da área, ou à sua extinção, como propunha o Memorial dos Negociantes e Lavradores de 1933⁴⁰⁶. Cabe ressaltar que a reserva não era ocupada apenas por indígenas. Havia na área também muitos posseiros que, conforme o decreto de 09 de março de 1926, teriam suas posses resguardadas. O que se proibia, portanto, era a entrada de novos colonos, posseiros e fazendeiros na área.

Entretanto, os relatórios do SPI atestam que desde que o Capitão Vasconcellos iniciou o processo de demarcação da terra, em 1926, a área foi gradualmente invadida por fazendeiros⁴⁰⁷. Na década de 1930, a situação ficou insustentável para os funcionários e indígenas que habitavam a reserva e os conflitos tornaram-se eminentes. A presença de novos colonos ocasionou a retirada de muitos indígenas do Posto Paraguassú, como demonstra o

⁴⁰⁶ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Memorial**. Itabuna, 13/01/1933. Microfilme: 190. Fotograma: 928-991.

⁴⁰⁷ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

relatório do SPI de 1932⁴⁰⁸. O encarregado do Posto solicitava da direção do Serviço providências para impedir a entrada de intrusos na área.

De acordo com Telesforo Fontes, entre os anos de 1926 a 1930, poucas foram as invasões na reserva indígena. Mas a situação se agravou a partir de 1932. Neste ano, o Posto Paraguassú foi visitado pelo inspetor Alberto Jacobina, que constatou que a reserva estava sendo invadida por todos os lados. Com a finalidade de impedir que novos intrusos se estabelecessem na área, Jacobina apresentou ao promotor público do município de Itabuna, Moreira Caldas, uma denuncia contra os invasores, em 1932. Segundo o depoimento do encarregado do Posto Paraguassú, as invasões realizadas até aquele ano não eram feitas por pessoas influentes na sociedade. Todavia, no ano seguinte os invasores se coligaram com políticos importantes do Estado, com o objetivo de obter o respaldo deles e continuar adentrando nas terras da reserva⁴⁰⁹.

Em maio de 1936, Telesforo recebeu a visita de Nuno Tavares na sede do Posto Paraguassú, acompanhado de Abdon Mottas, que era auxiliar da Delegacia de Terras de Ilhéus. Nuno Tavares foi enviado pela Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia para averiguar as denúncias das invasões das terras do Posto Indígena Paraguassú. Na conversa com Telesforo, ele o orientou que não permitisse que ninguém invadisse a área da reserva. Conforme depoimento de Telesforo, Abdon Mota, ao escutar o conselho que Nunes Tavares lhe dava, abaixou a cabeça. Afinal, Nunes Tavares era “um dos maiores invasores das terras do Posto Indígena Paraguassú, fazendo várias medições, não só para si, como para vender a diversos”⁴¹⁰. Além disso, Abdon Motta era um dos fazendeiros que assinou o abaixo assinado pelo fim da reserva indígena.

Esses acontecimentos foram noticiados pelo repórter do Jornal Estado da Bahia, Edison Carneiro, que publicou no dia 31 de novembro de 1936, uma carta que Abdon Motta enviou aos representantes dos Diários Associados, para esclarecer o conflito na reserva indígena. Destacamos que o jornal *Estado da Bahia* enviou à região sul da Bahia, Edison Carneiro como repórter especial para cobrir a “revolta do posto indígena” que eram quase

⁴⁰⁸ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru -Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363

⁴⁰⁹ Arquivo Público Mineiro. **Investigação a suspeitos**. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 67, data, 19/04/ 1937.

⁴¹⁰ Arquivo Público Mineiro. **Investigação a suspeitos**. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 68, data, 19/04/ 1937.

diariamente noticiados: Edison Carneiro, jornalista dos Diários Associados de Salvador e etnógrafo ficou conhecido por sua militância no movimento negro, onde se destacou como pesquisador dessa temática e deixou, ao longo de sua trajetória, um conjunto de trabalhos que ainda hoje são referências para os estudos das sociedades africanistas.⁴¹¹ Portanto, o jornal *Estado da Bahia* escolheu alguém que possuísse experiência com a temática etnográfica para acompanhar os acontecimentos junto a Posto Caramuru-Paraguassú, apesar de Edison Carneiro não ser estudioso das questões indígenas.

Nela Abdon informou que durante a passagem do Governador Juracy Magalhaes em Itabuna, ele havia publicado um artigo no jornal “O trabalho”, onde defendia que deveriam ser assentados oito mil “flagelados” que passam pelas cidades de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras em direção ao sul do país⁴¹².

Afirmava, ainda, que a catechese dos índios foi iniciada por um ateu e continuada por um maníaco ou falso Ancheta que atende pelo nome de Telesforo Martins Fontes, dando como resultado “a criação de uma perigosa cellula comunista”, que deve ser extinta⁴¹³.

Em outras palavras, o auxiliar da Delegacia de terra de Ilhéus Abdon Motta marcava posição na imprensa de ferrenha oposição à existência da reserva indígena. Na carta publicada, desmerecia os representantes do SPI, isto é, o Capitão Vasconcellos e Telesforo Fontes, e também os próprios indígenas, ao afirmar que Telesforo havia “amansado” vinte índios. Segundo sua opinião, os índios viviam de forma miserável no Posto, “doentes, preguiçosos, mal e sem escolas”. Criava, assim, uma imagem negativa dos indígenas e do SPI, sugerindo a inutilidade do Serviço de Proteção ao Índio naquela região. Contrapunha índios e imigrantes nordestinos, afirmando que se os nordestinos fossem aproveitados naquela área em doze anos estaria plantado “meio milhão de cacauzeiros”⁴¹⁴. Abdon foi ainda uma das pessoas que propagou a versão de que existia uma organização comunista atuando no Posto, utilizando esse argumento como um agravante que justificava a extinção da reserva.

⁴¹¹ As informações que seguem sobre Edison Carneiro foram obtidas junto à Vinicius Clay em seu trabalho intitulado *O Negro em O Estado da Bahia: de 09 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1938*. Salvador: Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Comunicação. 2006.

⁴¹² CARNEIRO, Edison. Cem índios possuem mais de mil hectares de fertilíssimas terras In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem.

Segundo Rodrigo Pato Sá Motta, existiu no Brasil uma verdadeira “indústria do anticomunismo”, amplamente utilizada entre 1917 e 1964 por vários setores da sociedade brasileira. A expressão “indústria do anticomunismo” foi criada para se referir a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. O processo de manipulação consistia em supervalorizar a influencia real do Partido Comunista e a pretensão imperialista da União Soviética. Dessa forma, Motta enfatiza que, em certos momentos, setores sociais e políticos exploravam o medo que já existia do comunismo com o objetivo de tirar vantagens. Neste contexto, percebemos como o medo comunismo foi explorado pela elite do sul da Bahia no sentido de legitimar as invasões de terras, agressões, violências e extinção do Posto Indígena Paraguassú⁴¹⁵.

No dia seguinte a ida de Nuno Tavares ao Posto Paraguaçu, Telesforo se preparava para retribuir-lhe a visita, quando recebeu na sede do Posto o delegado de Itabuna, Cap. Salomão Rhem, que lhe informou que Tavares já havia viajado para a capital. Em conversa com Telesforo, Rhem lhe informou que, em Salvador, o deputado Cordeiro de Miranda distribuía lotes das terras na reserva. Nesse contexto, encontrava-se na região o Dr. Augusto Santos Souza, alto funcionário da Secretaria de Agricultura, que viera com o objetivo de separar nas matas do Posto Indígena uma área para si e para outras pessoas da capital do estado⁴¹⁶. Em seu depoimento, Telesforo esclareceu que não duvidou dessa informação, porque o deputado Cordeiro de Miranda possuía um histórico de oposição à reserva indígena. Junto com os fazendeiros Antônio Olympio da Silva e Archimedes Amazonas Bonfim, Miranda encabeçou o abaixo assinado que solicitava ao governo estadual o fim do Posto Indígena, em 1933⁴¹⁷.

O deputado Cordeiro de Miranda, em entrevista ao repórter Edison Carneiro, informou que era comum os fazendeiros locais comprarem algumas posses dos índios e admitiu ter adquirido algumas, mas ressaltou que tão procedimento era legítimo: “ tudo dentro da lei”.

Os fazendeiros locais tem comprado aos índios algumas posses, mas isto, afirma o deputado Cordeiro de Miranda, - dentro da Lei.

⁴¹⁵ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo : Perspectiva. 2002, p. 71 e 72.

⁴¹⁶ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 68, data, 19/04/ 1937

⁴¹⁷ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 68, data, 19/04/ 1937

- Eu mesmo comprei algumas posses- disse-me o conhecido político, - E o intermediário foi o próprio Fontes...⁴¹⁸

A declaração do deputado Cordeiro de Miranda ao jornal confirmava o avanço de fazendeiros sobre a área da reserva, ratificando a denuncia de Telesforo de que aqueles que estiveram à frente das mobilizações contra o Posto tinham interesse em adquirir posses dentro da reserva indígena. Nesta reportagem, Cordeiro de Miranda afirmou ser legal a compra de terras da reserva. Entretanto, como autoridade política, ele tinha pleno conhecimento da ilegalidade dessa ação, pois o decreto estadual de 09 de maio 1926 proibia às delegacias de terra realizar medições naquela área, que seria demarcada para a reserva indígena. Além disso, o deputado acusava Telesforo Fontes de ser o principal articulador da venda de terras da reserva. Entretanto, a ação de Telesforo de denunciar os intrusos na reserva e de ser combativo na defesa das terras dos índios não confirma tal assertiva e, como demonstra a documentação analisada nesse tópico, deixa claro que os deputados estavam criando mais uma mentira.

Diante da noticia de que Dr. Santos Souza viera de Salvador medir áreas da reserva, Telesforo foi procurá-lo na fazenda do deputado Cordeiro Miranda, vizinha ao Posto Paraguassú, onde se encontrava hospedado. Nesse dia obteve do Dr. Augusto Santos Souza a informação de que o governo do Estado pretendia diminuir a área do Posto. Na condição de encarregado do Posto e com o objetivo de defender a terra indígena, Telesforo Fontes respondeu à Santos Souza: “as terras que por ventura ficassem fora, eu nada teria com elas, mas que por enquanto toda e qualquer medição que fosse feita nas terras do Posto eu embargaria”⁴¹⁹.

Segundo Marcelo Lins, o Dr. Augusto Santos Souza se reuniu na fazenda do deputado Cordeiro de Miranda com outras autoridades da região, como o delegado Capitão Salomão Rhem, Abdon Mota e Nuno Tavares. O autor interpretou esses acontecimentos como “uma grande trama”, articulada por membros do Governo da Bahia, fazendeiros e políticos,

⁴¹⁸ CARNEIRO, Edison. “As terras dos índios”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 06 de novembro de 1936.

⁴¹⁹ Arquivo Público Mineiro. **Investigação a suspeitos**. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 69, data, 19/04/ 1937.

com a participação de ocupantes de cargos estratégicos, como o Delegado de Itabuna e o auxiliar da Delegacia de terras⁴²⁰.

Apesar da posição de Telesforo, Souza viajou para a cidade de Conquista. De lá e em acordo com o delegado de terras e com outros fazendeiros, enviou dois engenheiros para iniciarem as medições de terra dentro da área do Posto Indígena Paraguassú, acompanhados com duas turmas de homens armados⁴²¹.

Telesforo encontrou os engenheiros nas matas da reserva e estes lhe entregaram um cartão com uma mensagem de Santos e Souza. O bilhete solicitava que o encarregado não impedisse os engenheiros de realizarem seus trabalhos. Ao perceber que os engenheiros estavam armados, Telesforo nada fez naquele momento. Dias depois, no entanto, procurou o delegado Salomão Rhem e lhe pediu armas para proteger a reserva.

“solicitei do Cap. Salomão umas armas, cuja solicitação fora aceita, após uma reunião do “directorio político” de Itabuna, com a presença do Sr. Prefeito daquela cidade”⁴²².

O delegado de Itabuna, Salomão Rhem, forneceu armas para que Telesforo protegesse a reserva armas contra os invasores, é importante salientar que Rhem era genro do Sr. José Krushewisky, um dos líderes do movimento dos fazendeiros que solicitavam do governador nova delimitação nas áreas da reserva⁴²³. Além de procurar o delegado de Terras para solicitar ajuda, Telesforo comunicou os acontecimentos ao Ministério da Guerra e, em reposta, recebeu um ofício orientando-o a defender a área indígena. Diante das demarcações ilegais e do clima de insegurança, Telesforo foi encorajado tanto pelo delegado de terras de Itabuna, quanto pelo Ministério da Guerra a defender as terras reservadas para os índios.

Quando Telesforo retornou a reserva indígena não encontrou as duas equipes realizando as medições. Estava nas matas apenas o engenheiro Aristoteles Almeida do Espírito Santos, que, de acordo com o encarregado, estava armado com dois rifles e um fuzil pertencente à delegacia de policia de Conquista.

Entrei na floresta e encontrei um engenheiro fazendo medições nas terras do Posto Indígena Paraguassú. O engenheiro aos princípios, resistiu meu embargo, pois vinha com ordem do Dr. Santos e Souza, do Dr. Bandeira

⁴²⁰ LINS, Marcelo da Silva. Op, Cit, 2007, p.195 a 197.

⁴²¹ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 69, data, 19/04/ 1937.

⁴²² Idem.

⁴²³ LINS, Marcelo da Silva. Op, Cit, 2007, . p. 212.

delegado de Terras de Conquista e do Delegado de polícia. Só encontrei um engenheiro, o outro já havia se retirado, levando todas as armas que existiam nas duas turmas⁴²⁴.

Logo que flagrou essa ação, Telesforo confiscou as armas e os instrumentos utilizados pelo engenheiro e comunicou o fato ao tenente Salomão Rhem, que era o delegado de Ordem Social de Itabuna. Foi orientado que entregasse o material na delegacia de Itabuna⁴²⁵.

Ao chegar em Itabuna para devolver as armas e os equipamentos do engenheiro, Telesforo não encontrou o delegado, que se achava em Salvador. Todavia, recebeu a notícia de que os invasores de Conquista estavam novamente medindo terras na área do Posto Paraguassú. Telesforo retornou para a reserva com os equipamentos e as armas. Dias depois reencontrou o delegado Salomão e relatou que as invasões dos engenheiros de Conquista continuavam ocorrendo. Segundo depoimento de Telesforo, o delegado lhe aconselhou a “mandar os índios flechar os invasores, porque assim não haveria responsabilidade”⁴²⁶. Entretanto, essa ação, se fosse colocada em prática por Telesforo, agravaria os conflitos entre índios e intrusos e poderia ser utilizada como justificativa para combater os índios “arredios” da reserva.

Diante das denúncias feitas por Telesforo, o Ministério da Guerra enviou no mês de setembro de 1936 o tenente do exército Heron de Oliveira ao Posto Indígena Paraguassú para averiguar os fatos e instalar um inquérito sobre as invasões das terras da reserva⁴²⁷. O tenente Heron relatou ao Ministério da Guerra a situação do Posto e confirmou que havia uma grande invasão na área de pessoas da cidade de Itabuna e de Conquista. Segundo o tenente, a audácia dos intrusos “chega a irritar”, pois mesmo cientes de sua presença na reserva, os invasores de Conquista continuaram suas medições normalmente:

Convem frizar que, enquanto, com minha chegada ao referido local, os invasores de Itabuna paralisaram os trabalhos e aguardam a solução do Governo, os de conquista acintosamente continuam as suas consideráveis medições, já estando a derribar as mattas por eles medidas. Tais medições estão sendo feitas sem autorização das Delegacias de Terras, porque essas têm ordens severas da Directoria de Terras e Minas, para consentirem

⁴²⁴ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 69, data, 19/04/ 1937.

⁴²⁵ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 69, data, 19/04/ 1937.

⁴²⁶ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 69, data, 19/04/ 1937

⁴²⁷ Como demonstra Souza Lima, 2005, entre 1910 e 1930, o SPI integrou o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De 1930 a 1934, o Ministério do Trabalho e entre 1934 a 1939, o SPI era subordinado ao Ministério da Guerra.

sejam medidas terras que pertençam aos selvicolas. Não obstante, porém, os invasores continuam fazendo grandes medições e para espanto usam abusivamente de nomes de políticos em evidencia⁴²⁸.

Segundo o tenente Heron, as Delegacias de Terras do Estado não tinham envolvimento nas medições que estavam sendo realizadas na reserva indígena. Entretanto, a documentação analisada demonstra, bem ao contrário, que equipamentos e funcionários dessas delegacias participavam ativamente da medição e distribuição das terras da reserva indígena. Vale lembrar, por exemplo, a participação de Abdon Mota. Ele era auxiliar da delegacia de Terras de Ilhéus e foi denunciado por Telesforo Fontes em seu relatório sobre os acontecimentos no Posto no mês de outubro, como um dos invasores da reserva.

Ainda segundo Heron, muitos intrusos usavam nomes de políticos da região para realizar medições de terra nas áreas indígenas, concluindo que os maiores prejudicados eram os índios e os pequenos posseiros, pois os fazendeiros e políticos invasores da reserva obrigavam-nos a venderem suas posses por um preço baixíssimo, ou simplesmente os expulsavam de suas terras por meio da violência⁴²⁹.

Ciente da situação do Posto, Heron previu a eclosão de um conflito a qualquer momento. Eram numerosos os posseiros perseguidos pelos invasores que podiam se juntar aos índios e pegar em armas para defender suas posses. Para evitar tal conflito, o tenente sugeriu ao Ministério da Guerra algumas medidas emergenciais. Recomendava uma nova medição da área da reserva para que não houvesse dúvidas quanto aos seus limites territoriais e recomendou que fosse enviado ao Posto um pequeno destacamento do exército para controlar os limites da área e impedir qualquer medição por parte de invasores⁴³⁰.

Com base nos documentos citados sobre os fatos que antecederam o conflito, verificase um clima de tensão na região da reserva no ano de 1936. A chegada dos engenheiros e das comissões vindas da cidade de Conquista acirrou ainda mais o clima de tensão na reserva. De um lado, estavam políticos e fazendeiros interessados em se apossarem das terras indígenas e, do outro, encontravam-se pequenos posseiros, os índios e Telesforo, tentando impedir as

⁴²⁸ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 76, data, 19/04/ 1937.

⁴²⁹ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 76, data, 19/04/ 1937.

⁴³⁰ Idem.

medições que estavam ocorrendo a mando de fazendeiros de Conquista e de Itabuna. Era, portanto, uma questão de dias para que o conflito mais violento realmente eclodisse.

Após a saída do Tenente Heron, Telesforo recebeu uma carta do delegado Salomão Rhem pedindo-lhe que entregasse as armas e equipamentos do engenheiro, pois quando esteve em Salvador se comprometeu com os seus superiores que recuperaria o material. Telesforo, contrariando o delegado, negou-se a devolver as armas, pois pretendia mantê-las em sua posse para fazer a guarda da área da reserva:

Respondi-lhe que enquanto houvesse um invasor nas terras dos índios, não poderia haver tranquilidade e que acima de tudo estava o interesse e o direito do índio, consciente porem, que o meu excesso de cumprimento de dever em favor dos índios viria prejudicar-me⁴³¹.

Telesforo estava ciente de que sua atitude de não devolver as armas lhe causaria problemas futuros. Nesse interim, no mês de setembro de 1936 foram presos, como vimos, dois membros do grupo de Caboclo Marcellino: Marcionillio Brás e Fulgêncio Almeida. Em seus depoimentos, eles denunciaram a presença de comunistas no Posto Paraguassú e informaram que as armas emprestadas pela delegacia de Itabuna à Telesforo foram utilizadas para munir o grupo do caboclo Marcellino. Dessa forma, recaíram sobre Telesforo três acusações: a primeira de não devolver o equipamento e as armas dos engenheiros solicitadas pelo delegado; e a segunda de armar o grupo de Marcellino com as armas da Delegacia de Itabuna e a terceira de estar escondendo comunistas no Posto. Com base nessas acusações, o delegado Salomão Rhem solicitou reforços policiais à Secretaria de Segurança Pública do Estado para combater um suposto “levante comunista no Posto” e recuperar as armas que estavam sendo utilizadas para fins subversivos⁴³².

O Secretario de Segurança da Bahia Capitão João Facó encontrava-se viajando, mas autorizou que o sub-secretário Capitão Hanequim Dantas dirigir as operações no sul do estado. Dantas enviou para Itabuna o tenente Ephigênio Mattos para auxiliar à Delegacia Especial nesse caso. Segundo entrevista do Capitão Dantas ao jornal Estado da Bahia, a missão de Ephigenio Mattos no Posto seria a de promover a reintegração da população na paz.

⁴³¹ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 70, data, 19/04/ 1937.

⁴³² **ESTADO DA BAHIA.** A ignorância dos índios explorada por elementos comunistas, 26 de outubro de 1936.

Entretanto, como salienta Marcelo Lins, a ida de Mattos a Itabuna marcou o início das operações militares na área indígena⁴³³.

Nessa época, penetrou no Posto Paraguassú um grupo de vinte soldados comandado pelo tenente Ephigenio, com o objetivo de reaver as armas e os aparelhos dos engenheiros e levar Telesforo preso para Itabuna. Segundo depoimento de Telesforo Fontes acompanhava o grupo de policiais um guia da mata fornecido por Graciliano Lyrio, que, segundo o encarregado, havia realizado um atentado contra a vida do Tenente Coronel Vicente de Paula Teixeira Vasconcellos, quando este organizava o levantamento do Rio Água Preta do Colônia. O destacamento policial chegou ao Posto Paraguassú por uma estrada particular e a presença do grupo ocasionou “gritos e choros por parte dos índios”, estabelecendo grande confusão na reserva. Ao se apresentar à Telesforo Fontes, o tenente afirmou ter ordem de prisão contra ele, sob a acusação de desrespeito as autoridade por ter tomado os aparelhos dos engenheiros que estavam realizando as medições por ordem do delegado de terra e do Dr. Santos Souza.

Entretanto, o Tenente Ephigenio Mattos e seus homens foram detidos por Telesforo e os funcionários da reserva e, após serem desarmados, foram liberados para regressar a Itabuna. No depoimento do Tenente Mattos ao delegado de Itabuna, este afirmou que Telesforo e os índios rebelados tentaram convencê-lo a aderir ao comunismo, durante sua estadia na reserva. Também declarou que repeliu imediatamente a proposta, mas o período que passou na reserva pode verificar a presença de líderes comunistas. Desse modo, as informações do tenente confirmava o depoimento de Marcionilio Brás e Fulgencio Almeida sobre a existência de comunistas no Posto.

O jornal Estado da Bahia divulgou os acontecimentos, salientando a união entre comunistas e indígenas na reserva:

Na sua breve permanência entre os índios em armas, o tenente Ephigenio verificou que a colônia fora transformada em um núcleo comunista, com a participação de diversos indivíduos que professam o credo vermelho, entre os quais alguns oficiais do exército, que fugidos do Rio, depois do fracasso da revolução extremista, ganharam o sertão mineiro e conseguiram chegar até essa parte do Estado. Esses comunistas reunidos aos índios formam um total de 500 homens⁴³⁴.

⁴³³ Lins, Op.Cit. p. 211.

⁴³⁴ **ESTADO DA BAHIA**. Salvador: 24 de outubro de 1936.

Na reportagem do Jornal Estado da Bahia de 24 de outubro de 1936, o tenente Ephigenio estimou consideravelmente alta a população do Posto Paraguassú, ao afirmar que os índios e comunistas totalizavam 500 homens. Esse dado parece ser exagerado e irreal, mas foi utilizado para justificar a invasão policial no Posto, pois o suposto grande contingente de comunista representava uma ameaça à ordem e a segurança nacional. Como analisa Lins, o insucesso da missão de Tenente Ephigenio serviu como mais uma justificativa para a ocupação do Posto. O autor levanta a hipótese de que tudo não passou de uma armadilha, visto que o fornecimento das armas concedidas pelo próprio delegado foi a justificativa para enviar as tropas do tenente Ephigenio ao Posto.

Além disso, percebemos o próprio depoimento “exagerado” do Tenente, que em apenas uma passagem rápida viu no Posto, características de um núcleo comunista: pessoas armadas e trincheiras. Não é descartada a possibilidade de alguns moradores do Posto estarem armados, já que se encontravam ameaçados pela própria presença do Tenente com sua tropa. O que realmente nos chama atenção é o fato do tenente associar a defesa militar dos moradores do Posto a preparação de um levante comunista e não a uma forma de resistência, diante do clima de tensão promovido pela disputa pelas terras indígenas.

3.4.1 Telesforo, um líder comunista?

Vários argumentos foram utilizados pela polícia para caracterizar o conflito no Posto como uma ação de combate ao comunismo e justificar a intervenção policial na reserva. Um dos mais propagados foi a acusação de que Telesforo era um líder comunista. Tal justificativa se fundamentava em algumas ações realizadas pelo mesmo, entendidas como subversivas, como, por exemplo, “dividir a terra dos índios com todos os que apareciam querendo trabalhar, fossem índios ou não”⁴³⁵.

Entretanto, tal prática era incentivada e respaldada pela própria política tutelar do SPI, que visava assentar nas reservas indígenas trabalhadores não índios para “iniciar a população indígena ao trabalho sedentário”, como determinava o Decreto Lei N. 9.214, isto é, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, de

⁴³⁵ CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

15 de dezembro de 1911. Portanto, a prática era legal e legitimada pelo SPI, que visava transformar os índios em trabalhadores nacionais ⁴³⁶.

Rodrigo Pato Sá Motta enfatiza que uma das práticas mais comuns da “indústria do anticomunismo” era rotular adversários como comunistas visando manchar e criminalizar suas imagens diante da sociedade brasileira. Assim, após o Levante Comunista de 1935, ocorrido nos quartéis de Natal, Rio de Janeiro e Recife, muitos homens públicos foram acusados de envolvimento com partido Comunista por seus inimigos políticos ⁴³⁷.

Diante de um cenário nacional de perseguição aos comunistas ser reconhecido como tal poderia trazer graves consequências para o indivíduo e suas pretensões de defender uma causa, como ocorreu com Telesforo Fontes, defensor da causa indígena. Nosso objetivo não é discutir se Telesforo tinha ou não simpatia em relação ao comunismo. Até onde a documentação nos permite ver, ele agiu fundamentalmente no sentido de defender as terras indígenas, tal como se esperava de alguém que estivesse em seu cargo. Mas é importante ressaltar como o medo do “perigo vermelho” foi explorado por políticos e fazendeiros regionais para alcançar seus objetivos em relação à reserva e criminalizar a causa indígena.

O objetivo dos inimigos da reserva foi o de assinalar que o Posto Paraguassú possuía comunistas atuando nele, incluindo o próprio chefe do Posto, Telesforo Martins Fontes. O Capitão Hannequim Dantas, na época delegado auxiliar que exercia o cargo de Secretário de Segurança do Estado da Bahia, em entrevista ao jornal Estado da Bahia sobre os acontecimentos que agitavam o Posto Indígena Caramuru Paraguassú, ressaltou que o Posto possuía um “histórico de líderes comunistas, como o irmão de Sylio Meireles, um líder comunista de Recife e o atual Telesforo Martins Fontes”. Segundo Dantas, este “deu continuidade as ações subversivas do seu antecessor” ⁴³⁸. Com o expressivo título “A ignorância dos índios explorada por elementos comunistas”, a entrevista do Capitão Hannequim Dantas demonstra total convicção e a certeza de que Telesforo era comunista, mesmo sem ter havido qualquer investigação policial e julgamento do caso.

⁴³⁶ DECRETO LEI N. 9.214. **Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais**. Rio de Janeiro: República Federativa do Brasil, de 15 de dezembro de 1911.

⁴³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 72.

⁴³⁸ CARNEIRO, Edison. “A ignorância dos índios explorada por elementos comunistas”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 26 de outubro 1936.

Ao mesmo tempo, o clima de tensão nas terras da reserva indígena foi agravado ainda mais devido à prisão de dois índios, apresentados como “membros do Bando de Caboclo Marcellino”: Marcionílio Brás e Fulgêncio Almeida, que testemunharam a presença de armas e bombas no Posto Paraguassú e acusaram Telesforo de divulgar as ideias e práticas comunistas naquele espaço. Além disso, Fulgêncio Almeida relatou que Edmundo, cujo nome verdadeiro era Inocêncio, foi um organizador do “Levante de 1935” e estava foragido em Olivença.

Segundo Marcelo da Silva Lins, efetivamente alguns comunistas se esconderam no Posto no ano de 1935, fugindo de perseguições políticas. Entre eles encontravam-se José Martins da Silva, que no Posto adotou o codinome de Edmundo; Gildath Amorim, apelidado como “Bigode Branco”, que chegou à reserva fugindo de perseguições dos integralistas de Ilhéus; e Samuel Genez, que também se refugiou no Posto e adotou o codinome de Clemente. Samuel Genez foi identificado como comunista russo pelas autoridades brasileiras, por conta da sua aparência física semelhante à de um estrangeiro. Entretanto Genez era um comunista brasileiro, que inclusive já havia participado do atentado à sede da Ação Integralista Brasileira, em Salvador, e por isso, se escondeu no Posto ⁴³⁹.

De acordo com Lins, os comunistas escondidos no Posto Paraguassú eram acompanhados pela direção do Partido Comunista Brasileiro. De acordo com o próprio Luís Carlos Prestes, então líder da Ação Nacional Libertadora, José Martins Silva estava em 1936 atuando no Posto Indígena: “Martinzão era um grande companheiro: após 35, participou inclusive de alguns choques armados com a polícia no Sul da Bahia⁴⁴⁰”.

A partir de 1935, o PCB adotou uma nova diretriz. Segundo os novos princípios, o processo revolucionário se iniciaria no Nordeste, através do movimento camponês e das guerrilhas. Para isto, o partido contava com as colunas revolucionárias e as guerrilhas espalhadas na referida região. Ao que tudo indica, o partido nutria certa esperança de que fosse desencadeada na revolta do Posto. Tal perspectiva aparece em um documento do PCB aos “camaradas”, em que se afirma que “a única [guerrilha] que temos ligação atualmente é a da Bahia e esperamos agir com mais energia para conseguir um auxílio eficiente a esses

⁴³⁹ LINS, Marcelo da Silva. “Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)”. Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada junto a UFBA, 2007, p.199.

⁴⁴⁰ Idem. p. 200.

companheiros”⁴⁴¹. Assim fica transparente a preocupação do PCB em liderar o movimento no Posto.

A presença de comunistas no Posto Paraguassú, bem como o interesse do Partido Comunista Brasileiro de conquistar apoio e aliados na reserva indígena são fatos que destacamos aqui. Entretanto, questionamos se realmente foi organizada uma célula comunista no Posto com o apoio de Telesforo e dos índios, tal como propagavam os jornais, a polícia e os fazendeiros da região. Afinal, não se deve confundir os interesses de proteger as terras da reserva com o projeto e as estratégias comunistas. Além disso, de acordo a documentação examinada, Telesforo possuía um histórico de defesa da causa indígena e já havia feito muitas inimizades por defender o patrimônio dos índios. Entretanto, apesar da imprensa e políticos regionais acusarem Telesforo Fontes de ser comunista, não havia fontes idôneas que atestassem essas acusações. Mas a imprensa local apontava Telesforo como comunista que havia se “associado” ao caboclo Marcellino, descrito como um bandido e desordeiro como demonstra o trecho da matéria abaixo.

Aproveitando a ignorância e ingenuidade dos sitiantes e indígenas, Telesforo atacou a comissão de engenheiros, desarmando-a, ao mesmo tempo em que municiaava o bandido Marcelino Alves, vulgo – Caboclo Marcelino”. Fazendo-o atacar as fazendas próximas, com o intuito de desviar a atenção do destacamento local⁴⁴².

Observa-se também que a condição de Marcellino como índio foi negligenciada para salientar que Telesforo enganava os indígenas e posseiros. Assim, Marcellino é apresentado como bandido que estava se “unindo” com um comunista para provocar o terror região. Neste sentido, tanto Telesforo quanto Marcellino seriam dois desordeiros “fora da lei”.

A imagem construída pela imprensa do caboclo Marcellino foi completamente dissociada de sua condição de indígena, das expropriações de terras dos índios ressocializados que viviam na Bahia, desqualificando sua luta como liderança indígena e pessoa honesta.

Isto, realmente, verificou-se. Marcelino atacou fazendas no distrito de Olivença, com armas curtas, incendiando-as. Ao fugir, assassinou um auxiliar da polícia, refugiando-se em seguida, no Posto Indígena, onde

⁴⁴¹Idem. p. 208.

⁴⁴²CARNEIRO, Edison. “A ignorância dos índios explorada por elementos comunistas”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 26 de outubro 1936.

permaneceu durante meses sob a proteção de Telesforo Fontes. Em dias do mês passado, Marcelino e quatro companheiros, armados de rifles e municados por Telesforo, intentaram atacar Olivença, sendo impedidos pelas autoridades de Macuco⁴⁴³.

De tal modo, a presença de Caboclo Marcellino e de seus companheiros indígenas no Posto aumentou as críticas em relação à atuação de Telesforo Fontes enquanto responsável pelo Posto Indígena. Fato que se agravou com a prisão de Marcionílio Brás e Fulgêncio Almeida, índios aliados de Marcellino. Os depoimentos prestados pelos índios presos comprometeram Telesforo, que foi acusado de usar estas armas para fins “subversivos”. Marcelo Lins apresenta em sua dissertação, parte do depoimento de Marcionílio Brás em que o índio afirmava:

(...) a ideia dominante no Posto é o comunismo, como assim disse Telesforo Fontes, mandando que eles fossem trabalhar porque a terra era deles (...). Telesforo incuti no espírito do posseiro, as ideias do comunismo, cujas vantagens propala, dizendo sempre que o comunismo favorece a pobreza (...) Fontes dizem que quando o comunismo ganhar ele dará muitas terras para se trabalhar (LINS, 2007).

Da mesma forma, o depoimento de Fulgêncio Almeida ao Delegado Capitão Salomão Rhem ofereceu argumentos para desencadear a ocupação do Posto. Segundo Marcelo Lins, mais exagerado foi o depoimento de Fulgêncio que propagava que o comunismo era muito bom comparado ao integralismo que não prestava. Ainda denunciou que havia no Posto três comunistas que seriam “Antônio, Clemente e Edmundo que vestiam fardamentos, mas que desconhecia os seus postos”⁴⁴⁴. E que o Edmundo era na verdade Inocêncio, o mesmo que 1935 organizou os índios de Olivença para um levante. E este ao sair do Posto usava um lenço vermelho e afirmava ser comunista e “preferiria morrer a pender para o lado do integralismo” e que juntaria pessoas para um enfrentamento com a polícia⁴⁴⁵.

Foi através do depoimento de Marcionílio e Fulgêncio Brás que o delegado Rhem encontrou argumentos necessários para justificar a ocupação do Posto, pois era necessário reaver as armas que supostamente estavam sendo utilizadas por comunistas refugiados. De acordo com o delegado, estes comunistas, com o apoio de Telesforo Fontes, aliciavam os

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ LINS, Marcelo da Silva. Op. cit., 2007, p.210.

⁴⁴⁵ . Idem., Ibidem.

índios contra o governo com o intuito de promover ali um núcleo comunista. Diante dessa “constatação” o delegado Rhem solicitou reforços policiais de Salvador para combater os índios.

O conflito de outubro de 1936: As forças policiais no Posto Paraguassú.

Diante das acusações, o secretário de Segurança Pública Interino Hanequim Dantas emitiu um telegrama ao Capitão Salomão Rhem, afirmando que tomaria providências necessárias para reestabelecer a ordem no sul da Bahia⁴⁴⁶. Dantas enviou o coronel Liberato Carvalho, comandante da polícia militar do Estado da Bahia, para dirigir a operação contra o Posto. Assim, com o pretexto de combater os comunistas que estariam instalados no Posto Paraguassú, seguiu para a região uma tropa de 200 homens, que se juntaria com as forças militares de diversas cidades próximas da área de conflito como Ilhéus, Itabuna, Conquista e Belmonte, Una, além de jagunços cedidos por fazendeiros de vários municípios. Somadas todas as forças envolvidas, chegou-se a um contingente de 600 homens armados⁴⁴⁷.

Nisto a tropa militar tem sido auxiliada por destacamentos civis enviados dos municípios limitrophes como sejam Canavieiras, Una, Conquista, Itabuna, Ilhéus e Guarany, num total de 600 homens⁴⁴⁸.

Dirigiu-se também para a região o tenente Plácido da Rocha Barbosa, representante do Ministério da Guerra, na época adjunto do Departamento do Pessoal do Exército, com o objetivo de convencer Telesforo Fontes a se entregar às forças policiais. Foi entregue pelo coronel Liberato, comandante das operações, um Manifesto-Comunicado para Telesforo Martins Fontes. O texto foi citado pelo Capitão Hanequim Dantas em entrevista ao jornal *Estado da Bahia* e dizia o seguinte⁴⁴⁹:

Sr. Encarregado do Posto:

⁴⁴⁶ CARNEIRO, Edison. “O tenente Plácido a caminho do Posto Paraguaçu.” In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 26 de outubro de 1936.

⁴⁴⁷ Idem

⁴⁴⁸ Idem

⁴⁴⁹ JORNAL O IMPARCIAL. Vão Servi no D.P.E. Domingo, 12 de janeiro de 1936. Edição 00194 (1). O imparcial 1935 a 1939- PR SPR 00008 10670. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=107670_03&pagfis=2455&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#

- 1º) – Tendo chegado ao conhecimento do Sr. Capitão Juracy Montenegro Magalhães, eminente governador do Estado, vossa atitude insólita para com o contingente da Polícia Militar, a serviço da Secretaria de Segurança Pública, fui designado por aquela autoridade para ter um entendimento honroso convosco, visando não só reaver o armamento que apreendestes, como tomar medidas de proteção aos índios destes postos. À cuja frente vos achais;
- 2º) – Para o desempenho desta missão, vim acompanhado do 1º tenente do Exército, Plácido Rocha Barretto, como representante do Ministério da guerra, por designação do comandante da 6ª região Militar;
- 3º) – Lembro-vos a conveniências de agirmos com a máxima sinceridade e critério, a fim de que sejam evitadas consequências desagradáveis⁴⁵⁰;
- (...)

O documento da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia mandava que no prazo de 48 horas Telesforo Fontes devolvesse os armamentos fornecidos pela Delegacia de Itabuna e outros materiais de guerra que existissem no Posto. Deveria também entregar o “criminoso” Caboclo Marcellino e seu grupo e os comunistas que por ventura estivessem escondidos no Posto, de acordo com as denúncias⁴⁵¹. Por sua vez, Telesforo tentou sensibilizar policiais e população, através de um manifesto intitulado *Soldados da Gloriosa Polícia Baiana*. Neste, o chefe do Posto Indígena relatou quais eram as intenções do governo em relação à reserva.

Os políticos e ricaços gananciosos do trabalho alheio vos atiram contra nós uns aos outros para satisfação dos seus desejos criminosos e para mais facilmente aumentar suas fortunas.
Eles nos chamam de comunistas; arranjam denunciadores para ver se conseguem com contingentes armados a fuzis e metralhadoras nos fuzilarem e aos índios.
Qual de vós sois filhos de gente rica? Nenhum: Sois todos pobres e seus filhos também e sujeitos a um salário miserável.
Não vós deixeis matar assim, pelo interesse dos outros e não atireis também sobre nós para satisfazer as paixões daqueles que vêm tratar com escravos.
Sabeis qual o motivo porque eles vos lançam sobre nós? Eu vou dizer-vos: O governo Federal, em 1926 separou uma área de terra para os índios e tendo nessa área vários pobres, os gananciosos políticos e fazendeiros querem retalhar essas terras, expulsando das mesmas os índios e os pobres posseiros que nelas habitam.
Nós não queremos lutar. Queremos paz, mas uma paz que garanta os nossos trabalhos. Nós não somos Lampiões. Nós se fôssemos comunistas,

⁴⁵⁰ CARNEIRO, Edison. “A ignorância dos índios explorada por elementos comunistas”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 26 de outubro 1936.

⁴⁵¹ Idem.

não estaríamos defendendo um patrimônio do governo Federal. O capitão Salomão sabe que nós não somos bandidos nem comunistas. Foi ele próprio que nos forneceu armas e munições para a defesa do Posto Indígena Paraguassú. Protesta contra quem vos quer matar, soldado da gloriosa Polícia Baiana. Senhores oficiais, lembrai-vos que o Posto Paraguassú é patrimônio do Governo Federal. Lembra que o Posto está cheio de índios e crianças. Defendemos até o último momento os índios e suas terras, sendo dentro da área dos índios. Fora não daremos um passo⁴⁵².

Importa destacar que o manifesto nega a filiação comunista daqueles que estavam no Posto. Ao mesmo tempo, o discurso assume claramente a divisão da sociedade entre classes ou grupos sociais distintos: os “políticos e ricos gananciosos do trabalho alheio”; e os “.pobres e [...]e sujeitos a um salário miserável”⁴⁵³. Do mesmo modo, o texto de Fontes salienta que os ricos queriam, fundamentalmente, “retalhar essas terras, expulsando das mesmas os índios e os pobres posseiros que nelas habitam”. Deixou evidente que por trás daquela operação de “caça aos comunistas” o que efetivamente se buscava era atender o interesse de fazendeiros e políticos em apropriar-se das terras da reserva.

O Posto Paraguassú estava cercado pelas forças policiais. O coronel Liberato instalou um Posto de Comando na fazenda Iscas, em Itaúna, distrito de Itabuna. Além de estabelecerem um cerco ao Posto Paraguassú, Liberato determinou o deslocamento de tropas de Canavieiras e Belmonte para a margem do Rio Pardo. Para evitar fugas, o comando determinou o deslocamento das tropas de Canavieiras e Belmonte para 15 praças às margens do Rio Pardo, onde havia um posto de atração, e para os limites de Conquista e Itambé, Ribeirão de Água Vermelha e para os limites de Itambé com Itabuna. O objetivo dessas tropas era impedir a fuga dos “rebeldes” e desarmar qualquer pessoa nos referidos trechos. Ou seja, não só o Posto Paraguassú estava sitiado, como toda a reserva⁴⁵⁴.

No dia 27 de outubro o jornal Estado da Bahia noticiou: *Telesforo entregou-se a prisão*. Na ocasião, Telesforo havia respondido ao um ultimato, informando que se entregaria

⁴⁵² LINS, 2007: p. 217.

⁴⁵³ LINS, 2007: p. 217.

⁴⁵⁴ CARNEIRO, Edison. “Completamente Cercados”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 27 de novembro de 1936.

ao tenente Plácido Barreto, o representante do Ministério da Guerra. O jornal “O Estado da Bahia” informava que as operações foram encerradas sem derramamento de sangue⁴⁵⁵.

Diante do pronunciamento de Telesforo, o tenente Plácido se deslocou ao Posto em missão “diplomática”. No entanto, as forças do coronel Liberato também se dirigiam para área próxima ao Posto, pois pretendiam prender os “elementos comunistas”, após a retirada de Telesforo ⁴⁵⁶. Porém, no mesmo dia, o jornal publicou novas informações sobre o conflito, informando que Telesforo resolveu resistir. Diante dessa atitude, as tropas do governo se prepararam para atacar o Posto e seus rebeldes. Segundo reportagem de Edison Carneiro, Antônio Rufino da Costa, que, era braço direito de Telesforo, se rendeu às forças policiais.

Alguns dias depois, o repórter Edison Carneiro entrevistou o tenente Plácido que, segundo o jornalista, era o único que poderia conseguir a rendição de Telesforo. No título da reportagem Edison Carneiro faz o seguinte questionamento: “Será Telesforo um louco?”. Afinal, as forças policiais organizaram um contingente de “mais de oitocentos homens para combater posseiros e índios” e Telesforo, mesmo cercado, resolveu resistir. Na entrevista, o tenente declarou que não havia comunistas no Posto e que os rebeldes possuíam poucos armamentos. Verificou que o grupo possuía apenas cinquenta fuzis, incluindo os vinte confiscados do tenente Ephigenio. Diante dessas circunstâncias, o tenente Plácido acreditava que ele Telesforo era um “fanático”, pois não haveria chance do grupo enfrentar as forças policiais do estado⁴⁵⁷.

Em depoimento prestado ao SPI em 26 de janeiro de 1937, Telesforo Fontes foi interrogado sobre a razão que o levou a não entregar-se ao representante do Ministério da Guerra, expondo sua versão sobre os fatos. Segundo ele, após percorrer cerca de um quilometro com o tenente Plácido, obteve do oficial a permissão de regressar ao Posto para resolver rapidamente algumas pendências antes de deixar a reserva. Mas, ao chegar no Posto, ouviu de Antônio Mineiro que ele seria vítima de uma emboscada durante a viagem para

⁴⁵⁵ CARNEIRO, Edison. “Telesforo entregou-se a prisão.” In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 27 de outubro de 1936.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ CARNEIRO, Edison. “Mais de oitocentos homens combaterão os rebeldes do Posto Paraguassú”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

Salvador, mesmo estando em companhia do Tenente. Temendo pela própria vida, Telesforo decidiu “desaparecer”, não cumprindo a palavra que havia dado ao militar nota.

Para confirmar seu receio, Telesforo informou que ao se apresentar ao Comandante da Sexta Região Militar, esteve em Ilhéus de passagem e encontrou o Tenente Heron. Este lhe confirmou ter ouvido do tenente Plácido que considerava razoável o receio de Telesforo, pois seria morto pela polícia baiana. O Comandante da Região Coronel Borges Fortes confirmava essa possibilidade e que ouvira em Salvador declaração parecida⁴⁵⁸. Dessa forma, Telesforo justificou seus receios de acompanhar o Tenente Plácido, pois tinha o direito de preservar a sua vida.

Em 28 de outubro as notícias circulavam que mais de 800 homens cercavam o Posto Paraguassú, mas ainda não havia ocorrido conflito. Todos aguardavam o retorno do Tenente Plácido, que adentrou o Posto para negociar a rendição de Telesforo⁴⁵⁹. Entretanto, com a notícia de que o encarregado do Posto resistira a prisão, as tropas se preparavam para avançar sobre o Posto.

Cientes da aproximação das forças “legais”, Telesforo Fontes, com um grupo de aproximadamente vinte e dois homens, e José Rufino, com um grupo com cerca de trinta posseiros, combinaram a retirada do Posto. Fontes e seus homens partiram para a Serra dos Índios, enquanto o grupo liderado por José Rufino se refugiou na Serra da Alegria.

Quando as tropas do governo chegaram ao Posto, encontrou apenas alguns homens que imediatamente se entregaram à prisão. Os índios, entretanto, não foram envolvidos no conflito, pois foram enviados para uma casa da reserva, distante do conflito. Lá ficaram com o velho Juca, responsável por zelar pelos índios e entregá-los com segurança a polícia.

Os índios, esses não se meteram no baralho. Telesforo Fontes guardiou-os numa casa distante, na expectativa da batalha. Fugindo, ele acordou que o velho Juca, encarregado de zelar pelos índios, os viesse entregar a polícia, para que os caboclos nada sofressem. E a indiada está passando bem, dormindo e comendo como gente grande⁴⁶⁰.

⁴⁵⁸ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 79, data, 19/04/ 1937

⁴⁵⁹ CARNEIRO, Edison. “Mais de oitocentos homens combaterão os rebeldes do Posto Paraguassú”.In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

⁴⁶⁰ CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”.In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

Constatamos nesta matéria do Jornal Estado da Bahia que os índios ficaram em um lugar seguro diante da expectativa do conflito. Esse fato expressa uma contradição na versão oficial que circulava sobre os acontecimentos, que a todo tempo acusavam Telesforo de aliciar os índios para as ideias comunistas. Mas a reportagem demonstra que os índios não participaram do embate com a polícia. Sendo assim, merece ser questionado qual a lógica de seduzir os índios ao comunismo e, no momento de colocar em prática a rebelião planejada, afastar os indígenas do local do conflito? Assim, o jornal desfazia a ideia da participação dos índios no confronto e atribuía toda a ação comunista à figura de Telesforo Fontes.

Enquanto Telesforo e seu grupo eram perseguidos nas matas pela polícia, muitos boatos eram espalhados na região. Edison Carneiro cita uma reportagem do jornal local, *A Época*, que informava que Telesforo fugiu com um grupo de 100 homens “subversivos” para Minas Gerais⁴⁶¹. Em outra reportagem, de 06 de novembro de 1936, o mesmo repórter noticiava que o grupo de Telesforo era composto por quarenta homens, revelando que a imprensa montava um quadro contraditório e pouco fundado em fatos sobre o que acontecia na região⁴⁶².

No dia 3 de novembro de 1936, noticiava-se no jornal Estado da Bahia que onze homens que acompanhavam Telesforo Fontes se renderam à polícia e entregaram “seis rifles, dez bombas e farta munição de guerra”⁴⁶³. Enquanto isso, tropas comandadas pelo Tenente Ephigenio e pelo Tenente Annibal continuavam em busca de Telesforo e seu grupo. Cabe ressaltar que durante a fuga de Telesforo a reserva indígena foi ocupada pelas forças policiais do estado⁴⁶⁴.

De acordo com Carneiro, os vestígios de uma célula comunista eram visíveis. O “velho Juca”, funcionário do Posto, denunciou o local onde Telesforo havia escondido o material comunista que estava enterrado no terreno pertencente ao índio Cocaes, do grupo Hãhãhãe. Foram encontrados materiais necessários para um funcionamento de uma célula comunista como

⁴⁶¹ CARNEIRO, Edison. “A perseguição a Telesforo”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

⁴⁶² CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”. In: O Estado da Bahia. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

⁴⁶³ CARNEIRO, Edison. Apreendido o arquivo vermelho de Telesforo, nas matas do Posto Paraguassú..In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 3 de novembro de 1936.

⁴⁶⁴ CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

papel *estêncil* em quantidade, catorze livros comunistas, um prelo de ocasião, além de trincheiras primitivas espalhadas por toda a sede do Posto⁴⁶⁵. No entanto, o Marcelo Lins, analisando os materiais comunistas apreendidos no Posto, questiona sobre a veracidade dessas informações. Para ele, tratava-se de um material editado pelo movimento sindical, pela ANL e pelo PC e provavelmente foi levado ao Posto pelos comunistas que lá se refugiaram. Somente uma pequena parte desse material poderia ser distribuída entre os camponeses, pois a maioria da população do Posto era analfabeta⁴⁶⁶.

A reportagem avaliou a provável situação em que se encontravam Telesforo e seus homens. Após dias na mata e perseguidos pelas forças policiais, calculou-se que o grupo de quarenta pessoas agora fora reduzido a apenas catorze homens, pois uma parte havia se entregado e dois homens foram mortos. A matéria explica que Telesforo confiou à um dos seus homens dinheiro para comprar alimentos para o grupo, mas ele se entregou à polícia e denunciou o esconderijo dos companheiros. Conforme o coronel Liberato, dentre os homens que resistiam, apenas quatro “lutam por convicção”. Eram eles Telesforo Fontes, Zeca Martins, Bigode Branco e um tal Edmundo, os demais pereciam de fome⁴⁶⁷. O Coronel Liberato deu a seguinte informação ao jornal Estado da Bahia sobre a fuga de Telesforo e seu grupo:

A força policial apreendeu já, grande quantidade de armas, vinte e tantas “repetições”, alguns fuzis (estes tomados durante a diligência do tenente Ephigenio de Mattos), várias bombas, das grandes. Os homens de Telesforo Fontes, perdidos por ali, pelo mato, possuem, ainda assim, grande quantidade de armamento. O sentinela morto estava armado de rifle, revólver, bombas, etc...- um verdadeiro arsenal de guerra ambulante.⁴⁶⁸

Diante dessa informação, a força policial se deslocou para o lugar indicado. Ao chegar lá, avistou um sentinela que, em confronto com a polícia, foi morto, enquanto os demais fugiram. Para justificar essa ação, o coronel ressaltou que o homem que fora morto possuía armamentos de guerra. Entretanto, os relatos de Telesforo e a entrevista do tenente Plácido

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ LINS, 2007, p. 225.

⁴⁶⁷ CARNEIRO, Edison. Apreendido o arquivo vermelho de Telesforo, nas matas do Posto Paraguassú..In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 3 de novembro de 1936.

⁴⁶⁸ CARNEIRO, Edison. Apreendido o arquivo vermelho de Telesforo, nas matas do Posto Paraguassú..In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 3 de novembro de 1936.

ressaltam que o grupo possuía pouco armamento, e parte desse armamento era justamente aquelas armas cedidas pelo delegado de Itabuna.

De acordo boletim interno do SPI de 15 de março de 1937, foram mortos neste combate Rutilo Barbosa e Vicente Pinto. Entretanto, a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, no *Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas “Caramuru e Catarina Paraguassu”*, apresentado à Fundação Nacional do Índio, em 1976, baseando-se em informações dos moradores da reserva, salienta a contradição nas informações. De acordo com ela:

Para alguns moradores do local, não morreu pessoa alguma durante a permanência da tropa na reserva. Para outros, teria descido grande quantidade de botas pelo Rio Colônia, o que seria indicativo de morticínio. Em depoimento reservado, o Cel. Antônio Medeiros Azevedo, subcomandante da tropa, afirmou-nos que os mais visados eram os pequenos arrendatários, que teriam recusado a abandonar suas terras para os fazendeiros (...) ⁴⁶⁹.

No confronto com a polícia, Telesforo conseguiu escapar e seguiu com o grupo dividido para Minas Gerais. Em terras mineiras, Fontes refugiou-se no Posto Indígena Maxakali por alguns meses e só saiu de lá sob proteção do Exército quando seguiu viagem para o Rio de Janeiro.

Em relação ao Caboclo Marcellino, é importante ressaltar que ele não estava escondido no Posto Paraguassú como acusavam os jornais. Marcellino e mais dois companheiros estavam refugiados na região de Macuco, atual cidade de Buerarema, aguardando oportunidade para se entregar a polícia. Segundo Lins, o subdelegado de polícia do distrito de Cajazeira, Cyrilo Pereira de Almeida, ao tomar conhecimento da localização do Caboclo Marcellino na localidade de Santinha em Macuco, enviou João Pinto e Alico Pinto para negociar a sua rendição. Assim, no dia 01 de novembro de 1936, Caboclo Marcellino, Pedro Pinto e Marcos Leite se apresentaram à Delegacia de polícia de Itabuna ⁴⁷⁰.

No momento que estava sendo levado preso para Salvador, o Caboclo Marcellino concedeu entrevista e este é um dos raros relatos em que ele aparece dando seu próprio

⁴⁶⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas “Caramuru e Catarina Paraguassu”**, apresentado à Fundação Nacional do Índio. Salvador: Convênio Funai – UFBA, Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia, 1976, p.32.

⁴⁷⁰ CARNEIRO, Edison. **“O Caboclo Marcellino com dois homens entregou-se a prisão”**. In: O Estado da Bahia. Salvador: O Estado da Bahia. 3 de novembro de 1936.

testemunho sobre os fatos. Esclareceu o motivo de ter procurado Telesforo no Posto Paraguassú. Disse Marcellino ao jornal *Estado da Bahia*:

Desde 1928 que os olhos de alguns doutores e políticos crescem para Olivença. Sabendo disto fui ao Rio e lá apresentei às autoridades militares que me trataram muito bem e prometeram providências (...) mas os olhos dos invejosos cresciam mais. Em 1935, um tal José Lemos tomou um pedaço [de terra] bem grande dos nossos terrenos. Nasceu aí a questão.(...) Fui então a Ilhéus e pedi providências aos drs. Sabino Moreira, 1º promotor, aos juízes, que não me ligaram a mínima importância. Desiludido, voltei a Olivença e lá encontrei nova porção de terreno roubado e uma ameaça de José Lemos que iria com seus jagunços, caso eu me queixasse, novamente atacar-me. Estava roubado e com o risco de perder a própria vida. Só tinha um jeito. Procurar Telesforo Fontes, chefe do Posto de Paraguaçu e a quem no Rio me disseram para procurá-lo, quando ameaçado. Foi o que fiz⁴⁷¹.

Na versão de Marcellino, percebe-se que foi a luta pela terra em Olivença que o levou até o Posto Paraguassú. Outro aspecto importante desse depoimento é a de ter recebido a orientação no Rio de Janeiro para procurar Telesforo no Posto, pois este poderia proteger seus direitos. Porém, o subtítulo da entrevista fez questão de desmerecer e de desconstruir a versão de Marcellino. O subtítulo dizia: “A sensacional história engendrada pelo homem que se fez bugre”, para explicar a sua prisão⁴⁷².

A velha estratégia de apresentar o caboclo Marcellino como um bandido e um falso índio, i.e., “bugre”, repetia-se mais uma vez no cenário regional. Além disso, quando houve a prisão de Marcellino, no dia 06 de novembro de 1936, o jornal *Estado da Bahia* comemorou o acontecimento, anunciando em sua manchete: “Era uma vez o Caboclo Marcellino”⁴⁷³.

No entanto, na memória dos moradores mais antigos de Olivença (Ilhéus/Bahia) ainda hoje a figura de Marcellino é apresentada de outra forma. Segundo Carlos José F. Santos e Katu Tupinambá, a partir de depoimentos recolhidos junto aos anciões indígenas de Olivença, “Caboclo” Marcellino é lembrado como um líder Tupinambá que lutou contra as invasões de

⁴⁷¹ ESTADO DA BAHIA. “Caboclo Marcellino e Bigode Branco falaram ao Estado da Bahia: A sensacional história engendrada pelo „homem que se fez bugre“ para explicar a sua prisão”. In: **Estado da Bahia**. Salvador: 06 de abril de 1937.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ ESTADO DA BAHIA. “Era uma vez o Caboclo Marcellino”. In: **Estado da Bahia**. Salvador: 06 de novembro de 1936.

não índios nas terras indígenas. Reivindicava direitos e por isso incomodou coronéis e políticos poderosos de Ilhéus⁴⁷⁴.

O ano de 1936 foi, portanto, agitado para as populações indígenas no sul da Bahia. Foi um período de duros ataques e de resistências frente à expansão de fazendeiros sobre seus territórios. Enquanto no Posto Paraguassú deflagrava-se um conflito com fazendeiros e forças policiais para tomar as terras da reserva; em Olivença, antigo aldeamento indígena, alguns índios resistiram às invasões que ocorriam em suas terras, através da figura de Caboclo Marcellino e seus aliados. Em ambos os casos, aqueles que se mobilizaram para defender as terras indígenas foram classificados e estigmatizados: Telesforo e seus aliados foram considerados comunistas no Posto Paraguassú e Caboclo Marcellino e seus aliados taxados de bandidos em Olivença, ou seja, foram criminalizados e perseguidos pela justiça.

A defesa de Telesforo Fontes pelo SPI

Telesforo era um conhecedor exímio das matas do sul da Bahia e isso está bastante claro nos próprios relatórios do SPI. Das florestas que tão bem conhecia, seguiu para Minas Gerais e refugiou-se no Posto Indígena Maxacali. A documentação do SPI aponta que, logo após a intervenção da polícia estadual no Posto Paraguassú, o chefe do Serviço Tenente Coronel Durval Britto e Silva esteve na reserva para averiguar os fatos ocorridos em outubro de 1936. Como Telesforo Fontes encontrava-se foragido, Durval Britto o suspendeu suas funções de encarregado do Posto a partir daquele ano⁴⁷⁵.

No dia 25 de dezembro de 1936, Telesforo Fontes apresentou-se na sede do SPI no Rio de Janeiro e, a partir dessa data, foi renomeado para o cargo de auxiliar do Serviço, até que a sua situação fosse decidida pelas autoridades superiores⁴⁷⁶. No dia 27 de janeiro de 1937, Telesforo prestou um depoimento minucioso ao SPI sobre os acontecimentos ocorridos na reserva indígena e explicou os motivos que o levou a entrar em confronto com as forças policiais da Bahia.

⁴⁷⁴ SANTOS, Carlos José F. dos. e TUPINAMBÁ, Katu. “Marcellino Vive em Nós”. In: COLETIVO INDÍGENA (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Ptxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). **Índios na visão dos índios: Memória**. Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2012, p. 06 - 09.

⁴⁷⁵ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 61, data, 19/04/ 1937.

⁴⁷⁶ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 65, data, 19/04/ 1937.

De acordo com o encarregado, não havia no Posto nenhuma atividade comunista e esta acusação lhe fora atribuída pelas inimizades que adquiriu por sua postura “intransigente na defesa das terras dos índios”. Em sua defesa apresentou cartas que foram anexadas ao seu depoimento. Quando foi inquirido sobre os “estragos que foram observados nos pisos e nas paredes das casas do Posto Paraguassú”, sugerindo que teria organizado trincheiras para uma tomada comunista, Telesforo justificou as intervenções como uma medida de defesa, pois quando soube que o Posto seria atacado pelas forças policiais e pelos jagunços dos coronéis da região, utilizou algumas das paredes para servir de trincheiras, mas sem “danificar o piso” das habitações⁴⁷⁷.

Em relação à presença de comunistas no Posto, continuou negando e afirmou que só sabia por informação do delegado Salomão Rhem que um alfaiate que procurou emprego no Posto “professava ideias extremistas”. Era o Gildat Amorin, também conhecido como “Bigode Branco”. Mais tarde soube por intermédio do advogado Alberto Galvão, que viu Gildat Amorin na Delegacia de Polícia de Itabuna recebendo dinheiro e afagos de autoridades locais, , que as acusações de que existia atividade comunista no Posto foi confirmada por ele.

Gydalt Alves de Amorim era alfaiate nascido em Jequié, mas vivia de sua profissão na cidade de Ilhéus. Foi preso no interior de Minas e enviado para Salvador, quando foi entrevistado por Edison Carneiro sobre os acontecimentos de 1936 na reserva. Iniciou sua entrevista negando ser comunista, e afirmou ter participado da campanha de organização da Ação Nacional Libertadora em Ilhéus. Porém, o núcleo foi desestruturado antes da fundação. Também afirmou que desenvolveu campanha acirrada contra as ideias integralistas e, por isso, foi apontado como comunista e perseguido por coronéis da região.

Segundo Gydalt, ele chegou ao Posto no dia 05 de janeiro de 1936, fugindo de perseguições e se apresentou com o nome de Antônio para não ser reconhecido. O apelido Bigode Branco lhe foi atribuído pelos índios, pois no dia da sua chegada sofreu um acidente, cortou a boca e colocaram um algodão no seu lábio. Revelou que permaneceu no Posto trabalhando como alfaiate. Na ocasião do conflito fugiu com o grupo de Telesforo, quando

⁴⁷⁷ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 80 e 81, data, 19/04/1937.

soube que a polícia havia cercado o Posto. Afirmou, finalmente, que isso era tudo que tinha para declarar sobre os acontecimentos na reserva indígena⁴⁷⁸.

Assim, enquanto Telesforo negava em seu depoimento conhecer Gydalt Alves de Amorim, este relatou ao jornal “O estado da Bahia” acerca de sua passagem pelo Posto e de seu envolvimento no conflito em outubro de 1936. Porém, para desvencilhar-se das acusações de ser comunista, Fontes optou por negar a presença de Amorim na reserva e de qualquer pessoa que estivesse sendo acusado de professar o comunismo.

O depoimento de Telesforo foi encaminhado pelo SPI ao Estado Maior do Exército, em Fevereiro de 1937, onde foi analisado pelas “autoridades competentes” e posteriormente arquivado. Telesforo Fontes ficou a disposição do Tribunal de Segurança Nacional para prestar depoimento. Em 1937, foi atuar no Posto Indígena Pancas, sob a jurisdição da Inspetoria do Estado do Espírito Santo. Em abril de 1937, recebeu o comunicado que o Tribunal havia decretado sua prisão preventiva. Resolveu apresentar-se para saber de sua situação. No documento enviado em 19 de abril de 1937 ao chefe do SPI Major Durval Britto e Silva, Telesforo afirmou:

Estou certíssimo de que ainda é o caso da Bahia. O ódio daqueles a quem não deixei enriquecer a custa das terras dos nossos selvagens não podia ficar satisfeito com o resultado do inquérito procedido, onde ficou plenamente provado, creio, que procurei cumprir honestamente o meu dever. A maneira, por que se portaram esses usurpadores e a falta de escrúpulos que demonstraram não me deixam duvidas de que serão capazes de lançar mão de todas as infâmias para afastar-me definitivamente do Serviço de Proteção aos Índios, onde lhes serei uma constante ameaça, porque nunca permitirei que os nossos índios sejam prejudicados nas zonas em que estiver servindo⁴⁷⁹.

Telesforo salientou que o mandato de prisão contra ele era consequência da perseguição que sofreu por parte dos fazendeiros e políticos que estavam envolvidos na articulação do conflito no Posto Indígena Paraguassú em outubro e novembro de 1936. Segundo seu ponto de vista, eles ainda o viam como uma ameaça, por continuar atuando no quadro de funcionários do Serviço de Proteção ao Índio.

⁴⁷⁸ ESTADO DA BAHIA. “Caboclo Marcellino e Bigode Branco falaram ao Estado da Bahia: A sensacional história engendrada pelo „homem que se fez bugre” para explicar a sua prisão”. In: **Estado da Bahia**. Salvador: 06 de abril de 1937

⁴⁷⁹ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 65, data, 19/04/ 1937.

Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos era diretor do SPI e em meados de 1937 saiu em defesa de Telesforo, alegando que “se tratava de um funcionário com ótimo antecedente e dedicado à causa indígena há mais de dez anos”⁴⁸⁰, solicitou ao Tribunal de Segurança Nacional justiça no seu julgamento e reafirmou que as acusações contra Telesforo era resultado da cobiça das terras indígenas e feitas por “intrigantes poderosos interessados na usurpação daquelas terras”. Além disso, denunciou o envolvimento de autoridades policiais na trama.

Vasconcellos enviou ao Tribunal um dossiê com os documentos que, segundo ele, continham “os verdadeiros acontecimentos naquele Posto”. Cabe lembrar que Vasconcellos reestruturou a inspetoria da Bahia, em 1926, iniciando o processo de demarcação da área da reserva e organizando as frentes de atração dos índios “arredios”. Telesforo era seu velho conhecido. Foi contratado por Vasconcellos ainda em 1926, para atuar na equipe de pacificação. Mas por se destacar devido a habilidade que tinha com os indígenas, foi escolhido por Vasconcellos para ocupar o cargo de encarregado do Posto Paraguassú. Assim, a defesa de Telesforo estava sendo realizada por um velho amigo, conhecedor do seu trabalho e que tecia elogios sobre a sua atuação nas atividades de atração e pacificação dos índios “arredios” do sul da Bahia. Em seu relatório ao Tribunal de Segurança Nacional escreveu:

(Telesforo Fontes) ainda agora, louvado pelo Tenente Coronel Durval Britto e Silva, (...) pela “intransigência e honestidade com que defendeu os direitos e interesses indígenas sob seus imediatos cuidados“, pedir vênias para solicitar seja o mesmo julgado com equidade e justiça apreciados os documentos anexos⁴⁸¹.

O SPI recorreu contra o pedido de prisão de Telesforo Fontes e, em 14 de julho de 1937, o ofício nº 381 do Tribunal de Segurança Nacional revogou sua prisão preventiva. Vasconcellos enviou uma cópia do ofício ao Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais e solicitou que fossem tomadas as devidas providências para que Fontes pudesse livremente desempenhar suas funções de funcionário do SPI⁴⁸². Carlos Augusto da Rocha Freire, ao tratar dos sertanistas do SPI e da situação vivenciada por Telesforo Fontes no sul da Bahia, revelou que esse encarregado conseguiu escapar da prisão pela influência do seu parente, o bem

⁴⁸⁰ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 62, data, 19/04/ 1937.

⁴⁸¹ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 61, data, 19/04/ 1937.

⁴⁸² Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 86, data, 19/04/ 1937.

conhecido Lorival Fontes⁴⁸³, que era um político prestigiado, colaborador do governo do Estado Novo, ocupando a posição de diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que depois passou a denominar-se Departamento de Imprensa e Propaganda.

O inquérito contra os envolvidos na “revolta do Posto” foi iniciado em outubro de 1936 na Bahia. Telesforo Martins Fontes, Gildath Alves de Amorim, José Martins da Silva e Samuel Genez foram acusados de realizar propaganda subversiva e perverter a ordem política do país⁴⁸⁴. A sentença do julgamento de Telesforo e dos demais acusados de envolvimento comunista no Posto Indígena Paraguassú foi deliberada no dia 30 de dezembro de 1940. Segundo a documentação, o processo foi demorado devido às inúmeras diligências necessárias para esclarecer os fatos e concluiu-se culpando de subversão os acusados:

Estar provado que os acusados Telesforo Martins Fontes, Gildath Alves de Amorim, José Martins da Silva e Samuel Genez fizeram no Estado da Baía propaganda subversiva de caráter comunista, visando subverter a ordem política do paiz:

Resolvo, por desclassificação do delito, condená-los como os condeno à pena de dois anos de prisão celular, grau médio do aludido art. 23, e reconhecida para Telesforo Martins Fontes, a circunstancia agravante do art 50 da Lei n. 3, citada e da atenuante do art. 42 S 9º, 1ª parte da Consolidação das leis Penais e quanto aos demais réus, a ausência de agravantes e atenuantes. Absolvo-os, por deficiência de provas, dos demais crimes que lhes são imputados na denuncia, sendo que, em relação ao delito previsto no art. 13 da Lei 3, cuja pratica é atribuída a Telesforo Fontes a absolvição se funda no fato das armas de guerra, que possuía, lhe terem sido entregues pela Polícia de Itabuna, para defesa do Posto Indígena de Paraguassú, conforme consta dos autos a fls. 91.⁴⁸⁵

A sentença do Tribunal de Segurança Nacional proferida pelo juiz Raul Machado em 30 de dezembro de 1940 condenou Telesforo Fontes a pena de dois anos de prisão pelo crime de “propaganda de processos violentos para subverter a ordem política”, previsto no art. 23 da Lei 38 de 04 de abril de 1935, e o absolveu das acusações dos art. 3º§ 1º e 4º combinado com os artigos 1º, 10º, 13º, 17º, 20º § 3º, 49º, 50º, por entender a deficiência de provas desses crimes que lhe foram imputados. Neste caso, Telesforo foi absorvido do crime de possuir

⁴⁸³ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Sobre os sertanistas do SPI. In: **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011, p. 258.

⁴⁸⁴ Tribunal de Segurança Nacional. Processo n°223- BAHIA. Sentença. Diário da Justiça / Lux Jornal. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1940.

⁴⁸⁵ Idem.

armas sem licença da autoridade competente, pois ficou provado que as armas utilizadas no conflito de outubro de 1936 foram fornecidas pela própria polícia do município de Itabuna⁴⁸⁶.

Quanto a Marcellino Alves, José Rufino Costa, Hemetério e seu sobrinho João, vulgo Joãozinho, José de Santana, José Alves de Santana, todos foram condenados a pena de sete meses e quinze dias, enquadrada no grau médio do art. 20 § 2º da Lei n. 38. Provou-se que José Bispo e Lucio Santa Rosa teriam fabricado as bombas de dinamites apreendidas no Posto e, por isso, foram condenados a pena de dois anos de prisão pelo crime de instigar as classes sociais à luta pela violência, art. 15 da lei n.38 de 04 de abril de 1935.

No final da sentença o juiz Raul Machado esclareceu que não haveria prisões dos réus, tendo em vista que o lapso temporal para o estado executar a pena já havia prescrito, resultando finalmente em uma sentença de absolvição:

Deixo, entretanto de expedir mandado de prisão contra os réus condenados, atendendo a que os fatos criminosos ocorreram em 1935, já estando assim, em face do art. 85 da Constituição das Leis Penais, prescrita a ação criminal, mesmo que se tenha em vista a aplicação da pena em abstrato. Na forma da lei, recorro da presente sentença, para o Tribunal Pleno, em sua parte absolutória⁴⁸⁷.

Telesforo Fontes seguiu a carreira de sertanista no SPI⁴⁸⁸ por sua atuação no processo de pacificação dos índios no sul da Bahia. Era um funcionário prestigiado pela direção do SPI. Como confirma Carlos Augusto Rocha Freire, Telesforo Fontes foi chefe do Posto Paraguassú na Bahia, e Maxakali e Krenak, em Minas Gerais, e depois se tornou chefe da IR2. Segundo Freire, Fontes atuou no Pará na pacificação dos grupos indígenas Paracanã e Asuriní, em 1953. Participou ativamente das decisões que visavam pacificar e garantir um território para os Kayapó e, para isso, foi o principal articulador perante a direção do SPI e nas esferas municipais e estaduais. Solicitou ao SPI o reconhecimento do território para os Kayapó que fora levantado pela Comissão. Denunciou políticos e seringalistas de Altamira (PA) que pretendiam remover os índios que habitavam a bacia do Rio Fresco e oferecia, em contrapartida, outra terra com o triplo da área da referida bacia. Nesse período, Fontes sofreu

⁴⁸⁶ Idem

⁴⁸⁷ Tribunal de Segurança Nacional. Processo nº223- BAHIA . Sentença. Diário da Justiça / Lux Jornal. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1940.

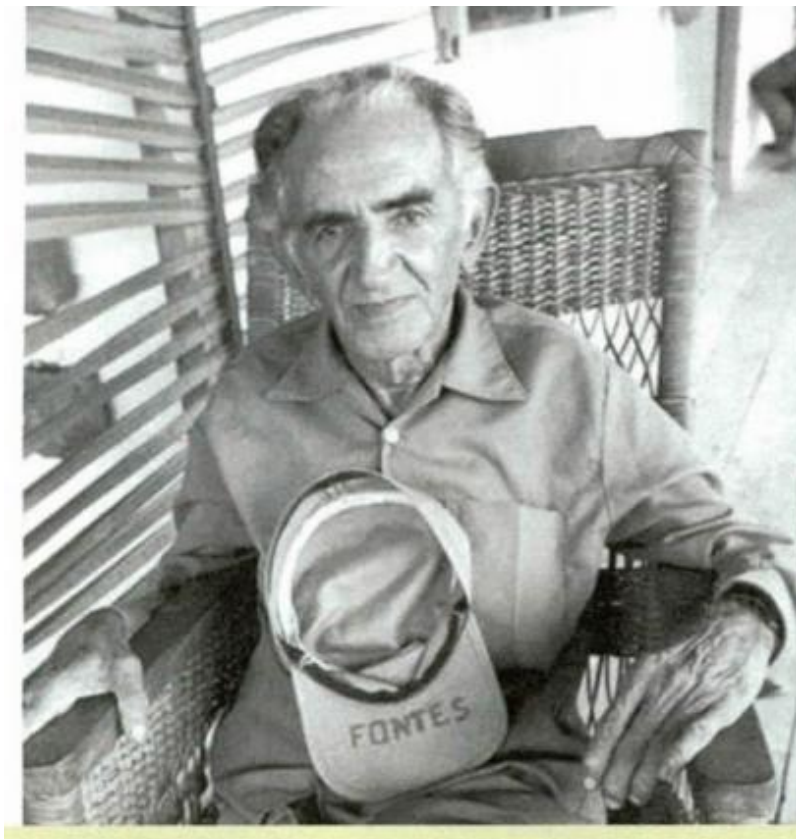
⁴⁸⁸ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Dos Xavante aos Kayapó: Políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960). **XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOC**. (Encontro), 2002, p.18 e 19.

forte pressão por parte do Governo do Pará para a terra cedida aos Kayapó retornasse ao Estado assim que indígenas estivessem “pacificados e integrados à civilização”. Nesse sentido, o inspetor se posicionou em defesa da perspectiva do SPI, afirmando “que as terras definidas no plano possibilitariam a organização e centralização das atividades do Serviço com os índios daquela grande nação, evitando a invasão das mesmas por civilizados”⁴⁸⁹.

De acordo com o autor, Telesforo Fontes temia o avanço nas terras dos Kayapó caso estas não estivessem garantidas ao grupo. Ele sabia que os índios pegariam em armas para manter o direito e a posse de suas terras. Assim, por experiência do que já havia vivenciado no sul da Bahia, com o avanço de fazendeiros sobre as terras do Posto Paraguassú, Fontes previa a eclosão de um conflito se as terras não estivessem asseguradas. Fontes permaneceu até 1956 à frente da IR2, enfrentando a crescente falta de verbas para os serviços de atração e pacificação que, em 1955, já estava completamente escassa.

Figura 7- Telesforo Fontes

⁴⁸⁹ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Dos Xavante aos Kayapó: Políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960). **XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOC**. (Encontro), 2002, p.18 e 19.p.18 e 19.



Fonte: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A iconografia Indigenista. In: **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011, p. 134.

Telesforo Fontes se envolveu em disputas políticas em defesa dos ideais indigenistas tanto no sul da Bahia como em outras regiões do país onde atuou posteriormente. Conforme aponta Freire, depois do conflito no sul da Bahia Telesforo só reencontrou a família 15 anos depois⁴⁹⁰.

A reserva indígena em 1937

Após o conflito de 1936, teve início a nova demarcação da reserva indígena em 1937, realizada pelo Capitão Moisés Castelo Branco Filho, oficial do Serviço Geográfico do Exército,

⁴⁹⁰ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A iconografia Indigenista. In: **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011, p. 258.

e o engenheiro civil Alfredo de Amorim Coelho, numa articulação entre Ministério da Guerra e o governo do Estado da Bahia. A nova demarcação diminuiu a área do Posto consideravelmente, passando de 50 léguas quadradas para 15 léguas quadradas - equivalentes a 36.000 hectares. Os novos limites da reserva foram publicados no “Ofício da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas da Bahia, sob nº 1471 de 7.5.1937, ao chefe do SPI e no Termo de Audiência Pública e preparatória da demarcação dessas terras, lavrado no mesmo ano de 1937, na sede do PI Paraguassú”⁴⁹¹.

O levantamento das divisas do Posto foi dividido em dois polígonos. O polígono norte ficou sob a responsabilidade do Capitão Moisés Castelo Branco Filho, enquanto que a medição do polígono sul foi chefiada pelo engenheiro do Estado da Bahia, Amorim Coelho. As duas turmas de demarcação trabalharam em comum acordo, porém com independência técnica e administrativa⁴⁹².

Segundo o Capitão Moisés Castelo Branco, a demarcação do polígono norte iniciou-se no dia 1 de outubro de 1937 e foi concluída em 19 de abril de 1938. Ou seja, foram sete meses de trabalho de campo em uma região descrita pelo engenheiro como “inóspita, de matas semi- virgem, servindo às vezes de péssima estrada de cargueiros, intransitáveis na fase invernos”⁴⁹³.

No polígono norte, o solo do Posto Indígena Paraguassú era de terras férteis, compostas por duas naturezas. A primeira era própria para a cultura do capim, cereais e terras pastoris, com temperatura amena e chuvas regulares. Com subsolo pobre e arenoso, não eram apropriadas à cultura de árvores. Parte dessas terras ainda estavam inabitadas e cobertas de “matas catingadas”, ricas em madeiras de cedro, Muçutaíba, Itapicurú, Arueira d’Água, Pau d’Alho; Balsamo, Pau Ferro, dentre outras. “São estas as terras do vale do rio Colônia e dos seus tributários Alegria, Fatura e Ouro de Cima, que ocorreu em fraco declive, entre dobras do terreno”. O segundo tipo de terra era fértil para a cultura do cacau, base da economia do estado. A maioria delas ainda permanecia coberta por matas viçosas em toda sua extensão, onde existia grande número de córregos perenes. Essa área possuía grandes árvores de lenho rijo com circunferência que chegavam a mais de 10 metros. Entre elas, o majestoso Jequitibá,

⁴⁹¹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Relatório. Rio de Janeiro, 00/12/1938. Microfilme: 299. Fotograma: 1-53.

⁴⁹² Idem

⁴⁹³ Idem.

o Pau Brasil, Puta-Mujá, Pau d' (Arco), Claraíba, Cedro Cajarana, Folheiro. Estão localizadas nas serras da Alegria, do Ouro e Banneiras, cabeceiras do Penelão afluente do Rio Pardo e áreas banhadas pelos braços da Dúvida, Agua Vermelha e Mundo Novo, formadores do Água Preta.

A nova demarcação foi realizada a partir da negociação entre o SPI e o governo do estado, em correspondências enviadas em cinco de maio de 1937 para autoridades governamentais. Castello Branco apresentou ao governador do estado uma proposta de demarcação para ser analisada, propondo novos limites para a reserva e explicando a diferença entre a nova área e a área inicialmente prevista. A documentação é clara quanto à redução das terras reserva:

A linha proposta cobre uma área, aproximada de 450km² (apr. 101/2léguas quadradas) ou seja, menos da terça parte da área primitiva, estimada em 2.100km², renunciando, ainda, o Serviço de Proteção aos Índios o direito das terras mandadas reservar nas cabeceiras do Ribeirão do Ouro, afluente da margem direita do rio “Gongogy” e nas cabeceiras do Ribeirão do Peixe, afluente do rio das Contas, pelos arts 2º e 3º do Decreto do Poder Executivo, de 9 de Março de 1926 e Lei nº 1916...(CASTELLO BRANCO, 1938)

Como apontou Kelly Silva Prado, a redução foi uma medida conciliatória e visava viabilizar a negociação para os trabalhos de demarcação da área. Enfim, era uma tentativa de evitar maiores conflitos na região. Nesse sentido, alguns dias depois, o SPI enviou outro ofício ao governador da Bahia, corrigindo os limites da área que seria demarcada de acordo com a recomendação que recebera do Coronel Vasconcellos. A nova proposta pretendia manter as benfeitorias construídas pelo SPI dentro da área, evitando, com isso, um prejuízo maior, pois além de abrir mão de parte das terras, perderia também a pouca estrutura que havia. No dia 09 de julho de 1937, o governador aceitou a proposta de alteração no perímetro feita por Castello Branco⁴⁹⁴.

Ainda segundo Andrade, a demarcação do polígono sul foi realizada pelo engenheiro do estado Alfredo de Amorim Coelho, que chegou ao sul da Bahia no dia 08 de dezembro de 1937. Para auxiliá-lo, trouxe uma equipe de trabalhadores de Juazeiro e Petrolina e iniciou as atividades no Rio Pannels no dia 13 do mesmo mês. De acordo com a autora, no relatório dirigido ao Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia Joaquim da Rocha

⁴⁹⁴ ANDRADE, Kelly Silva Prado. **Trocadilhos Étnicos: A política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia. -1926-1938.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador- BA, 2014, p.117 e 118.

Medeiros, datado de novembro de 1938, Coelho evidenciou o interesse do Ministério da Guerra em fazer a demarcação do polígono norte. Esta era a área de maior relevância para o SPI, pois nela estava localizada a sede do Posto Paraguassú⁴⁹⁵. Além disso, essa área era a que sofria maior pressão e invasões dos regionais, por isso o interesse do Ministério da Guerra em proteger esse polígono.

Chama a atenção no relatório de Coelho a informação de que a Secretaria de Agricultura instruiu tanto ele como ao Capitão Moyses a modificar a execução das linhas do traçado acordado na carta do Cel. Vasconcellos, que indicava os limites das terras indígenas, de acordo com a necessidade, com ressalva da parte limitada pelo Rio Pardo. Essa flexibilidade abria uma brecha para que área indicada pelo SPI fosse alterada atendendo a interesses de fazendeiros e posseiros. Mas também aproveitando dessa possibilidade o Cap. Moyses solicitou a Coelho, que desviasse um pouco para fora a linha que vinha “do leste do travessão à Largata do rio Pardo, para que permanecesse na área do Posto a estrada construída pelo Coronel Vasconcellos, essa estrada conectava na reserva o Posto Paraguassú no rio Colônia ao Posto Ajuricaba no Rio Pardo.

E, não obstante essa modificação, ao atingirmos pouco mais de 15 km com o azimut 198° alcançamos a roça de Agua Branca, que seria cortada, com esta direção, ficando quase toda para o lado de fora. Como se tratasse de uma grande benfeitoria do Posto, plantação de cacau, de café, cana, e algumas arvores frutíferas, resolvemos defletir para fora, com um ângulo de 90 ° ou seja azimut 108°, seguindo nesta direção pouco mais de 600mts. O necessário para envolver a aberta, na parte plantada. (...) Vemos porém convicção plena de que os acréscimos foram maiores e, portanto, que somente favorecemos aos índios com as nossas alterações⁴⁹⁶.. (COELHO, 1938)

Andrade também demonstra as dificuldades que Coelho enfrentou com as pressões, boatos e tentativa de suborno por parte de fazendeiros da região. Ao analisar a carta de alguns produtores da área enviadas para Coelho, a autora demonstra que havia posseiros que solicitavam que suas roças não fossem incluídas na área do Posto. Mas existiam aqueles que desejavam que suas posses ficassem dentro da reserva para manter uma relação de

⁴⁹⁵ ANDRADE, Kelly Silva Prado. **Trocadilhos Étnicos: A política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia. -1926-1938.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador- BA, 2014, p.120

⁴⁹⁶ COELHO, Alfredo de Amorim. Relatório. In:ANDRADE, Kelly Silva Prado. **Trocadilhos Étnicos: A política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia. -1926-1938.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador- BA, 2014, p.123.

dependência com o Estado⁴⁹⁷. Talvez a escolha de se manter na reserva era uma estratégia dos pequenos posseiros para se defenderem dos fazendeiros e grileiros, isto é, fosse uma forma de assegurar suas posses diante da pressão e avanço de grandes fazendeiros na área.

Dessa forma, a documentação testemunha que depois do conflito de 1936 a reserva teve sua área diminuída sensivelmente para atender aos interesses de políticos e fazendeiros da região o Estado da Bahia. Conforme demonstra Lins, os fazendeiros, autoridades policiais e políticos envolvidos no conflito de 1936 foram beneficiados, pois tiveram suas terras retiradas da nova medição da reserva, ou se apossaram de parte das terras que havia pertencido aos índios⁴⁹⁸.

Em 1937, novos conflitos surgiram na reserva entre índios e fazendeiros. Os relatórios do SPI trazem cartas de fazendeiros reclamando dos indígenas, pois “voltaram a atacar roças e estavam causando prejuízos nas lavouras e nas criações”⁴⁹⁹. Além disso, acusavam os índios de terem matado um trabalhador na fazenda de João Alves. Em Ofício do encarregado do Posto Paraguassú, Alípio Bonfim Filho relata conflito com morte e pede providências ao Chefe do SPI para apaziguar índios e colonos na região. Aguardava, assim, a chegada do novo auxiliar da Inspeção da Bahia Tenente José Anselmo, para tomar as medidas necessárias para a pacificação dos índios⁵⁰⁰.

Assim, após o conflito de 1936 e a saída de Telesforo Fontes da administração da reserva indígena, as terras indígenas ficaram ainda mais vulneráveis ao avanço de novos posseiros. Os índios reagem a essa situação de pressão e perda de território adentrando nas fazendas. Fica evidente que a presença de Telesforo na reserva e sua simpatia para com os índios assegurou por um período a pacificação na região. Conforme apontou o Tenente Heron em seu relatório ao SPI, para os índios Telesforo era “um pai extremoso, para o índio ele vive e para o índio ele morre”⁵⁰¹. Ou, como descreveu Juca, o antigo funcionário do Posto, ao repórter Edison Carneiro: “Telesforo era um maníaco pelos índios, um grande amigo dos

⁴⁹⁷ ANDRADE, Kelly Silva Prado. **Trocadilhos Étnicos: A política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia. -1926-1938**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador- BA, 2014, p.125.

⁴⁹⁸ LINS, Op., Cit., p. 229

⁴⁹⁹ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Carta**. Barro Branco, 22/02/1937. Microfilme: 153. Fotograma: 127.

⁵⁰⁰ SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício**. Bahia, 22/02/1937. Microfilme: 153. Fotograma: 126.

⁵⁰¹ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 75, data, 19/04/ 1937.

bugres⁵⁰². Ou seja, a boa relação que Telesforo tinha com os índios, descritas em vários relatórios do SPI, reportagens de jornais, e no depoimento de Heron contribuiu para apaziguar o enfrentamento dos índios com fazendeiros, tendo sido Telesforo um intermediador dos conflitos.

Em depoimento ao Serviço de Proteção ao Índio sobre os acontecimentos de outubro de 1936, Telesforo Fontes ressaltou a relevância do trabalho que o SPI desempenhou nos municípios de Itabuna, Canavieiras, Ilhéus e Encruzilhada. Segundo Fontes, seu trabalho no SPI começou em 1926, quando foi convidado pelo Tenente Coronel Vasconcellos para ocupar o cargo de encarregado do Posto. Mas ressalta que desde 1922 ele habitava na região ocupada por indígenas e nesse período procurou prestar algum benefício aos índios. Não especificou, contudo, de que forma concedia a ajuda aos índios. Segundo Fontes, nesse período havia por parte dos moradores da região muito medo de adentrar aquelas matas por causa dos índios “arredios”. Por isso os fazendeiros da região viviam em sobressalto:

Alguns abandonaram suas fazendas e outros tinham grupos de homens permanentemente armados para darem batidas na floresta atrás dos índios para mata-los. Os viajantes andavam nas estradas assustados, muitos até viajando a noite com receio dos índios⁵⁰³.

Assim, Telesforo ressaltava o clima de tensão na região entre os grupos indígenas e colonos. Os fazendeiros viviam armados e era constante o assassinato (a “caça”) de índios, como já demonstrado ao longo dessa dissertação. Tal situação dificultava até mesmo os viajantes que precisavam transitar na região. De acordo com ele:

Graças ao Serviço de Proteção aos Índios, ninguém tem mais medo dos índios. Foi eu como encarregado do Posto Indígena Paraguassú que fiz a pacificação dos índios. Não adianta pormenorizar como consegui pacificá-los e atraí-los ao Posto, portanto quero apenas expor a causa dos recentes acontecimentos e o porque de tudo isso⁵⁰⁴.

Dessa forma, Telesforo demonstrava a importância que o SPI desempenhou na região do sul da Bahia nos primeiros dez anos de sua atuação, entre 1926 e 1936. Ao comparar o momento de certa tranquilidade com o estado de guerra em que viviam os índios e fazendeiros

⁵⁰² CARNEIRO, Edison. “Os índios do Posto”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia. 17 de novembro de 1936.

⁵⁰³ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 67, data, 19/04/ 1937

⁵⁰⁴ Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 67, data, 19/04/ 1937

antes da sua chegada do Serviço, ressaltou o sucesso do trabalhado de pacificação e atração dos índios considerados “arredios”. Na narrativa de Telesforo fica evidente que o processo de territorialização dos índios na reserva foi imprescindível para liberar as terras da região para atender interesses privados, realizando aquilo descrito por João Pacheco de Oliveira sobre o sentido da pacificação na política indigenista do SPI ⁵⁰⁵.

As fontes do SPI, a reportagem de Edison Carneiro intitulada “os índios do Posto” e o relatório do engenheiro do Ministério da Guerra Capitão Moisés Castelo Branco apontavam para uma mesma direção, indicando que no ano de 1936, Telesforo Fontes já havia atraído para a reserva dois grupos indígenas: Baenã e Hãhãhãe. Eram dois grupos distintos, com fronteiras étnicas bem definidas, mas devido às circunstâncias de violência, optaram por habitar a reserva,

Segundo Edison Carneiro, havia no Posto 26 índios do grupo Baenã e do grupo Hãhãhãe. Os Baenã eram numerosos nas matas, mas na sede do Posto havia três e na casinha do Rio Pardo habitava um índio. Também havia uma criança Baenã que estava sob os cuidados de um alfaiate de Itabuna. Esses eram inimigos dos Hãhãhãe e tinham que conviver no mesmo espaço. Já os Hãhãhãe eram um grupo formado por 22 índios e pareciam bem adaptados ao Posto Paraguassú. Ainda havia três índios desse grupo que andava por Alecrim e sofriam de leishmaniose no nariz. Segundo Carneiro, tanto Baenã como os Hãhãhãe eram:

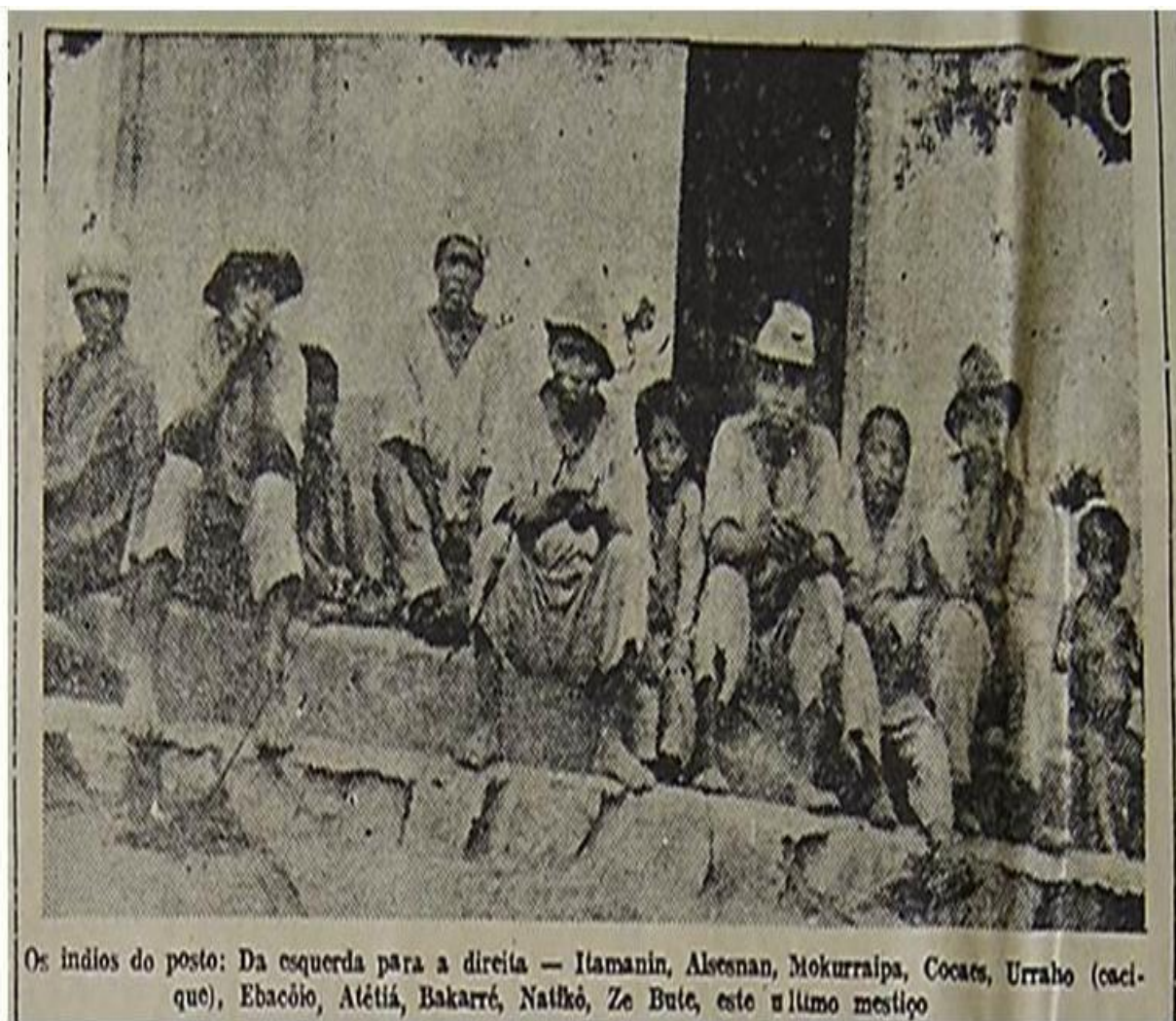
polígamos, indolentes, de fala cantada com os dentes cerrados. De baixa estatura, sempre sorrindo, os olhos oblíquos tranquilos nas orbitas, dão a impressão de súbditos do Mikado perdido por ali, pela mata. Alguns começam a compreender a utilidade do trabalho. Assim, Urrako, capitão da tribo, e Naticó têm pequenas roças de mandioca e de milho. Makaes se encarrega de guardar o gado, algumas das mulheres confeccionam pequenos objetos de utilidade doméstica. Não sabem ler, os grandes, e os pequenos – aos Kubikus, - Telesforo Fontes começou a ensinar as primeiras letras, coisa que abandonou pouco depois. Os grandes compreendem português, os kubikus falam desembaraçadamente. Todos têm verdadeira fascinação pelas quinquilharias, gostam da música e da dança. ⁵⁰⁶

⁵⁰⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*. Rio de Janeiro, v.20, n°1. 2014.

⁵⁰⁶ CARNEIRO, Edison. “Os índios do Posto”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 17 de novembro de 1936.

Observamos na documentação que uma vez atraídos para a reserva, iniciava-se o trabalho pedagógico com o objetivo de introduzir nos indígenas os “hábitos civilizados” como, por exemplo, o uso da roupa e o ensino do português. Enquanto os adultos tinham dificuldade com a nova língua, as crianças aprendiam com mais facilidade o novo idioma. Percebe-se na descrição feita por Edison Carneiro o trabalho de reestruturação cultural dos índios levadas a efeito pelo SPI, com o objetivo de inseri-los na dinâmica produtiva regional. A sedentarização dos índios e posteriormente a distribuição de lotes de terras para estes iniciarem as lavouras de mandioca e milho era uma tentativa do Serviço de transformá-los em pequenos produtores rurais, capazes de se auto sustentarem naquele espaço. Assim, era expostos para a sociedade regional os primeiros resultados do processo de pacificação na mata do sul da Bahia, dois grupos “pacificados” os Baenã como os Hahahãe marcavam seu lugar naquela reserva, permanecendo após a intervenção policial.

Figura 8: Os índios da Posto Paraguassú- 1936



Fonte: CARNEIRO, Edison. "Sem novidades no Front". In: O Estado da Bahia. Salvador, 6 de novembro de 1936.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras décadas da República os conflitos entre índios e não índios no sul da Bahia se intensificaram com a expansão da lavoura cacaueteira. O avanço desse cultivo ocorreu em direção a áreas ditas “despovoadas”, mas, na realidade, eram habitadas por grupos indígenas Pataxó, Baenã, Hãhãhãe, Kamakan que ocupavam os rios Gongogi, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha. Considerados “arredios” e/ou “selvagens”, estes índios eram vistos como empecilho à expansão agrícola da região e estavam sujeitos a todo tipo de violência. A documentação analisada aponta que o “problema indígena” no sul da Bahia era resolvido “à bala” por fazendeiros. Foi nesse contexto que o recém-criado órgão indigenista republicano o SPILT, passou a defender a pacificação dos índios de todo território brasileiro, através da estratégia de atração e sedentarização em locais específicos, instalando-se na Bahia em 1910 e consolidando sua atuação a partir de 1926.

A política tutelar do SPI propunha proteger os índios, assegurar-lhes uma terra, civilizá-los e transforma-los em trabalhadores nacionais, através de ações que envolviam a intervenção na vida indígena, introduzindo inovações culturais e difusão de novas tecnologias. Ao analisar a atuação do órgão na Bahia, percebemos o paradoxo da tutela indigenista. Como observou João Pacheco de Oliveira, a pacificação estava atrelada aos interesses das oligarquias regionais, que almejavam liberar as áreas habitadas por indígenas para a conquista e inseri-los na lógica do trabalho capitalista. Percebemos que entre 1926 e 1936, foram dez anos de atuação do SPI como um órgão mediador entre os povos indígenas e não índios no sul da Bahia, apaziguando conflitos e contribuindo para o levantamento das áreas pouco exploradas pela colonização. Este foi um período em que tais regiões eram de difícil acesso e de matas virgens. As expedições do SPI promoveram o reconhecimento geográfico da região e a abertura de estradas, facilitando o acesso às regiões mais interioranas do estado.

Em 1910, quando o inspetor Taulois organizou o SPILT na Bahia, e em 1925, quando o padre Camillo Torrend e o IGHB defenderam a “proteção” dos índios, foram apoiados por parte das elites regionais, que alegavam a dificuldade de colonizar as zonas das matas devido a “hostilidade” dos índios que ali habitavam. Notamos, nessa pesquisa, que interessavam às elites regionais permanecerem controlando o processo de ocupação fundiária das terras devolutas da região, pois essa era uma estratégia que os beneficiavam. Entretanto,

com a chegada do Capitão Vasconcellos em 1926, os grupos oligárquicos perceberam que o SPI contrariava seus interesses. O embate entre o SPI e setores das elites regionais foi intenso durante todo o período coberto por esse estudo, o „pomo da discórdia“ não girava em torno da civilização e sedentarização dos índios, mas sim sobre as terras da região, que deveriam ser demarcadas para a reserva indígena. A partir dos dados levantados por Vasconcellos, o governador Góes Calmon publicou o Decreto n. 10, de março de 1926, em que especificava as regiões que seriam reservadas para os índios, Posteriormente, outorgou-se a Lei n. 1.916, em agosto do mesmo ano, que destinou 50 léguas para a reserva. O anúncio da área que seria demarcada causou o descontentamento de fazendeiros e políticos regionais, que incomodados passaram a protestar contra a reserva.

Nesse sentido, demonstramos que entre 1926 e 1936 essas elites organizaram diversos protestos, solicitando a redução e até mesmo a extinção da reserva, com o argumento de que era insignificante o número de índios para a dimensão territorial. A consequência dessas divergências foi o conflito de 1936, onde verificamos a articulação de políticos, fazendeiros e autoridades policiais nesse episódio. O objetivo principal era reduzir a área da reserva e assegurar a ampliação de suas posses. A análise das fontes demonstrou como o discurso anticomunista foi utilizado para legitimar uma intervenção das forças policiais estaduais no Posto Indígena. Esse conflito foi um divisor de águas na história daquela reserva, pois a partir desse episódio ocorreu o avanço de arrendatários na reserva. Posteriormente, esse processo poderá ser investigado por novos estudos e pesquisas sobre o tema.

Verificamos, nessa pesquisa, dois momentos do processo de pacificação dos índios da Bahia. O primeiro quando o inspetor Taulois se instalou na região, entre 1910 e 1911. Ele tentou atrair os índios Kamakan e Pataxó através da tática de oferta de brindes e da aproximação amistosa. Entretanto, com a saída do inspetor as atividades em andamento foram abandonadas. Quinze anos depois, em 1926, verificamos a segunda tentativa do SPI de se instalar no interior do estado, e atrair os índios “arredios” para a área cedida pelo governo estadual. Percebemos que o processo para a criação da reserva indígena foi iniciado em 1925, por setores da sociedade baiana. Participaram desse processo membros do IGHB, religiosos e alguns políticos da capital do estado, que organizaram o projeto que reservava terras para um horto florestal e os grupos indígenas. O SPI como órgão indigenista oficial do país foi convidado a se pronunciar sobre o referido projeto e a gerir os trabalhos de pacificação com

os indígenas. Nesse sentido, em 1926, o Capitão Vasconcellos fundou o Posto Paraguassú, para servir de sede da reserva e contratou como encarregado Telesforo Fontes para o desenvolvimento das atividades de atração.

Nesse sentido, analisamos na documentação os trabalhos de atração e pacificação dos grupos indígenas na Bahia para a reserva e as relações estabelecidas entre estes e os funcionários do SPI. Destacamos a atuação do encarregado Telesforo Fontes no processo de territorialização. Ele foi um funcionário que adquiriu o respeito de alguns indígenas, mas foi odiado por fazendeiros pelo seu papel combativo contra as invasões que ocorriam na área da reserva. Visto como um empecilho, Telesforo foi criminalizado. Foi perseguido pela polícia e afastado do cargo de encarregado do Posto Paraguassú. Sua retirada favoreceu os interesses oligárquicos regionais, pois atendendo as reivindicações antigas de setores dessas elites, a área da reserva foi reduzida logo depois do conflito.

É importante ressaltar que não foi nosso objetivo sacramentar o SPI como “salvadores dos indígenas”. Ao contrário, buscamos compreender essa instituição em suas ambiguidades em relação aos povos indígenas e também como um órgão estatal inserido no contexto social econômico regional, marcado pela expansão das fronteiras em áreas ocupadas por diferentes povos e grupos indígenas no início do século XX. Seu objetivo era ocupar os sertões do Brasil e pacificar e ressocializar os índios. O SPI foi criado com o objetivo de atuar com as populações indígenas no sentido de viabilizar a ocupação econômica do extenso território brasileiro. Nessa perspectiva, não foi nossa intenção romantizar o trabalho do SPI, nem tampouco depreciar toda a sua atuação na região, mas demonstrar que no caso específico da Bahia, a atuação do órgão foi marcada por diversas contradições. Propunha uma política indigenista tutelar, que visava proteger os indígenas da violência cometida por não indígenas e garantir a sobrevivência física daqueles povos conquistados e pacificados. Entretanto, verificamos que nem sempre o contato entre os agentes do SPI e os índios foi benéfico para esses povos. Os relatórios do próprio órgão apontam que a falta de recursos, o despreparo de alguns funcionários, e a falta de assistência sanitária para combater as doenças contraídas a partir do contato com os trabalhadores do SPI foram alguns dos fatores que ocasionaram a morte de muitos indígenas no Posto Paraguassú.

Os documentos analisados revelaram a diversidade étnica dos grupos indígenas no sul da Bahia nas primeiras décadas do século XX. Havia os grupos oriundos de antigos

aldeamentos e os grupos independentes classificados como “bravos”, “arredios”, “selvagens”: Gueren, Nocmáe, Pataxó, Kamakan, Tupinambá. Na história dessa reserva, diversos grupos foram para reserva em momentos diferentes momentos. No ano de 1936, verificamos que dois grupos haviam sido territorializados: os Baenã e os Hãhãhãe. Dialogando com Fredrick Bart, podemos perceber que os grupos Baenã e Hãhãhãe possuíam suas fronteiras étnicas bem definidas e mantidas na interação social.

Através das contribuições teóricas e metodológicas resultado da aproximação entre a história e antropologia, e de uma leitura a contrapelo das fontes, verificamos na documentação oficial do SPI indícios da participação dos grupos indígena no processo de atração e pacificação. Os índios foram também protagonistas desta história. Trouxemos sempre que possível nesta dissertação seus nomes, suas reivindicações, suas identidades e suas ações diante da atuação do SPI. Demonstramos que apesar do inegável contexto de violência e genocídio na região, habitar o Posto Paraguassú passou a fazer parte de suas escolhas. Assim, enquanto sujeitos ativos e construtores de sua história, os grupos aceitavam ou rejeitavam a proteção tutelar do SPI, movidos por interesses próprios.

O Posto Indígena Paraguassú deve ser tomado como um espaço de conflitos. O estado brasileiro procurou impor sua tutela aos índios através de uma suposta “civilização”, opondo índios e agentes do estado. Ali também, ocorreram conflitos étnicos entre grupos tradicionalmente inimigos. Ocorreram conflitos por terras envolvendo índios, funcionários, fazendeiros, posseiros. Mas a reserva foi também um espaço de resistência indígena. Apesar do enfrentamento com a polícia e da fuga dos funcionários do SPI no ano de 1936, os grupos indígenas ali territorializados permaneceram na reserva, numa clara evidencia de que aquele espaço lhes pertencia. Nesse sentido, percebemos que os grupos indígenas, inseridos no contexto tutelar da política indigenista do SPI e agrupadas no Posto Indígena Paraguassú, em suas vivencias reelaboraram aquele espaço e atribuíram significados próprios aos seus novos desafios e experiências.

FONTES

Arquivo do Exército. Setor Pessoal. Pedro Maria Trompowsky Taulois, IV, 12, 9.

Arquivo do Exército. Setor Pessoal. Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos, VI, 12, 9.

Arquivo Público Mineiro. Investigação a suspeitos. Pasta: 1756, rolo: 033, imagem 68, data, 19/04/ 1937.

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA PATAXÓ HÃHÃHÃE DA ALDEIA CARAMURU. Aldeia Caramuru, maio de 2000.

Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

BRASIL. Código Civil- LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.

CARNEIRO, Edison. “A ignorância dos índios explorada por elementos comunistas”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 26 de outubro 1936.

CARNEIRO, Edison. “A perseguição a Telesforo”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “As terras dos índios”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 06 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “Completamente Cercados” .In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 27 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “Mais de oitocentos homens combaterão os rebeldes do Posto Paraguassú”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “O Caboclo Marcellino com dois homens entregou-se a prisão”.In: O Estado da Bahia. Salvador: O Estado da Bahia. 3 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “O tenente Plácido a caminho do Posto Paraguaçu.” In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 26 de outubro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “Os índios do Posto”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 17 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”. In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “Sem novidades no Front”.In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 6 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. “Telesforo entregou-se a prisão.” In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 27 de outubro de 1936.

CARNEIRO, Edison. Apreendido o arquivo vermelho de Telesforo, nas matas do Posto Paraguaçu..In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 3 de novembro de 1936.

CARNEIRO, Edison. Cem índios possuem mais de mil hectares de fertilíssimas terras In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

CARNEIRO, Edison. Cem índios possuem mais de mil hectares de fertilíssimas terras In: **O Estado da Bahia**. Salvador: O Estado da Bahia, 31 de outubro de 1936.

Carta do padre Camillo Torrend escrita em 1932 pedindo uma estrada à Gruta dos Brejões. 10 de Setembro de 1932. Disponível em: <http://morroonline.blogspot.com.br/2011/06/carta-do-padre-camilo-torrend-escrita.html>

CONCEIÇÃO. Emile. **UFBA preserva coleção de plantas coletadas no início do século XIX**. Agência de Notícias Ciência e Cultura da UFBA . 14 de outubro de 2014 . Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/ufba-preserva-colecao-de-plantas-coletadas-no-inicio-do-seculo-xix/>

DIÁRIO DA TARDE. “ Nossos irmãos das selvas: o Serviço de Proteção aos selvícolas nessa região, uma palestra interessante com o Capitão Vicente Vasconcellos”. Ilhéus. N 128, 23 de julho de 1928.

DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA. **Lei 1.916 de 09 de agosto de 1926. Cria o Posto Indígena Paraguaçu**. Salvador: D.O.-Bahia - Ano XI – 38º da República – nº 22, 11 de Agosto de 1926- páginas 9.935 – 9.936.

DIÁRIO OFICIAL. Decreto de 10 de março de 1926, publicado em 30 de março de 1926.

ESTADO DA BAHIA. “Caboclo Marcellino e Bigode Branco falaram ao Estado da Bahia: A sensacional história engendrada pelo „homem que se fez bugre“ para explicar a sua prisão”. In: **Estado da Bahia**. Salvador: 06 de abril de 1937.

ESTADO DA BAHIA. “Era uma vez o Caboclo Marcellino”. In: **Estado da Bahia**. Salvador: 06 de novembro de 1936.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/santaluzia.pdf>. Santa Luzia: Histórico

http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/default.aspx.

<http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/mapas.htm>

Imagem: Fonte: Foto/ Emile Conceição, acessado em:
<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/ufba-preserva-colecao-de-plantas-coletadas-no-inicio-do-seculo-xix/>

JACOBINA, Alberto. “Em torno dos grupos indígenas da Bahia em 1932”. *Revista do Instituto Geographico e Histórico*, Goiás, n. 60, p.253-266, 1934.

Jornal de Itabuna. Núcleo Colonial. Ano VI, 308, Itabuna 29 de maio de 1926.

JORNAL DE ITABUNA. Água Preta do Colônia não pode ser aldeia. Notícia. Itabuna-Bahia, 27 de setembro de 1929.

JORNAL O IMPARCIAL. Vão Servi no D.P.E. Domingo, 12 de janeiro de 1936. Edição 00194 (1). O imparcial 1935 a 1939- PR SPR 00008 10670. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=107670_03&pagfis=2455&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#

Lei de Terras do Estado da Bahia. LEI N. 198, 21 de agosto de 1897. Governador Luiz Vianna José Antonio Costa. Palácio do Governo do Estado da Bahia DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 11 de agosto de 1926.

Lessa, G.; Cartelle, C.; Faria, H.D. & Gonçalves, P.R. 1999. **Novos achados de mamíferos carnívoros do Pleistoceno final-Holoceno em grutas calcárias do Estado da Bahia**. Acta Geologica Leopoldensia, 21(46/47):157-169. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.gpme.org.br/bd/wp-content/uploads/eco/pdf/bd-gpme-0153.pdf>

MEMORIAL DOS NEGOCIANTES E LAVRADORES DO MUNICÍPIO DE ITABUNA. In: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena

Caramuru-Paraguaçu. Memorial. Itabuna, 13/01/1933. Microfilme: 190. Fotograma: 928-991.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas “Caramuru e Catarina Paraguassu”, apresentado à Fundação Nacional do Índio.** Salvador: Convênio Funai – UFBA, Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia, 1976.

SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925.

SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 28/12/1910. Microfilme: 190. Fotograma: 82-89.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 07/01/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 138-140.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru - Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 30/03/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 127-137.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício.** Bahia, 04/05/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 141-145.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 05/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 162-185.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Ofício.** Bahia, 09/09/1911. Microfilme: 190. Fotograma: 159-160.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Bahia, 1920. Microfilme: 190. Fotograma: 329.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Vitória, 27/01/1922. Microfilme: 190. Fotograma: 373-418.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Vitória, 17/12/1923. Microfilme: 190. Fotograma: 538-543.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório.** Vitória, 12/02/1924. Microfilme: 190. Fotograma: 545-585

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Itabuna, 04/03/1927. Microfilme: 190. Fotograma: 623-634.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 02/03/1929. Microfilme: 181. Fotograma: 1770-1783.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 05/1930. Microfilme: 182. Fotograma: 1313-1355.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Bahia, 00/02/1932. Microfilme: 190. Fotograma: 898-906. cópia do documento no Mf. 182 – Fg.1.356-1.363

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru - Paraguaçu. **Telegrama**. Bahia, 21/02/1933. Microfilme: 153. Fotograma: 2-3.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Não identificada**. Rio de Janeiro, 25/02/1933. Microfilme: 153. Fotograma: 4-7.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru - Paraguaçu. **Telegrama**. Bahia, 08/03/1933. Microfilme: 153. Fotograma: 11-12.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Carta**. Barro Branco, 22/02/1937. Microfilme: 153. Fotograma: 127.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. **Relatório**. Rio de Janeiro, 00/12/1938. Microfilme: 299. Fotograma: 1-53

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria Regional 4. **Relação dos relatórios e demais documentos encontrados nesta S.E proveniente da 4ª Inspetoria Regional- Vol. I**. Rio de Janeiro, 24/07/1948. Microfilme: 189. Fotograma: 00038.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Instruções para serem observados no Posto do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes no Rio Pardo**. [Inspetoria da Bahia, déc. 1910]

Tribunal de Segurança Nacional. Processo nº223- BAHIA. **Sentença**. Diário da Justiça / Lux Jornal. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1940.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADE, Kelly Silva Prado. **Trocadilhos Étnicos: A política indigenista, suas resistências e interpretações no sul da Bahia. -1926-1938**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2014.

ARRUDA, Lucybeth Camargo. **Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência 1913-1945**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá. 2003.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENARD, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

Bueno, Clodoaldo; Stols, Eddy; Mascaro, Luciana Pelaes. **Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações**. São Paulo: Narrativa Um. 2014.

BOCCARA, Guillaume. **Que es lo “etno” en etnohistoria? La vocacion crítica de los estudios etnohistóricos y los nuevos objetos de lucha**. *Memoria Americana*, 20 (1), enero-junio 2012.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: MEC-CFC, 2006,

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem – Teatro de Sombras: política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015, p. 146.

CLAY, Vinícius. **O Negro em O Estado da Bahia: de 09 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1938**. Salvador: Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Comunicação. 2006. Disponível Online: <http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc>. 2006.

COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)**. Rio de Janeiro, 2002.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. **Morada dos encantados, identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do padeiro – Buerarema, BA**. 2007. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direito e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Três peças de circunstância sobre o direito dos índios**. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

_____. Política Indigenista do Século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, Marcelo Henrique. “A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus”. In: **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. CARRARA, Ângelo Alves; DIAS, Marcelo Henrique (orgs.). Ilhéus: Editus, 2007.

FERREIRA, Talita Almeida. **Conflitos e Negociações: Construção das Identidades e Ação Política dos Índios na Aldeia dos Padres**. Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista Na Bahia. Anais. Ilhéus, UESC, 09 a 11 de Junho de 2010. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/talitalmeida.pdf>

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.) **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011.

_____; GURAN, Milton. **Primeiros Contatos: Atrações e Pacificações do SPI**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.

_____. Sobre os sertanistas do SPI. In: **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011, p. 258.

_____. Dos Xavante aos Kayapó: Políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960). **XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOC**. (Encontro), 2002.

FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul-Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP/ Editora da Universidade de São Paulo/Secretária do Estado da Cultura, 1989, p.235 e 236.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismo de formação da propriedade cacauceira no eixo Itabuna-Ilhéus 1890-1930**. Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. 1977.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e MACHADO, Hermano Augusto. **Leis de Terra do Estado da Bahia**. Salvador: Instituto de Terras da Bahia, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Cia de Desenvolvimento e Ação regional, Mestrado em Direito Econômico da UFBA, 1985.

LEAL, Victor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. **Revista de Antropologia**, V. 55, N. 2, P. 784, 2012.

_____. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O Governo dos Índios Sob a Gestão do SPI. _____. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da “proteção fraternal” no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ, 1987.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil: do Rio de Janeiro ao prata e ao guaraní - século XVII-XVIII**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LINS, Marcelo da Silva. **“Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)”**. Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada junto a UFBA, 2007

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. A “crise” de mão de obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850-1889. In: **Um Lugar na História: A capitania e Comarca de Ilhéus antes do Cacau**. Ilheus Editus, 2007.

MAHONY, Mary Ann. **“Instrumentos Necessários” Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. Universidade Federal da Bahia, Brasil. Afro-Ásia, 2001, n° 25-26, p.95-139.

MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implantação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822**. Tese de doutorado. . Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

_____. **A “Hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2004.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta: os botocudos na Província de Minas**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de livre docência. Unicamp, 2001.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. Índios e terra no sul da Bahia. In: COQUEIRO, Sonia Otero (Org). **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 68-85. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n8p68>

_____. “Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850”, **Revista Brasileira de História**, vol. 22, nº 43, São Paulo, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002.

NUNES Antonietta de Aguiar; TRINDADE Ruydemberg Jr. Impacto da Lei de Terras de 1850 Sobre As Terras Indígenas na Bahia. In: **ENCONTRO DE NOVOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA**, 2., 2010, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. p. 25-40.

OLIVEIRA, Clarice Gonçalves S. de. Trajetória; TRINDADE, Gilmar Alves; GRAMACHO, Maria Helena. **Permanência e transformações têmporo-espaciais na cidade de Camacan/BA : interfaces com a crise da cacauicultura**. Ilhéus: Editus, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: Práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. In: **O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios. **Mana**. Rio de Janeiro, v.20, nº1. 2014.

_____. O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: a ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970). In: **Memória do SPI: textos. Imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio- FUNAI, 2011.

_____; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha.. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, Rio de Janeiro: MEC/ Secad/ Laced/Museu Nacional. 2006, p.117. (Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET13Vias02WEB.pdf>).

_____. “Uma etnologia dos „índios misturados“? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*. Rio de Janeiro, v.4, nº1, p.47-77, 1998, p.55.

_____. **Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas**. Revista Travessia, São Paulo: CEM, v.9, n.24, p. 5-9, jan./abr. 1996

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Os Botocudos e sua Trajetória Histórica”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, 1992.

_____. Repensando a política indigenista para os botocudos no século XIX. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 35, p. 77, 1992.

_____. **O tempo da dor e do trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1998.

_____. Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. In: **Simpósio Nacional de História**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009,

PERES, Sidnei Clemente. Terras indígenas e a ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

PERRONE-MOISÈS, B. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 116-129.

RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912)** . Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, Danilo Ornelas. **A idade cinquentenária: entre os manuseios de memórias e os sonhos de futuro (Itabuna-BA, décadas de 1950 e 1960)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970, p 163 e 164.

RIBEIRO, Oslan Costa. Diocese de São Jorge Dos Ilhéus: criação, instalação e organização de um bispado no sul da Bahia (1913-1939). In: **XXVII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIALOGO SOCIAL**, 27., 2013, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370916297_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2013Oslan.pdf, acessado: 10 de junho de 2016.

SANTOS, Carlos José F. dos. e TUPINAMBÁ, Katu. “Marcellino Vive em Nós”. In: COLETIVO INDÍGENA (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Ptxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). **Índios na visão dos índios: Memória**. Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2012

SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. Formação da elite agrária/política de Camacan: poder, imaginário e identidade. In: **Seminário Cultura E Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia**, 2010, Ilhéus. Anais... Ilhéus: UESC, 09 a 11 de junho de 2010. Anais disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/renatozumaeta.pdf>

SANTOS, Silvio Coelho dos. “**Encontro de Estranhos além do Mar**”. Etnografia, vol. VII, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ayalla Oliveira. **Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2015.

SILVA, Edson Hely. **Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Tese de Doutorado. Campinas SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

SILVA, Lúgia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Editora da Unicamp, Campinas, 1996.

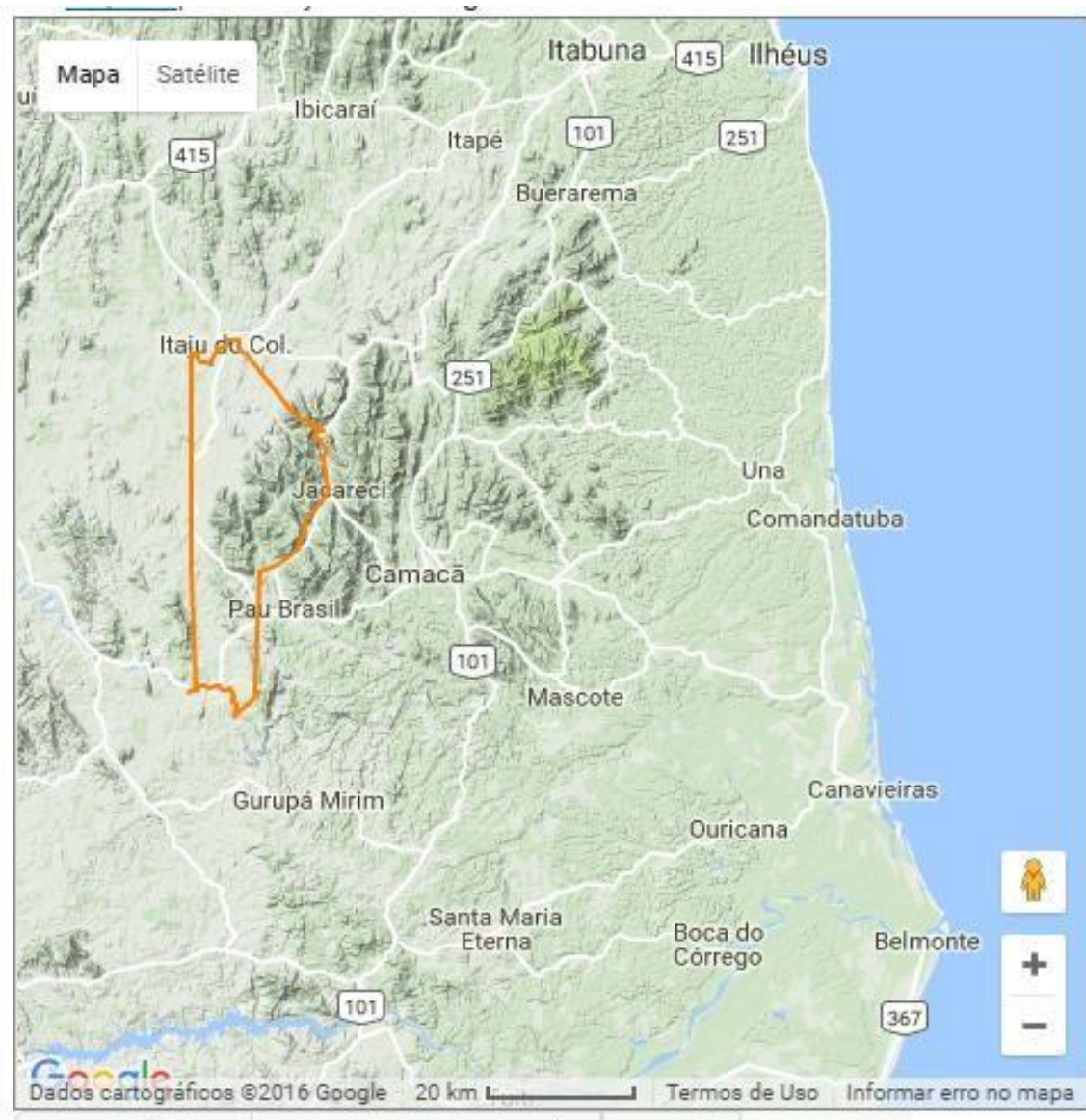
SILVA, Ligia Maria Osorio. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, S. Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás, Org(s), 2 ed. **História Econômica da Primeira República: Coletânea de Textos apresentada no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP 1993)**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de

Pesquisadores em História Econômica /Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial. 2002.

VIEGAS, Susana Matos. **Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Coimbra/Rio de Janeiro: Almedina/7 Letras, 2007.

ANEXOS

Anexo A- Terra Indígena Caramuru-Paraguassú



Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/3791>